

Dr. Maurice Bucaille



A Bíblia, o Alcorão e a Ciência

AS ESCRITURAS SAGRADAS
EXAMINADAS À LUZ DOS
CONHECIMENTOS MODERNOS

Maurice Bucaille

A Bíblia, o Alcorão e a Ciência

AS ESCRITURAS SAGRADAS EXAMINADAS
À LUZ DOS CONHECIMENTOS MODERNOS

apoio cultural:



CENTRO DE DIVULGAÇÃO DO ISLAM PARA AMÉRICA LATINA

Rua Henrique Alves dos Santos, 161

Jardim das Américas

Caixa Postal 242 - CEP: 09725-730

São Bernardo do Campo - SP - Brasil

Fone: (055) 11 - 4122-2400 / Fax: (055) 11 - 4332-2090

e-mail: cdial@islambr.com.br

Portal: www.islambr.com.br



CENTRO DE DIVULGAÇÃO DO ISLAM PARA AMÉRICA LATINA

Está é uma publicação do departamento religioso do Centro de Divulgação do Islam Para América Latina, que tem como objetivo educar, esclarecer e divulgar a crença, a prática e os ensinamentos da religião Islâmica.

Editor Responsável
Ziad Ahmad Saifi

Produção Editorial
Editora Makkah

Projeto Gráfico e Capa
Editora Makkah



EDITORA MAKKAH

Distribuição Gratuita

2012
IMPRESSO NO BRASIL

PREFÁCIO

O diálogo entre os mundos cristão e islâmico, que tiveram lugar durante os últimos trinta anos do século vinte, representa um ponto convergente nas relações entre as religiões monoteístas. Isso aconteceu na forma de encontros, tais como os de Córdoba e de outros lugares, dos quais muito se tem falado. Não devemos nos esquecer da recepção dos grandes ulemás da Arábia Saudita feita pelo Papa Paulo VI, no Vaticano, em 1974, ou do acordo entre os grupos cristãos e muçulmanos, que tomaram a iniciativa no sentido de melhor eles se conhecerem e se entenderem. Séculos de ignorância e de disseminadas mas falsas ideias concernentes ao Islam têm deveras prevalecido no Ocidente, envenenando assim a atmosfera. Chegou a hora da mudança. O diálogo recentemente aberto tornou isso possível, dando solução a muitos problemas; aqueles levantados pelas Sagradas Escrituras sobressaem-se predominantemente, porque todos os outros são diretamente afetados por elas. Portanto, é de vital importância conhecer-se e se entender a ideia que tanto os cristãos como os muçulmanos têm das escrituras, uma vez que constituem a fundação das suas respectivas crenças. Não há como ignorar o ponto de vista dos exegetas.

O que se segue expressa de modo sucinto o ponto de vista cristão: os livros da Bíblia são obras da inspiração divina. No capítulo intitulado "A Revelação da Verdade, A Bíblia e os Evangelhos", dos livros de Jean Guittou, "Meu Pequeno Catecismo", nós lemos que "Deus, Ele mesmo, não escreveu esses livros, mas teve-os escritos por meio de alentar nos apóstolos e profetas as coisas que Ele queria que soubéssemos. Esse alento é denominado 'inspiração'. Os livros escritos pelos profetas são denominados Livros divinamente inspirados."

Esses autores, todos eles, escreveram seus trabalhos em diferentes períodos, e de acordo com as maneiras e os costumes do seu tempo. Por isso é que nós encontramos vários "gêneros literários" espalhados pela Bíblia. Essa noção tem adquirido aceitação generalizada, de modo que não ficamos surpresos ao lermos seja o Velho Testamento ou os Evangelhos, para encontrarmos os assuntos divinamente inspirados, lado a lado com afirmações derivadas de certas crenças pagãs, continuadas das tradições cujas origens são, no mais das vezes, obscuras. Isso se aplica, por exemplo, a uma das narrações da Criação, contida no Gênese.

Agora, se examinarmos os ensinamentos dos exegetas muçulmanos, constataremos que eles apresentam o Alcorão duma maneira um tanto dife-

rente. Cerca de catorze séculos atrás, num retiro meditativo perto de Makkah, Mohammad recebeu uma primeira mensagem por intermédio do Arcanjo Gabriel. Após um longo período de silêncio, a primeira mensagem foi seguida por sucessivas revelações, estendendo-se por um período de mais de vinte anos. Elas não apenas foram transcritas enquanto o Profeta ainda estava vivo, mas eram também recitadas, de cor, pelos seus primeiros seguidores e, mais tarde, por muitos crédulos que se juntavam ao redor dele. Após a sua morte (em 632 a.C.), os vários elementos foram juntados em livro, mais tarde conhecido como Alcorão. Este contém a Palavra de Deus com a exclusão de qualquer intervenção humana. Os manuscritos que hoje possuímos, vindos do primeiro século do Islam, dão autenticidade aos textos de hoje.

Uma feição que é estritamente específica do Alcorão é a existência - falando-se da Onipotência Divina - de uma multidão de reflexões quanto a todas as espécies de fenômenos naturais: desde a astronomia, reprodução humana, a terra, até aos reinos animal e vegetal -sem mencionarmos o que o Alcorão tem a dizer quanto à questão da criação. A existência dessas reflexões não deixam de atrair a atenção para assuntos que, na sua maioria, não são discutidos na Bíblia. No caso de vários outros tópicos comuns às duas escrituras, eles inevitavelmente nos levam a uma comparação entre os dois. Desse estado de ocorrências, surgem consequências que hoje podem ser avaliadas.

Nos tempos modernos, o progresso científico nos habilitou a adquirirmos, definitivamente estabelecidas e experimentalmente verificáveis, certas ideias sobre o fenômeno natural, desse modo excluindo as teorias que, por sua própria natureza, estão sujeitas a mudanças. Tem sido então possível estudarem-se alguns aspectos dessas ideias, como são apresentadas na Bíblia, e as compararmos com o conhecimento moderno. Os resultados a que chegamos são deveras conspícuos: no caso de questões como a formação do Universo (a descrição da Criação), a data do aparecimento do homem na terra, o Dilúvio (e a sua localização no tempo), é patentemente óbvio que os escritores da Bíblia - entre eles os evangelistas, Lucas em particular, quando ele fornece a Genealogia de Jesus - expressaram ideias do seu tempo, as quais são incompatíveis com o conhecimento moderno. Hoje em dia é impossível não admitirmos erros científicos na Bíblia. À luz de tudo o que exegetas bíblicos nos têm ensinado no tocante ao modo como os livros judaico-cristãos foram compostos, como é possível que os mesmos não contenham erros? Devemos, portanto, concordar com Jean Guittou, quando ele diz: "Os erros Científicos, na Bíblia, são os erros da humanidade, porquanto, nos primórdios, o homem era igual a uma criança,

ainda ignorante quanto à ciência." Os conceitos defendidos pelos exegetas cristãos, quanto aos textos bíblicos, parecem estar em completa concordância com o que as várias ciências hoje nos dizem da falta de conformidade entre elas e certos aspectos dos textos bíblicos.

Pode a mesma coisa ser dita acerca das afirmações dos exegetas muçulmanos em relação à "Revelação Alcorânica" (como oposta à "Inspiração Bíblica")? Será possível que possamos encontrar no Alcorão testemunhos que reflitam ideias prevalentes há um tempo e que, mais tarde, venham a contradizer o conhecimento contemporâneo? Como já foi relatado, no Alcorão há uma multidão de reflexões quanto ao fenômeno natural. Inúmeros erros científicos concernentes a elas teriam sido possíveis a priori - por causa da natureza dos assuntos intrínsecos durante aquele período de obscurantismo científico -, pois não nos devemos esquecer de que a revelação alcorânica teve lugar mais ou menos no mesmo tempo em que o Rei Dagobert reinava na França (629 -639 d. C.).

Uma vez que a comparação entre os dados científicos e os relatos contidos nas Escrituras foi feita, algumas conclusões foram apresentadas pelo autor da primeira edição francesa, em 1976. Para ele, elas constituíram inicialmente uma fonte de grande surpresa: o Alcorão definitivamente não contém uma simples propositura em variação com o mais firmemente estabelecido conhecimento moderno, nem tampouco contém qualquer das ideias vigentes na época quanto aos assuntos que ele descreve. Ademais, ainda, um grande número de fatos são mencionados no Alcorão, os quais não foram descobertos a não ser nos tempos modernos. São tantos, de fato, que em 9 de novembro de 1976, o presente autor foi capaz de ler, perante a Academia Francesa de Medicina, uma publicação sobre "Os Dados Fisiológicos e Embrionários do Alcorão." Os dados - como muitos outros acerca de diferentes assuntos - constituíram um verdadeiro desafio à explicação humana - em vista do que conhecemos hoje acerca da história das várias ciências, ao longo das épocas. As conclusões do homem moderno a respeito da ausência de erros científicos estão, portanto, em completa concordância com as concepções dos "exegetas muçulmanos" do Alcorão como o Livro da Revelação. Trata-se de uma consideração que implica em que Deus não poderia transmitir uma ideia errônea.

As reflexões que aparecem acima quanto às Sagradas Escrituras e à ciência não são as ideias presentes e pessoais do autor. Nada há de novo na existência de erros científicos na Bíblia. O que talvez seja novidade é o fato de que eles têm sido compreensivamente descritos e explicados de acordo com



as ideias tiradas das obras dos exegetas bíblicos cristãos. No que concerne ao Alcorão, sua escritura e o conhecimento moderno estão em harmonia - não em desacordo -; e essa concordância talvez não passa ser explicada em termos humanos. Isso parece haver sido inteiramente descuidado pelos orientalistas. Admitidamente, contudo, um conhecimento de muitas e diferentes disciplinas, é necessário para se estudar essa questão em detalhes, coisa que os orientalistas, com suas educações literárias, geralmente não possuem. Somente um cientista versado na literatura árabe poderia estabelecer pontos em comum entre o Alcorão - que não precisa ser lido em árabe - e a ciência. O autor do presente estudo tem fundamentado as suas observações em fatos, e tem apresentado as deduções lógicas necessárias para deles serem tiradas. Em outras palavras, se ele não tivesse desenvolvido esta pesquisa, outros, mais cedo ou mais tarde, tê-lo-iam realizado em seu lugar. Se Pasteur não tivesse descoberto a existência dos micróbios, algum outro tê-lo-ia feito" Os fatos sempre afirmam a sua existência no fim, a despeito da resistência imprimida por aqueles que se veem prejudicados, ou incomodados ou chocados pela descoberta deles.

A parte da nova luz que o presente estudo derrama sobre o entendimento do Alcorão é difícil - num nível mais generalizado - não sermos surpreendidos pela grande vantagem que há em usarmos os dados científicos quando são examinados certos aspectos das Sagradas Escrituras. Isso nos leva a estabelecermos um acordo entre as conclusões tiradas dos dados científicos e os conceitos tidos pelos exegetas.

PRÓLOGO

O diálogo entre os mundos cristão e islâmico, que vem ocorrendo nos últimos trinta anos, começa a por fim ao desentendimento multissecular que existe entre as grandes religiões monoteístas. A história registra que em 1974 a finado Rei Faisal Ibn Abdél Aziz Al-Saud, que Deus abençoe sua alma, enviou seu Ministro da Justiça Sheikh Muhammad Ali Al Harkan liderando os Grandes Ulemás da Arábia Saudita, para visitar o Papa Paulo VI no Vaticano e estabelecer um diálogo entre cristãos e muçulmanos sobre os direitos humanos no Islam, e um grande passo foi então tomado na direção do estabelecimento de uma melhor compreensão entre as duas religiões.

No entanto, o Islam continua a ser pouco conhecido no Brasil, por falta de literatura especializada. Em geral, tanto no Brasil, como em todo o mundo cristão, como observa Maurice Bucaille, no presente trabalho, o Islam (que significa “submissão a Deus”.) é chamado de “maometanismo” (que significa “a religião do Maomé”) e a informação sobre o mesmo é expressa através de chavões que mais adequadamente revelam ignorância do que conhecimento do assunto.

Pondo de lado todos os chavões tradicionais sobre o islamismo, o Autor faz no presente trabalho um erudito confronto entre o documento básico do judeu-cristianismo, a Bíblia, e o islamismo, o Alcorão, estudo este que traz muitas luzes ao assunto em pauta.

Médico, e como tal interessado no aspecto científico da questão, Bucaille, utilizando o instrumento da chamada crítica histórica, estuda os textos bíblicos e através de estudos filológicos comprova que as Sagradas Escrituras, no que se refere ao Velho Testamento, é uma composição entre textos de duas escolas de pensamento judaico - a Yavista, a mais antiga e a Elohista, a mais recente - uma espécie de síntese ou contemporização entre as duas.

Idêntico estudo é feito com o Novo Testamento, no que se refere aos seus mais antigos manuscritos, e demonstra que as pesquisas comparativas e filológicas dos textos dos Evangelhos comprovam não apenas óbvias discrepâncias entre os mesmos, mas que também revelam acréscimos e modificações subsequentes, feitas por pessoas provavelmente interessadas em dar apoio às suas escolas teológicas. Esses estudos vêm sendo conduzidos por teólogos e estudiosos cristãos desde o Renascimento e não apresentam grande surpresa aos versados na questão.



O que é surpreendente, no entanto, é o confronto entre as Escrituras sagradas e o Alcorão, no que se refere à ciência e ao que a mesma hoje diz sobre a criação do Universo, do aparecimento do homem na face da terra e assuntos correlatos.

Uma vez que a comparação é estabelecida entre os dados científicos e o que dizem as Sagradas Escrituras, o Autor demonstra o que para muitos é uma grande surpresa: que o Alcorão definitivamente não contém uma só proposição em desacordo com os conhecimentos da ciência moderna, nem apresenta ou defende ideias científicas defendidas durante o período em que foram inspirados, no século VII. Mais ainda, que muitos dos fatos científicos mencionados no Alcorão só foram descobertos agora, em tempos modernos. Alguns desses fatos são tão modernos e tão exatamente científicos que o Autor, em 1976, baseado nos mesmos, apresentou um Trabalho perante a Academia Francesa de Medicina, intitulado «Dados fisiológicos e embriológicos encontrados no Alcorão.» Esses dados - como muitos outros assuntos Semelhantes - são um verdadeiro desafio à compreensão humana, tomando-se em consideração o que sabemos sobre o desenvolvimento do conhecimento científico através dos tempos.

O pleno acordo entre o que o Alcorão revela e o que diz a ciência moderna leva os exegetas islamitas à conclusão de que o Alcorão é um livro de Revelação Divina, pois Deus não poderia revelar erros científicos.

Tão logo iniciamos a leitura do livro de Bucaille, sentimos o desejo de que o mesmo fosse traduzido para o português, a fim de que outras pessoas pudessem também comparar «o Alcorão, a Bíblia e a Ciência», como fez brilhantemente o Dr. Maurice Bucaille.

Quis a Providência Divina que na casa do Professor Helmi Nasr conhecêssemos sua prima, a Professora Doutora Josefina Chaia Pereira, que embora Titular de Administração Escolar e Educação Comparada na UNESP, Campus de Marília em São Paulo, é vivamente interessada no estudo das religiões. Solicitamos-lhe a tradução do livro de Bucaille, que aí está pronto para servir aos que desejarem conhecer o Islam através do livro sagrado dos muçulmanos, o Alcorão.

Tomamos o ensejo para agradecer também o auxílio e sugestões feitas pelo Professor Doutor Rasheed Ahmad Malik do Departamento de Engenharia da Universidade de Brasília, e ao Professor Doutor David Gueiros Vieira, estudioso da história das religiões, também da UnB, pela leitura do manuscrito e sugestões que apresentou.

Cumpra registrar aqui nossos agradecimentos à Sua Excelência Ministro Hassan Ibn Abdul Aziz Al-Sheikh, do Ministério da Educação Superior da Arábia Saudita, por sua orientação e auxílio na labuta da Seção Cultural da Embaixada Real da Arábia Saudita, em prol de uma melhor compreensão do islamismo no Brasil.

Agradecemos a Deus pelo Rei Fahd Ibn Abdel Aziz Al Saud, que tem seguido passo a passo a política estabelecida por seu pai, o Rei Abdel Aziz Al Saud, o fundador da moderna Arábia Saudita, que trouxe nosso país ao Século XXI. Como Primeiro Ministro da Educação, durante o reinado do seu pai, o Rei Fahd empenhou-se no desenvolvimento da educação superior, criando escolas de todos os níveis e outorgando bolsas de estudo para jovens sauditas estudarem no exterior, das quais fomos um dos agraciados, desta maneira preparando-os para assumir completa responsabilidade das sete instituições de educação superior de nosso país.

Essa publicação foi finalizada por nós mesmos, para distribuição gratuita às faculdades, Universidades e escolas brasileiras. Sentimo-nos como se tivéssemos cumprido uma missão – a de contribuir para a divulgação dos sagrados ensinamentos do Profeta Muhammad ﷺ. Rogamos a Deus que um grande número de leitores possa se beneficiar dessa obra.

Mohamed Abou Alsamh

Conselho Cultural da Arábia Saudita no Brasil



INTRODUÇÃO

Cada uma das três religiões monoteístas possui uma compilação das escrituras que lhe é própria. Estes documentos constituem o fundamento da fé de todo crente. Seja judeu, cristão ou muçulmano. Eles são para cada um destes a transcrição material de uma Revelação divina, direta como no caso de Abraão ou de Moisés, que receberam de Deus diretamente os mandamentos, ou indiretamente, no caso de Jesus e de Muhammad; o primeiro declarando falar em nome do Pai e o segundo transmitindo aos homens a Revelação comunicada pelo Arcanjo Gabriel.

Levar em conta os dados objetivos da história das religiões obriga a colocar sob a mesma categoria o Antigo Testamento, os Evangelhos e o Alcorão como compilação da Revelação escrita. Mas esta atitude, em princípio partilhada pelos muçulmanos, não é a admitida pelos crentes dos países ocidentais, de influência judaico-cristã predominantemente, que recusam atribuir ao Alcorão o caráter de um Livro Revelado.

Essas atitudes se explicam pelas posições tomadas em cada comunidade crente em face das duas outras, no que concerne as Escrituras.

O Judaísmo tem por livro santo a Bíblia hebraica. Esta difere do Antigo Testamento cristão pela soma operada, neste último, de alguns livros que não existem em hebraico. Na prática, esta divergência não traz muitas mudanças na doutrina. Mas o Judaísmo não aceita nenhuma revelação posterior à sua.

O Cristianismo assumiu a Bíblia hebraica e acrescentou alguns suplementos. Mas ele não aceitou todos os escritos publicados para dar a conhecer aos homens a missão de Jesus. Sua Igreja efetuou cortes extremamente importantes na grande quantidade de livros, relatando a vida de Jesus e os ensinamentos que Ele deu. Ela não conservou no Novo Testamento, a não ser um número limitado de escritos, onde os principais são os quatro Evangelhos canônicos. O Cristianismo não toma em consideração uma revelação posterior a Jesus e seus Apóstolos. Ele elimina, portanto, nesse sentido, o Alcorão.

Vinda seis séculos depois de Jesus, a Revelação Alcorânica retoma numerosos dados da Bíblia hebraica e dos Evangelhos, pois ela cita frequentemente a Tora e o Evangelho. O Alcorão prescreve a todo muçulmano crer na Escritura anterior à sua (Capítulo 4, Versículo 136). Ele acentua a parte preponderante

ocupada, na história da Revelação, pelos Enviados de Deus como Noé, Abraão, Moisés, os profetas e Jesus, que é colocado entre eles numa posição particular. Seu nascimento é apresentado pelo Alcorão, tanto quanto pelos Evangelhos, como um fato sobrenatural. O livro concede a Maria uma menção toda especial. O Capítulo nº 19 do Alcorão não traz o seu nome?

É forçoso constatar que esses últimos dados concernentes ao Islã são geralmente ignorados nos países ocidentais. Como se admirar disso, quando se evoca a maneira como tantas gerações foram instruídas dos problemas religiosos da humanidade, e em que ignorância elas foram mantidas em relação a tudo que concerne ao Islam. A utilização das denominações de “religião maometana” e de “maometanos” foi conservada - e até nossos dias - para manter, nos espíritos, a convicção errônea de que se tratava de crenças divulgadas por obra de um homem, e nelas Deus (no sentido cristão) não pode ter nenhum lugar. Muitos de nossos contemporâneos cultos estão interessados pelos aspectos filosóficos, sociais, políticos do Islam, sem jamais se interrogar como eles deveriam estar sobre a Revelação Islâmica propriamente dita. Coloca-se como dito que Muhammad se apoiou sobre o que era anterior a ele para afastar, desta maneira, toda abordagem do problema da Revelação.

Com que desprezo, aliás, os muçulmanos não são considerados em certos meios cristãos. Eu pude fazer a experiência, procurando travar um diálogo para um exame comparativo de narrativas bíblicas e de narrativas alcorânicas, consagradas ao mesmo assunto, e constatar a recusa sistemática de uma tomada de consideração com o simples objetivo de reflexão, do que poderia conter o Alcorão sobre o assunto considerado. E um pouco como se, citar o Alcorão, fosse fazer referência ao diabo!

Uma mudança radical parece, entretanto, produzir-se em nossos dias, em escalão mais elevado do mundo cristão. Editado em consequência do Concílio Vaticano II, um documento do Secretariado do Vaticano para os não cristãos, Orientação Para um Diálogo Entre Cristãos e Muçulmanos, cuja terceira edição data de 1970, atesta a profundidade da modificação das atitudes oficiais. Depois de haver convidado a afastar “a imagem antiquada herdada do passado ou desfigurada pelos preconceitos e pelas calúnias” que os cristãos faziam do Islam, o documento do Vaticano se propõe a reconhecer as injustiças do passado onde o Ocidente de educação cristã sentiu-se culpado em relação aos muçulmanos. Ele critica as concepções errôneas que foram as dos cristãos sobre o fatalismo muçulmano, o jurisprudência Islâmica, seu fanatismo etc. Ele acentua a unicidade da crença em Deus e lembra a que ponto o cardeal Koenig, ao longo de uma conferência oficial em março de 1969 na Universidade Muçulmana Al-Azhar



do Cairo, surpreendeu os ouvintes da Grande Mesquita, proclamando-a. Ele lembra também que o Secretariado do Vaticano convidou, em 1967, os cristãos a cumprimentar os muçulmanos, por ocasião do fim do jejum do Ramadã, “valor religioso autêntico”.

Dessas premissas em favor de uma aproximação entre a Cúria Romana e o Islam, seguiu-se manifestações diversas e encontros que a concretizaram. Mas poucos foram advertidos desses acontecimentos tão importantes que se desenrolaram no mundo ocidental, onde, no entanto, não faltam os meios de difusão da informação: imprensa, radiodifusão e televisão.

Os jornais, com efeito, concederam pequeno espaço à visita oficial que fez, em 24 de abril de 1974, o cardeal Pignedoli, presidente do Secretariado do Vaticano para os não cristãos, ao Rei Faisal da Arábia Saudita. O jornal *Le Monde*, de 25 de abril de 1974, dedicou-lhe algumas linhas. No entanto, que notícia importante quando se leu que o cardeal havia levado ao soberano uma mensagem do papa Paulo VI, na qual este último expressava “a consideração de Sua Santidade animada de uma fé profunda na unificação dos mundos islâmico e cristão que adoram um só Deus, à Majestade Faisal, em sua qualidade de autoridade suprema do mundo islâmico”.

Seis meses mais tarde, em outubro de 1974, o Papa recebeu oficialmente no Vaticano os Grandes Ulemás da Arábia Saudita. Foi a oportunidade de um colóquio entre cristãos e muçulmanos sobre os “Direitos Culturais do Homem no Islam”. O *Jornal do Vaticano*, o *Observatore Romano*, de 26 de outubro de 1974, relatou este acontecimento histórico dedicando-lhe, na primeira página, um espaço maior que dedicou ao relatório do dia do encerramento do Sínodo dos Bispos, reunidos em Roma.

Os Grandes Ulemás da Arábia Saudita foram, em seguida, recebidos pelo Concílio Ecumênico das Igrejas de Genebra e pelo monsenhor Elchinger, Bispo de Strasbourg. O bispo convidou os Ulemás a fazerem a prece do meio-dia, em sua frente, na sua catedral. Este acontecimento foi relatado e, aparentemente, mais em razão do seu lado espetacular, que pela significação religiosa considerável que ele comportava. Muitos poucos são, em todo caso, aqueles que eu interroguei sobre essas manifestações e que me responderam ter tido conhecimento.

O espírito de abertura, face ao Islam, do papa Paulo VI, que se declarou, ele mesmo, como “animado de uma fé profunda na unificação dos mundos islâmico e cristão que adoram um só Deus”, marcará, certamente, data nos

relatórios entre as duas religiões. Este apelo dos sentimentos do chefe da Igreja católica, em relação com muçulmanos, pareceu-me necessário, pois muitos cristãos educados num espírito de hostilidade declarada, como o lastimou o documento do Vaticano citado acima são por princípio, hostis a toda reflexão sobre o Islam: partindo daí, eles ficam na ignorância do que é, na realidade, e têm, sobre a Revelação Islâmica, concepções absolutamente errôneas.

Quando se estuda um aspecto de uma revelação de uma religião monoteísta, qualquer que seja, parece absolutamente legítimo, abordá-lo por comparação com o que as duas outras oferecem nesse mesmo ponto de vista. Um estudo de conjunto do problema apresenta mais interesse que um estudo separado. A confrontação de certos assuntos tratados nas Escrituras com os dados da ciência do século XX-, interessa, conseqüentemente, às três religiões, sem exclusão. Além disso, não formam elas” ou não deveriam formar, um bloco mais compacto aproximando-se, já que todas estão, em nossos dias, ameaçadas pela invasão do materialismo? É também mais nos países de influência judaico-cristã que nos países islâmicos, que se sustenta – e muito especialmente nos meios científicos - que religião e ciência são incompatíveis. A questão, para ser tratada no conjunto, necessitaria de desenvolvimentos consideráveis. Eu não quero abordar aqui a não ser um assunto: o exame das Escrituras à luz dos conhecimentos científicos modernos.

Este objetivo obriga a propor uma questão prévia fundamental: qual é a autenticidade dos textos que possuímos em nossos dias? Esta questão implica um exame de circunstâncias, que presidiram a redação dos textos e de sua transmissão até nós.

O Estudo das Escrituras, sob o aspecto da crítica dos textos, é de data recente em nossos países. No que concerne à Bíblia, Antigo e Novo Testamentos, longos séculos passaram durante os quais os homens se contentavam em aceitá-la em seu estado. Sua leitura só dava ocasião a considerações apologéticas. Teria sido pecado manifestar o mínimo espírito crítico sobre o assunto. Os clérigos eram privilegiados que podiam facilmente ter dela um conhecimento de conjunto. A maior parte dos leigos só recebia dela pedaços escolhidos nas cerimônias litúrgicas ou no decorrer dos sermões.

Organizada como especialidade, a crítica textual teve o mérito de descobrir e de divulgar os problemas frequentemente muito graves que surgem. Mas que decepcionante é a leitura de tantas obras, que se declaram críticas, e não oferecem diante de muitas reais dificuldades de interpretação, mais que os desenvolvimentos apologéticos destinados a encobrir o embaraço do autor!



Nessas condições, para quem mantém intactos sua capacidade de reflexão e seu senso de objetividade, as inverossimilhanças e as contradições não ficam menos persistentes e pode-se lastimar a atitude destinada a justificar, contra toda lógica, a manutenção nos textos das Escrituras bíblicas de certas passagens maculadas de defeitos. Ela pode ser infinitamente prejudicial à crença em Deus de certos espíritos cultos. Todavia, a experiência prova que, se alguns são capazes de revelar falhas dessa ordem, a imensa maioria dos cristãos jamais tomou conhecimento de sua existência, e permaneceu na ignorância de suas incompatibilidades com os conhecimentos profanos que, contudo, são frequentemente muito elementares.

O Islã possui, nos Hadiyths, o equivalente dos Evangelhos. Os Hadiyths são compilação de propósitos e de narrações dos atos de Muhammad; os Evangelhos não são nada mais que isto, no que concerne a Jesus. As primeiras compilações de Hadiyths foram escritas decênios após a morte de Muhammad, como os Evangelhos foram escritos decênios depois de Jesus. Nos dois casos, são testemunhas humanas sobre os fatos passados. Veremos que, contrariamente ao que muitos pensam os quatro Evangelhos canônicos não têm como autores os testemunhos dos fatos que eles relatam. Isto ocorre nas compilações dos Hadiyths mais sérios.

A comparação deve parar aqui, pois, se foi discutida e ainda se discute a autenticidade de um ou outro Hadiyth, nos primeiros séculos da Igreja, resolveu-se, de maneira definitiva entre os múltiplos Evangelhos, proclamar como oficiais ou canônicos quatro desses, apesar de numerosas contradições entre eles sobre muitos pontos, e ordenando que todos os outros fossem escondidos; daí, o nome que a eles se deu de apócrifos.

Uma outra diferença fundamental entre o Cristianismo e o Islã no que concerne às Escrituras, é a falta no primeiro de um texto Revelado, e ao mesmo tempo fixado, enquanto que o segundo possui o Alcorão que atende a esta definição.

O Alcorão é a expressão da Revelação feita a Muhammad pelo Arcanjo Gabriel, imediatamente transcrito, decorado e recitado pelos fiéis nas preces, durante o mês do Ramadã, em particular. Ele foi classificado por Muhammad em "Suratas" e estas foram reunidas, logo após a morte do Profeta, para formar, sob o califado de Othman (12º ao 24º anos que seguiu esta última), o texto que nós possuímos até nossos dias. Contrastando com o que se passou com o Islam, a Revelação cristã é fundada sobre testemunhos humanos múltiplos e indiretos, pois não possuímos nenhum testemunho vindo de uma testemunha

ocular da vida de Jesus, contrariamente ao que imaginam muitos cristãos. Assim se apresentou o problema da autenticidade dos textos da Revelação Cristã e da Revelação Islâmica.

A confrontação dos textos das Escrituras com os dados da ciência foi, em todos os tempo, o motivo de reflexão para o homem.

A princípio, sustentou-se que a concordância entre as Escrituras e a Ciência era um elemento necessário à autenticidade do texto sagrado. Santo Agostinho, em sua Carta nº82, que será citada mais adiante, estabeleceu formalmente o seu princípio. Depois à medida em que a ciência se desenvolvia, percebeu-se a existência de divergências entre a Escritura Bíblica e a Ciência e então decidiu-se não se fazer aproximações. Dessa maneira, foi criada uma situação grave que, em nossos dias, opõe, é preciso reconhecer, exegetas bíblicos e sábios. Não se poderia admitir, com efeito, que uma Revelação divina pudesse anunciar um fato rigorosamente inexato. Não haveria então, a não ser uma possibilidade de conciliação lógica; seria de admitir como inautêntica uma passagem da Escritura Bíblica, enunciando um fato cientificamente inadmissível. Esta solução não foi escolhida. Ao contrário, obstinou-se a manter a integridade do texto e isto forçou os exegetas a tomar, sobre a verdade das Escrituras bíblicas, as posições que não são muito aceitáveis para o espírito científico.

O Islam, como Santo Agostinho para a Bíblia, sempre considerou que havia concordância entre os dados da Escritura Santa e os fatos científicos. O exame do texto da Revelação Islâmica, na época moderna, não ocasionou uma revisão desta posição. O Alcorão, como se verá adiante, evoca fatos para os quais a ciência tem o que dizer, e isto em número considerável, em relação à Bíblia não há nenhuma medida comum entre o caráter restrito dos enunciados bíblicos, servindo à confrontação com a ciência, e a multiplicidade de assuntos tendo um caráter científico evocados pelo Alcorão. Nenhum desses se presta à contestação do ponto de vista científico: eis, o dado fundamental que se ressalta desse estudo. Ver-se-á no fim deste livro como, para a compilação dos propósitos do Profeta (Hadiyths) que se colocam fora da Revelação Alcorânica, ocorre o contrário, pois que certos Hadiyths são cientificamente inadmissíveis. Semelhantes Hadiyths foram submetidos a estudos sérios, seguindo-se os princípios rigorosos do Alcorão, ordenando sempre remetê-los à ciência e à razão, para retirar-lhes, se for o caso, toda a autenticidade.

Estas considerações sobre o caráter cientificamente aceitável ou inaceitável de um enunciado da Escritura tornam necessário um certo rigor. É preciso sublinhar que, quando se fala aqui de dados da ciência, entende-se daí



o que é estabelecido de uma maneira definitiva. Esta consideração elimina as teorias explicativas, úteis a uma época para fazer compreender um fenômeno e podendo ser anuladas e substituídas em seguida por outras, mais conforme o desenvolvimento científico. O que se pretende aqui são os fatos sobre os quais é impossível voltar posteriormente, mesmo que a ciência traga apenas dados incompletos, mas que são suficientemente bem estabelecidos para serem utilizados sem riscos de erro. Por exemplo, ignora-se a data, mesmo aproximada, do aparecimento do homem sobre a terra, mas descobriu-se vestígios de obras humanas que se situam, sem nenhuma dúvida, anteriormente ao décimo milênio A.C. Não se pode, logo, manter como compatível com a ciência a realidade do texto bíblico do Gênesis, dando as genealogias e datas que fazem situar a origem do homem (a criação de Adão), cerca de trinta e sete séculos A.C. A ciência poderá, talvez, dar no futuro, com precisão, datas maiores que nossas avaliações atuais, mas pode-se estar certo de que não se demonstrará, jamais, que o homem apareceu sobre a Terra há 5.736 anos, como o quer, no ano 1975, o calendário hebraico. Os dados bíblicos concernentes à antiguidade do homem são, portanto, falsos.

Esta confrontação com a ciência exclui todo problema religioso, propriamente dito. A ciência, por exemplo, não tem nenhuma explicação a dar sobre o processo pelo qual Deus se manifestou a Moisés, ou a propósito do mistério em torno da vinda ao mundo de Jesus, sem que existisse para Ele um pai biológico. Sobre fatos desse tipo, as Escrituras não dão, aliás, nenhuma explicação material. O presente estudo trata do que nos ensinam as Escrituras sobre os assuntos de fenômenos naturais extremamente diversos, que elas envolvem mais ou menos de comentários ou explicações, e é preciso opor, nesse sentido, a grande riqueza da Revelação Alcorânica à descrição de duas outras revelações sobre o mesmo assunto.

Foi sem nenhuma ideia preconcebida e com uma objetividade total que eu me debrucei sobre a Revelação Alcorânica, à procura do grau de compatibilidade do texto alcorânico com os dados da ciência moderna. Eu sabia, por traduções, que o Alcorão evocava sempre todo tipo de fenômenos naturais, mas eu só possuía deles, um conhecimento sumário. Foi examinando muito atentamente o texto em árabe, que eu fiz um inventário, ao fim do qual eu tive de me render à evidência de que o Alcorão não continha nenhuma afirmação que pudesse ser criticável do ponto de vista científico, na época moderna.

Eu fiz o mesmo exame do Antigo Testamento e dos Evangelhos, com a mesma objetividade. Para o primeiro, não foi preciso ir além do primeiro livro, «O Gênesis», para encontrar, nele, afirmações incompatíveis com os dados mais solidamente estabelecidos da ciência de nossa época.

Quando se abre os Evangelhos, de imediato, mergulha-se, com a genealogia de Jesus, que figura na primeira página, num problema muito grave pois o texto de Mateus está nesse ponto em evidente contradição com o de Lucas, e este último apresenta uma incompatibilidade evidente com os conhecimentos modernos, relativos à antiguidade do homem sobre a Terra.

A existência dessas contradições, improbabilidades e incompatibilidades não me parece alterar em nada a fé em Deus. Ela compromete somente a responsabilidade dos homens. Nada se pode dizer do que poderiam ser os textos originais, qual foi a parte fantasista das redações, qual foi a parte da manipulação deliberada dos textos pelos homens, como aquela das modificações inconscientes das Escrituras.

O que choca em nossos dias, é ver que, diante de tais contradições ou incompatibilidades com os dados bem estabelecidos da ciência, especialistas do estudo dos textos ou fingem às vezes ignorá-los, ou relevam as falhas mas tentam camuflá-las com a ajuda de acrobacias dialéticas.

A propósito dos Evangelhos de Mateus e de João, eu darei exemplos deste uso brilhante de fórmulas apoloéticas por eminentes exegetas. A tentativa de camuflar por esses procedimentos de uma inverossimilhança ou de uma contradição que se denomina pudicamente «dificuldades» e freqüentemente coroada de sucesso, o que explica que tantos cristãos ignorem as falhas graves de numerosas passagens do Antigo Testamento e dos Evangelhos. O leitor encontrará na primeira e segunda partes deste livro exemplos precisos.

Ele encontra na terceira parte do livro a ilustração de uma aplicação inesperada da ciência ao estudo de uma Escritura Santa, a contribuição do conhecimento profano moderno a uma melhor compreensão de certos versos alcorânicos, até agora enigmáticos, e mesmo incompreensíveis. Como admirar-se disto, quando se sabe que, para o Islã, a religião e a ciência sempre foram consideradas como duas irmãs gêmeas.

Cultivar a ciência faz parte das prescrições religiosas desde as origens a aplicação desse preceito acarreta o prodigioso impulso científico no grande período da civilização islâmica, da qual o Ocidente mesmo se nutriu antes da Renascença. Em nossos dias, os progressos conseguidos graças aos conhecimentos científicos na interpretação de certas passagens do Alcorão, incompreendidos ou mal interpretados até agora constituem o apogeu dessa confrontação entre as Escrituras e a Ciência.



ANTIGO TESTAMENTO

RESUMO GERAL

Quem é o autor do Antigo Testamento?

Quantos leitores do Antigo Testamento, a quem esta pergunta seria feita, não dariam respostas que repetem o que eles leram na introdução de sua Bíblia, a saber que esses livros têm todos Deus por autor, muito embora eles tenham sido escritos por homens inspirados pelo Espírito Santo.

Ora o autor da apresentação da Bíblia limita-se a instruir a seu leitor com a ajuda dessa breve noção que corta toda interrogação, ora ele acrescenta um corretivo, advertindo que os detalhes puderam, em consequência, ter sido acrescentados por homens ao texto primitivo, mas que, contudo, o caráter litigioso de uma passagem não altera a “verdade” geral que decorre dela. Insiste-se sobre essa “verdade” pela qual se responsabiliza o Magistério da Igreja, assistido pelo Espírito Santo, o único suscetível de esclarecer os fiéis sobre esses pontos. A Igreja promulgou, desde os concílios do século IV, a lista dos Livros Santos, lista que foi confirmada para formar o que se chama o Cânon pelos Concílios de Florença (1441), Trento (1546) e Vaticano (1870). Recentemente, o último concílio do Vaticano II, depois de tantas encíclicas, publicou sobre a Revelação um texto da primeira importância, laboriosamente esclarecido durante três anos (1962-1965). A imensa maioria dos leitores da Bíblia acha essas informações reconfortantes, nas introduções das edições modernas contenta-se com as garantias de autenticidade dadas no decurso dos séculos, e quase não pensa que se possa discutir o assunto.

Mas quando se refere às obras escritas por religiosos que não são destinadas à grande vulgarização, percebe-se que a questão da autenticidade dos livros da Bíblia é muito mais complexa que se havia pensado “a priori”. Se se consulta, por exemplo, a publicação moderna, em fascículos separados, da Bíblia traduzida em francês sob a direção da Escola Bíblica de Jerusalém¹, o tom aparece muito diferente, e se percebe que o Antigo Testamento, como o Novo, levanta problemas dos quais os autores dos comentários não esconderam muito os elementos que suscitam a controvérsia.

1 - Edição do Cerf, Paris.

Encontram-se, igualmente, dados muito precisos nos estudos mais condensados e de uma grande objetividade, como aquela do professor Edmond Jacob: o ANTIGO TESTAMENTO². Este livro dá uma perfeita visão do conjunto.

Muitos ignoram que havia na origem, como assinala Edmond Jacob, uma pluralidade de textos e não um texto único. Lá pelo século III A.C, havia, pelo menos, três formas do texto hebreu da Bíblia: o Texto Massorético, o que serviu, ao menos em parte, para a tradução grega e o Pentateuco Samaritano. No século I A.C, tentou-se estabelecer um texto único, mas será preciso esperar até um século D.C., para que o texto bíblico seja fixado.

Se tivéssemos essas três formas do texto, as comparações seriam possíveis e se chegaria, quem sabe, a uma opinião do que poderia ter sido o original, mas infelizmente não se tem a mínima ideia. Com exceção dos rolos da gruta de Qumran, datando da época pré-cristã próxima de Jesus, um papiro do Decálogo do século II D.C., apresentando variações com o texto clássico, alguns fragmentos do século V D.C. (Géniza do Cairo), o texto em hebreu mais antigo da Bíblia é do século IX d.C.

Em língua grega, a Septuaginta será a primeira tradução. Datando do século III A.C, ela foi realizada pelos judeus de Alexandria. Sobre este texto é que se apoiarão os autores do Novo Testamento. Ele terá autoridade até, o século VII D.C. Os textos gregos de base geralmente utilizados no mundo cristão são os manuscritos conservados sob o nome de CODEX VATICANO, da cidade do Vaticano, e o CODEX SINAITICUS, do British Museum de Londres, e que datam do Século IV D.C. Em Latim, São Jerônimo teria feito um texto a partir dos documentos hebreus nos primeiros anos do Século V D.C. É a edição chamada mais tarde VULGATA, em razão de sua difusão universal depois do século VII da era cristã.

De memória, citemos as versões Aramaicas, Siríacas (Peshitta), que só são parciais.

Todas essas versões permitiram aos especialistas chegar à confecção dos textos que se chamam “médios”, espécie de compromisso entre as versões diferentes. Estabeleceu-se igualmente as compilações em diversas línguas, justapostas, dando lado a lado as versões hebraica, grega, latina, siríaca, aramaica e mesmo árabe. Assim é a célebre Bíblia de Walton (Londres, 1657). Para completar, acrescentaremos que, entre as diversas Igrejas cristãs, as concepções bíblicas divergentes fizeram com que nem todas aceitassem exatamente os mesmos

2 - Presses Universitaires de France. Coll. Que Sais-Je?



livros e que elas tivessem até hoje, numa mesma língua, as mesmas ideias sobre a tradução. Obra de unificação em fase de acabamento, a tradução ecumênica do Antigo Testamento, realizada por numerosos especialistas católicos e protestantes, deveria chegar a um texto-síntese.

Assim, parece considerável a parte humana no texto do Antigo Testamento. E verifica-se, sem dificuldade, como, de versão, de tradução em tradução, com todas as correções que resultam fatalmente, o texto original pôde ser transformado em mais de dois milênios.

ORIGEM DA BÍBLIA

Antes de ser uma compilação de livros, foi uma tradição popular que não teve outro apoio a não ser a memória humana, agente exclusivo da origem da transmissão das ideias. Esta tradição foi cantada.

“Numa fase elementar, escreveu E. Jacob, todo povo canta; em Israel como em outros lugares, a poesia precedeu a prosa. Israel cantou muito e bem; levada pelas circunstâncias de sua história no auge do entusiasmo tanto quanto nos abismos do desespero, participando com intensidade de tudo que lhe ocorria, pois tudo tinha aos seus olhos um sentido, ele deu a seu canto uma grande variedade de expressão”. Cantou-se sob pretextos os mais diversos, e E. Jacob os relaciona em certo número dos quais os cantos acompanhadores se reencontram no Antigo Testamento: cantos da refeição, canto da celebração do fim das colheitas, cantos acompanhando o trabalho como célebre canto do Poço [Números, 21:17], cantos de casamento como aquele do Cântico dos Cânticos, cantos de luto, cantos de guerra extremamente numerosos na Bíblia, entre os quais o Cântico de Débora [Juizes, 5:1-32], que exalta a vitória de Israel desejada por Yahveh no fim de uma guerra Santa que Yahveh faz, ele mesmo. [Números, 10:35]: “Quando a Arca (da aliança) partia, Moisés dizia: Levanta-te, Senhor e dispersados sejam os teus inimigos! Que fujam diante de Tua Face aqueles que Te Odeiam!”

São ainda as Máximas e os Provérbios (Livro dos Provérbios, Provérbios e Máximas dos Livros Históricos), as palavras de bênção e de maldição, as leis que os Profetas editam aos homens depois de haver recebido seu mandato divino.

E. Jacob nota que essas palavras eram transmitidas seja por via familiar, seja através dos santuários, sob a forma de narração da história do povo eleito por Deus. Esta tornou-se, logo, uma fábula como o Apólogo de Joatão (Juízes, 9:7-21) onde “as árvores tentam ungir para si um rei e dirigem-se alternativamente à oliveira, à figueira, à videira, ao espinheiro”, o que permite a E. Jacob escrever “... animada pela função fabulista da narração, não se encontrou embaraço sobre assuntos e épocas das quais a história era mal conhecida”, e concluir:

“É provável que o que o Antigo Testamento conta a respeito de Moisés e dos Patriarcas não corresponda, a não ser aproximadamente, ao desenvolvimento histórico dos fatos, mas os narradores souberam, já no estágio de transmissão oral, concretizar tanta graça e imaginação para reler entre eles os episódios mais diversos, que eles conseguiram apresentar como uma história em suma provável para os espíritos críticos, o que se passou nas origens do mundo e da humanidade”.

É muito oportuno pensar que depois da fixação do povo judeu em Canaã, isto é, no fim do século XIII A.C, a escrita é empregada para transmitir e conservar a tradição, mas sem um total rigor, mesmo quando se tratava do que parece aos homens merecer a maior perenidade, isto é, as leis. Entre esses últimos, a lei à qual se atribuiu a escrita pela mão de Deus, o Decálogo, é transmitida no Antigo Testamento segundo duas versões: Êxodo (20:1-21) e Deuterônimo (5:1-30). O espírito é o mesmo, mas as variações são patentes. Cuida-se de fixar uma documentação importante: contratos, cartas, listas de pessoas (juízes, altos funcionários das vilas, listas genealógicas), listas de oferendas, listas de espólios. Assim foram constituídos os arquivos que trouxeram uma documentação, quando da redação seguinte das obras definitivas, que chegaram livros que nós possuímos. Assim, em cada livro, os gêneros literários diversos são misturados: aos especialistas cabe pesquisar os motivos dessa reunião de documentos originais.

É interessante aproximar esse processo de constituição de conjunto disparatado, que é o Antigo Testamento, na base inicial da tradução oral do que pôde se passar sob outros céus e em outros tempos quando do nascimento de uma literatura primitiva.

Tomemos, por exemplo, o nascimento da literatura francesa na época do reino dos Francos. A mesma tradição oral preside, no início, a conservação dos grandes feitos: as guerras que são sempre guerras de defesa da cristandade, dramas diversos nos quais se ilustram os heróis, os quais, séculos mais tarde, vão inspirar trovadores, cronistas, autores de “ciclos” diversos. Assim, nascerão,



a partir do século XI da era cristã, as canções de gesta, onde o real se mistura com a lenda, e que vão constituir o primeiro monumento de uma época. Célebre entre todas é a Canção de Rolando, canto romanceado de um grande feito de armas no qual se ilustra Rolando, comandando a retaguarda do Imperador Carlos Magno, na volta de uma expedição espanhola. O sacrifício de Rolando não é um episódio inventado pelas necessidades da narrativa. Situa-se em 15 de agosto de 778; tratava-se, com efeito, de um ataque pelos montanheseos bascos. A obra literária não é apenas legendária; ela tem uma base histórica, mas ela não seria tomada em conta pelos historiadores.

O paralelo feito entre o nascimento da Bíblia e uma tal literatura profana parece corresponder muito exatamente a uma realidade. Ela não visa, de modo algum, a rejeitar no conjunto, como fazem tantos negadores sistemáticos da ideia de Deus, o texto bíblico possuído hoje entre os homens no mercado das coleções mitológicas. Pode-se perfeitamente crer na realidade da criação, na entrega dos mandamentos, a Moisés por Deus, na intervenção divina nos negócios humanos, no tempo do Rei Salomão, por exemplo, pode-se pensar que a essência desses fatos nos é narrada, sempre considerando que o detalhe das descrições deve ser submetido a uma crítica rigorosa, tamanhas são as participações humanas na transcrição por escrito das tradições orais originais.

OS LIVROS DO ANTIGO TESTAMENTO

O Antigo Testamento é uma coleção de obras de tamanho muito desigual e de gêneros diversos, escritos durante mais de nove séculos em várias línguas, a partir de tradições orais. Muitas dessas obras foram corrigidas e completadas, em função dos acontecimentos ou em função de necessidades particulares, em épocas às vezes bem distantes umas das outras.

É verdade que a eclosão dessa abundante literatura situa-se no início da monarquia israelita, pelo século XI A.C, a época onde aparecia na sociedade real o corpo de escribas, personagens cultos cujo papel não se limitava à escrita. Dessa época podem datar os primeiros escritos muito parciais, citados no capítulo precedente, escritos em que havia um interesse particular a ser fixado pela escritura: certos cantos que foram citados acima, os oráculos proféticos de Jacó e de Moisés, o Decálogo e, mais geralmente, os textos legislativos que antes da formação de um direito estabeleciam uma tradição religiosa. Todos esses textos

constituem os pedaços dispersos aqui e ali, nas diversas compilações do Antigo Testamento.

Um pouco mais tarde, talvez ao longo do século X A.C, é que teria sido redigido o texto dito “Yahvista”³ do Pentateuco que vai formar a estrutura dos cinco primeiros livros chamados de Moisés. Mais tarde, acrescentar-se-á a esse texto a versão chamada “Elohista”⁴ e a versão dita “Sacerdotal”⁵. O texto “Yahvista” inicial trata do período das origens do mundo até a morte de Jacó. Ele emana do reino do sul [Judá].

No fim do século IX e metade do século VIII A.C, no reino norte (Israel), se elabora e se difunde a influência profética com Elias e Eliseu, dos quais nós possuímos os livros. É também na época do texto “Elohista” do Pentateuco (que cobre um período muito mais restrito que o “Yahvista”, pois ele se limita aos fatos concernentes a Abraão, Jacó e José). Os livros de Josué e dos Juízes datam desse período.

O século VIII A.C, é o dos profetas escritores: Amós e Oséias em Israel, e Isaías e Miquéias no reino de Judá.

Em 721 A.C, a tomada da Samária põe fim ao reino de Israel. O reino de Judá recebe sua herança religiosa. A compilação dos Provérbios datará desse período marcado, sobretudo, pela fusão em um só livro dos textos “Yahvista” e “Elohista” do Pentateuco; assim é constituído o Tora. A redação do Deuteronômio se situará nessa época.

O Reino de Josias, na segunda parte do século VII A.C, coincidirá com os inícios do profeta Jeremias, mas sua obra não tomará forma definitiva a não ser um século mais tarde.

Antes do primeiro degredo à Babilônia de 598 A.C, colocam-se o sermão de Sofonias, o de Naum e o de Habacuque. Ao longo desse primeiro degredo, Ezequiel já profetiza. Depois será a queda de Jerusalém em 587 A.C, que marcará o início da segunda deportação, esta se prolongando até 538 A.C.

O livro de Ezequiel, último grande profeta, e profeta do exílio, não será redigido na sua forma atual a não ser depois de sua morte, por escribas que serão seus herdeiros espirituais. Esses mesmos escribas retomarão em uma ter-

3 - Assim chamado porque Deus era chamado Yahveh.

4 - Assim chamado porque Deus era chamado Elohim.

5 - Ele provém dos padres do Templo de Jerusalém.



ceira versão, dita «Sacerdotal», o Gênesis pela parte que se estende da criação à morte de Jacó. Assim, vão ser inseridos, no meio mesmo dos dois textos “Yahvista” e “Elohista” da Tora, um terceiro texto de onde se verá mais tarde um aspecto de suas complexidades nos livros redigidos, aproximadamente quatro e dois séculos mais tarde. Nessa época, apareceu o Livro das Lamentações.

Sob a ordem de Ciro [a deportação à Babilônia termina em 538 A.C], os judeus reconquistam a Palestina e o templo de Jerusalém é reconstruído. Uma atividade profética recomeça, donde os livros de Ageu, de Zacarias, do Terceiro Isaías, de Malaquias, de Daniel e de Baruch (este escrito em grego).

O período que se segue à deportação é também o dos livros da Sabedoria: Os provérbios são redigidos definitivamente perto de 480 A.C O Eclesiastes ou Qohêlet data do século III A.C, que é também aquele do Cântico dos Cânticos, dos dois livros de Crônicas, dos de Esdras e Neemias; o Eclesiástico ou Sirácida apareceu no Século II A.C, o livro da Sabedoria de Salomão e os dois livros de Macabeus são redigidos um século A.C Os livros de Ruth, de Ester e de Jonas são dificilmente datáveis, como os livros de Tobias e de Judith. Todas essas indicações são fornecidas sob reserva de remanejamentos seguintes, porque não é senão cerca de um século A.C, que se deu aos escritos do Antigo Testamento uma primeira forma que, para muitos, não se tornará definitiva senão no século I d.C..

Assim, o Antigo Testamento aparece como um monumento da literatura do povo judeu das origens até a era cristã: os livros que o compõem foram redigidos, completados, revistos entre o século X e o I A.C Não é apenas um ponto de vista pessoal que é dado aqui sobre a história de sua redação. Os dados essenciais desse apanhado histórico foram tirados do artigo «Bíblia», pela “Enciclopédia Universal”⁶ por J- P. Sandroz, professor das Faculdades Dominicanas do Saulchoir. Para compreender o que é o Antigo Testamento, é preciso ter na memória noções perfeitamente estabelecidas em nossos dias por especialistas altamente qualificados.

Uma Revelação está inserida em todos esses escritos, mas nós não possuímos hoje e o que bem quiseram nos deixar os homens que manipularem os textos à sua maneira, em função das circunstâncias nas quais eles se encontravam e das necessidades que eles haviam de vencer.

Quando se comparam esses dados objetivos àqueles revelados nas diversas Preliminares da Bíblia, destinadas em nossos dias à vulgarização, constata-se

6 - Ed. 1974, Vol. 3, p. 244-253.

que os fatos aí são apresentados de uma maneira diferente. Há um silêncio sobre os fatos fundamentais relativos à redação dos livros, equivocados são mantidos e desviam o leitor, os fatos são minimizados a ponto de dar uma ideia falsa da realidade.

Muitas Preliminares ou Introduções das Biblias disfarçam assim a verdade. Livros inteiros são reformados em várias reprises (como o Pentateuco); tenta-se em mencionar que os detalhes puderam ser acrescentados após o corte. Introduz-se uma discussão a propósito de uma passagem insignificante de um livro, mas silenciam-se fatos cruciais que mereceriam longos desenvolvimentos.

Causa aflição verem-se mantidas pela vulgarização noções de tal maneira inexatas sobre a Bíblia.

A TORÁ OU PENTATEUCO

Torá é um nome semítico. A expressão grega que em português, deu “Pentateuco”, designa uma obra em cinco partes: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuterônimo, que vão formar os cinco primeiros elementos da compilação dos trinta e nove volumes do Antigo Testamento.

Esse grupo de textos trata das origens do mundo até a entrada do povo judeu em Canaã, terra prometida depois do exílio no Egito, mais exatamente até a morte de Moisés. Mas a narração desses fatos serve de quadro geral para a exposição das disposições concernentes à vida religiosa e à vida social do povo judeu; daí, o nome Lei ou Tora.

O judaísmo e o cristianismo, durante longos séculos, consideraram ser Moisés mesmo seu autor. Pode ser que tenham se baseado para fazer essa afirmação no fato de que Deus tenha dito a Moisés (Êxodo, 17:14): “Escreve isto (a derrota de Amaleq) para memória no Livro”, ou ainda a propósito do Êxodo depois do Egito, que “Moisés anotou os lugares de onde eles partiram” (Números, 33:2), ou então que “Moisés escreveu esta lei” (Deuterônimo, 31:9). A partir do século I A.C., defendia-se a tese segundo a qual todo Pentateuco foi escrito por Moisés; Flavius, Josephus, Philon de Alexandria a sustentavam.

Hoje, essa tese está absolutamente abandonada. Todos estão de acordo

sobre este ponto, o que não impede que o Novo Testamento atribua a Moisés esta paternidade. Com efeito, Paulo, na Epístola aos Romanos (10:5), citando uma frase do Levítico, afirma: “Moisés mesmo escreve da justiça que vem da lei...”, e João no seu Evangelho (5:46-47) diz a Jesus esta frase: “Se Vós tivésseis visto Moisés, também acreditaríeis em mim; porquanto ele escreveu a meu respeito. Se, porém, não credes nos seus escritos, como creereis nas minhas palavras?”. Trata-se aqui de uma redação, o termo grego corresponde ao texto original (escrito nessa língua) ó “episteute”. Ora trata-se de uma afirmação totalmente falsa posta pelo Evangelista na boca de Jesus: o que se segue o demonstra.

Eu atribuo os elementos dessa demonstração a R.P. de Vaux, diretor da Escola Bíblica de Jerusalém, que fez preceder sua tradução do Gênesis de 1962 de uma Introdução Geral do Pentateuco, contendo valiosos argumentos, indo ao encontro das afirmações evangélicas sobre a paternidade da obra em questão.

R.P. de Vaux lembra que “a tradição judaica, que Cristo e os Apóstolos seguram”, foi aceita até a Idade Média; Aben Esra foi, no século XII, o único contestador dessa tese. É no século XVI que Carlstadt observa que Moisés não pôde escrever a narrativa de sua própria morte no Deuteronomio (34:5-12). O autor cita a seguir obras críticas que negam ser de Moisés ao menos uma parte do Pentateuco, e sobretudo a obra de Richard Simon, do Oratório, “A História Crítica do Velho Testamento” (1678) que sublinha as dificuldades cronológicas, as repetições, as desordens das narrações e as diferenças de estilo do Pentateuco.

O livro foi um escândalo; também não seguimos a argumentação de R. Simon: “em seus livros de história do começo do Século XVIII, as referências à alta antiguidade procedem frequentemente do “que Moisés havia escrito.”

Imagina-se o quanto era difícil combater uma lenda forte do apoio de que Jesus mesmo teria introduzido no Novo Testamento, como nós vimos. Deve-se à Jean Astruc, médico de Luiz XV, o fato de haver fornecido o argumento decisivo. Publicando em 1753 suas “Conjunturas sobre as Memórias Originais das quais parece que Moisés se serviu para compor o livro Gênesis”, chamou a atenção sobre à pluralidade das fontes.

Ele não foi, sem dúvida, o primeiro a fazer essa observação, mas, em todo caso, teve a coragem de tomar pública uma contestação primordial: dois textos

marcados cada um por uma particularidade de se atribuir a Deus o nome de YAHVEH e ELOHIM estavam lado a lado presentes no Gênesis; este último continha, pois, dois textos justapostos. Eichhorn (1780-1783) fez a mesma descoberta para os quatro outros livros; depois, Ilgen (1798) percebeu que um dos dois textos individualizados por Astruc, aquele onde Deus é chamado Elohim, deveria ser ele mesmo dividido em dois.

○ Pentateuco explodia literalmente.

○ Século XIX se empenhou numa pesquisa ainda mais minuciosa das fontes. Em 1854, mais quatro fontes são admitidas. Dá-se-lhes os nomes de: Documento Yahvista, Documento Elohista, Deuteronomio, Código Sacerdotal. Consegue-se atribuir-lhes as idades:

1 - O Documento Yahvista situa-se no século IX A.C (redigido no país de Judá);

2 - O Documento Elohista será um pouco mais recente (redigido em Israel);

3 - O Deuteronomio é do século VIII A.C para uns (E. Jacob); da época de Josias (Século VII A.C), para outros (R.P. de Vaux);

4 - O Código Sacerdotal é da época do exílio ou depois do exílio, século VI A.C

Assim, a organização do texto do Pentateuco estende-se, pelo menos, por três séculos.

Mas o problema é ainda mais complexo. Em 1941, A. Lods distingue três fontes no Documento Yahvista, quatro no Elohista, seis no Deuteronomio, nove no Código Sacerdotal, sem contar, escreve R.P. de Vaux, os acréscimos repartidos entre oito autores.

Em uma data mais recente, chega-se a pensar que «muitas das constituições ou das leis do Pentateuco tinham paralelos extra bíblicos, muito anteriores às datas atribuídas aos documentos» e que numerosos relatos do Pentateuco supunham outro meio - e mais antigo - que aquele de onde teriam originado esses documentos», o que leva a se interessar pela «formação das traduções».

O problema aparece então com uma complexidade tal que ninguém mais se reconhece nele.

A multiplicidade das fontes acarreta discordâncias e repetições numerosas. R.P. de Vaux dá exemplos dessas “imbricações” de traduções diversas concernentes à criação, aos descendentes de Caim, ao dilúvio, ao rapto de José, suas aventuras no Egito; discordâncias de nomes referidos a uma mesma personagem, apresentações diferentes de acontecimentos importantes.

Assim, o Pentateuco aparece formado de tradições diversas reunidas mais ou menos diretamente pelos redatores, tendo ora justaposto suas compilações, ora transformado as narrações num propósito de síntese, mas deixando, entretanto, aparecer com dúvidas e discordâncias que conduziram os modernos a uma pesquisa objetiva das origens.

No plano da crítica textual, o Pentateuco oferece, sem dúvida, o exemplo mais evidente das correções efetuadas pelos homens, em diferentes períodos da história do povo judeu, das tradições orais e dos textos recebidos de gerações passadas.

Tendo começado no século X ou IX A.C com a tradição Yahvista que toma a narração a partir das origens, ele apenas esboçou o destino particular de Israel, como escreve R.P. de Vaux, para o «recolocar no grande designio de Deus, concernente à humanidade». Ele termina no século VI A.C, pela Tradição Sacerdotal preocupada com a precisão na citação de datas e genealogias⁷.

“As raras narrações que esta tradição tem propriamente”, escreve R.P. de Vaux, “testemunham suas preocupações legalistas: o descanso no sábado no fim da criação, a aliança com Noé, a aliança com Abraão e a circuncisão, a compra da gruta de Machpela⁸, que dá aos patriarcas um título imobiliário em Canaã.

Lembramos que a tradição Sacerdotal situa-se em torno da deportação à Babilônia e ao momento da reinstalação na Palestina a partir de 538 A.C Há,

7 - Veremos no próximo capítulo a que erros na redação, aparecendo depois da confrontação com os dados modernos da ciência, são conduzidos os redatores da versão Sacerdotal a propósito da antiguidade do homem sobre a Terra, a situação no tempo e o desenvolvimento da criação, os erros decorrentes evidentemente das manipulações dos textos pelos homens.

8 - Conhecida como o túmulo dos Patriarcas em Hebron, na Cisjordânia.

portanto, um emaranhado de problemas religiosos e de problemas de pura política”.

Apenas para o Gênesis, a fragmentação do Livro em três fontes principais é bem estabelecida: R.P. de Vaux, nos comentários de sua tradução, enumera para cada uma delas as passagens do texto atual do Gênesis que depende dele. Fundando-se nesses dados podem-se definir, não importa para qual capítulo, as contribuições das diversas fontes.

Para o que concerne, por exemplo, à criação, ao dilúvio e ao período indo do dilúvio a Abraão, que ocupam os onze primeiros capítulos do Gênesis, vê-se suceder, cada um por sua vez, dentro da narração bíblica, uma porção de texto Yahvista e uma porção do texto Sacerdotal; o texto Elohista não está presente nesses onze primeiros capítulos.

A imbricação dos acréscimos Yahvista e Sacerdotal aparece aqui com toda clareza. Para a criação até Noé (cinco primeiros capítulos), o arranjo é simples: uma passagem Yahvista alterna com a passagem Sacerdotal do começo ao fim da narração.

Mas, para o dilúvio e especialmente para os capítulos 7 e 8, o corte do texto segundo as fontes isola passagens muito curtas indo até a uma só frase. Para um pouco mais de cem linhas do texto francês, passa-se dezessete vezes de um texto para outro: daí, as improbabilidades e as contradições na leitura da narração atual. (Ver adiante o quadro que esquematiza esta repartição das fontes).

Detalhe da divisão do texto Yahvista e do texto Sacerdotal nos capítulos 1 a 11 do Gênesis.

O primeiro número indica o capítulo.

O segundo, entre parênteses, indica o número das frases, às vezes divididas em duas partes designadas pelas letras a e b.

A letra Y designa o texto Yahvista.

A letra S designa o texto Sacerdotal.

Exemplo: a primeira linha do quadro significa: do Capítulo 1º, frase 1 ao Capítulo 2, frase 4 a, o texto atual publicado nas Bíblias é o texto Sacerdotal.



Capítulo	Frase	Capítulo	Frase	Texto
1	(1)	2	(4a)	S
2	(4b)	4	(26)	Y
5	(1)	5	(32)	S
6	(1)	6	(8)	Y
6	(9)	6	(22)	S
7	(1)	7	(5)	Y
7	(6)	-	-	S
7	(7)	7	(10)	Y (modificado)
7	(11)	-	-	S
7	(12)	-	-	Y
7	(13)	7	(16a)	S
7	(16b)	7	(17)	Y
7	(18)	7	(21)	S
7	(22)	7	(23)	Y
7	(24)	8	(2ª)	S
8	(2b)	-	-	Y
8	(3)	8	(5)	S
8	(6)	8	(12)	Y
8	(13a)	-	-	S
8	(13b)	-	-	Y
8	(14)	8	(19)	S
8	(20)	8	(22)	Y
9	(1)	9	(17)	S
9	(18)	9	(27)	Y
9	(28)	10	(7)	S
10	(8)	10	(19)	Y
10	(20)	10	(23)	S
10	(24)	10	(30)	Y
10	(31)	10	(32)	S
11	(1)	11	(9)	Y
11	(10)	11	(32)	S

Que ilustração mais clara poderá dar manipulações da Escritura Bíblica pelos homens?

LIVROS HISTÓRICOS

Aborda-se com eles a história do povo judeu depois da entrada na Terra Prometida (que situamos mais aproximadamente no fim do século XIII A.C -), até a deportação à Babilônia, no século VI A.C.

O ponto principal aqui é o que se pode chamar “ponto nacional”, apresentado como realização da palavra divina. Na narração, aliás, dá-se pouco valor à exatidão histórica: um livro como o de Josué obedece, antes de tudo, aos motivos teológicos. A esse respeito, o professor E. Jacob sublinha a contradição aberta entre a arqueologia e os textos a propósito das pretendidas destruições de Jericó e de AY.

O livro dos Juízes é centrado na defesa do povo eleito contra os inimigos que o cercavam e sobre a ajuda dada por Deus. O livro foi muitas vezes reformado, o que assinala muito objetivamente R.P.A. Lefèvre, nas Preliminares da Bíblia de Crampon: os prefácios alternados e os apêndices o testemunham. A história de Ruth prende-se a essas narrações dos Juízes.

O Livro de Samuel e os livros dos Reis são sobretudo as compilações bibliográficas, interessando Samuel, Saul, David e Salomão. Seu valor histórico é discutido. E. Jacob encontra nesse ponto de vista numerosos erros, onde versões de um mesmo acontecimento podem ser duplas ou triplas. Os profetas Elias, Eliseu, Isaías têm também seu lugar, mesclando os tratados históricos e as lendas. Mas para outros comentadores, como R.P.A. Lefèvre, “o valor histórico desses livros é fundamental”.

O primeiro e o segundo livros das Crônicas, os livros de Esdras e de Neemias teriam um autor único, diz o cronista, vivendo no fim do século IV A.C Ele retoma toda a história da criação até esta época; suas genealogias não iam, todavia, além de David. Com efeito, ele utiliza, sobretudo, o livro de Samuel e o livro dos Reis, “ele as copia maquinalmente sem se preocupar com as inconseqüências” (E. Jacob) mas acrescenta também fatos precisos que a arqueologia confirma. Há nestas obras, o cuidado de se adaptar a história às necessidades teológicas: o autor, escreve E. Jacob, “faz às vezes história a partir da teologia”. “Assim , para explicar que o Rei Manassés, sacrílego e perseguidor, teve um reino longo e próspero, ele postula uma conversação desse o rei ao longo de uma jornada na Assíria (Crônicas,29 livro,33:11), onde não se trata de nenhuma fonte bíblica ou extra bíblica”. Os livros de Esdras e de Neemias foram extre-

mamente criticados, porque plenos de obscuridade e porque dizem respeito a um período que em si mesmo é muito mal conhecido, por falta de documentos extra bíblicos, ao período do século IV A.C.

Classificam-se entre os livros históricos, os livros de Tobias, de Judith, de Ester, nos quais as maiores liberdades são tomadas vis-à-vis da história: mudanças de nomes próprios, invenção de personagens e de acontecimentos, tudo isto dentro do melhor desígnio religioso. São, com efeito, as novelas de vocação moralista, enganosas, duvidosas históricas e inexatitudes.

Os outros são os dois livros de Macabeus, que dão sobre os acontecimentos do século II A.C uma versão tão exata quanto possível da história desse período e constituem, por isso, testemunhas de grande valor.

O conjunto de livros ditos históricos é, portanto, muito disparatado. A história é tratada de uma maneira tão científica quanto fantasista.

OS LIVROS PROFÉTICOS

Isolam-se sob, este nome as pregações de diversos profetas classificados no Antigo Testamento, fora dos grandes primeiros profetas, cujo ensinamento é evocado em outros livros torno Moises, Samuel, Elias ou Eliseu.

Os Livros Proféticos cobrem o período do século VIII ao II A.C

No século VIII A.C, são os livros Amos, Oséias, Isaías e Miquéias. O primeiro é célebre por sua condenação das injustiças sociais, o segundo pela condenação da corrupção religiosa que lhe valeu um sofrimento na própria pele (depois de haver esposado uma prostituta sagrada de um culto pagão), à imagem de Deus que sofre a degradação de seu povo, mas lhe dá sempre seu amor. Isaías é uma figura da história política: consultado pelos reis, ele domina os acontecimentos; é o Profeta da Grandeza. A essas obras pessoais, junta-se a publicação de seus oráculos por seus discípulos, e isso até o século III A.C: protestos contra as iniquidades, temor do julgamentos de Deus, anúncio da libertação no tempo do exílio, anúncio num período mais tardio da volta dos judeus à Palestina. É certo que nos seus segundo e terceiro Isaías, o cuidado profético se dobra em um cuidado político que aparece em plena luz. A pre-

gação de Miquéias, que é contemporâneo de Isaías, procede das mesmas ideias gerais.

No século VII A.C, são Sofonias, Jeremias, Naum, Habacuque que se ilustram na pregação. Jeremias acaba mártir. Seus oráculos foram compilados por Baruch. Ele é possivelmente o autor das Lamentações.

O exílio na Babilônia, no início do século VI A.C, deu nascimento a uma atividade profética intensa, onde Ezequiel é uma grande figura sob o título de consolador de seus irmãos, entre os quais ele semeia a esperança. Suas visões são célebres. O livro de Abdias é uma relação com as desgraças de Jerusalém conquistada.

Depois do exílio que termina em 538 A.C, a atividade profética prossegue com Ageu e Zacarias para exortar à reconstrução do templo. Quando esta termina, o que está escrito sob o nome de Malaquias comporta os oráculos diversos de natureza espiritual.

Por que o livro de Jonas é incluído nos livros proféticos, já que o Antigo Testamento não lhe atribui os textos propriamente ditos? Jonas é uma história de onde se ressalta um fato principal: a necessária submissão à vontade divina.

Daniel é um apocalipse “desconcertante” do ponto de vista histórico, segundo os comentaristas cristãos, escrito em três línguas (hebreu, aramaico e grego). Seria uma obra do século II A.C, da época Macabeana. O autor teria querido convencer seus compatriotas da época de, “a abominação da desolação”, que o tempo da libertação estava próximo, para manter sua fé (E. Jacob).

OS LIVROS POÉTICOS E DE SABEDORIA

Eles formam compilações possuidoras de uma indiscutível unidade literária.

Na primeira linha deles, os Salmos, que são um monumento da poesia hebraica. Compostos por David (para muitos, por alguns padres e, para outros, alguns levitas) têm por tema os louvores, as súplicas, as meditações. Sua função era de ordem litúrgica.

O livro de Jó, o livro da sabedoria e da piedade por excelência, dataria de 400 ou 500 A.C.

As Lamentações sobre a queda de Jerusalém, do início do século VI A.C, poderiam ter Jeremias como autor.

É preciso ainda citar o Cântico dos Cânticos, cantos alegóricos antes de tudo sobre o amor divino, o livro dos Provérbios, coleção de parábolas de Salomão e outros sábios da corte, Eclesiastes ou Qohelet no qual se debate a felicidade terrestre e sabedoria.

Como este conjunto, extremamente disparatado pelo conteúdo, de livros escritos durante um período de sete séculos pelo menos, provindo de fontes extremamente variadas, que foram em seguida amalgamadas [juntas] no interior de uma mesma obra, pôde, no encadeamento dos séculos, vir a constituir um todo indissociável e resultar - com algumas variantes segundo as comunidades - no livro da Revelação judeu-cristã, o “cânon”, palavra grega à qual o sentido de intangibilidade (imaterial) é ligado?

O amálgama não data do cristianismo, mas do judaísmo mesmo, sem dúvida, uma primeira etapa no século VII A.C, com os livros posteriores vindo a se juntar aos primeiros. É preciso observar, entretanto, o lugar bem privilegiado concedido em todo tempo aos cinco primeiros formadores da Tora ou Pentateuco. Cumprindo-se os anúncios dos profetas (promessa de um castigo em função das faltas), não foi muito difícil se acrescentar seus textos aos livros precedentemente admitidos.

Houve mesmo promessas de esperanças prodigiosas, feitas pelos mesmos pregadores. No Século II A.C, o “cânon” dos Profetas foi constituído.

Os outros livros como os Salmos, em função de seu papel litúrgico, foram integrados com os outros escritos, como as Lamentações e os escritos de sabedoria de Salomão ou de Jó.

O cristianismo, inicialmente judeu-cristianismo, tão bem estudado - ver-se-á mais adiante - pelos autores modernos como o cardeal Daméon, antes de sofrer sua transformação sob a influência de Paulo, muito normalmente recebeu esta herança do Antigo Testamento ao qual os autores dos Evangelhos são estreitamente ligados. Mas isso foi feito o “expurgo” dos Evangelhos eliminando-se os “apócrifos”, não se acreditou ser necessária a mesma triagem para o Antigo Testamento, e aceitou-se tudo por assim dizer; tudo ou quase tudo.

Quem ousou contestar o que quer que fosse, concernente a este amálgama disparatado até o fim da Idade Média, no Ocidente, pelo menos? Ninguém ou quase ninguém. Do fim da Idade Média ao início dos Tempos Modernos, algumas críticas surgiram; verificou-se isto, acima, mas as Igrejas sempre conseguiram impor sua autoridade. Uma autêntica crítica textual, certamente, nasceu em nossos dias mas, se seus especialistas eclesiásticos consagraram muito talento para examinar uma infinidade de pontos de detalhes, eles julgaram preferível não ir muito adiante naquilo que eles chamam com eufemismo de “dificuldades”. Eles não parecem nada entusiasmados em estudar essas últimas à luz dos conhecimentos modernos. Se o objetivo são paralelos históricos - principalmente quando uma certa concordância aparece entre eles e as narrações bíblicas -, não se engajou ainda na via de uma comparação franca e aprofundada com as noções científicas, a qual, percebe-se, levaria a contestar a noção até então indiscutida da verdade das Escrituras Judeu-Cristãos.

O ANTIGO TESTAMENTO E A CIÊNCIA MODERNA

CONSTATAÇÕES

Poucos dos assuntos tratados no Antigo Testamento, como aliás nos Evangelhos, dão lugar a uma confrontação com os dados dos conhecimentos modernos. Mas quando há a incompatibilidade entre o texto bíblico e a ciência, é a propósito de questões que podemos qualificar de maiores.

Nós já vimos no capítulo precedente, que se encontravam na Bíblia erros de ordem histórica e citamos certos deles revelados por alguns exegetas judeus e cristãos. Estes últimos têm uma tendência natural de minimizar sua importância; eles consideram bem normal que o autor sagrado possa apresentar os fatos históricos em função da teologia, escrevendo, portanto, a história para as necessidades da causa.

Sob o ângulo da lógica, mais adiante, a propósito do Evangelho de Mateus, as mesmas liberdades tomadas com a realidade e os mesmos comentários tendo por objetivo fazer admitir como verdade o que é uma contra verdade.



Um espírito objetivo e lógico não pode estar satisfeito com essa maneira de proceder.

Sob o ângulo da lógica, pode-se ressaltar na Bíblia um número considerável de contradições e incertezas. A existência de fontes diferentes que serviram para a confecção da narrativa pode ser a origem da narração de um mesmo fato sob duas apresentações; mas há mais: os remanejamentos diversos, as adições posteriores nos textos como os comentários acrescentados a posteriori, incluídos mais tarde na narração quando de uma nova cópia, tudo isto é bem conhecido dos especialistas da crítica textual e muito honestamente sublinhado por alguns. Apenas para o Pentateuco, por exemplo, R.P. de Vaux detalhou, na Introdução Geral, precedendo sua tradução do Gênesis (págs. 13-14) de numerosíssimas discordâncias, que não parece útil reproduzir aqui, porque serão feitas citações várias, entre elas, neste estudo. Tira-se daí a ideia geral de que não é preciso tomar o texto ao pé da letra.

Aqui está um exemplo bem característico:

No Gênesis (6:3), Deus decide, justamente antes do Dilúvio, dali em diante, limitar a vida do homem a cento e vinte anos. “Seus dias serão cento e vinte anos”, escreveu Ele. Ora, nota-se mais adiante (Gênesis 10: 1-32) que os dez descendentes de Noé tiveram duração da vida que vai de 148 a 600 anos (ver o quadro no qual é marcado nesse capítulo, a descendência de Noé até Abraão). A contradição entre essas duas passagens é manifesta. A explicação é simples. A primeira passagem (Gênesis 6:3) é um texto Yahvista que, como vimos acima, data, sem dúvida, do século X A.C. A segunda passagem do Gênesis (11 : 10-32) é um texto muito mais recente (século VI A.C.) da tradição Sacerdotal, que é, na origem destas genealogias, tão precisas na enumeração da duração da vida, quanto inverossímeis, quando se as toma em conjunto.

É no Gênesis que existem as incompatibilidades mais evidentes com a ciência moderna. Estas concernem a três pontos essenciais:

1ª - A criação do mundo e suas etapas;

2ª - A data da criação do mundo e a data do aparecimento do homem sobre a Terra;

3ª - A narração do Dilúvio.

A CRIAÇÃO DO MUNDO

Como acentua R.P. de Vaux, o Gênesis “começa por duas narrações justapostas da criação”. É preciso, do ponto de vista do exame de sua compatibilidade com os dados da ciência, examiná-las separadamente.

A PRIMEIRA NARRAÇÃO DA CRIAÇÃO

A primeira narração ocupa o capítulo primeiro e todos os primeiros versículos do segundo capítulo. Ele é um monumento de inexatidões do ponto de vista científico. É preciso encarar sua crítica, parágrafo por parágrafo. O texto reproduzido aqui é o da tradução, segundo a Escola Bíblica de Jerusalém:

- Capítulo 1º, Versículos 1 e 2:

“No princípio criou Deus os céus e a terra. E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o espírito de Deus se movia sobre a face das águas”.

Pode-se bem admitir que, quando a Terra não havia sido criada, o que vai transformar o universo, tal como nós o conhecemos, estava mergulhado nas trevas, mas mencionar a existência das águas nesse período é uma alegoria pura e simples: é provavelmente a tradução de um mito. Ver-se-á na terceira parte deste livro que tudo leva a pensar que, no estágio inicial da formação do universo, existia uma massa gasosa; colocar água aí é um erro.

- Versículos 3-5:

“Que haja luz e houve luz. Deus viu que a luz era boa e separou a luz das trevas. Deus chamou a luz, Dia e às trevas, Noite. E houve uma tarde e uma manhã: primeiro dia”.

A luz que percorre o universo é a resultante de reações complexas que passam ao nível das estrelas, sobre as quais voltaremos na terceira parte desse livro. Ora, nesse estágio da criação, as estrelas não tinham ainda sido formadas, segundo a Bíblia, pois “as luzes” do firmamento não são citadas no Gênesis, a



não ser no Versículo 14, como uma criação do quarto dia “para separar o dia da noite”, “para clarear a terra”, o que é rigorosamente exato. Mas é ilógico citar o efeito produzido (a luz) no primeiro dia, situando a criação do meio de produção desta luz (as luzes) três dias mais tarde. Além disso, colocar no primeiro dia a existência de uma tarde e uma manhã é puramente alegórico: a tarde e a manhã, como elementos de um dia, só são concebidos quando da existência da terra e sua rotação sob a iluminação de sua estrela próxima: o Sol.

- Versículos 6-8:

“Deus disse: haja firmamento no meio das águas e que ele separe as águas e das águas e assim se fez. Deus fez o firmamento, que separou as águas que estão sob o firmamento das águas que estão acima do firmamento, e Deus chamou firmamento, o céu. E houve uma tarde e houve uma manhã: segundo dia”.

O mito das águas continua aqui com a separação delas em duas camadas por um firmamento que, na narração do Dilúvio, vai deixar passar as águas de cima que vão se despejar sobre a terra. Essa imagem de uma cisão das águas em duas massas é cientificamente inaceitável.

- Versículos 9-13:

“Deus disse: “que as águas que estão debaixo do céu se reúnam em uma só massa e que apareça o continente”, e assim se fez. Deus chamou o continente “terra e a massa das águas “mar” e Deus viu que era bom.” Deus disse: “que a terra produza verdura: as ervas dando sementes segundo sua espécie, as árvores dando segundo sua espécie frutos contendo sua semente”. E Deus viu que isto era bom. E houve uma tarde e uma manhã: terceiro dia”.

O fato de que numa certa época da história da terra, quando ela estava recoberta de água. Continentes tenham emergido é bem aceitável cientificamente. Mas que um reino vegetal bem organizado, com uma reprodução por grãos, apareça antes que exista o sol (isto será, diz o Gênesis, pelo quarto dia) e que se estabeleça o revezamento dos dias e das noites é absolutamente insustentável.

- Versículos 14-19:

“Deus disse: “haja luzeiros no firmamento do céu para separar o dia da noite, que eles sirvam de sinais, tanto para as festas como para os dias e os anos;

que eles sejam os luzeiros no firmamento do céu para clarear a terra”. E assim se fez. Deus fez os dois luzeiros maiores: o grande luzeiro como potência do dia e o pequeno luzeiro como potência da noite, e as estrelas. Deus os colocou no firmamento do céu para clarear a terra, para comandar o dia e a noite, para separar a luz e as trevas, e Deus viu que era bom. Houve tarde e houve manhã: quarto dia”.

Aqui a descrição do autor bíblico é aceitável. A única crítica que se pode fazer a esta passagem é o lugar que ocupa no conjunto da narração. Terra e Lua surgiram, sabe-se, de sua estrela original, o Sol. Colocar a criação do Sol e da Lua, depois da Terra, é absolutamente contrário às noções mais solidamente estabelecidas sobre a formação dos elementos do sistema solar.

- Versículos 20-30:

“Deus disse: “Que as águas ferverem um fervilhar de seres vivos e aves voem por sobre a terra contra o firmamento do céu”, e assim se fez. Deus criou as grandes serpentes do mar e todos os seres vivos que deslizem e que se movem nas águas seguindo sua espécie, e toda raça alada segundo sua espécie e Deus viu que isso era bom. Deus abençoou e disse: sejai fecundos, multiplicai-vos e enchei a água dos mares e que os pássaros se multipliquem sobre a terra. E houve uma tarde, uma manhã: quinto dia”.

Esta passagem contém afirmações inaceitáveis.

O aparecimento do reino animal se fez, diz o Gênesis, a princípio, a partir dos animais marinhos e das aves. Segundo esta narração bíblica, é somente no dia seguinte - ver-se-á nos versos subsequentes - que a própria terra vai ser povoada de animais.

Certamente, a origem da vida é marinha: esta questão será considerada a terceira parte do livro. A partir daí, a terra foi, se se pode dizer, colonizada pelo reino animal, e é desses animais vivendo na superfície do solo, uma espécie particular de répteis chamados “pseudosuchiens”, que viviam na era secundária, que provêm – pensa-se - os pássaros; numerosos caracteres biológicos comuns a essas duas classes autorizam esta dedução. Ora, os animais terrestres não são mencionados pela Gênesis a não ser no sexto dia, depois do aparecimento dos pássaros. Esta ordem de aparição dos animais terrestres e dos pássaros não é aceitável.



- Versículos 24-31:

“Deus disse: “que a terra produza seres vivos segundo sua espécie: animais domésticos, répteis, feras segundo sua espécie” e assim se fez. Deus fez as feras segundo sua espécie, os animais domésticos segundo sua espécie e todos os répteis do solo segundo sua espécie e Deus viu que isso era bom”. “Deus disse: “ façamos o homem à nossa imagem, como a nossa semelhança e que eles dominem [sic] sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que se rastejam sobre a terra”. “Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus, Ele o criou, homem e mulher. Ele os criou”. “Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a; dominai sobre os peixes do mar, e sobre as aves do céu e sobre todos os animais que rastejam sobre a terra”. Deus disse: “Eu vos dou todas as ervas que dão semente, que estão sobre a face da terra; e todas as árvores que têm frutas que dão sementes; isto será vosso alimento. A todas as feras, a todas as aves do céu, a tudo o que rasteja sobre a terra e que é animado de vida, eu dou como alimento toda a verdura das plantas”; e assim se fez. E viu Deus tudo quanto tinha feito: e era muito bom. E houve uma tarde e uma manhã: sexto dia”.

E a descrição da conclusão da criação na qual o autor enumera todas as criaturas vivas não mencionadas anteriormente, e evoca as subsistências diversas colocadas à disposição dos homens e dos animais.

O erro, acabamos de ver, é o de ter colocado o aparecimento dos animais terrestres depois dos pássaros. Mas o aparecimento do homem sobre a terra é situado corretamente depois da aparição das outras classes vivas.

A narração da criação termina pelos três primeiros versos do Capítulo 2:

“Assim foram concluídos o céu e a terra, com todo seu exército [sic]. Deus concluiu no sétimo dia a obra que Ele tinha feito e no sétimo dia Ele descansou, depois de toda obra que Ele havia feito. Deus abençoou o sétimo dia e o santificou, porque Ele tinha descansado depois de toda sua obra da criação. Esta é a história do céu e da terra, quando foram criados.

Esta narração do sétimo dia pede comentários.

Primeiro, sobre o sentido das palavras. O texto é o da tradução da Escola Bíblica de Jerusalém. “Exército” significa aqui a multidão de seres criados, segundo toda probabilidade. Quanto à expressão “Ele descansou”, é a maneira

do diretor da Escola Bíblica de Jerusalém traduzir a palavra hebraica “Shabbath”, Que quer dizer exatamente “Ele repousou”, donde o dia do repouso judeu que é transcrito em francês por “sábado”.

É bem evidente que esse “repouso” que Deus teria tido, depois de haver efetuado um trabalho de seis dias, é uma lenda, mas ela tem uma explicação. É preciso não esquecer que a narração da criação, examinada aqui, é a tradição chamada Sacerdotal, escrita pelos padres ou escribas, herdeiros espirituais de Ezequiel, o profeta do exílio na Babilônia, no século VI A.C. Sabe-se que os padres retomaram as versões Yahvista e Elohista do Gênesis, remodelaram-nas a seu critério, segundo suas próprias preocupações, de onde R.P. de Vaux escreveu que o caráter “legalista” era essencial. Demos acima um sumário disto.

Enquanto que o texto Yahvista da criação, de muitos séculos anterior ao texto Sacerdotal, não fez nenhuma menção ao sábado de Deus fatigado de seu trabalho da semana, o autor Sacerdotal o introduziu em sua narração. Ele o divide em dias, com o sentido muito preciso de dias da semana, e o eixo sobre esse descanso sabático, que é preciso justificar aos olhos dos fiéis, sublinhando que Deus foi o primeiro a respeitá-lo. A partir dessa necessidade prática, a narração da criação é conduzida com sentido aparente lógica religiosa, mas de maneira que os dados da ciência permitem qualificar de fantasista.

Essa integração no quadro de uma semana de fases sucessivas da criação, pretendida pelo autor Sacerdotal, num objetivo de iniciação à observância religiosa, não é defensável do ponto de vista científico. Sabe-se perfeitamente, em nossos dias, que a formação do universo e da terra, que será tratada na terceira parte do livro, a propósito dos dados alcorânicos concernentes à criação, foi efetuada por etapas, estendendo-se em períodos de tempos extremamente longos, cuja duração os dados modernos não permitem determinar, nem mesmo aproximadamente. Mesmo que a narração terminasse na tarde do 6º dia, e não comportasse a menção do 7º dia do “sábado”, onde Deus teria repousado, mesmo que, como para a narração alcorânica se estivesse autorizado a considerar que se trata, de fato, de períodos não definidos, em vez de dias propriamente ditos, a narração Sacerdotal não seria menos aceitável, porque a sucessão de seus episódios está em contradição formal com as noções científicas elementares.

Assim, a narração Sacerdotal da criação aparece como uma engenhosa construção imaginativa, que tinha um objetivo muito diferente que o de fazer conhecer a verdade.

SEGUNDA NARRAÇÃO

A segunda narração da criação contida no Gênesis, que faz ligação sem transição e sem comentários à narração precedente, não serve às mesmas críticas.

Lembremos que essa narração é de data muito mais antiga, de três séculos aproximadamente. Ela é muito curta. Ela se estende muito mais sobre a criação do homem e do paraíso terrestre que sobre a criação da terra e do céu, que ela evoca muito sucintamente. “No tempo em que YAHVEH Deus fez a terra e o céu, não havia ainda nenhum arbusto dos campos sobre a terra e nenhuma erva dos campos tinha ainda brotado, porque YAHVEH Deus não tinha feito chover sobre a terra, e não havia homem para cultivar o solo. Entretanto, YAHVEH modelou o homem com a argila do solo e insuflou em suas narinas um sopro de vida, e o homem tornou-se um ser vivente” (Cap. 2:4b-7).

Tal é a narração Yahvista que figura nos textos bíblicos das Bíblias que nós possuímos atualmente. Esta narração, à qual foi juntada mais tarde a narração Sacerdotal, era inicialmente tão curta? Ninguém poderá dizer se o texto Yahvista foi multiplicado no decorrer dos tempos; ninguém poderá dizer se algumas linhas que nós possuímos representam bem tudo que poderia conter o texto mais antigo da Bíblia sobre a criação.

Essa narração Yahvista não menciona a formação da terra propriamente dita nem a do céu. Ela dá a entender que, no momento em que Deus criou o homem, não havia vegetação terrestre (e não havia ainda chuva), ainda que as águas, vindas da terra, tivessem coberto a face do solo. A sequência do texto dá a confirmação: Deus planta um jardim ao mesmo tempo em que o homem é criado. Assim, portanto, o reino vegetal aparece ao mesmo tempo que o homem sobre a terra, quando depois de muito tempo ela era portadora de uma vegetação, embora não se possa dizer quantas centenas de milhões de anos se passaram entre os dois acontecimentos.

Esta é a única crítica que se pode fazer ao texto YAHVISTA: não situando no tempo a criação do homem em relação à formação do mundo e da terra, que o texto Sacerdotal coloca na mesma semana, ele escapa de uma crítica grave que se endereçava a esse último.

DATA DA CRIAÇÃO DO MUNDO DATA DO APARECIMENTO DO HOMEM SOBRE A TERRA

Estabelecido conforme os dados do Antigo Testamento, o calendário judeu situa essas datas com precisão: a segunda parte do ano cristão 1975 corresponde ao início do ano 5.736 da criação do mundo. O homem, cuja criação é de alguns dias posterior, possui, portanto, a mesma antiguidade cifrada em anos pelo calendário judeu.

Há certamente uma correção a fazer em razão dos cálculos do tempo, que se expressava inicialmente em anos lunares, enquanto o calendário ocidental é baseado em anos solares. Mas a correção de 3% que será efetuada, se se quer ser absolutamente exato, é de bem pouca importância. Para não complicar os cálculos, é preferível se abster. O que conta aqui é uma ordem de grandeza e pouco importa se o número de anos de milênio é calculado com uma margem de erros de trinta anos. Para estar mais perto da verdade digamos que, nesta avaliação hebraica, situa-se a criação do mundo por volta de trinta e sete séculos A.C.

O que nos ensina a ciência moderna? Seria difícil de responder no que concerne à formação do universo. Tudo o que se pode calcular é a época da formação do sistema solar, que é susceptível de ser situado no tempo com uma aproximação satisfatória. Calcula-se em quatro bilhões e meio de anos o tempo que dela nos separa. Mede-se, então, a margem que separa a realidade, hoje bem estabelecida (sobre a qual se discorda na terceira parte desta obra), com os dados extraídos do Antigo Testamento. Eles decorrem do exame minucioso do texto bíblico. O Gênesis fornece as indicações bem precisas sobre o tempo transcorrido entre Adão e Abraão. Para o período que vai de Abraão à era cristã, as informações fornecidas não são suficientes. E preciso completá-las com outras origens.

DE ADÃO A ABRAÃO

O Gênesis fornece, em Suas genealogias nos Capítulos 4, 5, 11, 21 e 25, os dados extremamente precisos sobre todos os ancestrais de Abraão em linha direta depois de Adão; fornecendo a duração da vida de cada um, a idade do pai no nascimento do filho, ele permite facilmente estabelecer as datas do

nascimento e da morte de cada ancestral em relação à criação de Adão, como está indicado no quadro seguinte:

	Data de nascimento	Duração de vida	Data de falecimento após a criação de Adão
1 – Adão	-	930	930
2 – Set	130	912	1042
3 – Enos	235	905	1140
4 – Cainan	325	910	1235
5 – Mahalael	395	895	1290
6 – Jared	460	962	1422
7 – Enoque	622	965	987
8 – Matusalém	687	969	1656
9 – Lameque	874	771	1651
10 – Noé	1056	950	2006
11 – Sem	1556	600	2156
12 – Arfaxade	1658	438	2096
13 – Selá	1693	433	2122
14 – Éber	1723	464	2187
15 – Pelegue	1757	239	1996
16 – Reú	1787	239	2026
17 – Serugue	1819	230	2049
18 – Nahor	1849	148	1997
19 – Terá	1878	205	2083
20 – Abraão	1948	175	2123

Este quadro é estabelecido segundo os dados provenientes todos do texto Sacerdotal do Gênesis: é o único texto bíblico que dá as precisões desta ordem. Deduz-se dele que Abraão, segundo a Bíblia, teria nascido no ano 1948 depois de Adão.

DE ABRAÃO À ERA CRISTÃ

A Bíblia não fornece, para este período, nenhuma informação cifrada, susceptível de conduzir as avaliações tão precisas quanto as do Gênesis para os descendentes de Abraão. Para avaliar o tempo que separa Abraão de Jesus, é preciso recorrer a outras fontes. Situa-se atualmente a época de Abraão, em cerca de dezoito séculos A.C., com pequena margem de erro. Este dado, combinado com as indicações do Gênesis sobre o intervalo que separa Abraão de Adão, levará a situar Adão por volta de trinta e oito séculos A.C. Esta avaliação é incontestavelmente falsa: sua inexatidão vem de erro, contido na Bíblia, sobre a duração do período Adão-Abraão, sobre o qual a tradição judaica se fundamenta, hoje, para estabelecer seu calendário. Em nossos dias, podemos contestar a incompatibilidade dos defensores tradicionais da verdade bíblica com os dados modernos dessas avaliações fantasistas, apresentados pelos sacerdotes judeus do século VI A.C. Estas avaliações serviram de base, durante longos séculos, para situar os acontecimentos da Antiguidade, no tempo, em relação a Jesus.

As Bíblias, editadas antes da época moderna, apresentam, geralmente, aos leitores numa nota prévia explicativa, a cronologia dos acontecimentos desenrolados desde a criação do mundo até a época quando esses livros foram editados; as cifras variam um pouco segundo a época. Por exemplo, a Vulgate Clementina de 1621 dava indicações, situando, todavia, Abraão um pouco antes, e colocando a criação por volta do século XI A.C. A Bíblia Poliglota de Walton, editada no século XVII, oferecia ao leitor, fora dos textos bíblicos em várias línguas, quadros iguais àqueles estabelecidos aqui para os ascendentes de Abraão. Um pouco, mais ou menos, todas as avaliações concordavam com as cifras citadas aqui. Quando chegou a época moderna não foi mais possível ao editor manter tais cronologias fantasistas, sem estar em oposição com as descobertas científicas, que colocam a criação em uma época bem anterior. Contentou-se em suprimir tais quadros e notas prévias explicativas, mas eximiu-se de prevenir o leitor da caducidade dos textos brancos, sobre os quais se tinha baseado anteriormente para redigir tais cronologias, e quais os que não se poderia mais considerar como que expressando a verdade. Preferiu-se jogar sobre os olhos um véu pudico e encontrar fórmulas de sábia dialética para que o texto fosse aceito tal como era ele outrora, sem nenhuma diminuição. É assim que as genealogias do texto Sacerdotal da Bíblia encontram sempre uma saída honrosa, ainda que não se possa mais racionalmente, no século XX, contar o tempo fundamentando-se em tal ficção.



Quanto à data do aparecimento do homem sobre a terra, os dados científicos modernos não permitem sua definição, a não ser além de um certo limite. Pode-se estar convencido de que o homem existia sobre a terra, com sua capacidade de inteligência e de ação, que o diferencia de seres vivos que parecem anatomicamente vizinhos, posteriormente a uma data calculável, mas ninguém pode situar de maneira precisa a data de seu aparecimento. Pode-se afirmar, todavia, hoje, que foram encontrados vestígios de uma humanidade pensante e atuante, cuja antiguidade se calcula por unidades da ordem de dezenas de milhares de anos.

Esta data aproximada se refere ao tipo humano pré-histórico, descoberto como sendo o mais recente, do gênero neo-antrópico (o homem de Cro-Magnon). Na verdade, outras descobertas de restos aparentemente humanos foram feitas em múltiplos pontos da terra, concernentes a tipos menos evoluídos (paleo-antrópicos), cuja ordem de grandeza de antiguidade poderia ser de uma centena de milhares de anos. Mas, seriam eles homens autênticos?

Não importa o que sejam, os dados científicos concernentes aos neo-antrópicos são suficientemente precisos para situá-los muito além de uma época onde o Gênesis situa os primeiros homens. Há, portanto, incompatibilidade manifesta do que se pode deduzir dos dados numéricos do Gênesis quanto à data do aparecimento do Homem sobre a terra, e aos melhores conhecimentos científicos estabelecidos em nosso tempo.

O DILÚVIO

Os Capítulos 6, 7 e 8 do Gênesis são consagrados à narração do dilúvio. Exatamente, há duas narrações não colocadas lado a lado, mas dissociadas em passagens intrincadas umas nas outras, com uma aparência de coerentes na sucessão dos diversos episódios. Há, em realidade, nesses três capítulos, contradições flagrantes. Aqui, ainda, elas se explicam pela existência de duas fontes claramente distintas: a fonte Yahvista e a fonte Sacerdotal.

Como já foi visto, elas formavam uma bagunça contraditória: cada texto original foi decomposto em parágrafos ou em frases, os elementos de uma fonte alternando com os elementos de outra fonte, de forma que se possa,

por toda a narração de uma fonte a outra, dezessete vezes em aproximadamente cem linhas do texto francês.

A narração é, num conjunto, o que segue:

Sendo a perversão dos homens geral, Deus decidiu destruí-los com todos os outros seres vivos. Ele preveniu Noé e lhe ordenou a construção de uma Arca onde faria entrar sua mulher, seus três filhos e suas três mulheres, assim como outros seres vivos. Para estes últimos, as duas origens são diferentes: uma passagem da narração (de origem Sacerdotal) indica que Noé tomará um casal de cada espécie; depois, na passagem seguinte (de origem Yahvista), Deus ordena que tomasse, dentre os animais ditos puros, sete de cada espécie, macho e fêmea, e, dentre os animais ditos impuros, um só par. Mas, um pouco mais adiante, é determinado que Noé não fará entrar efetivamente na arca apenas um casal de cada animal. Os especialistas, como R.P de Vaux, afirmam que se trata aqui de uma passagem de narração Yahvista modificada.

Um parágrafo (de origem Yahvista) indica que o agente do dilúvio é a água da chuva, mas outra causa do dilúvio (de origem Sacerdotal) é apresentada como dupla: a água da chuva e das fontes terrestres.

A terra inteira ficou submersa até o cimo das montanhas. Toda vida foi aniquilada. Depois de um ano, Noé saiu da arca, que estava pousada sobre o monte Ararat depois da baixa das águas.

Acrescentamos ainda que, segundo as informações, o dilúvio tem uma duração diferente: quarenta dias de elevação para o texto Yahvista, cento e cinquenta dias para o texto Sacerdotal.

O texto Yahvista não determina em que época se coloca o acontecimento na vida de Noé, mas o texto Sacerdotal o situa quando Noé teria seiscentos anos. Este mesmo texto dá as indicações, por sua genealogia, sobre sua localização em relação a Adão e em relação a Abraão. Tendo Noé nascido, segundo cálculos feitos após as indicações do Gênesis, 1056 anos depois de Adão (ver o quadro dos ancestrais de Abraão), o Dilúvio aconteceu, portanto, 1655 anos após a criação de Adão. Em relação a Abraão, o Gênesis situa o dilúvio 292 anos antes do nascimento desse patriarca.

Ora, segundo o Gênesis, o dilúvio teria atingido todo o gênero humano e todos os seres vivos criados por Deus teria sido destruídos sobre a

terra: a humanidade seria reconstruída a partir dos três filhos de Noé, de suas mulheres, de tal maneira que, quando, cerca de três séculos mais tarde, nascesse Abraão, ele encontraria uma humanidade refeita em sociedade. Como, em tão pouco tempo, esta reconstituição poderia ter se produzido? Esta simples constatação tira do texto verossimilhança.

Mais tarde, os dados históricos demonstram sua incompatibilidade com os conhecimentos modernos. Com efeito, situa-se Abraão nos anos 1800-1850 A.C. Se o dilúvio teve lugar, como o Gênesis sugere, por suas genealogias, aproximadamente três séculos antes do Abraão, seria necessário colocá-lo no século XXI ou XXII A.C. É a época em que conhecimentos históricos modernos permitem afirmar: já floresciam civilizações em vários pontos da Terra e cujos vestígios passaram à posteridade.

É, por exemplo para o Egito, o período que precede o Médio Império (2100 A.C.), aproximadamente a data do primeiro período intermediário antes da II^a dinastia. É na Babilônia a 3^a dinastia de Ur. Ora, sabe-se perfeitamente que não houve interrupção nessas civilizações, portanto, nada de destruição envolvendo toda a humanidade como a Bíblia quer.

Não se pode, por conseguinte, considerar os três textos bíblicos como trazendo aos homens uma revelação dos fatos, conforme a verdade. Forçado é admitir, se se quer objetivo, que os textos em questão, chegados até nós, não representam a expressão da verdade. Deus teria revelado outra coisa que não a verdade? Não se pode conceber, com efeito, a ideia de um Deus instruindo os homens com a ajuda de ficções e, mais ainda, de ficções contraditórias. Chega-se então, naturalmente, a levantar a hipótese de uma alteração pelos homens, ou bem de tradições verbalmente de geração a geração, ou então dos textos quando essas tradições foram fixadas. Quando se sabe que uma obra como o Gênesis foi modificada pelo menos duas vezes, o espaço de três séculos, como admirar-se de se encontrar nela dúvidas ou narrações incompatíveis com a realidade das coisas, depois que os progressos dos conhecimentos humanos permitiram, se não tudo saber, pelo menos, possuir de certos acontecimentos um conhecimento suficiente para que se possa julgar o seu grau de compatibilidade com as narrações antigas concernentes a estes acontecimentos? Haveria coisa mais lógica do que levar-se em conta esta interpretação dos erros dos textos bíblicos que refletem apenas posições dos homens? É pena que ela não seja considerada pela maioria dos comentadores, tanto judeus como cristãos. Tampouco, os argumentos invocados por eles merecem que se lhes dê atenção.

POSIÇÃO DOS AUTORES CRISTÃOS DIANTE DOS ERROS CIENTÍFICOS DOS TEXTOS BÍBLICOS: SEU EXAME CRÍTICO

Causa perplexidade a diversidade das reações dos comentadores cristãos perante a existência desse acúmulo de erros, incertezas e contradições. Alguns o admitem em parte e não hesitam, em suas obras, em abordar problemas espinhosos. Outros se desviam alegremente das afirmações inaceitáveis, ocupam-se em defender o texto palavra por palavra e procuram convencer com declarações apologéticas e grande esforço de argumentos frequentemente inesperados, esperando fazer esquecer o que a lógica rejeita.

R.P. de Vaux admite, em sua Introdução à Tradução do Gênesis a existência dessas críticas e concorda até mesmo que elas são bem fundamentadas, mas, para ele, a reconstituição objetiva dos acontecimentos do passado é sem interesse. Que a Bíblia tenha tomado, escreve ele em suas anotações, “a lembrança de uma ou várias inundações desastrosas do vale do Tigre e do Eufrates, que a tradição tivesse aumentado as dimensões de um cataclismo universal” pouco importa; “somente, e é o essencial, o autor sacro revestiu essa lembrança com um ensinamento eterno sobre a justiça e a misericórdia de Deus sobre a malícia do homem e a salvação dada ao justo”.

Assim é justificada a transformação de uma lenda popular em um acontecimento em escala divina - e como tal propõe-se a oferecer à crença dos homens - a partir do momento em que um autor a utilizou para lhe servir de ilustração a um ensinamento religioso. Uma tal posição apologética justifica todos os abusos humanos na confecção das escrituras, de onde se pretende que elas sejam sagradas e contenham a Palavra de Deus. Admitir tais ingerências humanas no divino é cobrir todas as manipulações humanas dos textos bíblicos. Sob uma visão teológica, toda manipulação torna-se legítima e justificam-se, assim, as dos autores “Sacerdotais” do século VI, com preocupações legalistas que culminaram nas narrações fantasistas que se conhecem.

Um número importante de comentadores cristãos achou engenhoso explicar os erros, incertezas e contradições nas narrações bíblicas, dando prioridade à desculpa que tinham os autores bíblicos de se expressar em função dos fatores sociais de uma cultura ou mentalidades diferentes, e disso resultou a definição de “gêneros literários” particulares. A introdução desta expressão

na dialética sutil dos comentadores dissimula então, todas as dificuldades. Toda contradição entre dois textos teria como explicação a diferença na maneira de se expressar de cada autor, seu “gênero literário” particular. Certamente, o argumento não é admitido por todos, pois, verdadeiramente, falta-lhe seriedade. Ele não está, entretanto, totalmente em desuso em nossos dias, e ver-se-á, a propósito do Novo Testamento, de que maneira abusiva se tentam explicar assim as contradições flagrantes dos Evangelhos.

Uma outra maneira de fazer aceitar o que a lógica rejeitaria, se se aplicasse ao texto litúrgico, é envolver o texto em questão de considerações apologéticas. A atenção do leitor é desviada do problema crucial da verdade mesma da narração, para se fixar em outros problemas.

As reflexões do cardeal Daniélon sobre o Dilúvio, apresentado na revista *Dieu Vivant*⁹ sob título “Dilúvio, Batismo e Julgamento”, decorrem desse modo de expressão. Ele escreve: “A mais antiga tradição da Igreja viu na teologia do Dilúvio uma figura de Cristo e da Igreja”. “É um episódio de uma significação eminente”... “um julgamento que atinge a raça humana inteira”. Após ter citado Orígenes que, nas suas Homélias sobre Ezechiél, fala do “naufrágio do universo inteiro salvo na Arca”, o cardeal evoca o valor do número oito “expressando o número de pessoas salvas pela Arca (Noé e sua mulher, seus três filhos e suas três esposas)”. Ele retoma por sua conta o que escrevia Justino no “Dialogo”. “Eles ofereciam o símbolo do oitavo dia, no qual nosso Cristo apareceu ressuscitado dos mortos”, e ele escreveu: “Noé, primogênito de uma nova criação, uma imagem do Cristo que realizou o que Noé havia representado”. Ele prossegue a comparação entre, de uma parte, Noé, salvo pela madeira da Arca e pela água que faz flutuar e, de outra parte, a água do batismo (“água do Dilúvio de onde nasce uma humanidade nova”), e a madeira da Cruz. Ele insiste sobre o valor desse simbolismo e conclui dando importância à riqueza espiritual e doutrinal do sacramento do Dilúvio” (sic).

Haveria muito a dizer sobre todas essas aproximações apologéticas. Elas comentam - lembremo-nos - um acontecimento, cuja realidade não é defensável, em escala universal e na época em que a Bíblia o situa. Com um comentário como aquele do Cardeal Daniélon, volta-se à época medieval, em que era preciso receber o texto como ele era e em que toda interpretação, que não a conformista, estava fora de propósito.

E reconfortante, entretanto, constatar que anteriormente a essa época do obscurantismo imposto, podem-se depreender tomadas de posição bem

9 - N° 38, 1947, p. 95-112.

lógicas, como a de Santo Agostinho que procede de uma reflexão singularmente adiantada para seu tempo.

A época dos Padres da Igreja, os problemas de crítica textual tinham sido colocados, pois Santo Agostinho os evoca em sua Carta n° 82, da qual a passagem mais características é a seguinte:

“Foi unicamente nesses livros da Escritura que chamamos canônicos que aprendi a dar uma atenção e um respeito tais que eu creio firmemente, que nenhum dos seus autores se enganou, escrevendo. Quando nesses livros eu reencontro uma afirmação que parece contradizer a verdade, então não duvido que, ou bem o texto (de meu exemplar) não seja falível, ou então que o tradutor não reproduziu corretamente o texto original, ou ainda que minha inteligência não seja deficiente”.

Para Santo Agostinho, não era concebível que um texto sacro pudesse conter erros. Santo Agostinho definia muito claramente o dogma da inerência. Diante de uma passagem parecendo contrária à verdade, ele visualizava a pesquisa de uma causa e não excluía a hipótese de uma origem humana. Uma atitude assim é a de um crente dotado de senso crítico. Na época de Santo Agostinho, não existia a possibilidade de confrontação entre o texto bíblico e a ciência. Uma ampla visão idêntica à sua permitiria superar muitas dificuldades levantadas em nossa época pela confrontação de certos textos bíblicos com os conhecimentos científicos.

Os especialistas de nosso tempo se esforçam, muito ao contrário, em defender o texto bíblico de toda acusação de erro. R.P. de Vaux nos dá, na sua Introdução ao Gênesis, as razões que o levaram a essa defesa a qualquer preço do texto, mesmo se ele é manifesta, histórica ou cientificamente inaceitável. Ele nos recomenda não olhar a história bíblica “segundo as regras do gênero histórico, como os modernos praticam”, como se pudessem existir várias maneiras de escrever a história. Contada de maneira inexata, a história fica - todo mundo admite - um romance histórico. Mas aqui, ela escapa às normas decorrentes de nossas concepções. O comentador bíblico recusa todo controle das narrações bíblicas pela geologia, pela paleontologia, e pelos dados da pré-história. “A Bíblia não depende, escreve ele, de nenhuma dessas disciplinas, e se quisesse confrontá-la com os dados dessas ciências, não se poderia chegar senão a uma oposição irreal ou a um conformismo fictício¹⁰”. É preciso notar que suas reflexões são feitas a propósito do que no Gênesis não está de modo algum de acordo com os dados da ciência moderna, em especial os onze primeiros capítulos. Mas,

10 - Introdução ao Gênesis, p. 35.



se algumas narrações são perfeitamente verificadas em nossos dias, nesse caso certos episódios dos tempos dos patriarcas, o autor não deixa de invocar os conhecimentos modernos para apoiar a verdade bíblica. Ele escreve¹¹:

“As suspeitas que recaíam sobre essas narrações deveriam ceder diante do testemunho favorável que lhes trazem a história e a arqueologia orientais”. De outro modo: se a ciência é útil para confirmar a narração bíblica, nós a invocamos, mas se ela a invalida, fazer-lhe referência não é admissível.

Para conciliar o inconciliável, isto é, a teoria da verdade da Bíblia com o caráter inexato de certos fatos relatados nas narrações do Antigo Testamento, teólogos modernos aplicaram-se em rever os conceitos clássicos da verdade. Seria sair do plano deste livro, fazer uma exposição detalhada das considerações sutis desenvolvidas longamente nas obras que tratam da verdade da Bíblia, como a de O. Loretz (1972), *Qual é a Verdade da Bíblia?*¹². Contentemo-nos em mencionar simplesmente seu julgamento concernente à ciência:

O autor nota que o Concílio Vaticano II “evitou fornecer regras para distinguir entre erro e verdade na Bíblia. Considerações fundamentais mostram que isto é impossível, pois que a Igreja não pode decidir da verdade e da falsidade dos métodos científicos, de tal maneira que ela resolveria, em princípio e de modo geral, a questão da verdade da Escritura”.

E bem evidente que a Igreja não saberia se pronunciar sobre o valor de um “método” científico como meio de acesso ao saber. Trata-se aqui de outra coisa. Não se trata de discutir as teorias, mas de fatos bem estabelecidos. É necessário ser um grande clérigo, em nossa época, para saber que o mundo não foi criado e que o homem não apareceu sobre a terra há trinta e sete ou trinta e oito séculos, e afirmar que essa estimativa saída das genealogias bíblicas possa ser falsa sem risco de se enganar? O autor citado aqui não poderia ignorá-la. Suas afirmações sobre a ciência não têm outro fim senão desviar o problema, para não ter de tratá-lo como deveria ser tratado.

A lembrança de todas essas posições, tomadas pelos autores cristãos diante dos erros científicos dos textos bíblicos, ilustram bem o mal-estar que elas trazem, e a impossibilidade de definir uma posição lógica que não a de reconhecimento de sua origem humana, e da impossibilidade de as aceitar como

11 - Introdução ao Gênesis, p. 34.

12 - Do Centurion, Paris.

fazendo parte de uma revelação.

Este mal-estar reinante nos meios cristão, referente à revelação, foi traduzido por ocasião do Concílio Vaticano II (1962-1965), onde foi preciso nada menos que cinco redações, para que se chegasse a um acordo sobre o texto final, depois de três anos de discussões, e que findou “esta dolorosa situação que ameaçou enterrar o Concílio”, segundo a expressão de Monsenhor Weber, na sua introdução do documento conciliar n°94 sobre a Revelação¹³.

Duas frases desse documento, concernentes ao Antigo Testamento (Cap. IV, p. 53), evocam as imperfeições e a caducidade de certos textos, de uma maneira que não permite nenhuma contestação:

“Considerada a situação humana que precede a salvação instaurada por Cristo, os livros do Antigo Testamento permitem a todos conhecer quem é Deus e quem é o homem, assim como a maneira pela qual Deus, em sua justiça e em sua misericórdia, age com os homens. Esses livros, apesar do que contêm de “imperfeito” e de “caduco” (sic), são, entretanto, testemunhas de uma verdade pedagógica divina”.

Não seria melhor dizer, pelos qualificativos de “imperfeito” e de “caduco” aplicados a certos textos, que estes podem prestar-se à crítica e até serem abandonados? O princípio está claramente admitido. Este texto faz parte de uma declaração conjunta que, por ter sido definitivamente votada por 2.344 votos contra 6, não perfaz essa aparente quase-unanimidade. Com efeito, encontramos nos comentários do documento oficial, sob a assinatura de Monsenhor Weber, uma frase que corrige manifestamente a afirmação da caducidade de certos textos, contidos na declaração solene do Concílio: “Sem dúvida certos livros da Bíblia israelita têm um alcance temporário e contêm neles qualquer coisa imperfeita”.

“Caduco”, expressão da declaração oficial, não é seguramente sinônimo de “alcance temporário”, expressão do comentador, e, quanto ao epíteto “israelita”, curiosamente acrescido por este último, ele sugeriria que o texto conciliar pôde criticar a única versão em hebreu, o que não é exata pois foi simplesmente o Antigo Testamento que, por ocasião desse Concílio, foi objeto de um julgamento concernente à imperfeição e à caducidade de algumas de suas partes.

13 - Do Centurion, 1966, Paris.

CONCLUSÕES

É preciso olhar as Escrituras bíblicas, não as revestindo artificialmente com qualidade que se queira que elas possuam, mas examinando objetivamente o que elas são. Isto implica não somente o conhecimento dos textos, mas ainda da sua história. Esta última permite, com efeito, fazer uma ideia das circunstâncias que conduziram aos remanejamentos textuais ao longo dos séculos, à lenta formação da compilação tal, como nós a possuímos, com subtrações e adições numerosas.

Estas noções tornaram perfeitamente plausível que se possa encontrar ao Antigo Testamento, em versões diferentes de uma mesma narração, contradições, erros históricos, dúvidas e incompatibilidades com os dados científicos bem estabelecidos. Estas últimas são absolutamente naturais em todas as obras humanas antigas.

Como não encontrá-las nos livros escritos sob as condições em que foi elaborado o texto bíblico?

Antes mesmo que os problemas científicos pudessem ser colocados, numa época em que não se podia, portanto, julgar senão duvidosos ou contradições, um homem de bom senso como Santo Agostinho, considerando que Deus não podia ensinar aos homens o que não correspondia à realidade, colocou o princípio da impossibilidade da origem divina de uma afirmação contrária à verdade. Ele estava prestes a excluir de todo o texto sacro o que lhe pareceu que, por esse motivo, devia ser excluído.

Mais tarde, em uma época em que se constatou a incompatibilidade com os conhecimentos modernos de certas passagens da Bíblia, houve recusa em seguir tal atitude. Assistiu-se então à eclosão de toda uma literatura, visando a justificar a conservação na Bíblia, contra tudo e contra todos, dos textos que ali não teriam mais o seu lugar.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) atenuou fortemente essa intransigência, introduzindo uma ressalva para “Os livros do Antigo Testamento que contêm o imperfeito” e o “caduco”. Permaneceu, ela um voto piedoso ou será ela seguida de uma mudança de atitude perante o que não é mais aceitável no século XX, nos livros que eram destinados a ser, fora de toda manipulação humana, apenas “as testemunhas de uma verdadeira pedagogia divina”?

EVANGELHO

INTRODUÇÃO

Muitos leitores dos Evangelhos ficam embaraçados e mesmo descontentes, quando refletem sobre o sentido de certas narrações, quando efetuam comparações entre diferentes versões do mesmo acontecimento, que encontram narrados em vários Evangelhos. É a constatação que faz em seu livro *Iniciação ao Evangelho*¹⁴, R.P. Roguet. Com a grande experiência que lhe confere o fato de ter sido, durante longos anos, encarregado de responder em um seminário católico a seus leitores dos Evangelhos, desorientados pelos textos, R.P. Roguet pôde avaliar, em seus correspondentes, a importância das perturbações provocadas por suas leituras. Ele nota que os pedidos de esclarecimento de seus interlocutores, que pertenciam a meios sociais e culturais muito variados, versavam sobre textos “considerados obscuros, incompreensíveis, quando não contraditórios, absurdos ou escandalosos”. Não há dúvida, portanto, de que a leitura dos textos completos dos Evangelhos é susceptível de perturbar profundamente os cristãos. Uma tal observação é de data recente: o livro de R.P. Roguet foi publicado em 1973. Em tempos que não são tão distantes, a grande maioria dos cristãos não conhecia os Evangelhos, a não ser trechos escolhidos, lidos nos ofícios ou comentados em púlpito. O caso dos protestantes posto à parte, não era comum ler os Evangelhos em sua totalidade foram dessas circunstâncias. Os manuais de instrução religiosa só continham extratos: o texto in extenso não circulava muito. Ao longo de meus estudos secundários em um estabelecimento católico, eu tive em mãos as obras de Virgílio e de Platão, mas não o Novo Testamento.

E, no entanto, o texto grego dele teria sido bem instrutivo: eu compreendi, muito tarde, porque não nos davam para fazer traduções de livros santos cristãos. Eles poderiam nos levar a colocar aos nossos mestres questões às quais eles ficariam embaraçados em responder. Essas descobertas que se fazem, se se tem espírito crítico, lendo in extenso aos Evangelhos, levaram a Igreja a intervir e a ajudar seus leitores a superar seu embaraço. “Muitos dos cristãos têm necessidades de aprender a ler o Evangelho”, constata R.P. Roguet. Que se esteja ou não de acordo com as explicações dadas, o mérito do autor é grande por enfrentar esses delicados problemas.

14 - Editions de Seuil, 1973.

Não é, infelizmente, sempre assim nos inúmeros escritos sobre a Revelação Cristã.

Nas edições da Bíblia destinadas a uma grande divulgação, as notícias introdutórias expõem, o mais comumente, um conjunto de considerações, que tenderiam a persuadir o leitor de que os Evangelhos não têm muitos problemas quanto à personalidade dos autores dos diferentes livros, à autenticidade dos textos e ao caráter verídico da variação. Perante tantas lacunas existentes a propósito dos autores, de cuja identidade não se pode, de modo algum, estar seguro, que precisões encontramos nesse gênero de notícias, que apresentam frequentemente como certo o que não passa de simples hipótese, afirmando que tal evangelista foi testemunha ocular dos fatos, enquanto que as obras especializadas pretendem o contrário? Reduziram completa e exageradamente os detalhes entre o fim do ministério de Jesus e o aparecimento dos textos. Queriam fazer crer em uma só redação a partir de uma tradição oral, enquanto que os remanescentes dos textos são demonstrados por especialistas. Fala-se, aqui e ali, de certas dificuldades de interpretação, mas se desliza sobre contradições manifestas, saltando aos olhos de quem reflete. Nos pequenos dicionários explicativos colocados em anexo, a título de complementos das preliminares tranquilizadoras, constata-se sempre que dúvidas, contradições ou erros flagrantes são escamoteados e dissimilados sob um hábil argumento apologética. Um tal estado de coisas, que evidencia o caráter capital de seus comentários, é consternador.

As considerações desenvolvidas aqui vão surpreender, sem dúvida, aqueles meus leitores ainda não advertidos desses problemas. Assim também, antes de entrar no centro vital do assunto, eu desejo ilustrar, desde já, meu propósito, por exemplo, que me parece perfeitamente demonstrável.

Nem Mateus, nem João falam da Ascensão de Jesus. Lucas a situa no dia da Ressurreição em seu Evangelho e, quarenta dias mais tarde, no Ato dos Apóstolos do qual ele seria autor. Quanto a Marcos, ele a menciona (sem precisar a data), num final atualmente considerado como não autêntico. A Ascensão não tem, portanto, nenhuma base escriturária sólida. Os comentadores abordam, entretanto, esta importante questão com incrível leviandade.

A Tricot, no seu Pequeno Dicionário do Novo Testamento da Bíblia de Crampon, obra de grande difusão¹⁵, não consagra um artigo à Ascensão. A Sinopse dos Quatro Evangelhos de R.P. Benoit e R.P. Boismard, professores

15 - Desclée et Cie, 1960.

da Escola de Jerusalém¹⁶, nos ensina em seu tomo II, páginas 451 e 452, que a contradição, em Lucas, entre seu Evangelho e os Atos dos Apóstolos se explica por um “artifício literário”. Compreenda quem puder!

Muito verossimilmente, R.P. Roguet, em sua *Iniciação do Evangelho de 1973* (p. 187), não foi seduzido por tal argumento. Mas a explicação que nos oferece é, pelo menos, singular:

“Aqui, como em muitos casos semelhantes, o problema não parece insolúvel a não ser que se tome ao pé da letra materialmente as afirmações da Escritura, esquecendo-se sua significação religiosa. Não se trata de dissolver a realização dos fatos num simbolismo inconsciente, mas de pesquisar a intenção teológica do que nos revelam os mistérios, nos livrando dos fatos sensíveis, dos signos apropriados ao enraizamento carnal de nosso espírito”.

Como se contentar como semelhante exegese? Fórmulas apoloéticas desse gênero só podem convir a incondicionais.

O interesse da citação de R.P. Roguet reside igualmente em seu parecer de que há “muitos casos semelhantes” ao da ascensão nos Evangelhos. É, portanto, necessário abordar o problema globalmente, a fundo, em toda a objetividade. Parece prudente pesquisar as explicações, no estudo das condições em que foram escritos os Evangelhos, assim como do clima religioso que reinava nessa época. A colocação em evidência das reformulações das redações iniciais, efetuadas a partir das tradições orais, as alterações dos textos desde a transmissão até nós, torna muito menos surpreendente a presença de passagens obscuras, incompreensíveis, contraditórias, dúbidas, podendo ir, às vezes, até a obscuridade, ou incompatíveis com as realidades demonstradas em nossos dias pelo progresso científico. De tais constatações são a marca de participação humana na redação, depois na modificação posterior dos textos.

Faz alguns decênios, é um fato, tomou-se interesse pelo estudo das Escrituras sob um espírito de pesquisa objetiva. No livro recente, *Fé na Ressurreição, Ressurreição da Fé*¹⁷, R.P. Kannengiesser, professor no Instituto Católico de Paris, dá um resumo dessa modificação profunda nestes termos: “A massa dos fiéis sabe apenas que uma revolução se operou nos métodos de interpretação bíblica, desde a época de Pio XII¹⁸”. A “revolução” da qual o autor fala é, pois, recente. Ela começa a ter prolongamento no ensinamento dos fiéis, mais ou menos, da

16 - Edição du Cerf, 1972.

17 - Beauchesne, coll. “Le Point Théologique”, 1974.

18 - Pio XII reina de 1939 a 1958.



parte de certos especialistas animados por esse espírito de renovação. “Uma mudança das perspectivas mais firmes da tradição pastoral, escreve o autor, se encaminha de algum modo para esta revolução dos interpretativos”.

R.P. Kannengiesser advertiu que “não é preciso mais tomar ao pé da letra” os fatos relatados a respeito de Jesus pelos Evangelistas, “escritos de circunstâncias” ou “de combate”, nos quais autores “consignam por escrito as tradições de suas comunidades sobre Jesus”. A propósito da ressurreição de Jesus, assunto de livro, ele sublinha que a nenhum autor dos Evangelhos pode se atribuir a qualidade de testemunha ocular, dando a entender que, para o resto da vida pública de Jesus, deve ter acontecido o mesmo, pois nenhum dos apóstolos - Judas à parte – segundo os Evangelhos, separou-se do Mestre, a partir do momento em que ele a exerceu até as suas últimas manifestações sobre a Terra.

Estamos, portanto, muito longe das posições tradicionais ainda afirmadas com solenidades pelo Concílio Vaticano II, há precisamente dez anos, e que as obras modernas de vulgarização, destinadas aos fiéis, ainda retomam. Mas, pouco a pouco, a verdade vem à luz.

Não é fácil apanhá-la, devido à pesada carga de uma tradição tão duramente defendida. Desejando-se liberá-la, é preciso retomar o problema pela base, isto é, examinar de início as circunstâncias que marcaram o nascimento do cristianismo.

RETROSPECTO HISTÓRICO

- O Judeu-Cristianismo e São Paulo -

A maior parte dos cristãos acredita que os Evangelhos foram escritos por testemunhas diretas da vida de Jesus e que eles se constituem, por esse motivo, em testemunhos indiscutíveis dos acontecimentos que ilustraram sua existência e sua pregação. Em face de tais garantias de autenticidade, como poderemos discutir os ensinamentos que eles se retiram, como poder-se-ia por em dúvida a avaliação da instituição Igreja pela aplicação das diretrizes gerais dadas pelo próprio Jesus? As edições atuais de vulgarização dos Evangelhos contêm os comentários destinados a veicular essas noções ao público.

Aos fiéis apresenta-se como um axioma a qualidade de testemunhas oculares dos redatores dos Evangelhos. Os Evangelhos não foram chamados por São Justino, em meados do século II, de “As Memórias dos Apóstolos”? Além disso, registra-se tanta precisão sobre os autores, que se pergunta como se poderia duvidar de sua exatidão: Mateus era um personagem bem conhecido, “Empregado do escritório da alfândega ou do fisco de Cafarnaum”; sabe-se até que ele conhecia o aramaico e o grego. Marcos é também perfeitamente identificado como colaborador de Pedro, ninguém duvida que ele não seja também uma testemunha ocular. Lucas é o “querido médico” do qual fala Paulo: as informações sobre ele são muito precisas. João, filho de Zebedeu, o pescador do lago de Genesaré, é o apóstolo sempre ao lado de Jesus.

Os estudos modernos sobre o início do cristianismo mostram que esta maneira de apresentar as coisas não corresponde absolutamente à realidade. Ver-se-á o que ocorreu entre os autores dos Evangelhos. Para o que concerne aos decênios que se seguiram à missão de Jesus, é preciso saber que os acontecimentos não foram absolutamente desenrolados como se disse e que a chegada de Pedro a Roma não estabeleceu, de modo algum, a Igreja sobre seus fundamentos. Muito ao contrário, entre o momento em que Jesus deixa esta terra até a metade do século, isto é, durante mais de um século, assiste-se a uma luta entre duas tendências, às quais se pode chamar de cristianismo paulineano e o judeu-cristianismo; progressivamente, o primeiro suplantou o segundo e o paulianismo triunfou sobre o judeu-cristianismo.

Um grande número de trabalhos remontando a todos os últimos decênios, fundados sobre as descobertas de nosso tempo, permitiram chegar a essas noções modernas, às quais está ligado o nome do cardeal Daniélou. O artigo que ele publicou, em dezembro de 1967, na revista *Études*, «Uma visão nova das origens cristãs, o judeu-cristianismo», retomando os trabalhos anteriores, retrata a história e nos permite situar o aparecimento dos Evangelhos num contexto bem diferente daquele que resulta das expansões destinadas à grande vulgarização. Encontrar-se-á, mais adiante, uma condensação dos pontos essenciais de seu artigo com amplas citações.

Após Jesus, o «pequeno grupo dos apóstolos» forma «uma seita judaica fiel às observâncias e ao culto do templo». Todavia, quando se junta a eles o grupo dos convertidos, vindo do paganismo, se lhes propõe, pode-se dizer, um regime especial: o Concílio de Jerusalém de 49 os dispensa da circuncisão e das observâncias judaicas; «muitos dos judeus-cristãos se recusam a esta concessão». Esse grupo é completamente separado de Paulo. Além disso, a propósito dos pagãos vindos ao cristianismo. Paulo e os judeu-cristãos se chocam (inci-

dente de Antioquia do ano 49), «para Paulo, a circuncisão, o sábado, o culto do templo estavam dali por diante superados mesmo para os judeus. O cristianismo devia se libertar de sua ligação político-religiosa ao judaísmo para se abrir aos Gentios».

Para os judeu-cristãos que permanecem como «leais israelitas», Paulo é um traidor: os documentos judeu-cristãos o qualificam de «inimigo», acusando-o de «duplicidade de tática», mas «o judeu-cristianismo representa, até 70, a maioria da Igreja». e «Paulo fica isolado». O chefe da comunidade é, então, Jacó, parente de Jesus. Com ele, estão Pedro (no início) e João. «Jacó pode ser considerado como a coluna do judeu-cristianismo que fica deliberadamente engajado ao judaísmo em face do cristianismo paulineano». A família de Jesus tem um grande lugar nesta igreja judeu-cristã de Jerusalém. «O sucessor de Jacó será Simeão, filho de Cleofas, primo do Senhor».

O cardeal Daniélou cita aí os escritos judeus-cristãos, que refletem como era visto Jesus nessa comunidade formada inicialmente em torno dos apóstolos: o Evangelho dos Hebreus (dependente de uma comunidade judeu-cristã do Egito), os Hypotyposes de Clemente, os Reconhecidos Clementinos, o segundo Apocalipse de Jacó, o Evangelho de Thomas¹⁹. “É a esses judeu-cristãos que é preciso, sem dúvida, conectar os mais antigos monumentos da literatura cristã”, da qual o cardeal Daniélou faz uma menção minuciosa.

“Não é somente em Jerusalém e na Palestina que o judeu-cristianismo é dominante durante o primeiro século da Igreja. Em toda a parte, a missão judeu-cristã parece ter sido desenvolvida anteriormente à missão paulineana. É exatamente isso que explica porque as epístolas de Paulo fazem, sem cessar, alusão a um conflito”. São os mesmos adversários que ele reencontra em toda a parte em Gálata, em Corinto, em Colosso, em Roma e em Antioquia.

O lado sírio-palestino, de Gaza a Antioquia, é judeu-cristão, “como o testemunham o Ato dos Apóstolos e os escritos clementinos”. Na Ásia Menor, a existência de judeu-cristãos é atestada pelas epístolas de Paulo aos Gálatas e aos Colossenses. Os escritos de Papias informam sobre o judeu-cristianismo, na Frígia. Na Grécia, a primeira epístola de Paulo aos Coríntios refere-se a judeu-cristãos; a Apolo, em particular. Roma é um “centro importante”, segundo a epístola de Clemente e o Pastor de Hermas. Para Suétone e Tácito, os cristãos formam uma seita judia. O Cardeal Daniélou pensa que a primeira evangelização

19 - Relembramos que todos esses escritos vão ser mais tarde julgados apócrifos, quer dizer, como devendo ser escondidos, pela Igreja triunfante que vai nascer do sucesso de Paulo. Fazendo cortes obscuros na literatura evangélica, ela vai reter senão os quatro evangelhos canônicos.

da África foi judia-cristã. O Evangelho dos Hebreus e dos escritos de Clemente de Alexandria referem-se a isso.

É importante conhecer esses fatos para compreender em que ambiente de luta entre comunidades foram escritos os Evangelhos. O aparecimento dos textos que nós temos hoje, após muitas modificações das origens, vai começar em torno do ano 70, época em que as duas comunidades rivais estão em plena luta e os judeu-cristãos dominam ainda. Mas, com a guerra judaica e a queda de Jerusalém em 70, a situação vai se inverter. O cardeal Daniélou explica a decadência:

“Os judeus estavam desacreditados no Império, os cristãos helenísticos tomam, então, a dianteira: Paulo relatará uma vitória postula; o cristianismo se desligará social e politicamente do judaísmo; ele será o terceiro povo, todavia, até a última revolta judaica, em 140, o judeu-cristianismo continuará dominando culturalmente”.

De 70 a um período que se situa antes de 110, vão ser produzidos os Evangelhos de Marcos, Mateus, Lucas e João. Eles não constituem os primeiros documento cristãos fixos; as epístolas de Paulo lhes são bem anteriores. Segundo O. Culman, Paulo teria redigido em 50 sua epístola aos Tessalonicenses. Mas ele já tinha falecido, sem dúvida, há alguns anos quando o Evangelho de São Marcos foi concluído.

A Figura mais discutida do cristianismo e considerado como traidor do pensamento de Jesus pela família dele e pelos apóstolos fixados em Jerusalém em torno de Jacó, Paulo fez o cristianismo às custas dos que Jesus havia reunido em torno de si para propagar seus ensinamentos. Não tendo conhecido Jesus vivo, ele justifica a legitimidade de sua missão, afirmando que Jesus ressuscitado lhe havia aparecido no caminho de Damasco. Pode-se perguntar o que teria sido o cristianismo sem Paulo e se poderia, a esse respeito, arquitetar múltiplas hipóteses. Mas no que concerne aos Evangelhos, há que se meditar que, se a atmosfera de luta entre comunidades criadas pela dissidência paulineana nós não tivesse existido, nós não teríamos os escritos que temos hoje. Aparecidos num período de luta interna entre as duas comunidades, esses “escritos de combate” como os qualifica R.P. Kannengiesser, emergiram da multidão dos escritos aparecidos sobre Jesus, quando o cristianismo do estilo paulineano, definitivamente triunfante, constituiu sua compilação de textos oficiais, o «Cânon» que exclui e condena como contrários à ortodoxia todos os outros documentos que não convinham à linha escolhida pela Igreja.



Embora os judeu-cristãos tenham desaparecido como comunidade influente, ouve-se ainda falar deles sob o vocábulo geral de “Judaizantes”. O cardeal Daniélou evoca assim seu fim:

“Cortados da Grande Igreja que se libera progressivamente de suas ligações judaicas, eles se delinham muito depressa no Ocidente. Mas constatam-se seus traços do século III e IV no Oriente, em particular na Palestina, na Arábia, na Transjordânia, na Síria, na Mesopotâmia. Alguns serão absorvidos pelo Islã, que é, em parte, seu herdeiro; outros se reúnem à ortodoxia da grande Igreja, mas conservando um fundo de cultura semítica e alguma coisa deles persiste nas Igrejas da Etiópia e da Caldéia”.

OS QUATRO EVANGELHOS

Suas Origens, Sua Historia

Nos escritos dos primeiros tempos do cristianismo, a menção aos Evangelhos não se faz a não ser muito posteriormente às obras de Paulo. É somente no meio do século II, exatamente após 140, que aparecem as testemunhas relativas a uma coleção de escritos evangélicos, ao passo que, “desde o início do século II, muitos autores cristãos davam a entender claramente que conheciam um grande número de epístolas paulinianas”. Essas constatações, expostas na, Introdução a Tradução Ecumênica da Bíblia, Novo Testamento, editada em 1972²⁰, merecem ser lembradas de improviso, ao mesmo tempo em que é útil sublinhar que a obra à qual a referência é feita, e o resultado de um trabalho coletivo, que agrupa mais de cem especialistas católicos e protestantes.

Os evangelhos que mais tarde vão tornar-se oficiais, quer dizer canônicos, foram conhecidos muito tardiamente, embora sua redação estivesse terminada no início do século II. Segundo a Tradução Ecumênica, começam-se a citar as narrações que lhes pertencem lá pela metade do século II, mas “é quase sempre difícil decidir se as citações são feitas, segundo os textos escritos que os autores tinham sob os olhos, ou se eles se contentaram em evocar de memória os fragmentos da tradição oral”.

“Antes de 140, lê-se nos comentários dessa tradução da Bíblia, não existe

20 - Edições do Cerf et Les Berges et les Mages.

em todo caso nenhum testemunho, segundo o qual ter-se-ia conhecido uma coleção de escritos evangélicos”: Esta afirmação vai perfeitamente ao encontro do que escreveu Tricot (1960) em seus comentários da sua tradução do Novo Testamento: “Bem cedo, desde o início do segundo século, escreve ele, estabelecer-se-ia o uso de dizer “o Evangelho” para designar os livros que, lá por 150, São Justino chamava também “As Memórias dos Apóstolos”. As afirmações deste tipo são, infelizmente, bastante frequentes para que o grande público tenha falsas noções sobre a data da coleção dos Evangelhos.

Os Evangelhos formam um todo, mais de um século depois do fim da missão de Jesus, e não logo depois dela. A Tradução Ecumênica da Bíblia calcula ao redor de 170 a data em que os quatro Evangelhos adquiriram estatuto de literatura canônica.

A afirmação de Justino, qualificando seus autores de apóstolos, não é mais admissível hoje em dia, como se verá.

Quanto à data da redação dos Evangelhos, A. Tricot afirma que o de Mateus, o de Marcos e o de Lucas foram redigidos antes de 70: isto não é aceitável, salvo, pode ser, para Marcos. Esse Comentarista se esforça, após muitos outros, em apresentar os autores dos Evangelhos como apóstolos ou companheiros de Jesus e recua, a partir daí, as datas da redação, que os situam muito perto da época em que Jesus viveu. Quanto a João, que A. Tricot faz viver até por volta do ano 100, os cristãos estão habituados, há muito tempo, a vê-lo representado muito perto de Jesus em circunstâncias solenes, mas é bem difícil afirmar que ele é o autor do Evangelho que leva o seu nome. O apóstolo João (como Mateus) para A. Tricot e outros comentaristas, é a testemunha autorizada e qualificada dos fatos que narra, enquanto que a maioria dos críticos não mantém a hipótese segundo a qual ele teria redigido o quarto evangelho.

Mas, então, se os quatro evangelhos em questão não podem razoavelmente ser considerados como as “memórias” dos apóstolos ou de companheiros de Jesus, qual é a sua origem?

O. Culmann, no seu livro *O Novo Testamento*²¹, escreve, a esse respeito que os evangelistas eram apenas “porta-vozes da comunidade cristã primitiva que fixou a tradição oral. Durante trinta ou quarenta anos, o Evangelho existiu quase que exclusivamente sob a forma oral: ora, a tradição oral transmitiu, sobretudo, palavras e narrações isoladas. Os evangelistas urdiram as ligações, cada um à sua maneira, cada um com personalidade própria e suas preocupações

21 - Presses Universitaires de France, 1967

teológicas particulares, entre as narrações e as palavras que eles receberam da tradição ambiente. O agrupamento das palavras de Jesus, como cadeia de narrações por fórmulas de ligação muito vagas tais como “depois disso”, “logo” etc.; em suma, o “quadro” de sinóticos²² são, portanto, de ordem puramente literária e não de fundamento histórico”.

O mesmo autor continua: «É preciso notar, enfim, que são as necessidades da pregação do ensinamento do culto, mais que um interesse biográfico que orientaram a comunidade primitiva na fixação dessa tradição sobre a vida de Jesus. Os apóstolos ilustravam as verdades da fé que eles pregavam, contando os acontecimentos da vida de Jesus, e seus sermões é que davam lugar à fixação das narrações. As palavras de Jesus foram transmitidas particularmente num ensinamento catequético da Igreja primitiva».

Os comentadores da Tradução Ecumênica da Bíblia não evocam de outro modo a composição dos Evangelhos: formação de uma tradição oral sob a influência da pregação dos discípulos de Jesus e de outros pregadores; conservação desses materiais que se encontrará afinal, nos Evangelhos para a pregação, para a liturgia, para o ensinamento dos fiéis; possibilidade de uma consubstanciação²³ precoce sob a forma escrita de certas confissões de fé, de certas palavras de Jesus, de narrações da Paixão, por exemplo; recursos dos evangelistas a essas formas escritas diversas, assim como aos dados da tradição oral para produzir os textos “adaptando-se aos diversos meios, respondendo às necessidades das Igrejas, exprimindo uma reflexão sobre a Escritura, retificando os erros e replicando ao mesmo tempo aos argumentos dos adversários. Os evangelistas teriam assim recolhido e escrito, segundo sua perspectiva pessoal, o que lhes era dado pelas tradições orais”.

Uma tal tomada de posição coletiva, que emana de mais de cem intérpretes do Novo Testamento, católicos e protestantes, difere notadamente de linha definida pelo Concílio do Vaticano II, na constituição dogmática sobre a revelação elaborada entre 1962 e 1965. Encontrar-se-á mais adiante uma primeira referência a esse documento conciliar, relativo ao Antigo Testamento. O Concílio pôde declarar, a esse respeito, que os livros que o compuseram “continham o imperfeito” e o “caduco”, mas ele não formulou semelhantes reservas a propósito dos Evangelhos. Muito ao contrário, pode-se ler o que segue:

“Não escapa a ninguém que entre todas as Escrituras, mesmo aquelas

22 - Os três Evangelhos: de Marcos, Mateus e Lucas.

23 - Presença de Cristo na eucaristia, como a entendem os luteranos; União de dois ou mais corpos em uma só substância

do Novo Testamento, os Evangelhos, possuem uma superioridade merecida no sentido de que eles constituem o testemunho por excelência sobre a vida e os ensinamentos do Verbo encarnado, nosso Salvador. Sempre, e em tudo, a Igreja manteve e mantém a origem apostólica dos quatro Evangelhos. Com efeito, o que os Apóstolos pregaram, sob a ordem de Cristo, em seguida, eles mesmos e os homens de sua grei²⁴, sob a inspiração divina do Espírito, nos transmitiram em escritos que são o fundamento da fé, a saber o Evangelho quadriforme, segundo Mateus, Marcos, Lucas e João”.

“Nossa Santa Madre Igreja sustentou e sustenta firmemente, e com a maior constância, que os quatro Evangelhos, dos quais ela afirma sem hesitar a historicidade, transmitem fielmente o que Jesus, o filho de Deus, durante sua vida entre os homens, realmente, fez e ensinou para sua salvação eterna, até o dia em que foi levado ao céu... Os autores sacros compõem logo os quatro Evangelhos de maneira a nos confiar sempre sobre Jesus as coisas verdadeiras e sinceras”.

É a afirmação, sem nenhuma ambiguidade, da fidelidade da transmissão dos atos e palavras de Jesus pelos Evangelhos.

Não se nota muita compatibilidade entre esta afirmação do Concílio e aqueles dos autores precedentes citados, notadamente:

“Não é preciso tomar ao pé da letra” os Evangelhos, “escritos de circunstâncias” ou “de combate” nos quais os autores “consignam por escrito as tradições de as comunidades sobre Jesus”. (R.P. Kannengiesser).

Os Evangelhos são textos “adaptados aos diversos meios, respondendo às necessidades da Igreja, exprimindo uma reflexão sobre a Escritura, corrigindo os erros, enfrentando ao mesmo tempo os argumentos dos adversários. Os evangelistas reconhecem também e puseram por escrito, segundo sua perspectiva pessoal, o que lhes era dado pelas tradições orais” (Tradução Ecumênica da Bíblia).

É evidentiíssimo que, entre conciliar a declaração e as tomadas de posição mais recentes, nos ensinamentos em presença de afirmações que se contradizem. Não é possível conciliar a declaração do Vaticano II, segundo a qual se deverá encontrar nos Evangelhos uma transmissão fiel dos atos e palavras de Jesus, com a existência desses textos de contradições, incertezas, impossibilidades naturais e afirmações contrárias à realidade das coisas devidamente estabelecidas.

24 - Conjunto dos paroquianos ou diocesanos; Partido; Sociedade.

Ao contrário, se olharmos os Evangelhos como a expressão de perspectivas próprias dos coletores das tradições orais pertencentes a comunidades diversas, como escritos de circunstâncias ou de combate, não podemos nos espantar por encontrar nos Evangelhos todos esses defeitos, que são a marca de sua confecção pelos homens em tais circunstâncias. Eles podem ser absolutamente sinceros, embora relatem fatos dos quais eles não põem em dúvida a exatidão, fornecendo-nos narrações em contradição com as dos outros autores ou, então por razões de rivalidades de ordem religiosa entre comunidades, apresentam as narrações de vida de Jesus, segundo uma óptica bem diferente da dos adversários.

Já vimos que o contexto histórico está de acordo com esta última maneira de conceber os Evangelhos. Os dados que possuímos sobre os próprios textos a confirmam totalmente.

EVANGELHO SEGUNDO MATEUS

Dos quatro Evangelhos, o de Mateus ocupa o primeiro lugar na ordem de apresentação dos livros do Novo Testamento. Isto é perfeitamente justificado, porque este Evangelho não é, de certo modo, senão o prolongamento do Antigo Testamento: está escrito para demonstrar que “Jesus completou a história de Israel”; como escreveram os comentadores da Tradução Ecumênica da Bíblia, à qual faremos grandes citações. Por isso, Mateus faz apelo constantemente a citações do Antigo Testamento, mostrando que Jesus se comporta como o Messias esperado pelos judeus.

Este Evangelho começa por uma genealogia de Jesus²⁵. Mateus a faz remontar a Abraão por David. Ver-se-á mais adiante o erro do texto, geralmente esquecido ao silêncio pelos comentadores. Não importa o que ele seja, a intenção de Mateus era evidente: dar em conjunto, por esta filiação, o sentido geral de seu livro. O autor segue a mesma ideia pondo constantemente em evidência a atitude de Jesus perante a lei judaica, da qual os grandes princípios - oração, jejum e esmola - são aqui retomados.

Jesus pretende endereçar seu ensinamento, acima de tudo e por prioridade, a seu povo. Ele fala assim aos doze apóstolos: “Não tomeis o caminho dos

25 - A contradição da genealogia do Evangelho de Lucas será tratada em um capítulo especial

pagãos e não entreis numa cidade de Samaritanos²⁶; de preferência, procurai as ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mateus 10:5-6). “Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mateus 15:24). No final de seu Evangelho, Mateus estende, secundariamente a todas as nações, o apostolado dos primeiros discípulos de Jesus, dando-lhes esta ordem: “Ide, portanto, por todas as nações e fazer discípulos” (Mateus 28:19), mas a partida deve-se fazer, por prioridade, para a “casa de Israel”. A. Tricot diz desse Evangelho: “Sob a vestimenta grega, o livro é judeu pela carne, pelos ossos e pelo espírito, trazendo dele alento e as marcas distintivas”.

Essas considerações, por si só, situam a origem do Evangelho de Mateus em uma tradição comunitária judeu-cristã que, como escreve O. Culmann, “se esforça por romper, ainda que mantendo a continuidade com o Antigo Testamento, as amarras que o prendiam ao judaísmo. Os centros de interesse, o tom geral desse Evangelho, sugerem a existência de uma situação tensa”.

Os fatores de ordem política não são possivelmente estranhos ao texto. A ocupação romana da Palestina torna naturalmente vivo o desejo do país ocupado de ver sobrevir sua libertação e roga-se a Deus para intervir a favor do povo, que Ele elegeu todos e do qual Ele é o soberano todo poderoso, e que pode, como Ele o fez muitas vezes, ao longo da História, trazer o seu apoio direto aos negócios dos homens.

Qual é a personalidade de Mateus? Digamos de passagem que não se admite hoje que se traia de um companheiro de Jesus. A. Tricot o apresenta, entretanto, assim em seu comentário da tradução do Novo Testamento em 1960: “Mateus, aliás, Levi, por seu trabalho publicano²⁷ ou de fiscalização, era empregado do escritório da Alfândega ou de portagem de Cafarnaum, quando Jesus o chamou para fazer dele um de seus discípulos”. É o que pensavam os Padres da Igreja, como Orígenes, Jerônimo e Epifânio. Não é mais o que se crê em nossos dias. Um ponto não contestado é que o autor é judeu; o vocabulário é palestino, a redação é grega. O autor se dirige, escreve O. Culmann, “as pessoas que, mesmo falando grego, conhecem os costumes judeus e a língua aramaica”.

Para os comentadores da Tradução Ecumênica, a origem desse Evangelho parece ser a seguinte: “Ordinariamente, pensa-se que ele foi escrito na Síria, pode ser em Antioquia [...], ou na Fenícia, porque nessas regiões vivia um gran-

26 - Os samaritanos tinham o código religioso a Torá ou Pentateuco; eles esperavam a vinda do Messias e eram a maior parte das observações do Judaísmo, mas eles tinham edificado um templo concorrente ao de Jerusalém

27 - Cobrador de rendimentos públicos, entre os romanos; Homem de negócio.

de número de judeus²⁸ [...]. Pode-se entrever uma polémica contra o judaísmo sinagoga ortodoxo dos fariseus, tal como se manifesta na assembleia sinagoga de Jamina pelos anos 80. Nessas condições, numerosos são os autores que datam o primeiro Evangelho pelos anos 80-90; pode ser um pouco mais cedo, não se pode chegar a uma inteira certeza sobre o assunto.”

Em vista da impossibilidade de se conhecer precisamente o nome do autor, é conveniente que nos contentemos com alguns traços delineados no próprio Evangelho: o autor é reconhecido pela sua profissão. Versados nas Escrituras e nas tradições judias, conhecendo, respeitando, mas interpelando rudemente os chefes religiosos de seu povo, experimentado mestre na arte de ensinar e de fazer compreender Jesus aos seus ouvintes, insistindo sempre sobre as consequências práticas de ensinamento, ele corresponderá muito bem à caracterização de um letrado judeu tornado cristão, um senhor da matéria “que tira do seu tesouro coisas novas e velhas”, como Mateus evoca em 13:52. Estamos bem longe do empregado do escritório de Cafarnaum, chamado Levi por Marcos e Lucas, e transformado em um dos doze apóstolos.

Todos concordam em pensar que Mateus escreveu seu Evangelho a partir de fontes comuns com Marcos e com Lucas. Mas sua narração vai diferir, e sobre pontos essenciais, como nós veremos a seguir. E, portanto, Mateus utilizou largamente o Evangelho de Marcos que não era discípulo de Jesus (O. Culmann).

Mateus torna sérias liberdades com os textos. Consta-se disso no que concerne ao Antigo Testamento, a propósito da genealogia de Jesus, colocada no início de seu Evangelho. Ele insere em seu livro narrações, propriamente falando, incríveis. É o qualificativo que emprega, em sua obra citada mais adiante, R.P.Kannengiesser a respeito de um episódio da ressurreição de Jesus: o da vigília. Ele destaca a incerteza dessa história de vigilantes militares do túmulo, “esses soldados pagãos” que “relatam o sucedido, não a seus superiores hierárquicos, mas aos grandes sacerdotes que lhes pagam para contar mentiras”. Ele acrescenta, entretanto: “É preciso abster-se de zombar, porque a interação de Mateus é infinitamente respeitável, e ele integra, à sua maneira, um dado antigo da tradição oral à sua obra escrita. Mas sua mise en scène é digna de Jesus cristo Superstar²⁹.”

Esse julgamento sobre Mateus emana, lembremo-nos, de um eminente

28 - Pergunta-se se a comunidade judeu-cristã de Mateus não poderia estar situada também em Alexandria. O. Culmann cita esta hipótese, entre muitas outras.

29 - Edições de Cerf et Les Berges et les Mages.

teólogo, professor do Instituto Católico de Paris. Mateus dá em sua narração, aos acontecimentos que acompanharam a morte de Jesus, um outro exemplo de sua fantasia.

«Eis que o véu do santuário se rasgou em dois, alto a baixo; a terra tremeu, fenderam-se as rochas, abriram-se os túmulos, os corpos de numerosos santos ressuscitaram, saindo dos túmulos depois de sua ressurreição, eles entraram na cidade santa e apareceram a um grande número de pessoas».

Esta passagem de Mateus (27:51-53) não tem seu correspondente nos outros Evangelhos. É difícil imaginar como os corpos dos santos em questão puderam ressuscitar depois da morte de Jesus (à véspera-do sábado, dizem os Evangelhos), e sair de seus túmulos somente depois de sua ressurreição (o dia seguinte ao sábado, segundo, as mesmas variações).

É, pode ser, em Mateus, que se encontra a inverossimilhança mais caracterizada e menos discutível de todos os Evangelhos, que um de seus autores tenha posto na boca do próprio Jesus. Ele relata assim, em 12:38-40, o espírito do milagre de Jonas:

«Jesus está no meio dos escribas e dos fariseus que se dirigem a ele nesses termos: “Mestre, nós queremos que você nos faça ver um milagre”. Jesus lhes respondeu: «Geração má e adúltera (sic) que pede um prodígio. Mas nenhum prodígio lhe será dado senão o do profeta Jonas. Porque assim como esteve Jonas três dias e três noites no ventre do monstro, assim o filho do Homem estará no seio da terra três dias e três noites...” (Texto da Tradução Ecumênica).

Jesus anuncia portanto que ficará enterrado três dias e três noites. Ora, Mateus e com ele, Lucas e Marcos, situam a morte e a inumação de Jesus na véspera do sábado, o que faz, certamente, considerar a sua permanência na terra em três dias (três êmeras no texto grego). Mas nesse lapso de tempo não se podem compreender mais do que duas noites e não três noites (treis nuktas no texto grego).³⁰

Os comentadores dos Evangelhos fazem muito frequentemente silêncio diante desse episódio. No entanto, R. P. Roguet levanta a inverossimilhança, pois ele nota que Jesus “não ficou no túmulo” senão três dias (logo, um só completo) e duas noites. Mas acrescenta ele.

30 - Em outra passagem do Evangelho, Mateus faz uma segunda menção desse episódio, mas sem precisar o tempo (16:1-4). Sucede o mesmo em Lucas (11:29-32). Para Marcos, ver-se-á mais longe, Jesus teria declarado que não será dado nenhum sinal por ele a esta geração (Marcos 8:11-12)



“A expressão é um clichê e não quer dizer outra coisa senão três dias”. É desgostante que os comentadores tenham se limitado a usar tais argumentos, que não querem nada dizer de positivo, quando seria tão satisfatório para o espírito sugerir que tal enormidade pudesse provir do erro de um escriba!

Além dessas incertezas, o que caracteriza, antes de tudo, o Evangelho de Mateus, é que ele é de uma comunidade judeu-cristã que infringe o desterro do judaísmo, ficando na linha do Antigo Testamento. Tem ele, sob ponto de vista da história do judeu-cristianismo, uma importância considerável.

EVANGELHO SEGUNDO MARCOS

É o mais curto dos quatro Evangelhos. É também o mais antigo, mas nem por isso ele é o livro de um Apóstolo: é, nada mais nada menos, que um livro redigido por um discípulo de um apóstolo.

O. Culmann escreveu que não considerava Marcos um discípulo de Jesus. Mas o autor faz notar para quem a atribuição deste Evangelho ao apóstolo Marcos pode parecer suspeita, que “Mateus e Lucas não teriam utilizado este Evangelho como eles o fizeram, se não estivessem fundamentados efetivamente sobre o ensinamento de um apóstolo!” Mas isto é um argumento não decisivo. O. Culmann cita igualmente, como apoio da reserva, que ele junta às frequentes citações do Novo Testamento, um certo “o João chamado Marcos”, mas essas citações não contêm a menção de um autor do Evangelho, e o texto de Marcos não menciona o autor.

A pobreza das informações sobre esse ponto conduziram os comentadores a tomar, como elementos de valor, pormenores, que parecem enredados, tais como: sob o pretexto de que Marcos é o único evangelista a contar na sua narração da Paixão o espírito de um jovem, tendo apenas um lençol como vestimenta e que, detido, tira um lençol e foge nu (Marcos 14:51-52), alguns concluíram que o jovem em questão poderia ser Marcos, “discípulo fiel que tenta seguir o Mestre” (Tradução Ecumênica); para outros, pode-se ver aqui: “por esta lembrança pessoal uma marca de autenticidade, numa assinatura anônima”, “provando que ele foi testemunha ocular” (O. Culmann).

Para esse autor, “os numerosos volteios de frases corroboram a hipótese

segundo a qual o autor era um judeu de origem”, mas a presença de latinismos pode sugerir que ele escreveu seu Evangelho em Roma. “Ele se endereça, aliás, aos cristãos que não vivem na Palestina e toma cuidado em lhes explicar as expressões aramaicas que emprega”.

Com efeito, a tradição quis ver em Marcos o companheiro de Pedro em Roma, fundamentando-se no final da primeira epístola de Pedro (se de fato este é o seu autor). Pedro teria escrito aos destinatários da Epístola: “A comunidade dos eleitos, que está em Babilônia, vos saúda assim como Marcos, meu filho”. Babilônia “quer dizer provavelmente Roma”, lê-se nos comentários da Tradução Ecumênica por onde se crê autorizado a deduzir que o Marcos que tinha estado com Pedro em Roma seria o Evangelista... Foi um raciocínio desse tipo que levou Papias, bispo de Hierápolis, pelo ano 150, a atribuir o Evangelho em questão a um Marcos, que dizia ter sido “o intérprete de Pedro”, e que teria sido também um colaborador de Paulo?

Nessa perspectiva, situar-se-ia a composição do Evangelho de Marcos depois da morte de Pedro, portanto mais cedo, entre 65 e 70, para a Tradução Ecumênica, cerca de 70 para O. Culmann.

O texto mesmo deixa aparecer indiscutivelmente um primeiro grande defeito: ele é redigido sem o mínimo cuidado com a cronologia. Assim, Marcos coloca no começo de sua narração (1:16-20) o episódio dos quatro pescadores que Jesus convida a segui-lo, dizendo simplesmente: “Vocês, serão pescadores de homens”, quando estes nem sequer o conheciam. O evangelista manifesta, além disso, uma ausência completa de probabilidade.

Como disse R. P. Roguet, Marcos é um “escritor desajeitado”, o mais incipiente de todos os evangelistas, ele não sabe compor bem uma narração e o comentador apoia sua observação na citação de uma passagem, contando a instituição dos doze apóstolos, da qual a tradução literal é a seguinte:

“E, tendo subido a montanha, chamou a si aqueles que Ele mesmo quis e eles vieram para junto d’Ele. E escolheu doze para que andassem com Ele e para os enviar a Pregar e ter o poder de expulsar os demônios. E Ele fez os doze e enviou a Simão o nome de Pedro” (Marcos 3:13-16).

Para certos episódios, ele está em contradição em Mateus e com Lucas, como lembramos anteriormente a propósito do prodígio de Jonas. Além disso, a propósito dos milagres que Jesus oferece aos homens ao longo de sua missão, Marcos conta (8:11-12) um episódio que não é creditável.

“Os fariseus vieram e puseram-se a discutir com Jesus; para fazê-lo cair numa armadilha, pediram-lhe um sinal do céu. Arrancando um profundo suspiro, Jesus disse: “Por quê esta geração pede um sinal? Em verdade eu vos digo, não será dado nenhum sinal a esta geração”. E deixando-os tornou a embarcar e partiu para outra margem”.

É, sem dúvida, a afirmação, vinda do próprio Jesus, de sua intenção de não fazer nenhum ato que pudesse parecer sobrenatural. Também, os comentaristas da Tradução Ecumênica da Bíblia se admiram que Lucas declare que Jesus não dará a não ser um sinal, o de Jonas (ver o Evangelho de Mateus), julgando “paradoxal” que Marcos diga que “esta geração não terá nenhum sinal”, após, frisam eles, “os milagres que o próprio Jesus apresenta como os sinais” (Lucas, 7:22 e 11:20).

A totalidade do Evangelho de Marcos é oficialmente reconhecida como canônica. Nem por isso o final de seu Evangelho (16:9-20) deixa de ser considerado pelos autores modernos como uma obra justaposta: a Tradução Ecumênica o assinala muito explicitamente.

Este final não está contido nos dois mais antigos manuscritos completos dos evangelhos, o “Codex Vaticanus” e o “Codex Sinaiticus”, que datam do Século IV. O. Culmann escreveu a esse propósito: “Manuscritos gregos mais recentes e certas versões juntaram, nessa parte, uma conclusão sobre as aparições que não é de Marcos, tirada de outros Evangelhos”. Com efeito, as versões justapostas desse final são numerosas. Há nos textos, tanto uma versão longa como uma versão curta (os dois foram reproduzidos na Tradução Ecumênica), tanto a versão longa com um aditivo, como as duas versões.

R. P. Kannengiesser comenta assim este final: “Devem ter sido suprimidos os últimos versículos por ocasião da aceitação oficial (ou da edição vulgarizada) de sua obra na comunidade que a tomava como garantia. Nem Mateus, nem Lucas nem, a fortiori, João, conheceram a parte que falta. Todavia, a lacuna era intolerável. Muito mais tarde, uma vez os escritos similares de Mateus, Lucas e João postos em circulação, copiou-se uma digna conclusão de Marcos, recolhendo elementos à direita e à esquerda nos outros evangelistas. Será fácil identificar as peças deste “enigma”; especificando Marcos, (16:9-20) ter-se-ia uma ideia mais concreta da liberdade com que se tratou o gênero literário da narração evangélica, até o limiar do Século II”.

Que confissão sem rodeios da existência de manipulações, por homens, dos textos das Escrituras nos fornecem essas reflexões de um grande teólogo!

EVANGELHO SEGUNDO LUCAS

“Cronista” para O. Culmann, “Verdadeiro romancista” para R. P. Kannengiesser, Lucas nos adverte em seu prólogo dirigido a Theófilo que vai, por sua vez, depois de outras que compuseram as narrações sobre Jesus, redigir um relato sobre os mesmos fatos, utilizando essas informações de testemunhas oculares – o que implica que ele não era uma delas – assim como aquelas provenientes das pregações dos apóstolos. É, portanto, um trabalho metódico que ele apresenta nestes termos:

“Visto que muitos empreenderam compor uma narração-dos acontecimentos sucedidos entre nós, como foram transmitidos por aqueles que foram desde o início testemunhas oculares, e que se tornaram os servidores da palavra, me pareceu bom, a mim também, após ter cuidadosamente me informado de tudo a partir das origens, escrever para ti uma narração ordenada, muito honrável Theófilo, a fim de que tu possas constatar a solidez dos ensinamentos em que tu foste instruído”.

Discerne-se desde as primeiras linhas tudo o que separa Lucas do “médico escrivão” que é Marcos, do qual acabamos de evocar a obra. Seu Evangelho é uma incontestável obra literária, escrita em um grego clássico sem barbarismos. Lucas é um letrado pagão, convertido ao cristianismo. Sua orientação em relação aos judeus é imediatamente aparente. Como sublinha O. Culmann, Lucas exime-se de retornar os versículos mais judaicos de Marcos e põe em destaque as palavras de Jesus contra a incredibilidade dos judeus e seus bons relacionamentos com os samaritanos, que os judeus detestavam, ao passo que Mateus, como se viu, recomendava, em nome de Jesus, aos apóstolos, fugir deles. Exemplo surpreendente, entre muitos outros, pelo fato de que, fazendo Jesus dizer o que convém às suas perspectivas pessoais, os evangelistas, sem dúvida, com uma convicção muito sincera, nos dão as palavras de Jesus a versão adaptada ao ponto de vista das comunidades às quais eles pertencem. Como negar diante de semelhantes evidências, que os Evangelhos não são “escritos de combate” ou “de circunstâncias” já evocadas? A comparação entre a maneira geral do Evangelho de Lucas e do Evangelho de Mateus traz a esse respeito uma demonstração.

Quem é Lucas? Quiseram identificá-lo ao médico levado esse nome que Paulo cita em algumas de suas epístolas. A Tradução Ecumênica observa que “muitas encontraram confirmação de profissão médica do autor do Evangelho na precisão da descrição das doenças”. Esta apreciação é completamente exage-

rada. Lucas não dá “descrições” desta ordem propriamente dita “o vocabulário que ele emprega é aquele de todo homem culto de seu tempo”. Um certo Lucas foi companheiro de viagem de Paulo. É a mesma personagem? O. Culmann assim pensa.

A data do Evangelho de São Lucas pode ser estabelecida em função de diversos fatores: Lucas se serviu do Evangelho de Marcos, e este do de Mateus. Parece, lê-se na Tradução Ecumênico, que ele teria conhecido o sítio e a ruína de Jerusalém pelas armas de Tito no ano 70. O Evangelho seria, portanto, posterior a essa data. As críticas atuais situam comumente sua redação pelos anos 80-90, mas muitos lhe atribuem uma data ainda mais antiga.

As diversas narrações de Lucas apresentam diferenças importantes com as de seus predecessores. Demos acima um apanhado delas. A Tradução Ecumênica, assinala páginas 181 e seguintes. O. Culmann cita no livro O Novo Testamento, p. 18, narrações do Evangelho de Lucas que não são reencontradas em outras partes. E não se trata de pormenores.

Os relatos da infância de Jesus do Evangelho de Lucas lhe são próprias. Mateus conta diferentemente de Lucas a infância de Jesus. Marcos não diz uma palavra a respeito.

Mateus e Lucas dão diferentes genealogias de Jesus: a contradição é tão importante, a inverossimilhança é tão grande do ponto de vista científico, que um capítulo especial será consagrado aqui a esse respeito. É explicável que Mateus, dirigindo-se aos judeus, faça iniciar a genealogia em Abraão e a faça passar por David, e que Lucas, pagão convertido, tenha o cuidado de remontar mais alto. Ver-se-á que, a partir de Davi, as duas genealogias são contraditórias.

A missão de Jesus é contada diferentemente em diversos pontos por Lucas, Mateus e Marcos.

Um acontecimento de importância tão capital para os cristãos, como a instituição da Eucaristia, é sujeita a variantes entre Lucas e os dois outros Evangelhos (Não é possível se fazer a comparação com João, pois ele não fala da instituição da Eucaristia por ocasião da Ceia precedente à Paixão.). R. P. Roguet nota em seu livro, Iniciação ao Evangelho (p. 75), que as palavras pelas quais a Eucaristia é instituída nos são relatadas por Lucas (22:19-24) numa forma muito diferente daquelas que encontramos em Mateus (26:26-29) e em Marcos (1:22-24), que são quase idênticas. “Ao contrário, a fórmula transmitida por Lucas é muito próxima daquela que São Paulo evoca” (1ª Epístola aos Coríntios, 11:23-25).

Lucas, como vimos, emite sobre a Ascensão de Jesus, em seu Evangelho, uma versão em contradição com a dos Atos dos Apóstolos, dos quais ele é o autor reconhecido, e que faz parte integrante do Novo Testamento. Em seu Evangelho, ele situa a ascensão do dia de Páscoa e, nos Atos, quarenta dias mais tarde. Sabe-se a que curiosos comentários esta contradição conduziu os exegetas cristãos.

Mas os comentadores que têm a preocupação da objetividade são forçados a reconhecer, como aqueles da Tradução Ecumênica da Bíblia sob um plano muito geral, que, para Lucas, “o cuidado principal não é descrever os fatos em sua exatidão material...” Comparando as narrações dos Atos dos Apóstolos, obra do mesmo Lucas, com as narrações de fatos análogos de Paulo sobre Jesus ressuscitado, R. P. Kannengiesser dá sobre Lucas esta opinião: “Lucas é o mais sensível e o mais literário dos quatro evangelistas; ele apresenta todas as qualidades de um verdadeiro romancista”.

EVANGELHO SEGUNDO JOÃO

O Evangelho de João é radicalmente diferente dos três outros, a tal ponto que, no seu livro *Iniciação ao Evangelho*, R. P. Roguet, depois de haver comentado os primeiros, dá de improviso, do quarto Evangelho, uma imagem expressiva: “um outro mundo”. É, com efeito, um livro muito à parte: diferenças na ordenação e na escolha dos assuntos, das narrações, dos discursos; diferenças de estilo, diferenças geográficas e cronológicas e, até, diferenças nas perspectivas teológicas (O. Culmann).

As palavras de Jesus são, portanto, diversamente relatadas por João e pelos outros Evangelistas: R. P. Roguet faz observar, a esse propósito, que, enquanto os sinóticos relatam as palavras de Jesus em um estilo direto, muito mais próximo do estilo oral, “em João, tudo reflete a meditação, a tal ponto que nós podemos nos perguntar, às vezes, se é ainda Jesus que fala ou, então, de seus propósitos não são prolongados insensivelmente pelas reflexões do Evangelista”.

Qual é o autor? A questão é muito debatida, as opiniões mais diversas são emitidas a esse respeito.

A. Tricot e R. p. Roguet estão com aqueles a quem não surge a menor dúvida: O Evangelho de João é obra de uma testemunha ocular; o autor é João, filho de Zebedeu e irmão de Jacó, o apóstolo sobre o qual tantos detalhes são conhecidos e expostos nos manuais de vulgarização. A iconografia popular o coloca mantendo-se perto de Jesus como na Ceia precedente à Paixão. Quem imaginaria que o Evangelho de João não seja obra desse João Apóstolo, cuja figura é tão comumente difundida?

A redação muito tardia desse quarto Evangelho não é argumento formal contra essa tomada de posição. A versão definitiva deve ter sido redigida em fins do 1º Século. Situar a redação sessenta anos depois de Jesus será compatível com a existência de um apóstolo muito jovem no tempo de Jesus e que teria vivido perto de um século.

R. P. Kannengiesser, em seu estudo da Ressurreição, chega à conclusão de que a nenhum autor do Novo Testamento, além de Paulo, se pode atribuir a qualidade de haver sido uma testemunha ocular da Ressurreição de Jesus. Todavia, João relata a aparição aos Apóstolos, na qual ele estaria presente e que estavam reunidos, com exceção de Thomas (20:19-24), oito dias mais tarde, com todos os apóstolos (20:25-29).

O. Culmann, em seu livro O Novo Testamento, não toma partido.

A Tradução Ecumênica da Bíblia precisa que a maioria das críticas não exclui a hipótese de uma redação pelo Apóstolo João, cuja eventualidade não pode ser, apesar de tudo, absolutamente excluída. Mas tudo leva a crer que o texto atualmente divulgado teve vários autores: “É provável que o Evangelho, tal como nós o possuímos tenha sido publicado pelos discípulos do autor que juntaram o Capítulo 21 e, sem dúvida, algumas anotações (assim 4:2 e talvez 4:1; 4:44; 7:37b; 11:2; 19:35). Quanto à narração da mulher adúltera (7:53-8:11), todos estão de acordo em reconhecer que se trata de um trecho de origem desconhecida, inserido mais tarde (mas que pertence, entretanto, à Escritura Canônica)”. A passagem 19:35 aparece como uma “ratificação” de “testemunha ocular” (O. Culmann), a única explícita de todo o Evangelho de João, mas os comentadores pensam que ela foi, sem dúvida, acrescentada.

O. Cúlmann pensa que as adições posteriores são manifestas neste Evangelho: assim, o Capítulo 21 seria obra de um “discípulo que teria dado retoques também no corpo do Evangelho”.

Sem evocar todas as outras hipóteses feitas pelos exegetas, as únicas

observações provenientes de autores cristãos mais eminentes, aqui apresentados sobre a questão do autor do quarto Evangelho, mostram que se encontra em plena confusão a propósito do apadrinhamento.

O valor histórico das narrações de João foi muito contestado. As discordâncias com os outros três Evangelhos são flagrantes. O. Culmann dá-lhes explicação. Ele reconhece em João perspectivas teológicas diferentes das dos outros evangelistas. Essa visão “guia a escolha das interpretações da Logia³¹ apresentadas, da maneira pela qual elas são reproduzidas... Assim, o autor desenvolve-lhes frequentemente, as linhas, fazendo o Jesus histórico dizer o que o Espírito Santo mesmo lhe revelou”. Tal é, para este exegeta, a razão das discordâncias.

De certo, conceber-se-ia que João, escrevendo depois dos outros evangelistas, teria podido escolher certas narrações apropriadas para melhor ilustrar suas teses, e não deveria causar admiração por não se encontrar em João tudo o que as outras narrações contém. A Tradução Ecumênica destaca um certo número de casos desse tipo [2:282]. Mas o que choca muito mais são certas lacunas. Algumas parecem apenas críveis, como aquela da narração da instituição da Eucaristia. Como poderemos imaginar que um episódio também primordial para o cristianismo, que vai se tornar o pilar de sua liturgia - a missa - não seja evocada por João, o evangelista, meditativo por excelência? Ora, ele se contenta em descrever somente, na narração da ceia que precede a Paixão, a lavagem dos pés dos discípulos, a anunciação da traição de Judas e a renegação de Pedro.

Há, ao inverso, narrações próprias de João e que faltam nos outros três autores. A Tradição Ecumênica as menciona (p. 283). Aí, ainda, se poderia arguir³² que os três autores teriam podido não discernir³³, nesses episódios, uma importância que João teria destacado. Mas como não ser surpreendido por encontrarem João numa narração do aparecimento de Jesus ressuscitado a seus discípulos, à margem do Lago de Tiberíades (João 21:1-4), que não é senão a reprodução, com numerosos detalhes acrescidos, da pesca miraculosa apresentada por Lucas (5:1-11) como um episódio ocorrido durante a vida de Jesus? Nessa narração, Lucas faz a alusão à presença do apóstolo João que, seguindo a tradição, seria o evangelista. Da narração do Evangelho de João, fazendo parte desse Capítulo 21, concorda-se em dizer que é uma adição posterior; imagina-se facilmente que a citação do nome de João, na narração de Lucas, teria podido levar a incluí-la artificialmente, no quarto Evangelho: a necessidade, por isso,

31 - Palavras

32 - Criticar, censurar, condenar.

33 - Ver distintamente; discriminar, distinguir, conhecer; Avaliar bem; apreciar, medir; Estabelecer diferença entre; distinguir, separar; Apreciar, julgar.



de transformar uma narração de Jesus vivo em uma narração póstuma, mesmo forçada, não deteve o manipulador do texto evangélico.

Uma outra divergência considerável entre o Evangelho de João e os outros três é a duração da missão de Jesus. Marcos, Mateus e Lucas a fixam em um ano. Para João, ela se estende a mais de dois anos. O Culmann nota o fato. A Tradução Ecumênica exprime-se assim a esse respeito:

“Enquanto os sinóticos evocam um longo período, Galileu, seguido de uma marcha mais ou menos prolongada pela Judéia, João, ao contrário, relata frequentes mudanças de uma região à outra e considera uma presença de longa duração na Judéia e, sobretudo, Jerusalém (1:19-51; 2:13-3,36; 5:147; 14:20-31). Ele menciona diversas celebrações pascoais (2:13; 5:1; 6:4; 11:55) e sugere assim um ministério de mais de dois anos”.

Então, entre Marcos, Mateus, Lucas e João, em quem é preciso acreditar?

A ORIGEM DOS EVANGELHOS

O apanhado geral que demos dos Evangelhos, e que emerge do exame crítico dos textos, leva a adquirir a noção de uma literatura “descosida (desconexa), cujo plano se ressent de continuidade” e “cujas contradições parecem insuperáveis”, para retomar os termos do julgamento exarado pelos comentadores da Tradução Ecumênica da Bíblia, a cuja autoridade importa fazer referência, tão graves são as consequências das apreciações sobre esse assunto. Viu-se que noções sobre a história religiosa contemporânea do nascimento dos Evangelhos poderiam explicar certos caracteres dessa literatura desconcertante para o leitor que reflete. Mas é preciso ir mais longe e pesquisar o que podem nos apresentar os trabalhos publicados na época moderna sobre as fontes que os Evangelistas buscaram, para redigir seus textos; é igualmente interessante, examinar se a história dos textos depois do seu estabelecimento é susceptível de explicar certos aspectos que eles apresentam em nossos dias.

O problema das fontes foi abordado de modo muito simples na época dos Padres da Igreja. Nos primeiros séculos da era cristã, a fonte não poderia ser senão o Evangelho que os manuscritos completos apresentam como o primeiro, quer dizer o Evangelho de Mateus. A questão das fontes se colocava

somente para Marcos e para Lucas; João consistia um caso completamente à parte. Santo Agostinho considerava que Marcos, segundo na ordem tradicional de apresentação, tinha se inspirado em Mateus, que ele tinha resumido, e que Lucas, vindo em terceira posição nos manuscritos, se serviu de dados de um e de outro; seu prólogo, do qual falamos acima o sugere.

Os exegetas dessa época podem, do mesmo modo que nós avaliar o grau de convergência dos textos e reencontrar um grande número de versículos comuns a dois ou três dos sinóticos. Os comentadores da Tradução Ecumênica da Bíblia os calculam, em nossos dias, aproximadamente assim:

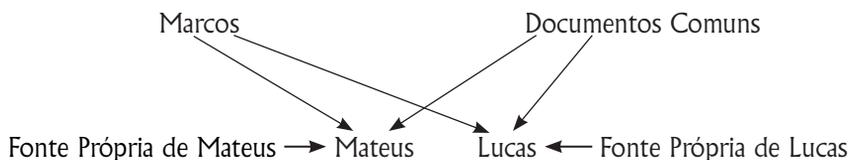
Versículos comuns aos três sinóticos	330
Versículos comuns a Marcos e Mateus	178
Versículos comuns a Marcos e Lucas	100
Versículos comuns a Mateus e Lucas	230

Ao passo que os versículos próprios a cada um dos três primeiros evangelistas são de

330 para Mateus, 53 para Marcos e 500 para Lucas.

Dos Padres da Igreja até o fim do século XVIII, um milênio e meio se passa sem que seja levantado qualquer problema novo sobre as fontes dos evangelhos: conformava-se com a tradição. Não é senão na época moderna, que se percebe, perante esses dados, que cada evangelista, retomando as informações encontradas nos outros, efetivamente construiu uma narração à sua maneira, segundo suas perspectivas pessoais. Reservou-se, então, um lugar importante à coleta dos assuntos da narração, de um lado na tradição oral das comunidades de origem e, de outro, numa fonte escrita comum aramaica, que não foi reencontrada. Essa narração escrita teria podido formar um bloco compacto ou ser constituída de múltiplos fragmentos de narrações diversas, que teriam servido a cada evangelista para edificar sua obra original.

Pesquisas mais aprofundadas conduziram, após cerca de um século, a teorias mais precisas que vão se complicar com o tempo. A primeira das teorias modernas é aquela chamada das “duas fontes de Hoitzmann” (1863). Segundo ele, como O. Culmann e a Tradição Ecumênica o acentuavam, Mateus e Lucas foram inspirados, de um lado por Marcos e, de outro, por um documento comum hoje perdido. Além disso, os dois princípios tinham cada um à sua disposição uma fonte própria. Chegamos então ao esquema seguinte:



Culmann critica o esquema nos seguintes pontos:

1. A obra de Marcos, da qual se serviram Lucas e Mateus, não deveriam ser o Evangelho desse autor, mas uma redação anterior;

2. Uma importância suficiente não foi atribuída nesse esquema à tradição oral, que é capital, porque ela, só ela, conservou durante trinta ou quarenta anos as palavras de Jesus e as narrações de sua missão, não tendo sido cada evangelista senão o porta-voz da comunidade cristã que fixou a tradição oral.

Chega-se assim a esta noção: a de que os Evangelhos, tais como nós os possuímos, trouxeram-nos o reflexo do que as comunidades cristãs primitivas conheceram da vida e de suas concepções teológicas, dos quais os evangelistas foram os porta-vozes.

As pesquisas mais modernas da crítica textual sobre as fontes dos Evangelhos evidenciaram um processo muito mais complexo ainda que a formação dos textos. A Sinopse dos Quatro Evangelhos, obra de R. P. Benoit e R. P. Boismard, professores da Escola Bíblica de Jerusalém (1972-1973), chama a atenção sobre a evolução dos textos em várias etapas, paralelamente a uma evolução da tradição, o que implica consequências que R. P. Benoit expõe, nesses termos, apresentando, parte do livro, obra de R. P. Boismard: “[. . .] as formas de palavras ou de narrações, resultantes de uma longa evolução da tradição, não têm a mesma autenticidade que aquelas que se encontram na origem. Alguns leitores desta obra serão, possivelmente, surpreendidos ou perturbados ao se inteirarem de que tal palavra de Jesus, tal parábola, tal prognóstico de seu destino, não tinham sido ditos, como nós os lemos, mas que foram retocados e adaptados por aqueles que nô-los transmitiram. Para aqueles que não estão acostumados a esse tipo de enquete histórica, há nisso uma fonte possível de admiração, quando não de escândalo”.

Esses retoques do texto e sua adaptação, praticados por aqueles que nô-

-los transmitiram, efetuaram-se segundo um modo do qual R. P. Boismard nos dá o esquema muito complexo, que é um desenvolvimento da teoria dita das duas origens. O esquema foi estabelecido depois de um trabalho de exame e de comparação de textos, que é impossível resumir. O leitor interessado deverá, para mais detalhes, reportar-se à obra original publicada em Paris nas edições du Cerf.

Quatro documentos de base, chamados A.B.C. e Q., representam as fontes originais dos Evangelhos (ver o esquema geral).

O documento A. é um documento emanado do meio judeu-cristão, que inspirou Mateus e Marcos.

O documento B. é uma reinterpretação do documento A., para uso das igrejas pagão-cristãs: ele inspirou todos os evangelistas, menos Mateus.

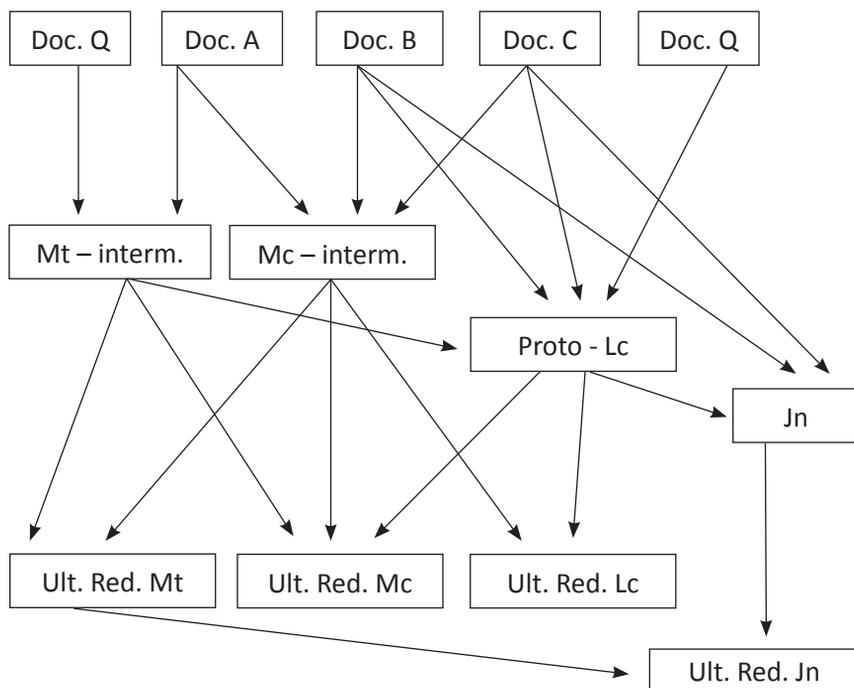
O documento C. inspirou Marcos, Lucas e João.

O documento Q. constitui a maior parte das fontes comuns a Mateus e Lucas; é o “documento comum” da teoria das duas origens citadas acima.

Nenhum desses documentos de base culmina na redação dos textos definitivos que nós possuímos. Entre eles e a redação final se colocam as redações intermediárias que o autor chama: Mateus intermediário, Marcos intermediário, Proto-Lucas e João. São esses quatro documentos intermediários que vão resultar nas últimas redações dos quatro Evangelhos e como sugestão para a redação dos outros Evangelhos. É preciso reportar-se ao esquema geral para apanhar todos os circuitos complexos postos em evidência pelo autor.

Os resultados dessa pesquisa escriturária são de uma importância considerável. Eles demonstram que os textos dos Evangelhos que têm uma história (ela será tratada mais adiante) têm também, segundo a expressão de R. P. Boismard, uma «pré-história», quer dizer, que eles sofreram, antes do aparecimento das últimas redações, modificações, por etapas, dos documentos intermediários. Assim se explica, por exemplo que uma história bem conhecida da vida de Jesus, a pesca milagrosa, seja apresentada, já a vimos, para Lucas como um acontecimento ocorrido durante a sua vida e, para João, como um episódio de suas aparições depois da ressurreição.

M. – E. BOISMARD
SINOPSE DOS QUATRO EVANGELHOS
ESQUEMA GERAL



Legenda:

- Doc. A, B, C, D e Q = Documentos que serviram para redação.
- Mt. Interm. = Redação intermediária de Mateus.
- Mc. Interm. = Redação intermediária de Marcos.
- Proto-Luc = Redação intermediária de Lucas.

- Jn. = Redação intermediária de João.
- Ult. Red. Mt = Última redação de Mateus.
- Ult. Red. Mc. = Última redação de Marcos.
- Ult. Red. Lc. = Última redação de Lucas.
- Ult. Red. Jn. = Última redação de João.

A conclusão de tudo isto é que, lendo o Evangelho, não estamos mais certos de receber a palavra de Jesus. R. P. Benoit, dirigindo-se ao leitor do Evangelho, o adverte e lhe apresenta uma compensação:

“Se ele deve renunciar, em muitos casos, a ouvir a voz direta de Jesus, ele houve a da Igreja, e ele confia nela como na intérprete divina autorizada pelo Mestre, que, depois de ter falado outrora sobre a nossa terra, nos fala hoje em sua glória”.

Como conciliar esta constatação formal da inautenticidade de certos textos com a frase da constituição dogmática sobre a Revelação divina do Concílio do Vaticano II, que nos assegura, ao contrário, uma transcrição fiel das palavras de Jesus (“Esses quatro Evangelhos dos quais ela [A Igreja] afirma sem hesitar a historicidade, transmitem fielmente o que Jesus, o filho de Deus, durante sua vida entre os homens realmente fez e ensinou para a salvação eterna, até o dia em que foi elevado ao céu”)?

Parece bem claro que o trabalho da Escola Bíblica de Jerusalém levou à declaração do Concílio um desmentido rigoroso.

HISTORIA DOS TEXTOS

Seria um erro crer que, desde que foram redigidos, os Evangelhos constituíram as Escrituras fundamentais do Cristianismo nascente e aos quais se referirá no mesmo nível em que se referiu ao Antigo Testamento. A autoridade predominante foi então a da tradição oral, veículo das palavras de Jesus e dos ensinamentos dos apóstolos. Os primeiros escritos que circularam e que prevaleceram muito antes dos Evangelhos foram as epístolas de Paulo: não foram elas redigidas muitos decênios mais cedo?

Vimos que, antes de 140, não existia nenhuma testemunha, atestando que se conhecia uma coleção de escritos evangélicos, ao contrário do que escrevem ainda em nossos dias certos comentadores. É preciso esperar 170, aproximadamente, para que os quatro Evangelistas adquiram o “status” de literatura canônica.

Circulavam assim, nesses primeiros tempos do Cristianismo, múltiplos escritos sobre Jesus, que em seguida não foram retidos como dignos de autenticidade, e que a Igreja ordenou esconder; daí o nome de apócrifos. Restam desses textos obras bem conservadas, porque elas “gozavam da estima geral”, nos diz a Tradução Ecumênica como a didaché ou epístola de Barnabé, mas infelizmente outras foram “descartadas de modo mais brutal”, e não restam delas senão fragmentos. Considerados como veículo de erros, eles foram subtraídos dos olhos dos fiéis. No entanto, obras como os Evangelhos dos Nazarenos, os Evangelhos dos Hebreus, os Evangelhos dos Egípcios, conhecidos pelas relações dos Padres da Igreja, se apresentavam muito de perto com os Evangelhos canônicos. Dá-se o mesmo com o Evangelho de Tomás, e com os Evangelhos de Barnabé.

Alguns desses escritos apócrifos contêm detalhes fantasmagóricos, produtos da imaginação popular. Assim, os autores de obras sobre os Apócrifos, ao citá-los, tomam deles, com uma evidente satisfação, passagens, verdadeiramente falando, ridículas. Mas tais passagens podem ser encontradas em todos os Evangelhos. Lembremo-nos simplesmente da descrição fantasista dos acontecimentos, que Mateus pretende terem ocorrido por ocasião da morte de Jesus. Podem-se encontrar passagens que falham em seriedade em todos os escritos dos primeiros tempos do Cristianismo: é preciso ter a honestidade de reconhecê-lo.

A abundância da literatura sobre Jesus conduziu a Igreja, em fase de organização, a efetuar eliminações. Talvez, cem Evangelhos foram suprimidos? Quatro somente foram conservados para entrar numa lista oficial de escritos neo-testamentários, que constituem o que se chama de “Cânon”.

Marcion, na metade do século II, compeliu fortemente as autoridades eclesiásticas a tomar posição. Era um feroz adversário dos judeus, que rejeitava, então, todo o Antigo Testamento e o que, dos escritos posteriores a Jesus, lhe parecia ligar-se a ele muito de perto ou derivar da tradição judeu-cristã. Marcion reconhece como válido somente o Evangelho de Lucas, porque, pensava ele, ele era o porta-voz de Paulo, assim como dos escritos de Paulo.

A Igreja declarou Marcion herético e pôs no “Cânon” todas as epístolas de Paulo, mas com os outros Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João, e juntou, também, algumas outras obras como os Atos dos Apóstolos. Entretanto, a lista oficial varia com o tempo, nesses primeiros séculos da era cristã. Obras consideradas mais tarde como não válidas (apócrifas) ali figuraram momentaneamente, enquanto outras obras, que o “Cânon” atual do Novo Testamento contém, estavam excluídas naquela época. As hesitações duraram até os Concílios de Hipona em 393 e de Cartago em 397. Mas os quatro Evangelhos ali figuraram sempre.

Como R. P. Boismard, é preciso lastimar o desaparecimento de uma prodigiosa soma de literatura declarada apócrifa pela Igreja, pois ela continha um interesse histórico. Esse autor lhe dá, com efeito, um lugar na Sinopse dos Quatro Evangelhos, ao lado dos Evangelhos oficiais. Esses livros existiam ainda, comenta ele, nas bibliotecas, em tomo do fim do século IV.

Esse século é uma época de séria colocação em ordem. É dela que datam os manuscritos completos mais antigos dos Evangelhos. Alguns documentos anteriores, papiros do século III e um que poderá datar do II, não nos transmitem senão fragmentos. Os dois manuscritos em pergaminho mais antigos são manuscritos gregos do século IV. São os Codex Vaticanus, do qual se ignora o lugar da descoberta o que está conservado na Biblioteca do Vaticano, e o Codex Sinaiticus, descoberto no monte Sinai e que está conservado no Museu Britânico de Londres. O segundo contém duas obras apócrifas.

Segundo a Tradução Ecumênica, existiriam no mundo duzentos e cinquenta outros pergaminhos conhecidos, os últimos do século XI. Mas “todas as cópias do Novo Testamento que nos chegaram não são autênticas. Muito ao contrário, podemos discernir, entre elas, algumas diferenças que são de importância variável, cujo número, em todo caso, é considerável. Algumas dessas diferenças não passam de detalhes gramaticais, o vocabulário ou a ordem de palavras, mas, outras vezes constata-se entre os manuscritos algumas divergências que afetam o sentido das passagens inteiras”. Se se quiser tomar em considerações as divergências de ordem textual, é suficiente percorrer o *Novum Testamentum Graecum*³⁴. Esta obra contém um texto grego chamado “médio”, que é um texto-síntese com, uma nota, todas as variantes encontradas nas diversas versões. A autenticidade de um texto, mesmo a dos manuscritos mais veneráveis, é sempre discutida.

34 - Nestlé et Aland. ed. 1971.

O Codex Vaticanus fornece um exemplo digno. Sua reprodução fac-similada, editada pela Cidade do Vaticano em 1965, é acompanhada de uma notícia da mesma procedência que nos informam que vários séculos depois da cópia (em redor do século X ou XI, acredita-se), um escriba repassou a tinta todas as letras com exceção daquelas que ele julgava errôneas”. Há algumas passagens do texto onde, muito visivelmente, as letras primitivas de cor castanha persistem e contrastam com o resto do texto, que é de cor castanho-escuro. Nada permite afirmar que a restauração tinha sido fiel. Aliás, a nota prévia precisa: “Ainda não se distinguiu de maneira definitiva as diferentes mãos que, ao longo dos séculos, corrigiram e anotaram o manuscrito; um certo número de correções foi certamente feito, no momento em que foi repassado o texto”. Ora, em todos os manuais, o manuscrito é apresentado como uma cópia do século IV. É preciso ir às fontes vaticanas para perceber que algumas mãos puderam, alguns séculos mais tarde, alterar o texto.

Retrucar-se-á que outros textos podem servir de comparação, mas como escolher entre variantes que alteram o sentido? Sabe-se que a correção muito antiga de um escriba pode comprometer a reprodução definitiva do texto corrigido. Verificar-se-á, perfeitamente, mais adiante, que uma só palavra de um texto de João, relativa ao Paracleto³⁵, muda radicalmente o sentido da passagem e modifica inteiramente sua significação, sob o ponto de vista teológico. Eis o que O. Culmann escreveu a propósito das variantes em seu livro O Novo Testamento:

“Essas situações resultam ora de erros involuntários: o copista pulou uma palavra, ou, ao contrário, a escreveu duas vezes em segunda, ou, ainda, toda uma sequência da frase é omitida por descuido, porque ela estava colocada no manuscrito a ser recopiado, entre duas palavras idênticas. Ora, se trata de correções voluntárias; ou o copista se permitiu corrigir o texto segundo suas ideias pessoais, ou ele procurou harmonizar o texto com um texto paralelo, a fim de reduzir-lhe mais ou menos, desajeitadamente, as divergências. A medida em que os escritos do Novo Testamento se separarão do resto da literatura cristã primitiva e vão sendo olhadas como Escritura Santa, os copistas hesitarão muito em se permitir tais correções de seus predecessores: eles acreditam copiar o texto autêntico e fixariam assim as variantes. Ou, então, finalmente, um copista anota o texto na margem para explicar uma passagem obscura. O copista seguinte, pensando que aquela frase, que ele encontra a margem, havia sido esquecida na passagem pelo predecessor, julga necessário reintroduzir essa anotação marginal no texto. Assim, o novo texto se torna, às vezes, ainda mais obscuro”.

35 - Espírito Santo; Mentor; Intercessor.

Os escribas de certos manuscritos tomam, às vezes, grandes liberdades com o texto. Foi o que ocorreu com um copista de um dos manuscritos mais veneráveis, depois, dos dois manuscritos referidos acima, o codex Bezae Contabrigiensis, do século VI. Percebendo, sem dúvida, a diferença entre as genealogias de Jesus em Lucas e em Mateus, o escriba pôs, em sua cópia do Evangelho de Lucas, a genealogia de Mateus, mas como a segunda contém menos nomes que a primeira, ele a preenche com nomes suplementares (sem, entretanto, restabelecer equilíbrio).

As traduções latinas, com a Vulgate de São Jerônimo (seculo IV), e as traduções mais antigas (Vetus Italo), as traduções Síriaca e Coptasão mais fiéis que os manuscritos gregos de base? Elas poderiam ter sido feitas a partir de manuscritos mais antigos que aqueles mencionados anteriormente, e que teriam sido perdido sem nossos dias. Não se sabe nada disso.

Conseguiu-se seriar o conjunto dessas versões em famílias, reunindo um certo numero de caracteres comuns? É assim que se pode definir, segundo Culmann:

- um texto dito sírio, para cuja constituição poderiam ter sido usados textos mais antigos, em grande maioria, manuscritos gregos; este texto é largamente divulgado, na Europa, desde o século XVI pela imprensa; ele seria o pior, dizem os especialistas;
- um texto dito ocidental com suas antigas versões latinas e com o Codex Bezae Contabrigiensis, simultaneamente em grego e em latim (segundo a Tradução Ecumênica, uma tendência pronunciada para explicações, para imprecisões, para paráfrases, para harmonizações, é uma de suas características);
- o texto dito neutro, ao qual pertencem o Codex Vaticanus e o Codex Sinaiticus, teria grande pureza; as edições modernas do Novo Testamento o seguem tranquilamente, embora apresente, ele também, defeitos (Tradução Ecumênica).

Tudo o que a crítica textual moderna pode nos oferecer, sob esse ponto de vista, é tentar reconstruir “um texto, tendo as maiores chances possíveis de se aproximar do texto original. Está, de qualquer modo, fora de questão, esperar remontar até o texto original mesmo” (Tradução Ecumênica).



OS EVANGELHOS E A CIÊNCIA MODERNA

AS GENEALOGIAS DE JESUS

Os Evangelhos contêm pouquíssimas passagens que possam conduzir a uma confrontação com os dados científicos modernos.

Logo de início, muitas das narrações dos Evangelhos que trataram de alguns milagres não se prestam muito a um comentário científico. Esses milagres interessam tanto a pessoas - a cura de doenças (possessos, cegos, paralíticos, leprosos, ressurreição de Lázaro) -, como a fenômenos puramente materiais, à margem das leis da natureza [o caminhar de Jesus sobre as águas que o suportam, a transformação da água em vinho]. Às vezes, pode ser um fenômeno natural de aspecto incomum, em razão de sua realização em um tempo extremamente curto, como o apaziguamento imediato da tempestade, a seca instantânea da figueira, ou, ainda, a pesca miraculosa, como se todos os peixes do lago estivessem agrupados em ponto preciso, onde as redes foram jogadas.

Em todos esses acontecimentos, Deus intervém como Todo-Poderoso, não sendo de causar espanto o que ele é capaz de fazer e que aos seres humanos parece prodigioso, mas que, para Ele, não é. Essas considerações não significam absolutamente que o crente não possa recorrer à ciência. Crer no milagre divino e crer na ciência são atitudes perfeitamente compatíveis: uma é da escala divina; a outra, da escala humana.

Pessoalmente, eu creio sem objeção que Jesus pôde curar o leproso, mas eu não posso aceitar que se declare autêntico e inspirado por Deus um texto no qual eu li que vinte gerações somente existiram entre o primeiro homem e Abraão, como Lucas, no seu Evangelho [3:23-25] nô-lo disse. Veremos mais adiante, as razões que estabeleceram que o texto de Lucas, como o do Antigo Testamento sobre o mesmo assunto, saiu, ingenuamente, da imaginação humana.

Os Evangelhos (como o Alcorão) nos dão sobre as origens biológicas de Jesus a mesma narração. O crescimento de Jesus no útero materno se operou fora das leis da natureza comuns a todos os seres humanos, o óvulo fecundado pelo ovário de sua mãe não teve necessidade de se conjugar com um espermatozoide que deveria vir de seu pai para formar em embrião e, depois, uma criança perfeita. O fenômeno que acompanha o nascimento de um indivíduo normal, sem intervenção do elemento fecundante masculino é chamado partenogênese.

No reino animal, a partenogênese pode ser observada em certas condições. E o caso de diversos insetos, de certos invertebrados e, muito excepcionalmente de uma raça selecionada de pássaros. Em certos mamíferos, se pode, experimentalmente, entre as coelhas, por exemplo, obter um início de desenvolvimento do óvulo sem intervenção do espermatozoide em um embrião em estado extremamente rudimentar mas não se pode ir mais longe e não se conhece entre eles nenhum exemplo de partenogênese completa, nem experimental e nem natural. Jesus é um caso à parte. Maria era virgem. Ela conservou sua virgindade e não teve outros filhos senão Jesus. Jesus é uma exceção biológica³⁶.

As duas genealogias contidas nos Evangelhos de Mateus e de Lucas apresentam problemas de probabilidade, de conformidade com os dados da ciência, e, conseqüentemente, de autenticidade. Esses problemas são extremamente embaraçosos para os comentadores cristãos, porque eles se recusam a ver o que é evidentemente produto de imaginação humana: esta já havia inspirado os autores sacerdotais do Gênesis no século VI A.C., para as suas genealogias dos primeiros homens. É ainda ela que inspira Mateus e Lucas para o que esses dois autores não tomaram do Antigo Testamento.

É preciso observar, de passagem, que essas genealogias masculinas não têm nenhum sentido para Jesus. Se fosse preciso dar uma genealogia a Jesus, filho exclusivo de Maria, sem pai biológico, essa deveria ser a de Maria, sua mãe.

36 - Os Evangelhos citam às vezes "irmãos" e "irmãs" de Jesus (Mateus 13:46-50); (Marcos 6:1-6); (João 7:3 e 2:12). Os termos gregos utilizados *adelphoi* e *adelphai* significam irmãos e irmãs no sentido biológico; trata-se certamente de traduções defeituosas de palavras de origem semítica que têm o sentido de familiares, simplesmente; tratava-se, talvez aí, de primos.



Eis aqui os textos segundo a Tradução Ecumênica da Bíblia, Novo Testamento:

A genealogia segundo Mateus encabeça o seu Evangelho:

Livro das Origens de Jesus Cristo Filho de David, Filho de Abraão

Abraão	Gerou	Isaac
Isaac	Gerou	Jacó
Jacó	Gerou	Judas e a seus irmãos
Judas	Gerou	Farés e Zaráo de Tamar
Farés	Gerou	Esrón
Esrón	Gerou	Arão
Arão	Gerou	Aminabad
Aminabad	Gerou	Naasson
Naasson	Gerou	Salmon
Salmon	Gerou	Boaz
Boaz	Gerou	Obed
Obed	Gerou	Jessé
Jessé	Gerou	Davi
Davi	Gerou	Salomão
Salomão	Gerou	Roboão
Roboão	Gerou	Abias
Abias	Gerou	Asá
Asá	Gerou	Josafá
Josafá	Gerou	Jorão
Jorão	Gerou	Ozias
Ozias	Gerou	Joatão
Joatão	Gerou	Acaz
Acaz	Gerou	Ezequias
Ezequias	Gerou	Manassés
Manassés	Gerou	Amon
Amon	Gerou	Josias
Josias	Gerou	Jecomias e seus irmãos

Isto foi até a deportação para a Babilônia. Após a Deportação para a Babilônia:

Jecomias	Gerou	Salatiel
Salatiel	Gerou	Zorobabel
Zorobabel	Gerou	Abiud
Abiud	Gerou	Eleaquim
Eleaquim	Gerou	Azor
Azor	Gerou	Sadoque
Sadoque	Gerou	Achim
Achim	Gerou	Eliud
Eliud	Gerou	Eliazar
Eliazar	Gerou	Matan
Matan	Gerou	Jacó
Jacó	Gerou	José, marido de Maria da qual nasceu Jesus, que se chamava Cristo

O número total das gerações é, portanto,; catorze de Abraão até Davi, catorze de Davi até a deportação para a Babilônia, catorze da deportação para Babilônia até Cristo.

Genealogia de Jesus antes de Davi

	Segundo Lucas	Segundo Mateus (Mateus não cita nenhum nome antes de Abraão)
1	Adão	Abraão
2	Set	Isaac
3	Henos	Jacó
4	Cainan	Judas
5	Malaquiel	Farés
6	Jared	Ezron
7	Henoe	Arão
8	Matusalém	Aminabad



9	Lamec	Naasson
10	Noé	Salmon
11	Sem	Booz
12	Arfaxade	Obed
13	Cainan	Jessé
14	Sale	Davi
15	Heber	
16	Fale	
17	Regau	
18	Sarug	
19	Nacor	
20	Tare	
21	Abraão	
22	Isaac	
23	Jacó	
24	Judas	
25	Farés	
26	Esrón	
27	Arão	
28	Admin	
29	Aminabad	
30	Naasson	
31	Salmon	
32	Booz	
33	Obed	
34	Jessé	
35	David	

Genealogia de Jesus, Após Davi.

Segundo Lucas	
35	David
36	Natã
37	Matata
38	Mena
39	Meléia
40	Eleaquim
41	Jonas
42	José
43	Judas
44	Simeon
45	Levi
46	Matat
47	Jorim
48	Eliezer
49	Jesus
50	Her
51	Elmadan
52	Cosan
53	Adi
54	Melqui
55	Neri
56	Salatiel
57	Zaroababel
58	Reza
59	Joana
60	Judá
61	José
62	Semei
63	Matatias
64	Maat

Segundo Mateus	
14	David
15	Salomão
16	Roboão
17	Abias
18	Asá
19	Josafá
20	Jorão
21	Ozias
22	Joatão
23	Acaz
24	Ezequias
25	Manasés
26	Amon
27	Josias
28	Jeconias
Deportação à Babilônia	
29	Salatiel
30	Zaroababel
31	Abiúd
32	Eleaquim
33	Azor
34	Sadoc
35	Achim
36	Eliud
37	Eliazar
38	Matan
39	Jacó
40	José
41	Jesus

65	Nage
66	Hesli
67	Naum
68	Amós
69	Matatias
70	José
71	Jane
72	Melqui
73	Levi
74	Matat
75	Heli
76	José
77	Jesus

VARIAÇÕES SEGUNDO OS MANUSCRITOS EM RELAÇÃO AO ANTIGO TESTAMENTO

Postas à parte algumas variantes ortográficas, é preciso citar:

a) Evangelho de Mateus

A genealogia desapareceu do Codex Bezae Contabrigierusis, manuscrito muito importante do século VI, bilíngue grego-latim, totalmente para o texto grego, em grande parte para o texto latino, mas pode tratar-se aqui de uma simples perda das primeiras folhas.

É preciso mencionar a grande liberdade de Mateus perante o Antigo Testamento, ao qual ele amputa as genealogias a fim de atender a uma singular relação numerada (que afinal ele não dá, como se verá mais adiante).

b) Evangelho de Lucas

1. Antes de Abraão: Lucas menciona 20 nomes: O Antigo Testamento não menciona além de 19 (ver o quadro dos descendentes de Adão na parte consagrada ao Antigo Testamento). Lucas acrescentou depois de Arfaxad (nº 12) um certo Kainam (nº 13), do qual não se encontra traço, no Gênese, como filho de Arfaxad.

2. De Abraão a David: encontram-se de 14 a 16 nomes, conforme os manuscritos.

3. De David a Jesus: a Variante mais importante é a do Codex Bezae Cantabrigiensis, que atribui a Lucas uma genealogia fantasista; baseava-se na de Mateus, à qual o escriba acrescentou cinco nomes. Infelizmente, a genealogia do Evangelho de Mateus deste manuscrito desapareceu, o que não permite mais a comparação.

EXAME CRÍTICO DOS TEXTOS

Estamos aqui em presença de duas genealogias diferentes, tendo por ponto comum essencial o de passar por Abraão e David. Para facilidade desse exame, dirigir-se-á a crítica, dividindo o conjunto em três partes:

- De Adão a Abraão
- De Abraão a David
- De David a Jesus

1. Período de Adão a Abraão

Mateus, começando sua genealogia em Abraão, não será considerado aqui. Somente Lucas dá indicações sobre os ancestrais de Abraão até Adão: 20 nomes, dos quais 19 são encontrados, como se disse, no Gênesis [Capítulos 4, 5 e 11].

Pode-se conceber que houve apenas 19 ou 20 gerações de seres humanos antes de Abraão? O problema foi examinado a propósito do Antigo Testamento. Se se quer bem se reportar ao quadro dos descendentes de Adão, estabelecido de acordo com o Gênesis, e comportando as indicações, em cifras do tempo, que ressaltam do texto bíblico, dezanove Séculos aproximados teriam decorrido entre o aparecimento do homem sobre a terra e o nascimento de Abraão. Ora, como se calcula atualmente que Abraão viveu em torno de 1850 A.C., deduz-se que as indicações fornecidas pelo Antigo Testamento situam o aparecimento do homem sobre a terra e trinta e oito séculos aproximadamente A. C. Lucas foi, evidentemente, inspirado por esses dados para o seu Evangelho.

Ele exprime, por tê-los copiado, uma contra verdade flagrante. Viu-se mais acima quais argumentos históricos preempatórios conduziram a esta afirmação.

Que os dados do Antigo Testamento sejam aqui inadmissíveis para nossa época, ainda passa: caem no domínio do “caduco”, evocado pelo Concílio Vaticano II. Mas que os evangelistas retomem por sua conta os mesmos dados incompatíveis com a ciência, é uma constatação extremamente grave, oposta aos defensores da historicidade dos textos evangélicos.

Os comentadores sentiram perfeitamente o perigo. Eles tentam contornar a dificuldade, dizendo que não se trata de uma árvore genealógica completa, que alguns nomes são pulados pelos evangelistas, de propósito, e que ocorre somente “a intensão de estabelecer, nas suas grandes linhas ou em seus elementos essenciais, uma sequência fundada sobre a realidade histórica”³⁷. Nada nos textos autoriza a levantar esta hipótese, porque está bem claro: um tal gera um tal, ou um filho tal dum tal. Além disso, o evangelista, no que precede a Abraão, notadamente, toma suas Informações no Antigo Testamento, onde as genealogias são expostas na forma seguinte:

X em tal idade, gerou Y... Y viveu tantos anos e gera Z. Não há portanto ruptura.

A parte da genealogia de Jesus, segundo Lucas, anterior a Abraão, não é admissível à luz dos conhecimentos modernos.

2. Período de Abraão a Davíd

Aqui as duas genealogias correspondem ou quase, menos um ou dois nomes: erros involuntários dos copistas podem explicar a diferença.

A verossimilhança está aí do lado dos evangelistas?

Davi é situado pela história em torno do ano 1000, Abraão lá por 1850-1800 A.C.: 14 a 16 gerações para oito séculos aproximados; isto é crível? Digamos que, para esse período, os textos evangélicos estão no limite das coisas admissíveis.

3. Período Posterior a Davi

Os textos não concordam mais inteiramente para estabelecer a ascendência davídica de José, figurativa da ascendência de Jesus para o Evangelho.

37 - A. Tricot. Pequeno dicionário do Novo Testamento.

Deixemos de lado a falsificação evidente do Codex Bezae Contabrigiensis no que concerne a Lucas e comparemos os que nos relatam os dois manuscritos mais vulneráveis: o Codex Vaticanus e o Codex Sinaiticus.

Na genealogia de Lucas, 42 nomes têm seu lugar após David (N° 35) até Jesus (N° 77). Na genealogia de Mateus, 27 são mencionados depois de Daúid (N° 14) até Jesus (N° 41).

O número de ascendentes (fictícios) de Jesus é, pois, diferente, posteriormente a David nos dois Evangelhos. Além disso, os nomes são também diferentes. Porém, há mais.

Mateus nos diz ter descoberto que a genealogia de Jesus se dividia, depois de Abraão, em três grupos de 14 nomes: o primeiro grupo de Abraão a Davi; segundo grupo de David a deportação para a Babilônia; terceiro grupo, da deportação para a Babilônia a Jesus. Seu texto comporta efetivamente 14 nomes nos dois primeiros grupos, mas, no terceiro grupo, da deportação para a Babilônia a Jesus, há somente 13 nomes e não os 14 esperados, pois o quadro mostra que Salathiel tem o N° 29 e Jesus o N° 41. Não há uma variante em Mateus que dê 14 nomes para esse grupo.

Enfim, para conseguir 14 nomes no segundo grupo, Mateus toma grandes liberdades com o texto do Antigo Testamento. Os nomes dos seis primeiros descendentes de David (N° 15 a 20), estão conforme os dados do Antigo Testamento. Mas os três descendentes de Jorão (N° 20), que o duodécimo livro das Crônicas da Bíblia nos indica terem sido Ocasias, João e Amasias, são escamoteados por Mateus. Além disso, Jeconias (N° 28) é, para Mateus, filho de Josias (N° 27), enquanto, conforme o segundo livro dos Reis da Bíblia, é Eleaquim que deve ser colocado entre Josias e Jeconias.

Assim está demonstrado que Mateus modificou as séries genealógicas do Antigo Testamento para apresentar um grupo fictício de 14 nomes entre Davi e a deportação para a Babilônia.

Quanto ao fato de que falta um nome do terceiro grupo de Mateus, assim como nenhum texto atual desse Evangelho contém os 42 nomes anunciados, a perplexidade provém menos de lacunas em si (erro muito antigo de um escriba que, se teria perpetuado, poderia explicá-lo) que do silêncio quase geral dos comentadores a esse respeito. Como, com efeito, não se aperceber da lacuna? O piedoso mutismo é rompido por W. Trilling que, em seu livro - O

Evangelho Segundo Mateus³⁸, Ihe consagra apenas uma linha. Ora, o fato está longe de ser negligenciado, pois que os comentadores deste Evangelho, aí compreendidos os da Tradução Ecumênica e outros como o cardeal Daniélou, acentuam a importância considerável do símbolo 3 vezes 14 de Mateus. Para ilustrá-lo, o evangelista não teria suprimido sem hesitação os nomes bíblicos, a fim de conseguir sua relação numerada?

Não se detendo por isso, os comentadores vão construir uma apologética que tranquiliza, justificando a escamoteação de nomes e deslizando sobre a lacuna que faz cair o que o evangelista queria desmontar.

COMENTÁRIOS DE EXEGETAS MODERNOS

O cardeal Daniélou atribui, em seu livro *Os Evangelhos da Infância*³⁹, à “esquemática numérica” de Mateus, um valor simbólico de primeiríssima importância, pois é ela que estabelece a ascendência de Jesus, confirmada também por Lucas. Lucas e Mateus são, para ele, os “historiadores” que fizeram sua “enquete Histórica”, a “genealogia”, como sendo “recolhida nos arquivos da família de Jesus”. É preciso acentuar que esses arquivos não foram jamais encontrados⁴⁰.

O cardeal Daniélou lança o anátema sobre os que criticam seu ponto de vista: “É a mentalidade ocidental, escreve ele, ignorância ao judeu-cristianismo, falta de senso semítico que desgarraram tantos exegetas na interpretação dos Evangelhos. Eles projetaram suas categorias (sic) platônicas, cartesianas, hegelianas, heideggerianas. E por aí se compreende porque tudo se tenha perturbado em seu espírito”. É muito evidente que nem Platão, nem Descartes, nem Hegel, nem Heidegger não intervêm gratuitamente na atitude crítica que se pode ter perante essas genealogias fantasistas.

O autor, procurando o sentido do 3 vezes 14 de Mateus, expande-se em

38 - Desclée, *Parole e Prière*.

39 - Editions de Seuil.

40 - Ainda que o autor nos assegure conhecer a existência desses pretensos “arquivos” familiares, mediante a História Eclesiástica de Euzébio, de sobre cuja seriedade ter-se-ia muito a dizer, é difícil duas árvores genealógicas que fossem necessariamente diferentes, visto que cada um dos pretensos “historiadores” apresenta uma genealogia em grande parte diferente do outro, pelos nomes e pelo número de ascendentes.

suposições singulares que não podemos senão citar: Pode-se tratar das dez semanas familiares ao apocalipse judeu, as três primeiras correspondem ao tempo que vai de Adão a Abraão, devendo ser subtraídas: restam ainda sete semanas de anos, as seis primeiras correspondem a seis vezes sete que representam os três grupos de catorze, e a sétima como sendo inaugurada pelo Cristo, com quem se abre a sétima idade do mundo. Tais explicações dispensam qualquer comentário.

Os comentadores da Tradução Ecumênica da Bíblia - Novo Testamento nos oferecem, eles também, algumas variações apologéticas, igualmente inesperadas: Para as três vezes catorze de Mateus:

a) catorze poderia ser a soma numérica de três consoantes que formam o nome de David em hebreu:

$$(D = 4, V = 6), \text{ de onde:}$$

$$4+6+4=14.$$

b) três vezes catorze é igual seis vezes sete, e “Jesus vem no final da sexta semana da história santa que começa com Abraão.”

Para Lucas, esta interpretação dá 77 nomes de Adão a Jesus, o que permite fazer reintervir a cifra sete como divisor de 77 ($7 \times 11 = 77$). Ora, parece que para Lucas, o número das variantes, suprimindo nomes ou anexando-os, é tal que uma lista de 77 é absolutamente artificial, mas ela tem a vantagem de se prestar a esse jogo de cifras.

As genealogias de Jesus, dos Evangelhos, são, talvez, o assunto que suscitou da parte dos comentadores cristãos às acrobacias dialéticas mais características, na justa medida da fantasia de Lucas e de Mateus.

CONTRADIÇÕES E DÚVIDAS DAS NARRAÇÕES

Cada um dos quatro Evangelhos comporta um número importante de narrações dos acontecimentos que podem ser próprios a um só Evangelho, ou bem, comuns a muitos ou a todos. Próprios a um só Evangelho, colocam, às vezes, sérios problemas; assim, no caso em que o acontecimento tem uma grande alçada, admira-se que apenas um Evangelista o comente: por exemplo,



a ascensão de Jesus ao céu, no dia da Ressurreição. Por outro lado, numerosos acontecimentos são narrados diferentemente e, às vezes, muito diferentemente por dois ou vários evangelistas. Muito frequentemente, os cristãos ficam chocados com a existência dessas contradições - quando as descobrem - entre os Evangelhos, porque lhes repetiram com tanta segurança que seus autores tinham sido as testemunhas oculares dos fatos que eles relataram.

Nos capítulos precedentes, foram assinaladas algumas dessas incertezas e contradições desconcertantes. Mas são, mui particularmente, os últimos acontecimentos que marcaram a vida de Jesus e que se desenrolam com a Paixão, o assunto das narrações divergentes e contraditórias.

AS NARRAÇÕES DA PAIXÃO

R. P. Roguet mesmo, nota que a Páscoa está situada diferentemente no tempo em relação à última ceia de Jesus com os apóstolos nos Evangelhos sinóticos e no quarto Evangelho. João coloca a ceia “antes da festa da Páscoa” e os três outros no decorrer da Páscoa. Resultam, aliás, devido a essa divergência, algumas dúvidas evidentes: tal episódio fica inconcebível em razão da situação da Páscoa, assim fixada em relação a ele. Quando se sabe que importância tinha a Páscoa na liturgia judia e que importância teve essa ceia de adeus de Jesus a seus discípulos, como imaginar que a sua recordação tenha sido até esse ponto dissipada, da parte de um em relação a outro, na tradição transmitida mais tarde pelos evangelistas?

De uma maneira geral, as narrações da Paixão diferem segundo os Evangelistas, muito particularmente entre os três primeiros Evangelistas e João. A última ceia de Jesus e a Paixão ocupam em grande lugar no Evangelho de João, duas vezes mais que em Marcos e em Lucas; seu texto tem perto de uma vez e meia o comprimento do texto de Mateus. João relata também um muito longo discurso de Jesus a seus discípulos, cuja narração ocupa quatro capítulos (14 a 17) de seu Evangelho. Ao longo dessa conservação suprema, Jesus dá a seus discípulos, que ele vai deixar, suas últimas diretrizes e dá seu testamento espiritual. Ora, não há vestígio disso nos outros Evangelistas. Ao contrário, Mateus, Lucas e Marcos relatam a prece de Jesus em Getsêmane: João não fala dela.

A AUSÊNCIA NO EVANGELHO DE JOÃO DA NARRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DA EUCARISTIA

O fato mais importante que impressiona o leitor da Paixão, no Evangelho de João, é que ele não faz nenhuma menção da instituição da Eucaristia, no decorrer da última ceia de Jesus com os apóstolos.

Não há um cristão que não tenha tido conhecimento da iconografia da “Ceia”, onde Jesus está à mesa, no meio dos apóstolos, pela última vez. Os maiores pintores representaram essa reunião última com João ao lado de Jesus; o João que se costuma considerar como o autor do Evangelho, que leva o seu nome.

Por mais espantoso que isto possa parecer a muitos, o apóstolo João não pode ser considerado pela maior parte dos especialistas como o autor do quarto Evangelho e este não menciona a instituição da Eucaristia. Ora, esta consagração do pão e o vinho transformados em corpo e sangue de Jesus é alto litúrgico essencial do cristianismo. Os três outros evangelistas falam dela, ainda que em termos diferentes como se mencionou mais acima. João não diz uma palavra a respeito. As quatro narrações dos Evangelistas têm dois únicos pontos comuns: o anúncio da negação de Pedro e da traição de um dos apóstolos (Judas não é designado nominalmente a não ser em Mateus e em João). Só a narração de João comenta a lavagem dos pés de seus discípulos por Jesus, no início da refeição.

Como se explica a lacuna do Evangelho de João?

Se raciocinarmos objetivamente, o que vem imediatamente ao espírito, supondo que a narração dos três primeiros Evangelistas seja exata, é a hipótese da perda de uma passagem do Evangelho de João que relatava o mesmo episódio. Mas não é o que chamou a atenção dos comentadores cristãos.

Examinemos algumas tomadas de posição.

No seu Pequeno Dicionário da Bíblia, A. Tricot escreve o artigo “Ceia”. “última refeição que Jesus tomou com os Doze e durante a qual ele instituiu a Eucaristia. Nós temos a sua narração nos Evangelhos sinóticos” (referências de Mateus, Marcos e Lucas) “...e o quarto Evangelho nos dá alguns detalhes complementares” (referências de João).

No artigo “Eucaristia”, o mesmo autor escreve: “A instituição da Eucaristia é brevemente narrada nos três primeiros Evangelhos: era, na catequese apostólica, um ponto da maior importância. São João deu um complemento indispensável a essas narrações sucintas, relatando o discurso de Jesus sobre o pão da vida (6:32-58)”. O comentador não menciona, por consequência, que João não relatou a instituição da Eucaristia por Jesus. O autor fala de “detalhes complementares”, mas não são alguns detalhes complementares da instituição da Eucaristia (trata-se, essencialmente, de fato, da cerimônia do lava-pés dos apóstolos). Quanto “ao pão da vida” do qual fala o comentador, é a evocação por Jesus - fora da “Ceia” - do donativo cotidiano por Deus do maná no deserto, no tempo do êxodo dos judeus dirigidos por Moisés, evocação que João é o único dos Evangelistas a relatar. Certamente, na passagem que segue de seu Evangelho, João menciona a alusão feita à Eucaristia por Jesus sob a forma de uma digressão a propósito do pão, mas nenhum outro Evangelista fala desse episódio.

Assim, pode-se ficar perplexo, ao mesmo tempo, com o mutismo de João sobre que os três outros Evangelistas relatam, e do mutismo destes sobre o que Jesus teria, segundo João, anunciado.

Os comentadores da Tradução Ecumênica da Bíblia, Novo Testamento, reconhecem esta grande lacuna do Evangelho de João, mas encontram a seguinte explicação para a falha da narração da instituição da Eucaristia: “De um modo geral, João não atribui muito interesse às tradições e às instituições do antigo Israel, o que, pode ser o tenha desviado de indicar o enraizamento da Eucaristia na liturgia pascal”. Com nos fazer crer que seja uma falta de interesse pela liturgia pascal judaica, que levou João a não falar da instituição do ato fundamental da liturgia da religião nova?

O problema embaraça tanto os intérpretes, que alguns teólogos se esforcem em pesquisar a prefiguração ou equivalentes da Eucaristia nos episódios da vida de Jesus, contados por João. Assim, para O. Culmann, em seu livro O Novo Testamento, o milagre de Canaã e a multiplicação dos pães prefiguram o sacramento da Santa Ceia (a “Eucaristia”). Lembremo-nos de que se tratava, em Canaã, da mudança da água em vinho, havendo falta dessa bebida a um casamento (primeiro milagre de Jesus que, dentre os evangelistas, João é o único a evocar em 2:1-12). Quanto à multiplicação dos pães (João 6:1-13), ela teve por fim alimentar 5.000 pessoas com 5 pães multiplicados pelo milagre. João não fez, por ocasião da narração desses acontecimentos, nenhum comentário particular e a aproximação é puramente imaginada pelo exegeta. Não se distingue a razão da relação que ele estabelece, assim como causa muita perplexidade, quando

o mesmo autor acha que a cura de um paralítico e a do Cego de nascimento “anunciam o batismo», e que “água e o Sangue, saindo do lado de Jesus depois de sua morte reúnem em um mesmo fato” uma referência ao batismo e à Eucaristia.

Numa outra aproximação do mesmo intérprete a propósito da Eucaristia, R.P. Roguet cita em seu livro *Iniciação ao Evangelho: Alguns teólogos bíblicos como Oscar Culmann*, escreve ele, veem na narração do lava-pés, antes da ceia, um equivalente simbólico da instituição Eucarística.

Mal se discerne a fundamentação de todas essas aproximações imaginadas pelos comentadores, para fazer aceitar mais facilmente a lacuna mais desconcertante do Evangelho de João.

O APARECIMENTO DE JESUS RESSUSCIATADO

Um exemplo maior da fantasia na narração já foi evocada a propósito do Evangelho de Mateus, com sua descrição dos fenômenos anormais que teriam acompanhado a morte de Jesus. Os acontecimentos que seguem a ressurreição vão fornecer matéria a algumas narrações contraditórias, e mesmo extravagantes, da parte de todos os evangelistas.

R.P. Roguet, em sua *Iniciação ao Evangelho*, nos dá (p. 182) alguns exemplos da confusão, da desordem, e da contradição que reinam nos escritos.

A lista das mulheres unidas ao túmulo não é todavia a mesma nos três sinóticos. Em João, não há além de uma: Maria de Magdalena. Mas ela fala no plural como se ela tivesse companheiras: “Nós não sabemos onde eles o colocaram”.

Em Mateus, o anjo anuncia às mulheres que elas verão Jesus na Galileia. Ora, logo depois, Jesus vem a seu encontro ao lado do túmulo. Lucas deve ter sentido essa complicação e retoca um pouco o seu depoimento. O anjo diz: Lembrai-vos como ele vos falou, estando ainda em Galileia...” “E, de fato, Lucas não menciona senão três aparições...” - “João coloca duas aparições, com 8 dias de intervalo, no cenário de Jerusalém; depois, a terceira vez, junto ao lago, portanto na Galileia. Mateus tem somente uma aparição na Galileia”. O comenta-

dor exclui deste exame o final do Evangelho de Marcos que fala das aparições, porque pensa que ele é “sem duvida de urna outra mão”.

Todos esses fatos estão em contradição com a menção das aparições de Jesus, contida na primeira epístola de Paulo aos Coríntios (15:5-7) a mais de quinhentas pessoas simultaneamente, a Jacó, a todos os apóstolos, sem esquecer o próprio Paulo. Causa espécie, após isso, quando R.P. Roguet estigmatiza, no mesmo livro, as “fantasmagorias grandiloquentes e ingênuas de certos apócrifos” a propósito da ressurreição. Com efeito, esses termos não convêm perfeitamente a Mateus e ao próprio Paulo, que está em completa contradição com os outros evangelistas a propósito das aparições de Jesus ressuscitado?

Além dessas, há contradição entre a narração do Ato dos Apóstolos, obra do Evangelista Lucas, sobre a aparição de Jesus a Paulo e o que Paulo nos informa sucintamente. Isso levou R.P. Kannengiesser a sublinhar no seu livro *Fé na Ressurreição, Ressurreição da Fé* (1974), que Paulo, “único testemunho ocular da ressurreição de Cristo, cuja voz chega diretamente até nós através de seus escritos⁴¹ não fala jamais de seu encontro pessoal com o Ressuscitado - “... além de três alusões extremamente discretas...” - “Melhor, ele se proíbe de descrevê-la”.

A contradição entre Paulo, único testemunho ocular, porém, suspeito, e os Evangelhos é patente.

O. Culmann, em seu livro *O Novo Testamento* anota as contradições entre Lucas e Mateus; o primeiro, situando suas aparições de Jesus na Judéia, e, o segundo, na Galiléia.

Quanto à contradição Lucas-João, lembremos que o episódio contado por João (21:1-4) sobre a aparição de Jesus ressuscitado aos pescadores, à beira do lado de Tiberíades, os quais vão, em seguida, pegar todos peixes que não poderão mais carregar, não é outra coisa senão a repetição do episódio da pesca miraculosa, no mesmo lugar, quando Jesus ainda estava vivo, orientado também por Lucas (5:1-11).

R.P. Roguet nos assegura, em seu livro, a propósito dessas aparições, que «esse (desconexo), essa fluidez, essa desordem lhe dá confiança», porque somente esses fatores provam que os evangelistas não estão combinados; caso contrário eles não teriam deixado de pôr em uníssonos os seus violinos. O

41 - A “Nenhum outro autor do Novo Testamento pode se atribuir semelhante qualidade” faz ele observar. É difícil imaginar como alguns poderiam fazê-lo?

arrazoado é singular. Com efeito, todos puderam também relatar com total sinceridade as tradições completamente remanseadas - a seu bel-prazer - de suas comunidades: como não ser levado a levantar esta hipótese perante tantas contradições e improváveis na exposição dos acontecimentos?

A ASCENSÃO DE JESUS

As contradições prolongam-se até o fim das narrações, pois nem João e nem Mateus mencionam a Ascensão de Jesus. Somente Marcos e Lucas referem-se a ela.

Para Marcos [16.19'], Jesus foi "elevado ao céu e está sentado à direita de Deus", sem nenhuma precisão de data em relação à sua ressurreição; mas é preciso notar que o final do Evangelho de Marcos, que contém essa frase, não é autêntico, é o texto "postição" para R. P. Roguet, embora, para a Igreja, ele seja canônico!

Resta Lucas, o único que evoca em um texto não discutido o episódio da Ascensão [24:51]: "Jesus se separa deles⁴² e foi elevado ao céu". O acontecimento está colocado pelo evangelista no fim da narração da ressurreição e do aparecimento aos onze: os detalhes da narração evangélica dão a entender que foi no dia da ressurreição que a ascensão ocorreu. Mas nos Atos dos Apóstolos, Lucas - do qual todo mundo pensa que ele é o autor descreve [1:2-3], as aparições de Jesus aos apóstolos entre a Paixão e a ascensão, nestes termos: "Eles tiveram mais de uma prova quando, durante quarenta dias, ele se fez ver por eles e lhes falou do reino de Deus".

Esta passagem dos Atos dos Apóstolos é a origem e fixação da festa cristã da ascensão, quarenta dias depois da Páscoa, em que é festejada a Ressurreição. A data assim fixada choca-se com o Evangelho de Lucas; nenhum texto evangélico a justifica em nenhum lugar. Quando toma conhecimento dessa situação, o cristão fica desconcertado, pois a contradição é evidente. A Tradição Ecumênica da Bíblia, Novo Testamento, reconhece, entretanto, os fatos, mas não reflete sobre a contradição, contendo-se em mencionar o interesse que possam ter esses quarenta dias para a missão de Jesus.

42 - Trata-se dos onze apóstolos. Judas estava morto.

Os comentadores, que querem tudo explicar e conciliar o inconciliável, nos oferecem a esse respeito singulares interpretações.

Assim, a sinopse dos quatro Evangelhos editada em 1972 pela Escola Bíblica de Jerusalém contém (vol. 2, p. 451) comentários muito curiosos.

A própria palavra ascensão é criticada nestes termos: “Com efeito, não houve ascensão no sentido físico propriamente dito, porque Deus não está “mais no alto que em baixo”... (sic)

Apanha-se mal o sentido desta observação, pois se pergunta como Lucas teria podido se expressar de outra maneira.

Ademais, o autor do comentário vê um “artifício literário” no fato de que, “nos Atos, está dito que a ascensão teve lugar quarenta dias após a ressurreição”, tal “artifício” é “destinado a sublinhar que o período das aparições de Jesus sobre a Terra chega ao fim”. Mas acrescenta ele, no fato que no Evangelho de Lucas, “o acontecimento se coloca à tarde do domingo de Páscoa, pois que o evangelista não põe nenhum intervalo entre os diversos episódios que ele comenta, depois da descoberta do túmulo vazio na manhã da ressurreição...”, “... não é também aí um artifício literário, destinado a deixar um certo lapso de tempo para as aparições do ressuscitado?” (sic).

O constrangimento que resulta de interpretações dessa natureza é ainda mais patenteado no livro de R.P. Roguet, que distingue... duas ascensões!

“Enquanto a ascensão, do ponto de vista de Jesus, coincide com a Ressurreição, ela não ocorreu sob o ponto de vista dos discípulos, a não ser quando Jesus cessa completamente de se manifestar a eles, para que o Espírito lhes seja enviado, e comece o tempo da Igreja”.

Ao leitor que não seria capaz de perceber a sutileza teológica de sua argumentação, que não tem a mínima base nas escrituras, o autor endereça um alerta geral, modelo de verbosidade apologética: “Aqui, como em muitos casos semelhantes, o problema não parece insolúvel, a não ser que se tome ao pé da letra, materialmente, as afirmações da Escritura, esquecendo-se sua significação religiosa. Não se trata de dissolver a realidade dos fatos num simbolismo inconsistente, mas de procurar a intensão teológica daqueles que nos revelam mistérios, fornecendo-nos fatos sensíveis, signos apropriados ao enraizamento carnal de nosso espírito”.

AS ÚLTIMAS PALAVRAS DE JESUS O PARACLETO DO EVANGELHO DE JOÃO

João é o único evangelista a relatar, no fim da última refeição de Jesus e antes de sua prisão, o episódio das derradeiras entrevistas com os apóstolos, o qual se completa com discurso bem longo: quatro capítulos do Evangelho de João (14 a 17) são consagrados a essa narração, da qual não se encontra nenhuma citação nos outros evangelhos. E, no entanto, esses capítulos de João tratam de questões primordiais, de perspectivas de futuro de importância fundamental, expostas com toda a grandeza e a solenidade, que caracterizam essa cena das despedidas do Mestre aos seus discípulos.

Como podemos explicar que esteja inteiramente ausente em Mateus, Marcos e Lucas a narração e despedidas tão comoventes que contêm o testamento espiritual de Jesus? Pode-se questionar: o texto existiu inicialmente nos três primeiros evangelistas? Teria sido suprimido logo a seguir? E por quê? Digamos, de passagem que nenhuma resposta pode ser fornecida; o mistério fica insolúvel sobre essa enorme lacuna, na narração dos três primeiros evangelistas.

O que rege esta narração é - isto se concebe num encontro supremo - a perspectiva do futuro dos homens, evocada por Jesus, e o cuidado do Mestre em dirigir aos seus discípulos, e através deles à humanidade inteira, suas recomendações e seus mandamentos, e em definir qual será, em definitivo, o guia que os homens deverão seguir depois do seu desaparecimento. O texto do Evangelho de João, e somente ele designa, explicita o nome grego Paracletos, tornado Paraclet em francês. Eis aqui, segundo a Tradução Ecumênica da Bíblia, Novo Testamento, as passagens essenciais: “Se vós me amais, vós vos aplicareis a observar meus mandamentos; de minha parte eu rogarei ao Pai: ele nos dará um outro paracleto [14:15-16]”.

O que significa Paracleto? O texto que possuímos atualmente do Evangelho de João explica o seu sentido, nestes termos:

“O Paracleto, o Espírito Santo que o Pai enviará em meu nome, vos comunicará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo o que eu vos tenho dito” [14:20].

“Ele dará [também] testemunho de mim” [15-16].

“Para vós convém que eu me vá; porque, se eu não partir, o Paracleto

não virá a vós; se ao contrário, eu partir, eu vô-lo enviarei. E ele, por sua vinda, convencerá o mundo a respeito do pecado, da justiça e do julgamento...” (16:7-8).

“Quando vier o Espírito da verdade, ele vos guiará a toda verdade; porque não falará por si mesmo, mas dirá tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará as coisas que hão de vir. Ele me glorificará...” (16:13-14).

(É de se notar que as passagens não citadas aqui dos Capítulos 14-17 do Evangelho de João não modificam de modo algum o sentido geral à essas citações).

Submetendo-o a uma leitura rápida, o texto francos que estabelece a identidade (Ca palavra grega Paracleto com o Espírito Santo não merece, mais frequentemente, atenção. Além disso, os subtítulos do texto, geralmente empregado nas traduções e nos termos dos comentários apresentados nas obras de vulgarização, orientam o leitor para o sentido que a ortodoxia consagrada quer dar a essas passagens. Qualquer dúvida ou dificuldade de compreensão, ali estaria, para oferecer quaisquer esclarecimentos, o Petit Dictionnaire du Nouveau Testament de A. Tricot. Da autoria desse comentador, no artigo “Paracleto”, pode-se ler, efetivamente. o seguinte:

“Este nome ou esse título, transcrito do grego em francês. não é empregado no Novo Testamento senão por São João: Quatro vezes, quando ele relata o discurso de Jesus depois da Ceia⁴³ (14:16 e 26; 15:26; 16:7) e, uma vez, na sua primeira epístola (2:1). No Evangelho Junino, a palavra se aplica ao Espírito Santo; na Epístola, ao Cristo. “Paracleto” era um termo comumente empregado pelos judeus helenistas do século I no sentido de intercessor, de defensor. (...) O Espírito, anuncia Jesus, será enviado pelo Pai e pelo Filho e terá por missão específica substituir o Filho no papel de salvação, exercido por este durante sua vida mortal em benefício de seus discípulos. O espírito intervirá e agirá como substituto do Cristo, como Paracleto ou intercessor todo poderoso.”

Este comentário faz, portanto, do Espírito Santo, o guia último dos homens depois da desapareição de Jesus. Estaria ele de acordo com o texto de João?

A questão deve ser colocada porque, a priori, parece- curioso-que se possa atribuir ao Espírito Santo o último parágrafo citado mais adiante: “Ele

43 - Em realidade, é exatamente no decorrer da “Ceia” que, para João, Jesus pronunciou o longo cujo assunto é o Paracleto, discurso não relatado pelos outros evangelistas.

não falará por si mesmo, mas ele dirá o que ouvir e ele vos comunicará tudo o que de vir”. Parece inconcebível que se ouve dar ao Espírito Santo os poderes de falar e dizer o que ele ouve... Até onde vai meu conhecimento, esta questão que a lógica manda por em destaque, não é geralmente objeto de comentários.

Para ter uma ideia exata do problema, é necessário repousar-se ao texto grego de base. Isso é muito importante, porque se atribui ao evangelista João tê-lo escrito em grego e não em outra língua. O texto grego consultado foi o *Novum Testamentum Graecum*⁴⁴.

Toda crítica textual séria começa pela pesquisa das variantes. Aqui parece que, no conjunto dos manuscritos comuns do Evangelho de João, não existem outras variantes susceptíveis de alterar o sentido da frase senão aquela da passagem 14: 26 da famosa versão em língua síriaca chamada Palimpsesto [Escrito no século IV ou V e descoberto no monte Sinai, em 1812, por Agnés S. Lewis, esse manuscrito é assim chamado porque o texto inicial tinha sido recoberto por um outro texto que, apagado, fez aparecer o primeiro.]. Nela não se menciona o Espírito Santo, mas simplesmente o Espírito. O escriba fez uma simples omissão, ou, não, colocado perante um texto a recopiar, o qual pretendia falar ouvir e falar o Espírito Santo, não ousou escrever o que lhe pareceu um absurdo? Além dessa observação, não há jeito para insistir sobre outras variantes, a não ser nas variantes gramaticais que não mudam em nada o sentido geral. O essencial é que o que aqui está, posto sobre a significação precisa dos verbos “ouvir” e “falar” valha para todos os manuscritos do Evangelho de João, esse é o caso.

O verbo “falar” da tradução portuguesa é o verbo grego “laleô” que teve o sentido geral de emitir os sons e o sentido particular de falar. Este verbo reaparece, muito frequentemente, no texto grego dos Evangelhos para designar uma declaração solene de Jesus no curso de sua pregação. Parece, portanto, que a comunicação aos homens, de que se tem conta aí, não consiste de modo algum em uma inspiração que seria o ativo do Espírito Santo, mas que ela tem caráter material evidente, em razão da noção da emissão de sua ligação à palavra grega que a definiu.

Os dois verbos gregos AKOÚÔ e LALEÔ definem, portanto, as ações concretas que não podem ter relação senão a um ser dotado de um órgão de audição e de um órgão da palavra. Aplicados, por consequência, ao Espírito Santo, não é possível.

44 - Nestlé et Aland. 1971.

Assim, tal como nos é dado pelos manuscritos gregos, o texto dessa passagem do Evangelho de João é perfeitamente incompreensível se aceito, em sua íntegra, com as palavras Espírito Santo da frase: [14:26]: “O Paracleto, o Espírito Santo que o Pai enviará em seu nome...” etc.; única frase que, no Evangelho de João, estabelece identidade entre Paracleto e Espírito Santo.

Mas se se suprimir “Espírito Santo” (to pneuma to agion) dessa frase, todo o texto de João apresenta uma significação extremamente clara. Ela é, aliás, concretizada por outro texto evangélico, a primeira epístola onde João utiliza a mesma palavra Paracleto para designar simplesmente Jesus, enquanto intercessor ao lado de Deus⁴⁵. E, quando Jesus diz, segundo João [14:16]: “Eu rogarei ao Pai: Ele vos enviará um outro Paracleto”, ele quer dizer que Ele enviará aos homens um “outro” intercessor como ele mesmo foi, ao lado de Deus, em seu favor, quando de sua vida terrestre.”

É-se, então, conduzido, com toda a lógica, a ver no Paracleto de João um ser humano como Jesus, dotado de faculdades de audição e de palavra, faculdades que o texto grego de João implica de modo formal. Jesus anuncia, pois, que Deus enviará mais tarde a esta terra, um ser humano para aqui ter o papel definido por João que é, seja dito em uma palavra, o de um profeta escutando a voz de Deus e repetindo aos homens sua mensagem. Tal é a interpretação lógica do texto de João, se dermos às palavras o seu sentido real.

A presença de “Espírito Santo”, no texto que nós possuímos, hoje, poderia, perfeitamente, decorrer de um acréscimo posterior, completamente voluntário, destinado a modificar o sentido primitivo duma passagem que, anunciando a vinda do profeta depois de Jesus, estava em contradição com os ensinamentos das Igrejas cristãs nascentes, querendo que Jesus fosse o último dos Profetas.

CONCLUSÕES

Os fatos que foram relacionados aqui e os comentários citados de vários exegetas cristãos muito eminentes refutaram as afirmações da ortodoxia, tendo, como apoio, a linha adotada pelo último concílio, concernente à historicidade absoluta dos Evangelhos que teriam fielmente transmitido o que Jesus realmente fez e ensinou.

45 - Muitas das tradições e comentários, sobretudo, antigos, dos Evangelhos, traduzem a palavra por consolador, o que é um erro completo.

Os argumentos que foram apresentados são de várias ordens. Em primeiro lugar, as próprias citações dos Evangelhos, estabelecendo algumas contradições flagrantes. Não se pode crer na existência de dois fatos que se contradizem. Não podem ser aceitas certas improváveis ou algumas informações que não condizem com os dados perfeitamente estabelecidos pelos conhecimentos modernos. As duas genealogias de Jesus que os Evangelhos apresentam e o que eles implicam de contra verdade são, a esse respeito, perfeitamente demonstrativas.

Muitos cristãos ignoram essas contradições, improváveis ou incompatibilidades com a ciência moderna e ficam estupefatos quando as descobrem, influenciados como estavam pela leitura dos comentários a oferecer sutis explicações destinadas a tranquilizá-los, com apoio no lirismo apologético. Alguns exemplos bem característicos, foram fornecidos sobre a habilidade de certos exegetas em camuflar o que eles chamam pudicamente de “dificuldades”. Muito raras são, com efeito, as passagens dos Evangelhos reconhecidas como inautênticas, quando a Igreja as declarou oficialmente canônicas.

Os trabalhos da crítica textual moderna colocaram em evidência os dados que, segundo R.P. Kannengiesser, constituem uma “revolução dos métodos exegéticos” e levam a “não mais tomar ao pé da letra” os fatos comentados a respeito de Jesus pelos Evangelhos “escritos de circunstâncias” ou “de combate”. Os conhecimentos modernos, tendo esclarecido a história do judeu-cristianismo e as rivalidades entre a comunidade, explicam a existência de fatos que desconcertam os leitores de nossa época. A concepção de evangelistas testemunhas oculares não é mais defensável, mas ela é, ainda em nossos dias, a de numerosos cristãos. Os trabalhos da Escola Bíblica de Jerusalém (R.P. Benoit e R.P. Boismard) demonstram muitíssimo bem que os Evangelhos foram escritos, revistos e corrigidos várias vezes.

Também o leitor do Evangelho é prevenido por eles de que “deve renunciar, em mais de um caso, a ouvir a voz direta de Jesus”.

O caráter histórico dos Evangelhos não é discutível, mas esses documentos, acima de tudo, através das narrações concernentes a Jesus, sobre a mentalidade dos autores, porta-vozes da tradição das comunidades cristãs primitivas às quais eles pertenceram e, em particular, sobre as lutas entre judeu-cristãos e Paulo, nos informam: os trabalhos do cardeal Daniélou pesam com autoridade sobre esses pontos.

Então, como ficar perplexo perante a deturpação de certos aconteci-



mentos da vida de Jesus por evangelistas, que tinham por fim defender um ponto de vista pessoal, como ficar espantado com a omissão de certos acontecimentos, como ficar espantado com o aspecto romanceado da descrição de alguns outros?

Somos levados a comparar os Evangelhos às nossas canções de gestas da literatura medieval. Sugestiva é a comparação que se pode fazer com a canção de Rolando, a mais conhecida de todas, que relata, sob um aspecto romanceado, um acontecimento real. Sabemos que ela relata um episódio autêntico: uma emboscada que aniquilou a retaguarda de Carlos Magno, comandada por Rolando na garganta de Roncevaux. Este episódio, de importância secundária, teria acontecido, segundo a crônica histórica (Eginhard), a 15 de outubro de 778; foi ampliado às dimensões de um grandíssimo feito de armas, de um combate de guerra santa. A narração é fantasista, mas esta fantasia não pode eclipsar a realidade de uma das lutas que Carlos Magno teve de empreender, para garantir suas fronteiras contra as tentativas de penetração dos povos vizinhos: aí está o que há de autêntico; o modo épico da narração não o desfaz.

Para os Evangelhos, dá-se o mesmo: as fantasmagorias de Mateus, as contradições flagrantes entre os Evangelhos, as improváveis, as incompatibilidades com os dados da ciência moderna, as alterações sucessivas dos textos fazem com que os Evangelhos contenham alguns capítulos e algumas passagens dependentes exclusivamente da imaginação humana. Mas essas falhas não levam a pôr em dúvida a existência da missão de Jesus: as dúvidas pairam somente sobre a sua realização.

O ALCORÃO E A CIÊNCIA MODERNA

INTRODUÇÃO

A priori, uma tal associação entre o Alcorão e a ciência surpreende; tanto mais, que é de harmonia e não de discordância que ela vai tratar. Confrontar um livro religioso e considerações profanas que a ciência chama, não é, aos olhos de muitos, coisa paradoxal em nossa época? Com efeito, hoje, com naturalmente algumas exceções, os cientistas, imbuídos, em sua maioria, por teorias materialistas, não têm, muito frequentemente, senão indiferença ou desprezo pelas questões religiosas, consideradas por eles, comumente, como fundamentadas em lendas. Além do mais, em nossos países ocidentais, quando se fala de ciência e de religião, o díptico religioso engloba, sem problemas, Judaísmo e Cristianismo, mas não se imagina inserir aí no Islam. Emitiram, aliás, sobre ele, tantos julgamentos inexatos, fundados em concepções errôneas, que é, em nossos dias, muito difícil fazer-se uma ideia exata do que ele é em realidade.

Como prelúdio a toda confrontação entre Revelação Islâmica e Ciência, parece absolutamente necessário dar um resumo de uma religião tão mal conhecida em nosso país.

Os julgamentos completamente errôneos que se emitiram sobre a Revelação no Ocidente são o resultado tanto da ignorância, quanto do denegrimiento sistemático. Porém, as mais graves de todas as falsidades difundidas são as falsidades concernentes aos fatos, pois, se alguns erros de apreciação são perdoáveis, uma apresentação dos fatos contrária à verdade não o é. É constonador ler nas obras mais sérias, vindas de autores a priori competentes, contra verdades flagrantes. Eis aqui um exemplo: na Enciclopédia Universalis, Vol. 6, artigo “Evangelhos”, uma alusão é feita às diferenças com o Alcorão, e o autor escreve: “Os evangelistas não pretendem [...], como o Alcorão, transmitir uma autobiografia miraculosamente ditada por Deus ao Profeta...” Ora, o Alcorão nada tem a ver com uma autobiografia: ele é

uma predicação; o auxílio da pior das traduções poderia revelá-la ao autor. Essa afirmação é tão contrária à realidade como a que definisse um Evangelho como a narração da vida de um evangelista. O responsável por essa falsidade sobre o Alcorão é um professor da Faculdade de Teologia, Jesuíta de Lyon! A emissão de contra verdades dessa ordem contribui para dar uma imagem falsa do Alcorão e do Islam.

Há, entretanto, algumas razões para esperar, pois, hoje, as religiões não estão mais, como outrora, voltadas sobre si mesmas e muitas procuram uma compreensão mútua. Como não se impressionar com o fato de que, nos escalões mais elevados da hierarquia, cristãos católicos dedicam-se a estabelecer contato com os muçulmanos, procuram combater a incompreensão, e se esforçam para reformar as representações inexatas difundidas sobre o Islam?

Eu evoquei na Introdução deste livro, a considerável mudança que se produziu nos últimos anos e citei um documento emanado do Secretário do Vaticano para os não cristãos, intitulado “Orientações Para Um Dialogo Entre Cristãos e Muçulmanos”, documento muito significativo das posições novas adotadas perante o Islam. Elas exigem - leiamos na terceira edição (1970) desse estudo - “uma revisão de nossa posição em relação a ele e uma crítica de nossos preconceitos”... “nós devemos nos preocupar, primeiro, em mudar progressivamente a mentalidade de nossos irmãos cristãos. É o que importa acima de tudo”... É preciso abandonar “a imagem envelhecida herdada do passado ou desfigurada por preconceitos e por calúnias”... “reconhecer as injustiças das quais o Ocidente cristão tornou culpado, em relação aos muçulmanos”.⁴⁶. O documento do Vaticano, que tem por volta de cento e cinquenta páginas, desenvolve, assim, a refutações das visões clássicas que os cristãos tiveram sobre o Islam e expõe o que ele é, em realidade.

Sob o título “Liberar-nos de Nossos preconceitos Mais Notórios”, os autores deste documento endereçam este convite aos cristãos: “Ai, também, temos que nos entregar a uma profunda purificação de nossas mentalidades. Nós pensamos em particular em certos julgamentos de valor que lançamos muito frequentemente e levemente sobre o Islam. Parece capital não cultivar de modo algum, no íntimo de nosso coração, essas visões muito superficiais, quando não arbitrárias, onde o muçulmano sincero não se reconhece”.

Uma dessas visões arbitrárias, de maior ordem, é justamente aquela que conduz sistematicamente, em nossa língua, a designar o Deus dos muçulmanos com o nome de Allah, como se os muçulmanos acreditassem em um Deus que

46 - Toda forma de hostilidade voltada para o Islam, mesmo vinda de adversários declarados do cristianismo, recebeu, em uma certa época, aprovação calorosa dos mais altos signatários da Igreja Católica. É assim, que o Papa Benedito XIV, conhecido por ser o maior pontífice do século XVIII, não hesita em enviar a bênção a Voltaire. Ele queria agradecer-lhe por ter dedicado sua tragédia “Muhammad ou Fanatismo” (1741), grosseira sátira, não se importando de que um negador de pena hábil e de má fé possa escrever sobre não importa qual assunto. A peça recebeu, após apresentações difíceis, suficiente prestígio para ser inscrita no repertório da *Comédie Française*.

não fosse o dos cristãos! Al-Lâh, significa, em árabe, a Divindade; trata-se de uma divindade única, o que implica que uma transcrição francesa correta não pode dar o sentido exato da palavra a não ser com a ajuda do vocábulo “Deus”⁴⁷. Para o muçulmano, Al-Lâh, não é outro senão o Deus de Moisés e de Jesus.

O Documento do Secretariado do Vaticano para os não cristãos insiste nesse dado fundamental, nestes termos:

“Parece inútil sustentar com alguns ocidentais que Allah não é verdadeiramente Deus! Os textos conciliares fazem justiça a tal asserção. Não se saberia melhor resumir a fé islâmica em Deus, como nestas frases do *Lumen Gentium*⁴⁸: “Os muçulmanos que professam a fé de Abraão adoram conosco o Deus único, misericordioso, futuro juiz dos homens no último dia...”.

Compreende-se, desde logo, o protesto dos muçulmanos diante do costume muito frequente de nunca se dizer Deus, mas “Allah, em língua europeia. Alguns muçulmanos letrados elogiam a tradução do Alcorão de D. Masson por ter “enfim” escrito “Deus” e não “Allah”. E o texto do Vaticano, por fazer observar: “Allah é a única palavra que têm os cristãos de língua árabe para dizer Deus”.

Muçulmanos e cristãos adoram um Deus único. O documento do Vaticano retoma a seguir a crítica dos outros julgamentos falsos lançados sobre o Islam.

O “fatalismo do Islam, preconceito tão difundido, é examinado e, com apoio em citações do Alcorão, o documento lhe opõe o sentido da responsabilidade do homem que será julgado por seus atos. Ele mostra que a concepção de um juridismo do Islam é falso e lhe opõe, ao contrário, uma sinceridade da fé, com a citação de duas frases do Alcorão, tão mal conhecidas pelos ocidentais:

“Não há imposição quanto à religião...” (capítulo 2, versículo 256).

“... E [Deus] não vos impôs dificuldade alguma na religião...” (Capítulo 22, Versículo 78).

O documento opõe à ideia difundida do Islam, religião do temor, ao Islam, religião do amor ao próximo, enraizado na fé em Deus.

47 - Transcrição francesa é *Dieu*.

48 - *Lumen Gentium*, título de um documentário do Concílio Vaticano II (1962-1965)

Ele refuta a ideia que propagaram falsamente, segundo a qual não há moral muçulmana, e esta outra dividida entre judeus e cristãos, sobre o fanatismo do Islam, que ele comenta nestes termos: “De fato o Islam não foi muito mais fanático ao longo de sua história do que as cidades sacras da cristandade, quando a fé cristã ali recebia, de alguma sorte, valor político”. Aqui, os autores citam as expressões do Alcorão que mostram que o que os ocidentais traduzem abusivamente por “Guerra santa”⁴⁹, “se diz, em árabe, Al Jihad Fi sabil Allah”, “o esforço sobre o caminho de Deus”, “esforço para propagar o Islam e o defender contra seus agressores”. E o documento do Vaticano prossegue: O Jihad não é de modo algum o Kherem bíblico, ele não tende à exterminação, mas a estender a novos lugares os direitos de Deus e dos homens” - «As violências passadas do Jihad seguiam, em geral, as leis da guerra; e no tempo das Cruzadas não foram sempre os muçulmanos que perpetraram as maiores matanças».

O documento trata, enfim, do preconceito, segundo o qual o Islam seria “uma religião fixadora, que mantém seus adeptos numa Idade Média superada, e que os torna inaptos a se adaptar às conquistas da Idade Moderna». Ele compara algumas situações análogas que se observam em países cristãos e declara: «Nós encontramos [...] elaboração tradicional do pensamento muçulmano um princípio de evolução possível da sociedade civil».

Esta defesa do Islam pelo Vaticano espantará, estou certo disso, a muitos de nossos contemporâneos crentes, sejam eles, muçulmanos, judeus ou cristãos. Ela é uma manifestação de sinceridade e de um espírito de abertura, que contrasta singularmente com as atitudes passadas. Mas bem poucos ocidentais são alertados por essas novas tomadas de posição pelas mais altas instâncias da Igreja Católica.

Quando o fato se torna conhecido, o espanto é menor por se conhecerem os atos concretos que levaram à efetivação dessa reaproximação: Primeiro, a visita oficial do presidente do Secretariado do Vaticano para os não cristãos ao rei Faisal, da Arábia Saudita.

49 - Os tradutores, bem célebres, do Alcorão não escaparam a este hábito secular de pôr, em sua tradução, o que, em realidade, não se encontra nos textos árabes. Com efeito, sem alterar o próprio texto, podemos juntar os títulos que não existem no original; este acréscimo modifica o sentido geral’ Assim, R. Blachère, na sua tradução bem conhecida (*Editores Maisonneuve et Larose*, Paris, 1966, p. 115), insere um título que não existe no Alcorão: “Obrigações da Guerra Santa no início de uma passagem que é, incontestavelmente, uma chamada às armas, mas que não tem esse caráter que se lhe dá. Como, depois disso, o leitor que não pode aceder ao Alcorão, senão pela tradução, não estaria persuadido de que o muçulmano tem a obrigação de fazer a Guerra Santa”?

Depois, a recepção oficial do Papa Paulo VI aos grandes Ulemás da Arábia Saudita, durante o ano de 1974.

Percebe-se melhor, desde então, o alto significado espiritual da recepção aos Grandes Ulemás pelo Msr. Elchinger, na Catedral de Strasbourg, durante a qual o prelado convidou os Ulemás a fazerem em sua prece, no coro da catedral, o que eles fizeram diante do altar, voltados em direção a Meca.

Se os representantes dos escalões mais elevados dos mundos muçulmano e cristão, na fidelidade ao mesmo Deus e no respeito mútuo de suas divergências, entendem-se assim para travar um diálogo religioso, não é natural que outros aspectos de cada uma das Revelações sejam confrontados? O objetivo dessa confrontação é, nesse caso, o exame das Escrituras à luz dos dados científicos e dos conhecimentos relativos à autenticidade dos textos. Esse exame deve ser empreendido para o Alcorão, como o foi para a Revelação judeu-cristã.

As relações entre as religiões e a ciência não foram as mesmas, em todos os lugares e em todos os tempos. Consta que nenhuma escritura de uma religião monoteísta preceitua condenação à ciência. Mas, na prática, é preciso reconhecer, os cientistas, tiveram suas rúsgas⁵⁰ com as autoridades religiosas de certas confissões. No meio cristão, durante numerosos séculos, por sua iniciativa pessoal e sem se apoiar em textos autênticos das Escrituras, as autoridades responsáveis opuseram-se ao desenvolvimento das ciências. Elas tomaram, contra os que procuravam fazê-las progredir, as medidas que nós conhecemos e que frequentemente levavam cientistas ao exílio, se eles quisessem evitar a fogueira, salvo se fizessem retratação pública, retificassem sua atitude e implorassem o perdão. A esse propósito, cita-se sempre o caso do processo de Galileu, perseguido por haver retomado as descobertas de Copérnico sobre a rotação da Terra. Ele foi condenado em consequência de uma interpretação errônea da Bíblia, porque nenhuma Escritura podia, validamente, ser evocada contra ele.

Para o Islam, a atitude perante a ciência foi, em geral, bem outra. Nada pode ser mais claro que o famoso Hadith do Profeta: “Pesquisa a ciência mesmo na China”; que exprime que a investigação do saber é uma obrigação estrita, a cada muçulmano. Fato capital, como nós veremos mais tarde nesta parte do livro, o Alcorão, que convida sempre a cultivar a ciência, contém múltiplas considerações sobre os fenômenos naturais, com detalhes explicativos que aparecem rigorosamente conforme os dados da ciência moderna. Não há equivalentes desse gênero na Revelação judeu-cristã.

50 - Barulho, briga, desordem, questão.

Seria, entretanto, errado crer que, em nenhum momento da história do Islam, alguns dos seus fiéis não tenham tido jamais atitude diferente para com a ciência. É certo que, em algumas épocas, a obrigação de se instruir e de instruir os outros foi mal entendida e que no mundo muçulmano, como alhures, tentou-se, às vezes, sustar o desenvolvimento científico. Mas quando se lembra que, no período da Grandeza do Islam, entre o século VIII e XII da era cristã, enquanto as restrições ao desenvolvimento científico eram impostas em nossos países cristãos, uma soma considerável de pesquisas e descobertas foram efetuadas nas universidades islâmicas. É nessa época que se encontravam extraordinários centros de cultura. Em Córdoba, a Biblioteca do califa continha 400.000 volumes. Averróis ensinava. Transmitiu-se a ciência grega, indiana, persa. Eis porque se ia de diversos países da Europa estudar em Córdoba, como em nossos dias se vai para aperfeiçoar alguns estudos nos Estados Unidos. Quantos manuscritos antigos chegaram até nós por intermédio dos letrados árabes, vinculando a cultura nos países conquistados! Quantas dívidas temos nós em relação à cultura árabe em matemática (álgebra é árabe), astronomia, física (óptica), geologia, botânica, medicina (Avicenas) etc.! A ciência toma, pela primeira vez, o caráter internacional, nas universidades islâmicas da Idade Média. Por essa época, os homens eram mais penetrados pelo espírito religioso, como não o são em nosso tempo; e isso não os impedia de ser, no meio islâmico, simultaneamente crentes e sábios. A ciência era gêmea da religião; nunca deveria ter deixado de ser assim.

Em países cristãos, era a estagnação, nessa época medieval, o conformismo absoluto. A pesquisa científica foi freada, não pela Revelação judeu-cristã propriamente dita, repetimos, mas por aqueles que pretendiam ser seus servidores. Depois do Renascimento, a reação natural dos sábios foi a de tomar sua desforra contra seus adversários do passado, e a desforra prossegue ainda em nossos dias. A ponto de que, atualmente no Ocidente, falar de Deus no meio científico é verdadeiramente se singularizar. Essa atitude tem repercussões em todos os jovens espíritos que recebem nossos ensinamentos universitários, muçulmanos inclusive.

Como deixaria de ser assim, quando sabemos quais as posições extremadas tomadas pelos nossos sábios mais eminentes? Certo prêmio Nobel de Medicina tentou, nestes últimos anos, fazer admitir num livro destinado ao grande público, que a matéria viva pode se criar de si mesma por arte do acaso, a partir de algumas constituições elementares, e que, partindo dessa matéria viva primitiva, ter-se-iam formado, sob a influência de diversas circunstâncias exteriores, seres vivos organizados para culminar no formidável complexo que é o homem.

Os prodígios do conhecimento científico contemporâneo, no domínio da vida, não deveriam levar, aquele que reflete, a uma conclusão oposta? A organização que preside o nascimento da vida e a sua manutenção não se apresenta, a quem a estuda, cada vez mais complicada? Quanto mais se a conhece em seus pormenores, mais admiração ela desperta! Seu conhecimento não leva a considerar como é, cada vez menos possível, o fator acaso no fenômeno da vida? Quanto mais se avança na posse do saber, mui particularmente no que concerne ao infinitamente pequeno, mais eloquentes são os argumentos em favor da existência de um Criador. Mas, em lugar de ser, diante de tais fatos, cheio de humildade, é de orgulho que o homem se reveste. Ele se crê autorizado a achincalhar toda a ideia de Deus, assim como despreza tudo o que encontra em seu caminho, se isso constituir um obstáculo a seu prazer e a seu apetite de gozo. Tal é a sociedade materialista, em plena expansão atual no Ocidente.

Que forças espirituais opor a essa poluição do pensamento por muitos sábios contemporâneos?

Perante a onda materialista e a invasão do Ocidente pelo ateísmo, tanto o cristianismo como o judaísmo apregoam sua incapacidade de repressão. Tanto um quanto outro estão em plena confusão e, de decênio, não se vê gravemente diminuída a resistência à corrente que ameaça tudo carregar. O materialismo ateu não vê no cristianismo senão um símbolo construído pelos homens, há cerca de milênios, para firmar a autoridade de uma minoria sobre seus semelhantes. Não se encontraria, nas escrituras judeu-cristãs, uma linguagem que se aparente, mesmo muito de longe, à sua: elas contêm tantas dúvidas, contradições e incompatibilidades com os dados científicos modernos, que se recusa a levar em consideração alguns textos que a imensa maioria dos teólogos quer fazer passar como um todo indissolúvel.

Falam-lhe do Islamismo? Ele sorri com uma suficiência que só se iguala à insuficiência de seu conhecimento do assunto. De acordo com a maior parte dos intelectuais ocidentais, quaisquer que sejam suas crenças, religiosas, ele carrega uma impressionante de ideias falsas.

Sob esse ponto de vista, é preciso lhe conceder algumas desculpas: em primeiro lugar, exceção feita das tomadas de posição mais recentes nas mais altas instâncias do Catolicismo, o Islam é, como sempre em nossos países, objeto do que chamamos uma “difamação secular”. Todo ocidental, que adquiriu sobre ele conhecimentos aprofundados, sabe a que ponto sua história, seu dogma, seus fins, foram mascarados. É preciso igualmente levar em consideração o fato de que os documentos publicados em línguas ocidentais sobre o assunto, exce-

to os estudos mais especializados, não facilitam o trabalho dos que querem se instruir.

Realmente, o conhecimento da Revelação Islâmica é, sob este ponto de vista, fundamental. Ora, encontram-se muitas passagens do Alcorão, em particular aquelas que têm relação com os dados da ciência, que são mal traduzidas ou comentadas de maneira tal que um cientista teria o direito de emitir - aparentemente com justiça - críticas que o Livro não merece em realidade» Por menor digno de ser imediatamente destacado: essas inexactidões de tradução ou esses comentários errôneos (estando os dois, frequentemente, associados), que não seriam de se admirar há um ou dois séculos, chocam, em nossos dias, um homem de ciência que, diante de uma frase mal traduzida, contendo, por esse motivo, uma afirmação cientificamente inadmissível, é levado, a se recusar a tomá-la seriamente, em considerações» Daremos no capítulo consagrado à produção humana, um exemplo bem característico desse tipo de erro.

Por que esses erros de tradução? Eles se explicam pelo fato de que os tradutores modernos retomam frequentemente, sem grande espírito-crítico, interpretações de comentadores antigos. Estes tinham em sua época, desculpas para ter dado a uma palavra árabe, possuindo vários sentidos possíveis, uma definição imprópria, porque não podiam compreender o sentido real da palavra ou da frase, que se revela somente em nossos dias graças aos nossos conhecimentos científicos. Em outras palavras, colocou-se assim o problema da necessária revisão de traduções ou de comentários, que não se era capaz de efetuar convenientemente numa determinada época, ao passo que, em nossos dias, possuímos os elementos que lhes podem dar o sentido verdadeiro. Tais problemas de tradução não se colocam pala os textos da Revelação judeu-cristã: o caso evocado aqui é absolutamente especial para o Alcorão.

Esses aspectos científicos, muito particulares do Alcorão, logo de início, deixaram-me profundamente atônito porque, até então, eu não tinha jamais acreditado ser possível que se pudesse descobrir, num texto redigido há mais de treze séculos, tantas afirmações relativas a assuntos extremamente variados, absolutamente conforme os conhecimentos científicos modernos. Eu não tinha, de saída, nenhuma fé no Islam. Abordei este exame dos textos com o espírito livre de todo preconceito, com inteira objetividade. Se alguma influência pôde ter se exercido em mim, foi a dos ensinamentos recebidos em minha juventude, quando não falávamos de muçulmanos, mas de maometanos, pala bem acentuar que se tratava de uma religião fundada por um homem e que não podia, por consequência, ter nenhuma espécie de valor aos olhos de Deus. Como muita gente no Ocidente, eu poderia ter conservado sobre o Islam as mesmas ideias

falsas tão difundidas em nossos dias, que eu fico sempre admirado de encontrar, fora dos especialistas, interlocutores esclarecidos sobre esses pontos. Confesso, pois, que antes de ter-me dado uma imagem do Islam diferente daquela recebida do ocidente, eu era, também, muito ignorante.

Se cheguei a perceber a falsidade dos julgamentos geralmente lançados no Ocidente sobre o Islam, eu devo a circunstâncias excepcionais. Foi na Arábia Saudita, que me deram os elementos de apreciação que me demonstraram a que ponto se podia ter uma opinião errada a seu respeito, em nossos países.

Imensa ficará minha dívida de gratidão para com o saudoso Rei Faisal, cuja memória eu saúdo com respeito: ter tido a extraordinária honra de ouvi-lo falar do Islam e ter podido evocar diante dele determinados problemas de interpretação alcorânica em relação à ciência moderna: isto ficará gravado para sempre em minha lembrança. Ter recolhido tão preciosos ensinamentos vindos dele mesmo e de seu círculo. constituiu, para mim, um privilégio excepcional.

Tendo então medido a margem que separava a realidade do Islam da imagem que dele se faz em nossos países ocidentais, experimentei a viva necessidade de aprender o árabe, que não conhecia, para poder progredir no estudo de uma religião tão mal conhecida. Meu primeiro objetivo residiu na leitura do Alcorão e no exame de seu texto, frase por frase, com a ajuda dos diversos comentários indispensáveis a um estudo crítico. Eu o abordei, prestando atenção muito particular à descrição que ele faz de uma profusão de fenômenos naturais: a precisão de certos detalhes do Livro sobre esses fenômenos, somente perceptível no texto original, me impressionou em razão de sua conformidade com as concepções que podemos ter, em nossa época, mas da qual um homem da época de Muhammad não poderia ter a menor ideia. Eu li, em seguida, diversas obras consagradas por autores muçulmanos aos aspectos científicos do texto alcorânico: eles me deram elementos mui úteis de apreciação, mas eu ainda não descobri um estudo de conjunto efetuado sobre o assunto, no Ocidente.

O que logo impressiona o espírito de quem é confrontado com um texto, assim, pela primeira vez, é a abundância dos assuntos tratados: a criação, a astronomia, a exposição de certos assuntos concernentes à terra, aos reinos animal e vegetal, à reprodução humana. Então, enquanto se encontram na Bíblia monumentais erros científicos, aqui eu não descobri nenhum. O que me obrigou a me interrogar: se um homem foi o autor do Alcorão, como teria podido, no século VII da era cristã, escrever o que se verifica, hoje, conforme os conhecimentos científicos modernos? Ora, nenhuma dúvida será possível: o texto que nós possuímos hoje do Alcorão é bem um texto de atualidade, se ousar dizer

[o capítulo seguinte desta terceira parte tratará da questão). Qual explicação humana dar a esta constatação? A meu ver, não há nenhuma, porque não há razão particular de pensar que um habitante da Península Arábica pudesse, no tempo em que na França reinava o rei Dagoberto, possuir uma cultura científica que deveria, para alguns assuntos, estar adiantada uma dezena de séculos sobre a nossa.

Está bem estabelecido que, no momento da Revelação Alcoranista, que se situa em um período aproximativo de vinte anos antes da Hégira (622 D.C.) os conhecimentos científicos da época estavam em fase de estagnação, havia séculos, e que o período ativo da civilização islâmica, com o despertar científico que a acompanha, foi posterior ao fim da Revelação do Alcorão. É preciso ignorar esses dados religiosos e profanos para fazer a curiosa sugestão seguinte, que eu pretendi formular algumas vezes: se existem no Alcorão algumas informações de aspecto científico que surpreendem, a razão é o avanço que tinham seu tempo os cientistas árabes: Muhammad ter-se-ia inspirado em seus trabalhos.

Quem conhece um pouco da história do Islam e sabe que o período do progresso cultural e científico no mundo árabe na Idade Média é posterior a Muhammad, não se permitiria tais fantasias. Reflexões desse tipo são tanto mais fora de propósito, visto que a maioria dos fatos científicos, sugeridos ou enunciados muito distintamente no Alcorão, somente na época moderna receberam sua confirmação.

Concebe-se desde logo que, durante séculos, os comentadores do Alcorão (inclusive aqueles do grande período da civilização islâmica) tinham infalivelmente cometido erros na interpretação de certos versículos, dos quais eles não podiam perceber o sentido exato. Não foi senão muito mais tarde, em um período próximo de nossa época, que se pôde traduzi-los e interpretá-los corretamente. Isto implica que, para compreender esses versículos alcorânicos, só conhecimentos linguísticos aprofundados não são suficientes. É preciso possuir, além disso, conhecimentos científicos bem diversos. Um estudo como este é pluridisciplinar, enciclopédico. Dar-se-á conta, à medida em que a exposição das questões é levantada, da verdade dos conhecimentos científicos que são indispensáveis, para se perceber o sentido de alguns versículos do Alcorão.

O Alcorão não é tanto um livro, tendo, por fim, expor certas leis que regem o universo; ele tem um fim religioso essencial. É principalmente a propósito das descrições da Onipotência Divina que os convites para refletir sobre as obras da criação são endereçados aos homens. Eles são acompanhados por alusões a fatos acessíveis à observação humana, ou a leis definidas por Deus que

presidem à organização do universo, tanto no domínio das ciências da natureza como no que concerne ao homem. Uma parte dessas afirmações é de compreensão fácil, mas, de uma outra parte, não se pode conceber a significação se não se está na posse dos conhecimentos científicos indispensáveis para isso. Quer dizer que o homem dos Séculos passados

não podia discernir deles senão um sentido aparente, que o levou, em alguns casos, a tirar as conclusões, inexatas em razão da insuficiência de seu saber na época considerada.

A seleção dos versículos alcorânicos feita para o estudo de seus aspectos científicos parecerá, talvez, muito reduzida para alguns dos autores muçulmanos que, antes de mim, despertam sua atenção sobre esses fatos. No conjunto, creio ter retido um número um pouco mais reduzido de versículos do que eles o fizeram. Tenho, ao contrário, destacado alguns versículos aos quais não tinham atribuído, até o presente, a importância que eles mereceriam, me parece, do ponto de vista científico. Se cometi erros não levando em considerações, para este estudo, os versículos que eles tinham selecionado, espero que eles não me julguem mal. Encontrei algumas vezes, também, em certos livros, interpretações científicas que não me pareciam exatas: é com toda isenção de ânimo e mui consciente que eu lhes dei uma interpretação pessoal.

Eu pesquisei, igualmente, se existiam no Alcorão alusões aos fenômenos que são acessíveis à compreensão humana, mas que não receberam confirmação da parte da ciência moderna: Assim, sob esse aspecto, pensei ter descoberto que o Alcorão continha alusões à presença no universo de planetas semelhantes à Terra. É preciso dizer que numerosos sábios consideram o fato como perfeitamente aceitável, sem que os dados modernos possam fornecer a menor certeza. Julguei que deveria citá-los, com todas as reservas que se impõem.

Se eu tivesse empreendido tal estudo há uns trinta anos, um outro fato anunciado no Alcorão teria de ser juntado ao que acaba de ser citado, concernente à astronomia: a conquista do espaço. Por essa época, considerava-se, logo após os primeiros ensaios de foguete balístico, que um dia viria, talvez, em que o homem teria as possibilidades materiais de escapar dos arredores terrestres e de explorar o espaço. Sabia-se então que havia um versículo alcorânico que pressagiava que um dia o homem realizaria esta conquista. A verificação agora está feita.

Esta confrontação da Escritura santa com a ciência fez intervir para a Bíblia, como para o Alcorão, noções pertinentes à verdade científica. Para que a

confrontação seja válida, é preciso que o argumento científico, sobre o qual se apoia, seja perfeitamente estabelecido, e que não se preste a nenhuma discussão. Aqueles que têm má vontade em aceitar a intervenção da ciência na apreciação das escrituras negam que a ciência possa constituir um termo de comparação viável (quer se trate da Bíblia, que não se submete à confrontação sem danos - vimos por quais motivos -, ou do Alcorão, que nada tem a temer dela): a ciência, adiantemos, é mutável com o tempo e um fato um dia admitido pode ser rejeitado mais tarde.

Essa observação determina a seguinte colocação: é preciso distinguir a teoria científica e o fato da observação devidamente controlada. A teoria é destinada a explicar um fenômeno ou um conjunto de fenômenos dificilmente compreensíveis. A teoria é mutável em muitos casos: ela é susceptível de ser modificada, substituída por outra, quando o progresso científico permite melhor analisar os fatos, e imaginar uma explicação mais válida. Ao contrário, o fato da observação, verificado experimentalmente, não é susceptível de ser modificado: pode-se definir melhor os seus caracteres, mas ele permanece como era. Desde que se estabeleceu que a Terra girava em torno do Sol e a Lua em torno da Terra, o fato não precisa de revisão; no futuro, poder-se-á, no máximo, definir melhor as suas orbitas.

O fato de ter levado em consideração o caráter mutável das teorias, me levou a afastar, por exemplo, um versículo alcorânico no qual um físico muçulmano pensou estar anunciando o conceito da antimatéria, teoria atualmente muito discutida. Ao contrário, pode-se, muito legitimamente, concentrar toda a atenção em um versículo do Alcorão que evoca a origem aquática da vida, fenômeno que não se poderá jamais verificar, mas em favor do qual tantos argumentos militam. Quanto aos fatos de observação, como a evolução do embrião humano, pode-se perfeitamente confrontar os diferentes estágios descritos pelo Alcorão com os dados da embriologia moderna e descobrir a absoluta conformidade com a ciência dos versículos alcorânicos a esse respeito.

Essa confrontação Alcorão/Ciência foi completada por duas outras comparações: de um lado, a confrontação com os conhecimentos modernos dos dados bíblicos, versando sobre os mesmos assuntos; de outro, a comparação do mesmo ponto vista científico dos dados do Alcorão, Livro da Revelação comunicada por Deus ao Profeta, e os dados dos Hadiths, livros de narrações de declarações de Muhammad, que colocam fora da Revelação escrita.

Ao final da terceira parte da obra, encontrar-se-ão os resultados pormenorizados da comparação das narrações bíblicas e das narrações alcorânicas de

um mesmo acontecimento, e os da passagem pelo crivo da crítica científica de cada narração. O exame foi feito, por exemplo, para a criação e para o dilúvio. Tanto para um como para outro, se pôs em evidência as incompatibilidades da narração bíblica com a ciência. Notar-se-á a perfeita concordância com a ciência moderna das narrações alcorânicas que lhe concernam.

Notar-se-ão as diferenças que, precisamente, fazem com que uma narração seja admissível na época moderna, ao passo que em outra não o é.

Esta constatação é de primeiríssima importância, porque, nos países ocidentais, judeus, cristãos e ateus, concordam unicamente em afirmar (sem, aliás, a menor das provas) que Muhammad escreveu ou fez escrever o Alcorão, imitando a Bíblia; antecipam que as narrações alcorânicas da história religiosa retomam as narrações bíblicas. Esta tomada de posição é tão leviana quanto aquela que levaria a dizer que Jesus teria enganado, ele também, seus contemporâneos por ter se inspirado no Antigo Testamento, no decorrer de sua pregação: todo o Evangelho de Mateus é — já vimos — fundado sobre essa continuidade com o Antigo Testamento. Que exegeta teria ideia de tirar de Jesus o seu caráter de enviado de Deus por esse motivo? E exatamente assim, no entanto, que no Ocidente, com mais frequência, se julga Muhammad: ele não fez senão copiar a Bíblia. Julgamento sumário que não leva em consideração o fato de que, sobre o mesmo acontecimento, Alcorão e Bíblia possam dar versões diferentes. Prefere-se passar em silêncio a divergência das narrações. Declaram-nas idênticas e assim os conhecimentos científicos não têm de intervir. Essas questões serão desenvolvidas a propósito das narrações da criação e do dilúvio.

As coleções dos Hadiths são para Muhammad, o que são os Evangelhos para Jesus: as narrações sobre os feitos e palavras do Profeta, cujos autores não são testemunhas oculares (pelo menos, para as compilações dos Hadiths reputados mais autênticos, claramente posteriores à época de Muhammad). Eles não constituem nenhuma espécie de livros, contendo a Revelação escrita. Eles não são a Palavra de Deus, mas relatam os dizeres do Profeta. Nesses livros, comumente difundidos, descobrem-se afirmações que contêm erros do ponto de vista científico; em particular, as receitas médicas. Mas quem poderia dizer com certeza que essas declarações atribuídas ao Profeta são autênticas? Nós deixamos de lado, naturalmente, tudo o que pode concernir aos problemas de ordem religiosa, que não são considerados aqui a propósito dos Hadiths. Muitos Hadiths têm uma autenticidade duvidosa: eles são discutidos pelos próprios sábios muçulmanos. Se o aspecto científico de alguns deles é evocado nesta obra, é essencialmente para pôr em destaque o que os diferencia, sob este ponto de vista, do Alcorão, que não contém nenhuma afirmação científica inadmissível. A diferença é, ver-se-á, surpreendente.



Esta última constatação torna inaceitável a hipótese daqueles que veem em Muhammad o autor do Alcorão. Como um homem, antes iletrado, teria podido, vir a ser, depois, sob o ponto de vista do valor literário, o primeiro autor de toda a literatura árabe, e enunciar verdades de ordem científica que nenhum outro ser humano podia elaborar naquele tempo, e isto sem fazer a menor afirmação errada a esse respeito?

As considerações que vão ser desenvolvidas neste estudo, exclusivamente sob o ponto de vista científico, levarão a julgar inconcebível que um homem, vivendo no século VII da era cristã, pudesse, sobre os assuntos mais diversos, emitir no Alcorão ideias que não são só de sua época e que concordam com o que se demonstrará séculos mais tarde. Para mim, não existe explicação humana para o Alcorão.

AUTENTICIDADE DO ALCORÃO

- História de sua Redação -

Uma autenticidade indiscutível dá ao texto alcorânico um lugar à parte entre os livros da Revelação, lugar que ele não divide nem com o Antigo nem com o Novo Testamento. Nas duas primeiras partes desta obra, passamos em revista as modificações que sofreram o Antigo Testamento e os Evangelhos, antes de chegar ao estado em que eles se encontram hoje em dia. Não se dá o mesmo com o Alcorão, pelo simples motivo que ele foi fixado no próprio tempo do Profeta e nós vamos ver como essa fixação se operou.

As diferenças que separam, a esse respeito, a última porta da Revelação das duas primeiras não abrangem, de modo algum, no que é essencial, questões de data que certas pessoas colocam sistematicamente em primeiro lugar, sem dar importância às circunstâncias que presidiram o estabelecimento dos textos da Revelação judeu-cristã e da Revelação Alcorânica, assim como não consideram as circunstâncias da transmissão do Alcorão ao Profeta. Admite-se que um texto do século VII de nossa era tinha mais chances de nos chegar não alterado, que outros textos que podem ter até uma quinzena de séculos de antiguidade suplementar. A observação é exata, mas ela não constitui uma explicação suficiente. Ela é, sobremaneira, feita para encontrar uma desculpa às modificações dos textos judeu-cristãos, ao longo das idades, mais do que para sublinhar que

o texto alcorânico, mais recente, se arriscaria menos que os primeiros a ser alterado pelos homens.

Para o Antigo Testamento, a pluralidade dos autores para a mesma narração e as revisões dos textos efetuados, por alguns livros, em diversas épocas da era pré-cristã, são outras tantas causas da inexatidão e de contradições. Para os Evangelhos, do qual ninguém pode afirmar que eles contêm a relação sempre fiel da Palavra de Jesus, ou uma narração de seus atos rigorosamente conforme a realidade, vimos que as redações sucessivas dos textos davam a perceber a falta de autenticidade. Além do mais, seus autores não são testemunhas oculares.

É preciso sublinhar igualmente a distinção que deve ser feita entre o Alcorão, Livro da Revelação escrita, e os Hadiths, compilações das narrações dos atos e palavras de Muhammad. Alguns dos companheiros do Profeta começaram a redigi-los depois de sua morte; o erro humano, podia se insinuar. Sua coleção teve de ser retomada mais tarde e submetida à crítica mais séria, de sorte que, na prática, é a esses documentos, muito posteriores à morte de Muhammad, que se dá o maior crédito. Como os textos dos Evangelhos, eles têm uma autenticidade variável. Assim como nenhum Evangelho foi fixado no tempo de Jesus (eles foram todos escritos bem depois do fim de sua missão terrestre), nenhuma compilação de Hadiths teve seu texto ligado ao tempo do Profeta.

Para o Alcorão, dá-se o contrário. O texto foi simultaneamente citado de cor, a medida de sua Revelação, pelo Profeta pelos crentes em torno dele, e fixado por escrito pelos escribas e pelos que o cercavam. De início, ele apresenta, por consequência estes dois elementos de autenticidade que não possuem os Evangelhos. Ele será assim até a morte do Profeta. A recitação, numa época onde nem todos escreviam, mas podiam guardar de cor, oferece uma vantagem considerável, pela pluralidade do controle possível no momento do estabelecimento do texto. A revelação Alcorânica foi feita pelo Arcanjo Gabriel a Muhammad. Ela se desenrola por mais de vinte anos na vida do Profeta. Ela começa pelos primeiros versículos do Capítulo 96, se interrompe então durante três anos e retoma durante vinte anos, até a morte do Profeta, no ano 632 da era cristã, seja dez anos antes da Hégira. A primeira Revelação foi a seguinte [Capítulo 96, Versículos 1-5]⁵¹:

51 - Essas palavras emocionaram Muhammad. Veremos mais adiante sobre sua interpretação, em ligação, em particular, com o fato de que Muhammad não sabia nem ler e escrever nesta época.



“Lê, em nome do teu Senhor Que criou; Criou o homem de algo que se agarra (coágulo). Lê, que o teu Senhor é Generosíssimo, Que ensinou através a pena, Ensinou ao homem o que este não sabia.”

O professor Hamidullah fez observar, na introdução de sua tradução do Alcorão, que um dos temas desta primeira Revelação era “O elogio da pena como meio do conhecimento humano” e que assim explicaria “o cuidado do Profeta pela conservação do Alcorão por escrito”.

Os textos estabelecem formalmente que, bem antes que o Profeta tenha deixado Meca por Medina (quer dizer, bem antes da Hégira), o texto alcorânico já revelado estava fixado por escrito. Constatar-se-á que o Alcorão merece crédito. Ora, sabemos que Muhammad e os crentes ao seu redor tinham o costume de recitar de memória o texto revelado. Será, portanto, inconcebível que o Alcorão pudesse fazer alusão a fatos que não tivessem correspondido à realidade, quando eles eram muito facilmente controlados pelos acompanhantes do Profeta, junto dos autores da transcrição.

Quatro capítulos pré-hegiranios fazem alusão à redação do Alcorão antes que o Profeta tivesse deixado Meca, em 622 [Capítulo 80, versículos 11-16]:

“Qual! Em verdade, (o Alcorão) é uma mensagem de advertência. Quem quiser, pois, que preste atenção. (Está registrado) em páginas honoráveis, Exaltadas, purificadas, Por mãos de escribas, Nobres e retos.”

Yusuf Ali escreveu, nos seus comentários de sua tradução do Alcorão de 1934, que, no momento da Revelação deste capítulo, existiam quarenta e dois ou quarenta e cinco outros entre as mãos dos muçulmanos de Meca (sobre um total de cento e catorze).

- Capítulo 85, Versículos 21-22:

“Sim, este é um Alcorão Glorioso, Inscrito em uma Tábuia Preservada.”

- Capítulo 56, Versículos 77-80:

“Este é um Alcorão honorabilíssimo, Num Livro bem guardado, Que não tocam, senão os purificados! É uma revelação do Senhor do Universo.”

- Capítulo 25, Versículo 5:

“E afirmam: São fábulas dos primitivos que ele mandou escrever. São ditadas a ele, de manhã e à tarde!”

Trata-se aqui de uma alusão às acusações levantadas pelos adversários do Profeta, que o tratavam de impostor. Eles propagavam que lhe ditavam histórias da Antiguidade, que Muhammad escrevia ou fazia escrever (o sentido da palavra é discutível, mas é preciso lembrar que Muhammad era analfabeto). Não importa o que seja, o versículo faz alusão a esse fato, por escrito, revelando os adversários de Muhammad.

Um capítulo posterior à Hégira faz uma menção dessas folhas sobre as quais são inscritas as prescrições divinas:

- Capítulo 98, Versículos 2-3:

“Um Mensageiro de Deus, que lhes recitasse páginas purificadas, Que contivessem escrituras corretas.”

Assim, o Alcorão informa ele mesmo sobre sua colocação por escrito da vida do Profeta. Sabemos que Muhammad tinha ao seu redor muitos escribas, dos quais o mais célebre, Zaid Ibn Thabit, deixou seu nome à posteridade.

No prefácio de sua tradução do Alcorão (1971), o professor Hamidullah descreve bem as condições em que a transcrição do texto alcorânico se efetuou até a morte do Profeta:

“As fontes estão de acordo para dizer que todas as vezes que um fragmento do Alcorão era revelado, o Profeta chamava um dos seus companheiros letrados, e lhe ditava, com precisão, o lugar exato do novo fragmento no conjunto já recebido...” As compilações esclarecem que, depois do ditado, Muhammad ordenava ao escriba que lhe lesse o que havia anotado, para poder corrigir as deficiências, se as houvesse.

Uma outra célebre compilação nos diz que o Profeta recitava, cada ano no mês do Ramadan, diante de Gabriel, todo o Alcorão (revelado até então)..., e que o Ramadan que precedeu sua morte, Gabriel o fez recitar duas vezes... Sabe-se que, desde a época do Profeta, os muçulmanos tomaram o hábito da vigília, no mês do Ramadan, por ofícios super-rogativos, recitando o Alcorão todo, inteiro. Muitas fontes acrescentam que, nessa última colocação, seu escriba Zaid estava presente. Outros falam de numerosas outras personagens também.

Serviram-se, para esse primeiro registro, de objetos muito variados: pergaminho, couro, pedaços de pau, omoplatas de camelos, pedras moles para gravar etc.

Mas, ao mesmo tempo, Muhammad recomendou que os fiéis aprendessem de cor o Alcorão, o que eles fizeram para todo ou parte do texto, que era recitado durante as preces. É assim que houve os Hafizun que conheciam todo o Alcorão de cor e o propagavam. O duplo método de conservação de texto pela escritura e por memória se revelou muito precioso.

Pouco tempo depois da morte do Profeta (632), seu sucessor, Abu Bakr, primeiro califa do Islam, ordenou, ao antigo primeiro escriba de Muhammad, Zaid Ibn Thabit, preparar uma cópia, o que ele fez. Sob a iniciativa de Omar (futuro segundo califa), Zaid consultou toda a documentação que ele pôde coletar em Medina: testemunhos dos Hafizun, cópias do Livro feitas sobre diversos assuntos e pertencentes a particulares, tudo isso para evitar todo erro possível de transcrição. Obtém-se assim, uma cópia muito fiel do Livro.

As fontes nos informam que, a seguir, o Califa Omar, sucessor de Abu Bakr em 634, reuniu tudo em um só volume (Mushaf), que ele conservou e doou, quando morreu, à sua filha Hafsa, viúva do Profeta.

O terceiro califa do Islam, Uthman, que exerceu seu califado de 644 a 655, encarregou uma comissão de especialistas de elaborar a grande recensão que traz seu nome. Ela controlou a autenticidade do documento estabelecido sob Abu Bakr e em posse, até então, de Hafsa. A comissão consultou os muçulmanos que conheciam o texto de cor. A crítica da autenticidade do texto se operou de uma maneira extremamente rigorosa. A concordância dos testemunhos foi julgada necessária para destacar o menor versículo que pudesse se prestar à discussão: sabemos, com efeito, que alguns versículos do Alcorão podem corrigir outros, no que concerne às prescrições, o que se explica perfeitamente quando lembramos que o apostolado do Profeta alongou-se por vinte anos, em números redondos. Chegou-se, assim, a um texto em que a ordem dos capítulos refletia aquela - pensamos hoje - que tinha seguido o Profeta, na sua recitação completa do Alcorão durante o Mês do Ramadan, como vimos mais acima.

Poderíamos interrogar sobre os motivos que conduziram os três primeiros califas, Uthman em particular, a elaborar as coleções e recensões do texto. Eles são simples: a expansão do Islam foi de uma extrema rapidez em todos os primeiros decênios que se seguiram à morte de Muhammad, e esta expansão se fez no meio de povos dos quais muitos possuíam línguas que não eram o árabe. Foi preciso tomar precauções indispensáveis para se assegurar a propagação do texto na sua pureza original: a recensão de Uthman teve esse objetivo.

Uthman enviou alguns exemplares do texto dessa recensão ao centro do Império Islâmico e é assim que, em nossos dias existem, segundo o professor Hamidullah, algumas cópias que se atribuem a Uthman, a Tashkent e a Istambul. A parte algumas eventuais falhas de cópia, as peças mais antigas, conhecidas em nossos dias e reencontradas em todo o mundo islâmico, são idênticas, dando-se o mesmo para as peças que existem na Europa (na Biblioteca Nacional de Paris, há alguns fragmentos datando, segundo os especialistas, dos séculos VIII e IX da era cristã, isto é, dos séculos II e III da Hégira). A profissão dos textos antigos concorda, com mínimas variantes, que não mudam em nada o sentido geral do texto, se o contexto admite, às vezes, muitas possibilidades de leitura, pelo fato de que a escritura antiga era mais simples que a atual⁵².

Os capítulos, em número de cento e catorze, foram classificados por ordem de extensão decrescente, com algumas exceções, entretanto. A cronologia da Revelação não foi então respeitada. É reconhecida, entretanto, na grande maioria dos casos. Um número importante de relatos é evocado em vários lugares do texto, o que dá, às vezes, lugar a algumas repetições. Muito comum uma passagem juntar detalhes a uma narração relatada incompletamente em outra parte. E tudo o que pode ter relação com a ciência moderna está, como para muitos dos assuntos tratados no Alcorão, repartindo no Livro sem nenhuma aparência de classificação.

A CRIAÇÃO DOS CÉUS E DA TERRA

- Diferenças e Analogias com a Narração Bíblica -

Diferente do Antigo Testamento, o Alcorão não oferece narração de conjunto da criação. Em lugar de uma narração contínua, encontram-se, em numerosos lugares do Livro, algumas passagens evocando alguns de seus aspectos e dando mais ou menos precisão sobre os acontecimentos sucessivos que os marcaram. Para se ter uma ideia clara da maneira pela qual esses últimos são apresentados, é preciso, portanto, reunir os fragmentos esparsos em um número importante de capítulos.

52 - A falta de pontos diacríticos poderia, por exemplo, fazer ler um verbo na voz ativa ou na passiva e, em certos casos, no masculino ou no feminino, mas, frequentemente, não se prestava muito a consequência importante: e o contexto restabelecia o sentido em um grande número de casos.

Essa disseminação no Livro de evocações de um mesmo assunto não é particular ao tema da criação. Muitos dos grandes assuntos são assim tratados no Alcorão, tratem-se de fenômenos terrestres ou celestes ou de questões concernentes ao homem, que interessam ao cientista. Para cada um deles, um mesmo trabalho de coleção de versículos foi empreendido.

Para muitos dos autores europeus, a narração alcorânica da criação é muito vizinha da narração bíblica e lhes apraz apresentar as duas narrações paralelamente. Acho que essa concepção é errônea pois existem algumas dissimelhanças evidentes. Sobre questões que não são acessórias do ponto de vista científico, descobriu-se no Alcorão afirmações das quais se procura inutilmente o equivalente na Bíblia. Esta contém desenvolvimento que não tem equivalentes no Alcorão.

Algumas analogias aparentes entre os dois textos são bem conhecidas. Entre elas, a numeração das fases sucessivas da criação é, à primeira vista, idêntica: aos seis da Bíblia corresponderiam os seis dias do Alcorão. Mas, em realidade, o problema é mais complexo e merece maior atenção.

OS SEIS PERIODOS DA CRIAÇÃO

A narração bíblica⁵³ evoca sem a menor ambiguidade a criação em seis dias seguidos de um dia de descanso, o sábado, por analogia com os dias da semana. Verificou-se que essa maneira de narração pelos sacerdotes do século VI A.C. atendia às intenções de exortação à prática do Sabat: devendo todo judeu, no fim do sábado, descansar⁵⁴ como o Senhor havia feito depois de haver trabalhado durante os seis dias da semana.

Assim compreendida pela Bíblia, a palavra “dia” define o intervalo de tempo compreendido entre dois sucessivos nascer do sol ou dois sucessivos pôr do sol para um habitante da Terra. O dia definido desta maneira é o dia da rotação da Terra sobre si mesma. É muito evidente que não se pode, em plena lógica, falar de “dias” num sentido assim definido, enquanto que o mecanismo que

53 - Narração bíblica, que é tratada aqui, é a narração da qual falamos na primeira parte desta obra; a narração Yahvista, condensada em algumas linhas no texto atual da Bíblia, é muito insignificante para que o tomemos aqui em consideração.

54 - “Sabat” quer dizer “repousar” em hebreu.

lhe vai provocar o aparecimento - isto é, a existência da Terra e sua rotação ao redor do Sol - não estava ainda estabelecido nos primeiros estágios da criação, segundo a narração bíblica. Esta impossibilidade foi sublinhada, na primeira parte deste livro.

Referindo-se aos textos da maioria das traduções do Alcorão, lê-se - por analogia com o que nos informa a Bíblia - que, para a Revelação islâmica, o processo da criação se desenrola igualmente num período de seis dias. Não poderiam ser censurados os tradutores por tomarem a palavra árabe, no sentido mais corrente. É assim que as traduções o exprimem comumente e podemos ler no Alcorão, no Versículo 54 do Capítulo 7:

“Vosso Senhor é Deus, Que criou os céus e a terra em seis dias”

Pouco numerosas são as traduções e comentários do Alcorão, que fazem notar que a palavra “dias” deverá ser compreendida como significando períodos. Sustentou-se, aliás, que se os textos alcorânicos sobre a criação, dividiam suas fases em “dias”, era com a intenção deliberada de retomar aquilo em que todos acreditavam, na Aurora do Islam, entre os judeus e os cristãos, e de não ferir frontalmente uma crença tão largamente difundida. Com efeito, e sem rejeitar absolutamente esta maneira de ver, não se pode considerar mais de perto o problema e examinar os sentidos possíveis que pode ter, no Alcorão mesmo e mais geralmente na linguagem da época, a palavra que numerosos comentadores continuam traduzindo por *yawn*, no plural *ayyam* em árabe⁵⁵.

Seu sentido mais corrente é dia, mas precisamos bem que ele tende a designar mais a claridade do dia que a duração do tempo entre um pôr do sol e o do dia seguinte. O plural *ayyam* pode significar não somente dias mas ainda longa duração, período de tempo não fixado (mas sempre longo). O sentido de “período de tempo”, que pode ter a palavra, encontra-se em outra parte do Alcorão. É assim que lemos:

- Capítulo 32, Versículo 5:

“...em um dia (yawm) cuja duração será de mil anos, de vosso cômputo.”

Nota-se que o versículo que precede o versículo 5 evoca precisamente a criação em seis períodos.

55 - Encontraremos na última página desta obra a correspondência entre os caracteres latinos e os caracteres árabes.

- Capítulo 70, Versículo 4:

“... em um período de tempo (yawm) cuja medida é de 50.000 anos”.

O fato de que a palavra yawm podia designar um período de tempo, completamente diferente daquele a que nós damos o sentido de dia, havia chocado os comentadores mais antigos que não possuíam naturalmente o conhecimento que nós temos da duração das fases da formação do universo. É assim, que, no século XVI D.C., Abu Al-Sued, que não podia ter noção do dia difundida pela astronomia em função da rotação da Terra, pensava que era preciso, para a criação, considerar uma divisão não em dias no sentido como nós entendemos habitualmente, mas em “acontecimento” (em árabe nawbat).

Os comentadores modernos retomam essa interpretação. Yusuf Ali (1934) insiste em seu comentário de cada versículo, que trata das fases da criação, sobre a necessidade de tomar as palavras algures interpretadas com o sentido de “dia”, como significando, em realidade, “longos períodos”, “idades”.

Pode-se, portanto, admitir que o Alcorão considera, para as etapas da criação do mundo, longos períodos de tempo, que ele calcula em número de seis.

Certamente, a ciência moderna não admitiu aos homens estabelecer que as diversas etapas dos processos complexos, que culminaram na formação do universo, eram em número de seis, mas ela formalmente demonstrou que se tratava de muito longos períodos de tempo, ao lado dos quais os “dias”, tais como nós os concebemos seriam, uma derrisão.

Uma das passagens mais longas do Alcorão, tratando da criação, a evoca, justapondo uma narração dos acontecimentos terrestres e uma narrativa de acontecimentos celestes. Trata-se dos versículos 9-12 do Capítulo 41. (Deus dirigindo-se ao Profeta):

“Dize-lhes (mais): Renegáreis, acaso, Quem criou a terra em dois dias, e Lhe atribuíreis rivais? Ele é o Senhor do Universo! E sobre ela (a terra) fixou firmes montanhas, e abençoou-a e distribuiu, proporcionalmente, o sustento aos necessitados, em quatro dias. Então, abrangeu, em Seus desígnios, os céus quando estes ainda eram gases, e Lhes disse, e também à terra: Juntai-vos, de bom ou de mau grado! Responderam: Juntamo-nos voluntariamente. Assim, completou-os, como este céus, em dois dias, e a cada céu assinalou a

sua ordem. E adornamos o firmamento terreno com luzes, para que servissem de sentinelas. Tal é o decreto do Poderoso, Sapientíssimo.”

Esses quatro versículos do Capítulo 41 apresentam vários aspectos sobre os quais voltaremos: estado gasoso inicial da matéria celeste e a definição toda simbólica de céus em número de sete. Veremos o sentido da cifra. Simbólico é igualmente o diálogo entre, de um lado Deus e, de outro, os céus e a terra primitivos: aqui, trata-se apenas de exprimir a submissão às ordens divinas dos céus e da terra uma vez formados.

As críticas viram nessa passagem uma contradição com o enunciado de seis períodos da criação. Adicionando-se os dois períodos da formação da terra, os quatro períodos de repartição dessas substâncias por seus habitantes e os dois períodos da formação dos céus, atingir-se-ia o número de oito períodos, o que estaria em contradição com os seis períodos definidos mais acima.

Com efeito, o texto pelo qual o homem é convidado a refletir sobre a Onipotência divina, partindo da terra para concluir sua reflexão a propósito dos céus, apresenta duas partes que são articuladas pela palavra árabe thumma traduzida por “ademais”, mas que quer dizer, de preferência, “em seguida”, ou “depois, além disso”. Pode, portanto, implicar um sentido de sucessão, aplicando-se a uma sucessão de acontecimentos ou a uma sucessão na reflexão do homem sobre os acontecimentos evocados aqui. Pode tratar-se, também, de uma simples menção de acontecimentos que se justapuseram sem intenção de introduzir um sentido de sucessão entre eles.

Não importa o que seja, os períodos da criação do céu podem perfeitamente coincidir com os dois períodos da criação da terra: examinar-se-á, um pouco mais adiante, como é evocado no Alcorão o processo da formação do universo e veremos como ele se aplica conjuntamente aos céus e à terra, em conformidade com os conceitos modernos. Perceber-se-á, então, a perfeita legitimidade dessa maneira de conceber uma simultaneidade nos acontecimentos evocados aqui.

Parece não haver oposição entre a passagem citada aqui e a concepção decorrente de outros dois textos do Alcorão sobre a formação do mundo em seis fases ou períodos.

O ALCORÃO NÃO DEFINE UMA ORDEM DE SUCESSÃO NA CRIAÇÃO DOS CEUS E DA TERRA

Nas duas passagens do Alcorão que acabam de ser citadas, menciona-se, em um versículo, a criação dos céus e da terra [Capítulo 7, Versículo 54], e, num outro lugar, a criação da terra e dos céus [Capítulo 41, Versículos 9 a 12]. O Alcorão parece, portanto, definir uma ordem na criação dos céus e da terra.

Existe um pequeno número de versículos nos quais a terra é mencionada em primeiro lugar, como no Capítulo 2, versículo 29, e no Capítulo 20, Versículo 4, em que a alusão é feita a “aquele que criou a terra e os céus”. Há, ao contrário, versículos muito mais numerosos nos quais são os céus que são mencionados antes da terra [Capítulo 7, Versículo 54; Capítulo 10, Versículo 3; Capítulo 11, Versículo 7; Capítulo 25, Versículo 59; Capítulo 32, Versículo 4; Capítulo 50, Versículo 38; Capítulo 57, Versículo 4; Capítulo 79, Versículos 27 a 33; Capítulo 91, Versículos 5-10].

A bem da verdade, posto à parte o Capítulo 79, nenhuma passagem do Alcorão fixa de maneira formal uma sucessão: é uma simples conjunção de coordenação [wa] que tem o sentido do “et” em francês, que reúne os dois termos, ou então é a palavra thumma, já vista, que, na passagem citada acima pode indicar uma simples justaposição ou mesmo sucessão.

Pareceu-me que existia uma só passagem no Alcorão em que a sucessão é nitidamente estabelecida entre os diversos acontecimentos da criação. São os Versículos 27 - 33 do Capítulo 79:

“Quê! Porventura a vossa criação é mais difícil ou é a do céu, que Ele erigiu? Elevou a sua abóbada e, por conseguinte, a ordenou, Escureceu a noite e, (consequentemente) clareou o dia; E depois disso dilatou a terra, Da qual fez brotar a água e os pastos; E fixou, firmemente, as montanhas, Para o proveito vosso e do vosso gado.”

Essa enumeração das benfeitorias terrestres de Deus, destinadas aos homens, expressa em uma linguagem que convém aos agricultores ou aos nômades da península Arábica, é precedida de um convite a refletir sobre a criação do céu. Mas a evocação do estágio em que Deus estende a terra e a torna cultivável é situada no tempo exatamente depois que a alternância dos dias e das noites é realizada. Há, portanto, aqui, evocação de dois grupos de fenômenos, uns celestes e outros terrestres, articulados no tempo. A menção que é feita implica

que a terra devia necessariamente existir antes de ser estendida e que ela existia, por consequência, quando Deus construiu o céu. Destaca-se, então, a noção de uma concomitância de duas evoluções, celeste e terrestre, com emaranhar dos fenômenos. Não é preciso, portanto, encontrar nenhuma significação particular à menção que é feita no texto alcorânico, a propósito da criação da terra antes dos céus e dos céus antes da terra; o lugar das palavras não prejudica a ordem na qual a criação se efetuou, se as precisões não são, aliás, dadas.

O PROCESSO FUNDAMENTAL DA FORMAÇÃO DO UNIVERSO E SUA COLOCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO DOS MUNDOS

O Alcorão apresenta em dois versículos uma síntese breve dos fenômenos que constituíram o processo fundamental da formação do universo:

- Capítulo 21, Versículo 30:

“Não veem, acaso, os incrédulos, que os céus e a terra eram uma só massa, que desagregamos, e que criamos todos os seres vivos da água? Não creem ainda?”

- Capítulo 41, Versículo 11:

“Então, abrangeu, em Seus desígnios, os céus quando estes ainda eram gases, e lhes disse, e também à terra...”

Seguem-se os mandamentos de submissão aos quais a alusão foi feita mais acima.

Voltaremos mais adiante sobre a origem aquática da vida, que será examinada ao lado de outros problemas biológicos, evocados no Alcorão. E preciso deter-se, agora, no que se segue:

a) A afirmação da existência de uma massa gasosa com finas partículas, pois é exatamente assim que se deve interpretar a palavra fumaça (dukhan, em árabe). A fumaça é geralmente constituída por um substrato gasoso com, em suspensão mais ou menos estável, finas partículas que podem pertencer aos estados sólidos e menos líquido da matéria e encontra-se em uma temperatura

mais ou menos elevada;

b) A menção de um processo de separação fatq que uma massa inicial única, cujos elementos estavam inicialmente ligados entre si (fatq). Esclareçamos que, em árabe, fatq é a ação de romper, de dessoldar, de separar, e que fatq é o ato de ligar ou costurar os elementos para fazer um todo homogêneo.

Este conceito de separação de um todo em várias partes é acentuado em outras passagens do Livro pela evocação de mundos múltiplos. O primeiro versículo do primeiro capítulo do Alcorão proclama, depois da invocação da abertura: “Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso”. “Louvado seja Deus, Senhor dos Mundos”.

A expressão “Mundos” reaparece dezenas de vezes no Alcorão. Os céus são também evocados como múltiplos, não somente sob a forma do plural, mas ainda com a numeração simbólica sob a égide do número sete.

Sete é empregado vinte e quatro vezes em todo o Alcorão para enumerações diversas. Tem, em geral, o sentido de múltiplo sem que se conheça de modo exato a razão do uso assim feito do número nesse sentido. Entre os gregos, entre os romanos, o número sete parecia também ter o mesmo sentido de pluralidade não definida. No Alcorão, sete vezes o número sete se refere aos céus, propriamente dito (samawaat); uma vez o número sete é empregado apenas para designar os céus que ficam subentendidos. Uma vez é feita a menção dos sete caminhos do céu:

- Capítulo 2, Versículo 29:

“Ele foi Quem vos criou tudo quando existe na terra; então, dirigiu Sua vontade até o firmamento do qual fez, ordenadamente, sete céus, porque é Onisciente.”

- Capítulo 23, Versículo 17:

“E por cima de vós criamos sete céus em estratos, e não descuramos da Nossa criação.”

- Capítulo 67, Versículo 3:

“Que criou sete céus sobrepostos; tu não acharás imperfeição alguma na criação do Clemente! Volta, pois, a olhar! Vês, acaso, alguma fenda?”

- Capítulo 71, Versículos 15-16:

“Não reparastes em como Deus criou sete céus sobrepostos, E colocou neles a lua reluzente e o sol, como uma tocha?”⁵⁶

- Capítulo 78, Versículo 12 e 13:

“E não construímos, por cima de vós, os sete firmamentos? Nem colocamos neles um esplendoroso lustre?”

A lâmpada muito ardente aí é o sol. Para todos esses versículos, os comentadores alcorânicos estão de acordo: o número sete designa uma pluralidade sem qualquer especificação.⁵⁷

Os céus são, portanto, múltiplos; as terras são também e não é uma das menores surpresas do leitor moderno do Alcorão encontrar, num texto dessa época, o anúncio do fato de que terras como a nossa pudessem se encontrar no universo, o que os homens ainda não verificaram em nosso tempo.

O Versículo 12 do Capítulo 65 indica o fato:

“Deus foi Quem criou sete firmamentos e outro tanto de terras; e Seus desígnios se cumprem, entre eles, para que saibais que Deus é Onipotente e que Deus tudo abrange, com a Sua onisciência.”

Com o sete indicando, como já vimos, uma pluralidade indeterminada, podemos concluir o que o texto alcorânico indica claramente que não existe apenas uma terra, a terra dos homens (ard); há outras semelhantes no universo. Outro motivo de perplexidade para o leitor do Alcorão no século 21: versículos mencionam três grupos de coisas criadas, que são:

- aquelas que se encontram nos céus;
- aquelas que se encontram sobre a terra;
- aquelas que se encontram entre os céus e a terra.

56 - Nota-se que a lua e o sol, chamados dois luzeiros na Bíblia, são designados aqui, como sempre no Alcorão, de maneira diferente; a primeira pela claridade (*nur*), enquanto que a segunda é comparada nesse versículo, à tocha (*sira*), que produz a luz. Veremos mais longe a aplicação ao sol de outros epítetos.

57 - Fora do Alcorão, nos textos da época de Muhammad ou de todos os primeiros séculos que a seguiram, relatando suas palavras (Hadiths), encontramos com frequência o número sete para indicar simplesmente uma pluralidade.



Eis aqui alguns versículos:

- Capítulo 20, Versículo 6:

“Seu é tudo o que existe nos céus, o que há na terra, o que há entre ambos, bem como o que existe sob a terra.”

- Capítulo 25, Versículo 59:

“... Quem criou, em seis dias, os céus e a terra, e tudo quanto existe entre ambos...”

- Capítulo 32, Versículo 4:

“Foi Deus Quem criou, em seis dias, os céus e a terra, e tudo quanto há entre ambos”

- Capítulo 50, Versículo 38:

“Criamos os céus e a terra e, quanto existe entre ambos, em seis dias, e jamais sentimos fadiga alguma.”⁵⁸

A menção no Alcorão “o que está entre os céus e a terra” encontra-se, ainda, nos versículos seguintes: Capítulo 21, Versículo 16; Capítulo 44, versículos 7 e 38; Capítulo 78, Versículo 37; Capítulo 15, Versículo 85; Capítulo 46, Versículo 3; Capítulo 43, Versículo 85.

Esta criação fora dos céus e fora da terra, mencionada repetidamente, é, a priori, pouco imaginável. É preciso apelar para compreender o sentido desses versículos, pelas constatações humanas modernas sobre a existência de uma matéria cósmica extragaláctica e, para isso, tomar, procedendo do mais simples ao mais complicado, as noções estabelecidas pela ciência contemporânea sobre a formação do universo. Isto será objeto do parágrafo seguinte.

Mas antes de passar a essas considerações puramente científicas, é bom resumir os pontos essenciais sobre os quais o Alcorão nos informa a propósito da criação. Conforme o que precede, esses pontos são os seguintes:

1 – Existência de seis períodos para a criação em geral;

58 - Esta afirmação, segundo a qual a criação não havia absolutamente fatigado Deus, aparece como uma evidente réplica ao parágrafo da narração bíblica, citada na primeira parte deste livro, segundo a qual Deus teria repousado no sétimo dia do trabalho que havia feito nos dias precedentes.

- 2 – Enredamento de fases da criação dos céus e da criação da terra;
- 3 – Criação do universo a partir de uma massa inicial única, formando um bloco que se separou a seguir;
- 4 – Pluralidade dos céus e pluralidade das terras;
- 5 – Existência de uma criação intermediária “entre céus e terra”.

ALGUNS DADOS DA CIENCIA MODERNA SOBRE A FORMAÇÃO DO UNIVERSO

O SISTEMA SOLAR

A Terra e os planetas, que giram em torno do Sol, constituem um mundo organizado, cujas dimensões parecem colossais à nossa escala humana. A Terra não está a uma distância aproximada de 150.000.000 de quilômetros do Sol? Esta distância é considerável para um ser humano, mas ela é ainda muito pequena em relação à distância média que separa o Sol do planeta mais distante dele no sistema solar: em números redondos, quarenta vezes a distância Sol-Terra; isto é aproximadamente 6 bilhões de quilômetros. O dobro dessa distância, isto é, doze bilhões de quilômetros, representa a maior dimensão de nosso planeta solar. A luz do Sol leva perto de seis horas para chegar a esse planeta, Plutão, e, no entanto, ela completa seu trajeto na terrificante velocidade de 300.000 quilômetros por segundo. Mas a luz levará bilhões de anos para nos chegar de estrelas situadas nos confins do mundo celeste conhecido.

AS GALÁXIAS

O Sol do qual somos um satélite, do mesmo modo que os outros planetas que o rodeiam, não é senão um pequeno elemento entre uma centena de bilhões de estrelas que formam um conjunto chamado Galáxia. Aquilo que se



vê cobrindo todo o espaço por uma bela noite de verão constitui o que chamamos de Via Láctea. Esse grupo apresenta dimensões consideráveis. Enquanto a luz pode, em unidade da ordem de horas, percorrer todo o sistema solar, ela requer um tempo da ordem de 90.000 anos para ir de uma extremidade a outra do grupo mais compacto das estrelas que constituem nossa Galáxia.

Ora, essa Galáxia à qual nós pertencemos, por tão prodigiosamente vasta que seja, não é senão um pequeno elemento do céu. Há aglomerações gigantes de estrelas análogas à Via Láctea fora de nossa Galáxia. Elas foram descobertas há pouco mais de cinquenta anos, quando a exploração astronômica pôde beneficiar-se de instrumentação óptica tão aperfeiçoada como aquela que permitiu realizar o telescópio do monte Wilson dos Estados Unidos. Desta maneira, pôde-se revelar um número prodigiosamente elevado de aglomerações de Galáxias e de Galáxias isoladas, situadas a distâncias tais, que foi necessário constituir uma unidade especial de anos-luz, o parsec (distância percorrida pela luz em 3,26 anos, na velocidade de 300.000 quilômetros por segundo).

FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS GALÁXIAS DAS ESTRELAS E DOS SISTEMAS PLANETÁRIOS

O que existiria originariamente no espaço imensamente vasto ocupado pelas Galáxias? A ciência moderna não pode responder a esta questão, senão a partir de uma certa época da evolução do universo, da qual ela não pode calcular a duração que dela nos separa. Para os tempos mais recuados sobre os quais ela é capaz de se pronunciar, a ciência moderna toma a posição de considerar que o universo era formado de uma massa gasosa, composta, principalmente, de hidrogênio e por uma parte de hélio em rotação lenta. Esta nebulosa, a seguir, dividiu-se em múltiplos fragmentos de dimensões e massas consideráveis, a tal ponto que os astrofísicos podem calculá-los na ordem de um bilhão a 100 bilhões de vezes a massa atual do Sol (isto representa mais de 300.000 vezes a massa da Terra). Essas cifras demonstram a importância desses fragmentos de massa gasosa inicial que vão dar nascimento às Galáxias.

Uma nova fragmentação vai formar as estrelas. Intervém, então, um processo de condensação no qual entram em jogo as forças da gravidade (porque esses corpos estão em movimento de rotação cada vez mais rápido), as pressões, a influência dos campos magnéticos e das radiações. As estrelas tornam-se bri-

lhantes, contraem-se, transformando em energia térmica as forças da gravidade. As reações termonucleares entram em logo e, pela fusão, átomos mais pesados se formam às custas de outros mais leves; é assim que se passa do hidrogênio ao hélio, depois ao carbono e ao oxigênio, para chegar aos metais e aos metaloides (semimetais). As estrelas têm, assim, uma vida, e a astronomia moderna fez uma classificação em função de seu estágio evolutivo. As estrelas têm uma morte: observou-se no último estágio evolutivo a implosão brutal de certas estrelas que se tornaram verdadeiros “cadáveres”.

Os planetas, e a terra em particular, provêm, eles também, de um processo de separação a partir do constituinte inicial que foi a princípio, a nebulosa primitiva. É um dado que não é mais controvertido, depois de quarto de século, o fato que o sol foi condensado no meio da nebulosa única e que os planetas se formaram também no meio do disco nebuloso que o envolvia. Lembremos - e é de interesse capital para o assunto que nos preocupa aqui - de que não houve uma sucessão na formação de elementos celeste como o Sol, e na do elemento terrestre. Há um paralelismo evolutivo com identidade de origem.

Aqui, a ciência nos informa sobre a época durante a qual os acontecimentos que acabam de ser evocados se passaram. Quando se calcula aproximadamente em dez bilhões de anos a antiguidade de nossa galáxia, em pouco mais de cinco bilhões de anos mais tarde, nesta hipótese, teríamos assistido a formação do sistema solar. O estudo da radioatividade natural permite situar idade da Terra e o momento da formação do Sol a 4,5 bilhões de anos, com uma precisão atual, de, ao menos, 100 milhões de anos, segundo o cálculo de certos sábios. Esta precisão suscita a admiração porque, se 100 milhões de anos representam um tempo muito longo, a relação erro máximo tempo total a medir é de , ou seja 2,2%.

Desse modo, para a formação do sistema solar, os especialistas da astrofísica chegaram a um grau elevado de conhecimento sobre o processo geral, que pode ser assim resumido: condensação e contração de uma massa gasosa em rotação, separação em fragmentos, dando lugar ao Sol e aos planetas, entre eles, a Terra⁵⁹. Essas aquisições da ciência sobre a nebulosa primitiva de seu modo de divisão em uma quantidade incomensurável de estrelas, agrupadas em galáxias, não deixam a menor dúvida sobre a legitimidade de um conceito de pluralidade dos mundos, mas elas não trazem nenhuma espécie de certeza sobre a existência de um universo que poderia, de perto ou de longe, assemelhar-se à Terra.

59 - Quanto à Lua, reconhece-se como verossímil uma separação progressiva da Terra, em consequência da diminuição de sua rotação.

O CONCEITO DE PLURALIDADE DOS MUNDOS

Entretanto, os astrofísicos modernos julgam extremamente provável a presença no universo, de planetas análogos à Terra. No que concerne ao sistema solar, ninguém mais considera razoável a possibilidade de se encontrar, em um outro planeta deste sistema, condições gerais semelhantes às da Terra. É portanto, fora do sistema solar que se deveria pesquisá-las. Julga-se provável a eventualidade de sua existência fora dele, pelas razões seguintes.

Considera-se que, em nossa Galáxia, a metade dos 100 bilhões de estrelas deveria possuir, como o Sol, um sistema planetário. Com efeito, estes cinquenta bilhões de estrelas, têm, como o sol, uma rotação lenta, propriedade que leva a pensar que outros planetas existem em torno delas como satélite. A distância dessas estrelas é tal que os supostos planetas satélites não são observáveis, mas sua existência é considerada muito provável por causa de certas características de trajetória: uma ondulação ligeira da trajetória da estrela é o índice da presença de um satélite planetário associado. É assim que a estrela de Barnard possuiria, pelo menos, um companheiro planetário de massa que ultrapassa à de Júpiter e, talvez, dois satélites. P. Guérin escreveu: «Os sistemas planetários são, segundo toda evidência, distribuídos em profusão (abundância) no universo. O sistema solar e a Terra não são únicos»... E como corolário: «A vida, como os planetas que a abrigam, está propagada por todo o universo, em todo lugar onde ela encontrou as condições físico-químicas necessárias para sua eclosão e para seu desenvolvimento».

A MATÉRIA INTERESTELAR

O processo fundamental da formação do universo residiu, portanto, em uma condensação da matéria da nebulosa primitiva, depois em sua separação em fragmentos que constituíram, na origem, massas galácticas. Estas se fragmentaram, por sua vez, em estrelas, que dão subprodutos de fabricação, que são os planetas. Essas separações sucessivas deixaram, entre os grupos de elementos principais, o que se poderia chamar de restos. Dá-se-lhes o nome mais científico de matéria galáctica interestelar. Descrevem-na sob diversos aspectos, ora como o de nebulosas brilhantes, difundindo uma luz recebida de outras

estrelas e que poderia ser constituída por “poeiras” ou “fumaças”, segundo as expressões dos astrofísicos, ora como o de nebulosas obscuras, de densidade mais fraca, ora, também, como uma matéria interestelar ainda mais discreta, conhecida por atrapalhar as medidas fotométricas em astronomia. A existência de “pontos” de matéria entre as próprias galáxias não deixa dúvida. Por rarefeitos que sejam esses gases, eles poderiam, em razão do espaço colossalmente grande que ocupam devido ao imenso distanciamento das galáxias umas das outras, corresponder a uma massa que, apesar de sua fraca densidade, seria capaz de ultrapassar o conjunto de massas das galáxias. H. Boichot dá, à presença dessas massas intergalácticas, uma importância primordial susceptível de “modificar consideravelmente as ideias sobre a evolução do universo”.

É preciso, agora, à luz desses dados científicos modernos, retomar as ideias fundamentais extraídas do Alcorão sobre a criação do universo.

CONFRONTAÇÃO COM OS DADOS ALCORÂNICOS SOBRE A CRIAÇÃO

Examinemos os cinco pontos essenciais em que o Alcorão dá precisões a propósito da criação.

1. Os seis períodos da criação dos céus e da terra, segundo o Alcorão, envolveriam a formação dos corpos celestes, da terra e seu desenvolvimento até que ela se torne (com seus elementos) habitável pelos homens. Para ela, na narração alcorânica, os acontecimentos desenvolveram-se em quatro tempos. Deveriam ser vistas aí as eras geológicas descritas pela ciência moderna, tendo o homem aparecido. Sabe-se, na era quaternária? Não é senão uma simples hipótese. Ninguém pode responder a esta questão. Mas é preciso notar que, para formar os corpos celestes, assim como para formar a Terra, como o explicam os Versículos 9-12 do Capítulo 41, duas fases foram necessárias. Ora, a ciência nos ensina que se toma como exemplo (único exemplo acessível), a formação do Sol e de seu subproduto, a Terra; o processo decorreu por condensação da nebulosa primitiva e separação. E preciosamente o que o Alcorão exprime, de maneira explícita, pela menção dos processos que produziram, a partir da “fumaça” celeste, uma união e, depois, uma separação. Registra-se, pois, aqui uma identidade perfeita entre o dado alcorânico e o dado científico.

2. A ciência mostrou a enredamento dos dois acontecimentos de formação de uma estrela (como o Sol) e seu satélite, ou de um de seus satélites (como a Terra). Essa intricação não apareceu no texto alcorânico, como já vimos?

3. A correspondência é manifesta entre a afirmação da existência, no estágio inicial do universo, dessa «fumaça» da qual o Alcorão fala para designar o estado com predominância gasosa da matéria, que o constituía então, e a concepção da nebulosa primitiva, segundo a ciência moderna.

4. A pluralidade dos céus expressa no Alcorão pelo símbolo do número sete, do qual vimos a significação, recebe da ciência moderna sua confirmação, nas constatações feitas pelos astrofísicos sobre os sistemas galácticos e seu número considerável. Ao contrário, a pluralidade das terras análogas à nossa, pelo menos por certos aspectos, é uma noção que se deduz do texto alcorânico mas do qual a ciência não deu a demonstração da realidade; todavia, os especialistas a consideravam como perfeitamente provável.

5. A existência duma criação intermediária entre «céus» e «terra», expressa no Alcorão, pode ser ligada à descoberta desses pontos de matéria presentes fora dos sistemas astronômicos organizados.

Se, no entanto, todas as questões postas pela narração alcorânica não são, atualmente, inteiramente confirmadas pelos dados científicos, não existe, em todo caso, a menor oposição entre os dados alcorânicos concernentes à criação e os conhecimentos modernos sobre a formação do universo. O fato merece ser sublinhado para a Revelação alcorânica quando se revela, com evidência, que o texto do Antigo Testamento que possuímos em nossos dias deu, sobre esses acontecimentos, afirmações, que não são aceitáveis do ponto de vista científico. Como se admirar disso, aliás, quando se sabe que o texto sacerdotal da narração da criação da Bíblia (Esse texto eclipsa as poucas linhas da narração Yahvista, muito sucinta e muito vaga para ser levada em consideração por um espírito científico.) foi escrito por sacerdotes do tempo da deportação à Babilônia, que tinham os fins legalistas já especificados e que, nesse perspectiva, confeccionaram uma narração apropriada à sua versão teológica? É interessante destacar a existência de tal diferença entre a narração bíblica e os dados alcorânicos sobre a criação, também diante das acusações - todas gratuitas - que não foram poupadas a Muhammad, desde os inícios do Islam, de ter copiado as narrações bíblicas. A respeito da criação, a acusação não tem o menor fundamento. Como um homem teria podido, há cerca de catorze séculos, corrigir até esse ponto a narração então corrente, eliminando os erros do ponto de vista científico, e enunciando de seu próprio parecer os dados dos quais a ciência demonstrará

finalmente a exatidão em nossa época? Tal hipótese é insustentável! O Alcorão fornece sobre a criação uma relação completamente diferente daquela da Bíblia.

RESPOSTAS A CERTAS OBJEÇÕES

Indiscutível é a existência de semelhanças entre as narrações bíblicas e as narrações alcorânicas a propósito de outros assuntos, em particular no que concerne à história religiosa. Aliás, é muito curioso notar, sob esse ponto de vista, que se não se faz restrição a Jesus por ter retomado a evocação dos fatos da mesma ordem e dos ensinamentos butílicos, não se sente nenhum constrangimento, em nossos países ocidentais, em censurar Muhammad de os retomar em sua predicação, sugerindo que ele é impostor, visto que ele os apresenta como uma Revelação. Mas onde está. Entretanto, a prova da reprodução por Muhammad no Alcorão daquilo que os rabinos lhe teriam ensinado ou ditado? Isto não tem mais fundamento que a afirmação segundo a qual um monge cristão lhe teria dado uma sólida formação religiosa. Que se releia o que R. Blachère diz sobre essa «fábula», no seu livro o Problema de Maomé⁶⁰.

Aventa-se, também, um quê de identidade entre certos enunciados alcorânicos e crenças, remontando a tempos muito recuados, sem dúvida bem anteriores à Bíblia.

De maneira mais geral, pretendeu-se ver um ressaibo de certos mitos cosmogônicos nas escrituras santas; por exemplo, a crença dos Polinésios na existência de águas primordiais mergulhadas nas trevas e que se separaram com o aparecimento da luz. Então céu e terra se formam. Que se compare esse mito à narração da criação segundo a Bíblia, encontrar-se-á, seguramente, uma certa semelhança, mas é muito leviano acusar a Bíblia de ter retomado esse mito cosmogônico.

Do mesmo modo seria considerar a concepção alcorânica da divisão da matéria primordial constitutiva do universo no estágio inicial - concepção que é a da ciência moderna - como decorrente de mitos cosmogônicos diversos que, sob uma forma ou outra, exprimem coisa dessemelhante.

E interessante analisar mais de perto estas crenças e narrações míticas,

60 - Presses Universitaires de France, 1952.

porque nelas surge uma ideia de início, em si mesma imaginável e, para certos casos, conforme a realidade do que sabemos atualmente ou do que nós supomos saber; mas introduziram-se nela, no mito, descrições fantasmagóricas. Tal é o conceito muito largamente difundido do céu e da terra, que teriam sido no início unidos e, em seguida, separados. Quando, como no Japão, se lhe associaram a imagem do ovo e uma expressão caótica como, naturalmente, para todo ovo, um germe no seu interior, a adição imaginativa tira toda a seriedade desse conceito. Em outros países, associam-lhe a planta que cresce para elevar o céu e separar o céu da terra; aqui, ainda, enfantasiado detalhe que dá ao mito sua marca bem especial. De qualquer modo, o caráter comum permanece, com a noção de uma massa única no início do processo evolutivo do universo que, por divergência, vai culminar nos diversos “mundos” que conhecemos.

Se esses mitos cosmogônicos são evocados aqui, é para sublinhar o seu revestimento pela fantasia imaginativa do homem e marcar a diferença profunda que existe entre os enunciados alcorânicos sobre o assunto, isentos de todos os detalhes fantasistas que acompanham essas crenças, marcadas, ao contrário, pela sobriedade verbal de seu enunciado e por sua concordância com os dados modernos da ciência.

Assim caracterizados, os enunciados alcorânicos sobre a criação, por terem sido expressos há cerca de catorze séculos, não parecem poder receber uma explicação humana.

A ASTRONOMIA NO ALCORÃO

O Alcorão está repleto de reflexões sobre os céus. Vimos no capítulo precedente, concernente à criação, que a multiplicidade dos céus e da terra foi mencionada, assim como a existência daquilo que o Alcorão define como uma criação intermediária “entre os céus e a terra”, a qual a ciência moderna demonstrou na realidade. Os versículos relativos à criação já davam, de certo modo, uma ideia geral sobre o conteúdo dos céus, isto é, de tudo o que está fora de nossa terra.

Além dos versículos especificamente descritivos da criação, uns quarenta outros versículos alcorânicos trazem, sobre a astronomia, indicações complementares desses dados. Certamente, não são senão reflexões à glória do Criador

e Organizador de todos os sistemas de estrelas e de planetas que, nós sabemos, estão dispostos segundo posições de equilíbrio, das quais Newton explicou a manutenção com sua lei da atração entre os corpos.

Os primeiros versículos citados aqui não oferecem muita matéria à reflexão científica: eles têm simplesmente por fim chamar a atenção sobre Todo o Poder de Deus. É preciso mencioná-los, entretanto, para dar uma ideia real da maneira pela qual o texto alcorânico apresentou, há perto de catorze séculos, a organização do universo.

Essas alusões constituem um fato novo para a Revelação divina. Nem os Evangelhos, nem o Antigo Testamento (fora as noções das quais vimos a inexatidão de conjunto na narração bíblica da criação) tratam da organização do mundo. O Alcorão considera demoradamente esse assunto. O que ele contém importa, mas, igualmente, importa o que ele não contém. Ele não contém, com efeito, relação das teorias atuantes na época sobre a organização do mundo celeste e das quais a ciência demonstrou, mais tarde, a inexatidão. Daremos, mais adiante, um exemplo delas. Este aspecto de ordem negativa deve ser sublinhado⁶¹.

A – REFLEXÕES GERAIS SOBRE O CÉU

- Capítulo 50, Versículo 6 - Ele trata dos homens em geral:

“Porém, não reparam, acaso, no céu que está acima deles? Como o construímos e o adornamos, sem abertura aparente?”

- Capítulo 31, Versículo 10:

“(Deus) Criou os céus, sem colunas aparentes.”

61 - Ouvi, frequentemente, pessoas que se empenham em procurar uma explicação humana – e somente uma explicação humana - dizerem sobre todo problema que o Alcorão apresenta, que, se o Livro contivesse fatos precisos surpreendentes sobre a astronomia, é porque os árabes seriam muito sábios no assunto. É apenas esquecer que o desenvolvimento da ciência, em geral, em país islâmico, é bem posterior ao Alcorão, e que, de todo modo, os conhecimentos, científicos dessa grande época não teriam permitido a um ser humano escrever certos versículos sobre a astronomia, que encontramos no Alcorão. Essa demonstração será dada nos parágrafos seguintes.



- Capítulo 13, Versículo 2:

“Foi Deus Quem erigiu os céus sem colunas aparentes; logo assumiu o Trono e submeteu o sol e a lua (à Sua vontade).”

Esses dois últimos versículos são uma refutação à crença, segundo a qual a abóbada celeste devia sua existência a pilares de sustentação para não desabar sobre a Terra.

- Capítulo 55, Versículo 7:

“E (Deus) elevou o firmamento (céu) e estabeleceu a balança da justiça.”

- Capítulo 22, Versículo 65:

“Ele sustém o firmamento, para que não caia sobre a terra, a não ser por Sua vontade.”

Sabe-se que o afastamento das massas celestes, a distância consideráveis e proporcionais à importância das próprias massas, constitui o fundamento de seu equilíbrio. Quanto mais afastadas estejam as massas, mais as forças de atração de umas sobre as outras são mais fracas. Quanto mais próximas, mais elas se interferem: é o caso da Lua, próxima da Terra (entende-se, no contexto astronômico), que influi, pela lei da atração, sobre a posição da água nos mares, donde o fenômeno das marés. Se dois corpos celestes se aproximassem demais, a colisão seria inevitável. A submissão a uma ordem é a condição sine qua non⁶², da ausência de perturbações.

Desse modo, a submissão dos céus à ordem divina é constantemente citada.

- Capítulo 23, Versículo 86: Deus fala ao Profeta:

“Pergunta-lhes: Quem é o Senhor dos sete céus e o Senhor do Trono Supremo?”

Vimos que é preciso entender por sete céus os céus múltiplos e não em número finito.

- Capítulo 45, Versículo 13:

“E vos submeteu tudo quanto existe nos céus e na terra, pois tudo d’Ele emana. Em verdade, nisto há sinais para os que meditam.”

62 - Sem o qual não pode ser, em latim.

- Capítulo 55, Versículo 5:

“O sol e a lua giram (em suas órbitas).”

- Capítulo 6, Versículo 96:

“...[é Deus que] vos estabelece a noite para o repouso; e o sol e a luz, para cômputo (do tempo).”

- Capítulo 14, Versículo 33:

“(Deus) submeteu, para vós, o sol e a luz, que seguem os seus cursos; submeteu para vós, a noite e o dia.”

Aqui, um versículo completa o outro: os cálculos que são evocados têm, por consequência, a regularidade do curso dos corpos celestes considerados, expressa pela palavra árabe dá'ib, participio presente de um verbo que significa, no sentido de “ se dedicar a fazer qualquer coisa. Deram-lhe aqui o sentido de “se dedicar a fazer qualquer coisa com cuidado e de maneira contínua, invariável, segundo um hábito estabelecido”.

- Capítulo 36, Versículo 39: Deus fala:

“E a lua, cujo curso assinalamos em fases, até que se apresente como um ramo seco de tamareira.”

Alusão feita à curvatura do galho da palmeira que, secando, toma a forma crescente da Lua. Contemplaremos mais adiante o comentário.

- Capítulo 16, Versículo 12:

“E (Deus) submeteu, para vós, a noite e o dia; o sol, a lua e as estrelas estão submetidos às Suas ordens. Nisto há sinais para os sensatos.”

A incidência prática dessa organização celeste perfeita é mencionada, insistindo-se sobre seu interesse de facilitar os movimentos do Homem sobre a Terra e no mar, assim como o cálculo do tempo. Esta observação se explica quando se lembra que o Alcorão foi, na origem, um sermão endereçado a homens que não poderiam compreender senão a linguagem simples, que era a sua vida comum. Tal é a razão da presença de reflexões, como as que seguem:

- Capítulo 6, Versículo 97:



“Foi Ele (Deus) Quem deu origem, para vós, às estrelas, para que, com a sua ajuda, vos encaminhásseis, nas trevas da terra e do mar. Temos esclarecido os versículos para os sábios.”

- Capítulo 16, Versículo 16:

“Assim como os marcos, constituindo-se das estrelas, pelas quais (os homens) se guiam.”

- Capítulo 10, Versículo 5:

“Ele foi Quem originou o sol iluminador e a lua refletidora, e determinou as estações do ano, para que saibais o número dos anos e seus cálculos. Deus não criou isto senão com prudência; ele elucida os versículos aos sensatos.”

Aqui uma observação se impõe. Enquanto a Bíblia qualificou o Sol e a Lua como “luzeiros”, juntando, apenas, a um qualificativo o grande e, a outro, o pequeno, o Alcorão atribui, tanto a um como a outro, outras diferenças além das de dimensão. Na verdade, a distinção não é senão verbal. Mas como se endereçar aos homens daquela época, sem os confundir, e expressar de súbito a ideia de que o Sol e a Lua não são luzeiros de natureza idêntica?

B – NATUREZA DOS CORPOS CELESTES

O SOL E A LUA

O Sol é uma luz (Diya’) e a Lua é uma claridade (Nur). Esta tradução parece ser mais exata que aquela dada por outras, que invertem os significados dos termos. Na verdade, a diferença do sentido é fraca, enquanto que Diya’ pertence a uma raiz (DW’) que significa, segundo o clássico dicionário de Kazimirski, “brilhar, luzir” (diz-se do fogo etc.), ainda que esse autor dê igualmente, ao substantivo em questão, o sentido de claridade ao lado daquele de luz.

Mas a diferença entre o Sol e a Lua será acentuada no Alcorão com auxílio de outras comparações:

- Capítulo 25, Versículo 61:

“Bendito seja Quem colocou constelações no firmamento e pôs, nele, uma lâmpada em uma lua refletidora.”

- Capítulo 71, Versículos 15-16:

“Não reparastes em como Deus criou sete céus sobrepostos, E colocou neles a lua reluzente e o sol, como uma lâmpada?”

- Capítulo 78, Versículos 12-13:

“E não construímos, por cima de vós, os sete firmamentos? Nem colocamos neles um esplendoroso lustre?”

A lâmpada muito brilhante é, evidentemente, o Sol.

Aqui, a Lua é definida como um corpo que clareia (munir), da mesma raiz que nur (a claridade aplicada à Lua). Quanto ao Sol, ele é comparado a uma tocha (siraj) ou uma lâmpada muito brilhante (wahhaj).

Um homem da época de Muhammad poderia certamente fazer a distinção entre o Sol, o astro brilhante bem conhecido das gentes do deserto, e a Lua, astro do frescor das noites. As comparações que se encontram a esse propósito no Alcorão são, portanto, naturais. O que é interessante notar aqui, é a sobriedade das comparações e a ausência, no texto alcorânico, de qualquer elemento comparativo que poderia ter ocorrido naquela época e que apareceria em nossos dias como fantasmagórico.

Sabe-se que o Sol é uma estrela, produtora por suas combustões internas de um calor intenso e de luz, ao passo que a Lua não é luminosa por si mesma, não faz senão refletir a luz que recebe do Sol e constitui um astro inerte (pelo menos em suas camadas exteriores). Nada, no texto alcorânico, contradiz a tudo o que nós sabemos em nossos dias desses dois corpos celestes.

AS ESTRELAS

As estrelas são, como se sabe, como o Sol, corpos celestes, sedes de fenômenos físicos diversos dos quais, o mais facilmente observável, é o da produção da luz. São astros tendo um brilho próprio.

Treze vezes, a palavra aparece no Alcorão (najm, no plural nujum); ela deriva de uma raiz significando aparecer, deixar-se ver. A palavra designa um corpo celeste visível sem prejudicar sua natureza: emissor de luz ou simples refletor da luz recebida. Para esclarecer que o objeto designado é exatamente o que nós

chamamos de estrela, um qualificativo ali se ajunta como em:

- Capítulo 86, Versículos 1-3:

*“Pelo céu e pelo visitante noturno; E o que te fará entender o que é o visitante noturno?
É a estrela fulgurante!”⁶³*

A estrela da Noite é qualificada no Alcorão pelo nome de Thagib, que significa arde, consome-se, e que penetra através de qualquer coisa (aqui, as trevas da noite). A mesma palavra é, aliás, encontrada para designar as estrelas cadentes (Capítulo 37, Versículo 10): que são o resultado de uma combustão.

OS PLANETAS

É difícil de se dizer se estes são, no Alcorão, bem evocados, com o sentido preciso que damos a esses corpos celestes.

Os planetas não são luminosos por si mesmos. Eles giram em torno do Sol. Nossa terra faz parte deles. Presume-se que possam existir fora deste sistema, mas são conhecidos apenas os do sistema solar.

Cinco planetas, além da Terra, eram conhecidos na Antiguidade: Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno. Três são de conhecimento moderno: Urano, Netuno e Plutão.

O Alcorão parece designá-los sob o nome de Kawkab (plural, Kawakib) sem precisar-lhes o número. O sonho de Jose (Capítulo 12), menciona exatamente onze deles, mas trata-se, por definição, de uma narração imaginária.

Uma boa definição da significação da palavra, no Alcorão, parece estar dada num celeberrimo versículo, cujo sentido profundo aparece eminentemente espiritual e, no mais, é muito discutido pelos interpretadores. Ele apresenta, não obstante, um grande interesse, em razão da comparação que ali é feita e propósito da palavra, parecendo designar um planeta. O texto que nos interessa aqui é o seguinte:

63 - Aqui, o céu e uma estrela são tomados como testemunhas para acentuar a importância do que virá a seguir no texto.

- Capítulo 24, Versículo 35:

“Deus é a Luz dos céus e da terra. O exemplo da Sua Luz é como o de um nicho em que há uma candeia; esta está num recipiente; e este é como uma estrela brilhante.”

Trata-se aqui de uma projeção da luz sobre um corpo que a refletiu (o vidro) e dando-lhe o brilho da perola, como o planeta que é clareado pelo sol. E, o único pormenor explicativo, concernente à palavra, que se pode encontrar no Alcorão.

O termo é citado em outros versículos. Em alguns, não se pode determinar de quais corpos celestes se trata [Capítulo 6, Versículo 76; Capítulo 82, Versículos 1-2].

Mas, em um Versículo, parece perfeitamente, à luz dos conhecimentos modernos, que não se trata senão dos corpos celestes que nós sabemos serem os planetas.

Lê-se, com efeito, no Capítulo 37, Versículo 6: “Em verdade, adornamos o céu aparente com o esplendor das estrelas.”

A expressão alcorânica de “céu mais próximo” poderia designar o sistema solar? Sabe-se que não há, entre os elementos celestes mais próximos de nós, outros elementos permanentes como os planetas: o Sol é a única estrela do sistema que leva seu nome. Não se vê de que outros corpos celestes se poderia tratar, a não ser dos planetas. Parece, portanto, que a tradução dada seja exata e que o Alcorão menciona a existência dos planetas, segundo a definição moderna.

O CÉU MAIS PRÓXIMO

O Alcorão menciona várias vezes o céu mais próximo e os corpos celestes que o constituem, os quais, em primeiro lugar, parecem ser como acabamos de ver, os planetas. Mas quando ele associa às noções materiais que são acessíveis ao nosso entendimento - esclarecidos como estamos hoje pela ciência moderna -, considerações de ordem puramente espiritual tornam o sentido muito obscuro.



Assim, o último versículo citado poderia ser facilmente compreendido, mas, quando o versículo seguinte (7) desse mesmo Capítulo 37 fala “duma proteção contra todo demônio rebelde”, “proteção” também evocada no Capítulo 21, Versículo 32 e Capítulo 41, Versículo 12, encontramos em presença de considerações de uma outra ordem.

Que sentido dar igualmente a essas “pedras de lapidação do demônio” que o Versículo 5 do Capítulo 67 situa no céu mais próximo? Os “luzeiros” evocados nesse versículo relacionar-se-iam com as estrelas cadentes⁶⁴ citadas mais acima?

Todas essas considerações parecem situar-se fora do assunto deste estudo. A menção foi feita aqui para ser completa, mas não parece que os dados científicos possam lançar, no estado atual das coisas, alguma luz sobre um assunto que ultrapassa a compreensão humana.

C – ORGANIZAÇÃO CELESTE

O que encontramos sobre esta questão no Alcorão concerne principalmente ao sistema solar, mas as alusões são feitas, também, a fenômenos que ultrapassam o próprio sistema solar e que foram descobertos na época moderna.

Dois versículos muito importantes são relativos às órbitas do Sol e da Lua:

- Capítulo 21, Versículo 33:

“Ele foi Quem criou a noite e o dia, o sol e a lua; cada qual (dos corpos celestes) gravita em sua respectiva órbita.”

- Capítulo 36, Versículo 40:

“Não é dado ao sol alcançar a lua; cada qual gira em sua órbita; nem a noite, ultrapassar o dia.”

Assim, é evocado com clareza um fato essencial: a existência de órbitas para a Lua e para o Sol e uma alusão é feita ao deslocamento desses corpos no

64 - Sabemos que um meteorito, chegando nas camadas superiores da atmosfera, pode desencadear o fenômeno luminoso da estrela cadente.

espaço com um movimento próprio.

Além do mais, um fato de ordem negativa aparece, à leitura desses versículos: está indicado que o Sol se desloca sobre uma órbita sem nenhuma indicação sobre o que esta órbita estaria em relação à Terra. Ora, acreditava-se, na época da Revelação Alcorânica, que o Sol se deslocava, com a Terra, como ponto fixo. Era o sistema do geocentrismo em vigor desde Ptolomeu, no século II A.C., e que seria o dominante até Copérnico, no século XVI. Essa concepção, entretanto, vigente na época de Muhammad, não aparece em nenhuma parte no Alcorão, nem aqui e nem algures.

A EXISTÊNCIA DE ORBITAS PARA A LUA E PARA O SOL

O que é traduzido aqui por órbita é a palavra árabe “falak”, à qual muitos tradutores do Alcorão, em francês, dão o sentido de esfera. É, efetivamente, o sentido inicial do termo. Hamidullah o traduziu por órbita.

A palavra perturbou os comentadores antigos do Alcorão que não podiam imaginar o custo circular da Lua e do Sol e então representaram, por imagens mais ou menos exatas ou completamente errôneas, o curso, no espaço, dos dois astros.

Se Hamza Boubekeur cita, na sua tradução do Alcorão, a diversidade das interpretações dadas “Uma espécie de eixo como a haste de ferro em torno do qual gira um moinho; esfera celeste, órbita, signo de zodíaco, velocidade, onda...”, ele acrescenta esta reflexão de um célebre comentador do século X, Tabari: “É nosso dever nos calarmos quando nós não sabemos” (XVII, 15). É dizer o quanto os homens estavam ainda incapazes de compreender esta noção de órbita para o Sol e para a Lua.

É bem evidente que, se a palavra tivesse traduzido uma noção de astronomia, corrente na época de Muhammad, as interpretações desses versículos não teriam conduzido a tais dificuldades. Existia, portanto, aqui no Alcorão, uma noção nova que seria esclarecida somente séculos mais tarde.



1 – PARA A LUA

A noção, muito difundida em nossos dias, é que, satélite da Terra, ela gira em torno desta com uma periodicidade de vinte e nove dias. É preciso, no entanto, propor uma correção à circularidade absoluta da órbita, porque a astronomia moderna lhe dá uma certa excentricidade, de forma que a distância Terra-Lua, avaliada em 384.000 km, não é senão uma distância média.

Vimos mais acima que o Alcorão punha em relevo, para a medida do tempo, a utilidade da observação dos movimentos da Lua (Capítulo 10, Versículo 5, citado no início deste capítulo).

Muitas vezes, criticou-se esse sistema de cálculo como arcaico, não prático, anticientífico, em relação ao nosso sistema, fundado sobre a rotação da Terra em torno do Sol, que se expressa, em nossa época, no calendário Juliano.

Esta crítica provoca duas observações:

a) O Alcorão se endereçava, há perto de catorze séculos, aos habitantes da Península Arábica, que tinham em uso o cálculo lunar do tempo. Era conveniente lhes assegurar a única linguagem que eles podiam compreender e de não os perturbar em seus hábitos, na tomada de referências espaciais que, em suma, eram plenamente eficazes. Sabemos que os homens do deserto são afeitos a observações do céu, à orientação de acordo com as estrelas e à marcação do tempo de acordo com as fases da Lua, meios mais simples e mais seguros para eles.

b) Postos à parte os especialistas destas questões, ignora-se, geralmente, a perfeita correspondência que existe entre o calendário Juliano e o calendário lunar: 235 meses lunares correspondem exatamente a 19 anos Julianos de 365 dias e um quarto; a duração dos nossos anos de 365 dias não é perfeita porque tem a necessidade de ser corrigida a cada quatro anos (anos bissextos). Com o calendário lunar, os mesmos fenômenos se repetem a cada 19 anos Julianos: é o ciclo de Méton, astrônomo grego, que fez, no século V A.C., a descoberta da concordância exata dos tempos solar e lunar.

2 - NO QUE CONCERNE AO SOL

A existência de uma órbita é mais dificilmente concebível, habituados como estamos a considerar que nosso sistema solar está organizado em torno dele. Para compreender o versículo Alcorânico, é preciso considerar a situação

do Sol em nossa galáxia e fazer apelo, por consequência, às noções da ciência moderna.

Nossa galáxia compreende um número considerável de estrelas repartidas segundo um disco - mais espesso em seu centro que na periferia. O Sol ocupa ali uma posição distanciada do centro do disco. Como a galáxia gira sobre si mesma, tendo como eixo seu centro, resulta que o Sol gira em torno desse mesmo centro seguindo uma órbita circular. A astronomia moderna calculou-lhe os elementos. O Sol foi considerado por Shapley, em 1917, distando do centro da galáxia em 10 Kiloparsecs, ou seja, em quilômetros, aproximadamente o número 3 seguido de 17 zeros. Para girarem completamente sobre si mesmos, a galáxia e o Sol levam mais ou menos 250 milhões de anos e, nesse movimento, o Sol se desloca a uma velocidade aproximada de 250 quilômetros por segundo.

Este é o movimento orbital do Sol anunciado pelo Alcorão, há perto de catorze séculos, cuja demonstração da existência e coordenadas são uma aquisição da astronomia moderna.

A ALUSÃO AO DESLOCAMENTO DA LUA E DO SOL NO ESPAÇO COM UM MOVIMENTO PRÓPRIO

Esta noção não aparece nas traduções do Alcorão feitas por homens letrados, que, ignorantes da astronomia, traduziram a palavra árabe, exprimindo esse deslocamento por um dos seus sentidos que é “nadar”. Isto ocorre tanto nas traduções francesas como na tradução inglesa, aliás, tão notável, de Yusuf Ali.

A palavra árabe que faz alusão a um deslocamento com movimento próprio é o verbo sabaha (yasba huna no texto dos dois versículos). Todos os sentidos do verbo implicam um deslocamento, associado a um movimento próprio do corpo que se desloca. E “nadar”, se o deslocamento tem lugar na água; é se “deslocar” por movimento de suas próprias pernas, se o deslocamento é terrestre. Para um deslocamento no espaço, não se vê bem como ter a ideia implicada por esta palavra, a não ser empregada no sentido primitivo. Desta maneira, não parece que um contrassenso foi cometido, pelas razões seguintes:

- A Lua faz seu movimento de rotação sobre si mesma ao mesmo tempo em que completa uma evolução em torno da Terra, isto é, em 29 dias e meio aproximadamente, de forma que ela apresenta sempre a mesma face aos nossos olhos;

- O Sol gira sobre si mesmo em 25 dias aproximados. Existem algumas particularidades de rotação para o Equador e para os Polos, sobre os quais não se insistirá aqui, mas o astro é ativo por um movimento de rotação em qualquer circunstância.

Parece, portanto, que uma “nuance” verbal faz alusão no Alcorão aos movimentos próprios do Sol e da Lua. Esses movimentos dos dois corpos celestes são confirmados pelos dados da ciência moderna e não se concebe que um homem do século VII de nossa era - por mais sábio que fosse em sua época, o que não era o caso de Muhammad - pudesse imaginá-los.

Costuma-se às vezes, opor a este ponto de vista certos exemplos de grandes pensadores da Antiguidade, que incontestavelmente anunciaram certos fatos que a ciência moderna reconheceu como exatos. Eles não podiam, aliás, se apoiar de modo algum na dedução científica e procederam mais por raciocínio filosófico. Apresenta-se assim constantemente o caso dos pitagóricos que defendiam, no século VI A.C., a teoria da rotação da Terra sobre si mesma e o movimento dos Planetas em redor do Sol, teoria que a ciência moderna confirmará. Fazendo-se uma aproximação com o caso dos pitagóricos, é fácil levantar a hipótese de que Muhammad, pensador genial, teria pessoalmente imaginado o que a ciência moderna descobriria séculos depois dele. Fazendo-se assim, esquece-se simplesmente de citar os outros aspectos da produção intelectual desses gênios do raciocínio filosófico, e de mencionar os erros de grande porte que emanam de suas obras. É assim que não devemos esquecer que os pitagóricos defendiam também a teoria da fixidez do Sol no espaço, do qual eles faziam o centro do mundo, não concebendo a organização celeste, senão em torno dele. É comum encontrar nos grandes filósofos antigos uma mistura de ideias justas e de ideias falsas sobre o universo.

A importância que conferem a tais obras humanas as concepções avançadas que puderam conter não deve fazer esquecer os conceitos errôneos que elas igualmente nos legaram. É exatamente isso, sob o ponto de vista da ciência, o que os separa do Alcorão, no qual os múltiplos assuntos são colocados em relação aos conhecimentos modernos, sem que uma única afirmação possa ser encontrada em contradição com o que a ciência de nossa época estabeleceu.

A SUCESSÃO DOS DIAS E DAS NOITES

Numa época em que se considerava que a Terra era o centro do mundo e que o Sol era móvel em relação a ela, que ser humano não teria evocado o movimento do Sol a propósito da sucessão dos dias e das noites?

Ora, uma tal consideração não aparece no Alcorão, que trata desse assunto, como segue:

Capítulo 7, Versículo 54:

“(Deus) ensombrece o dia com a noite, que o sucede incessantemente.”

Capítulo 36, Versículo 37:

“E também é sinal, para eles, a noite, da qual retiramos o dia, e ei-los mergulhados nas trevas!”

Capítulo 31, Versículo 29:

“Não tens reparado, acaso, em que Deus insere a noite no dia e o dia na noite, e que submeteu o sol e a lua, e que cada um (destes) gira em sua órbita até um término prefixado, e que Deus está inteirado de tudo quanto fazeis?”

- Capítulo 39, Versículo 5:

“Enrola a noite com o dia e enrola a noite com o dia e enrola o dia com a noite.”

O primeiro versículo dispensa comentários. O segundo quer dar simplesmente uma imagem.

São principalmente o terceiro e o quarto versículos que podem apresentar um interesse no que concerne ao processo de penetração e, sobretudo, de enrolamento da noite sobre o dia, e do dia sobre a noite (Capítulo 39, Versículo 5).

Enrolar (Em francês, corresponde ao verbo enrouler (N.T.)) parece ser, como na tradução de R. Blachère, a melhor maneira de traduzir em português o verbo árabe Kawwara. A significação primitiva desse verbo é enrolar em espiral um turbante sobre a cabeça; em todos os outros sentidos, a noção de enrolamento é conservada.

Ora, o que se passa, na realidade, no espaço? Como os astronautas americanos viram muito bem e fotografaram de seus veículos espaciais, em particular a grande distância da Terra, desde a Lua, por exemplo, o Sol clareia permanentemente (eclipses excetuados) a semiesfera terrestre colocada em face dele enquanto a outra semiesfera permanece na obscuridade. Como a Terra gira sobre si mesma, ao passo que a claridade fica fixa, uma área iluminada em forma de semiesfera faz, vinte e quatro horas, sua rotação em torno do Sol, enquanto a semiesfera permanecia na obscuridade completa, durante o mesmo tempo, o mesmo périplo. Essa ronda incessante do dia e da noite está perfeitamente descrita pelo Alcorão. Ela é facilmente acessível em nossos dias à compreensão humana, pois que temos a noção da fixação (relativa) do Sol e da rotação da Terra.

Esse processo de rolamento permanente com penetração contínua de um setor a outro é expresso no Alcorão, como se, naquela época, já se tivesse concebido o conhecimento da redondeza da Terra, o que evidentemente não é o caso.

É preciso acrescentar a essas considerações sobre a sucessão dos dias e das noites, as evocações, em alguns versos alcorânicos, sobre a pluricidade dos orientes e dos ocidentais, cujo interesse é apenas descritivo, porque esses fenômenos podem ser constatados pela observação mais banal. Eles são mencionados aqui, no intuito de reproduzir, o mais completamente possível, o que o Alcorão contém a esse respeito, por exemplo:

- No Capítulo 70, Versículo 40, a expressão: “Senhor dos Orientes e dos Ocidentais”;

- No Capítulo 55, Versículo 17, este: “Senhor dos dois Orientes e dos dois Ocidentais”;

- No Capítulo 43, Versículo 38, a evocação da “distância dos dois Orientes”, imagem para expressar a imensidade de uma distância entre dois pontos.

O observador dos nascentes e dos poentes do Sol sabe bem que o Sol se levanta em pontos diferentes do Oriente e se deita em pontos diferentes do Ocidente, segundo as estações. As marcas tomadas a cada um dos horizontes, definindo os pontos extremos, marcam dois Orientes e dois Ocidentais, entre os quais se colocam, ao longo dos anos, os pontos intermediários. O fenômeno descrito aqui, é, por assim dizer, banal. Mas, o que merece principalmente chamar a atenção é o que se relaciona com os outros assuntos tratados nesse

capítulo, em que a descrição dos fenômenos astronômicos, evocados no Alcorão, aparece conforme as noções modernas.

D - A EVOLUÇÃO DO MUNDO CELESTE

Lembrando as ideias modernas sobre a formação do universo, é mostrada aqui a evolução que se produziu desde a nebulosa inicial até a formação das galáxias, das estrelas e, para o sistema solar, até o aparecimento das plantas a partir do Sol em um certo estágio de evolução. Os dados modernos permitem pensar que, no sistema solar e no universo mais geralmente, a evolução prossegue ainda.

Quando temos conhecimento dessas noções, como não fazer uma aproximação com certas afirmações que encontramos no Alcorão, quando invoca das as manifestações do Todo-Poderoso divino?

Em várias retomadas, o Alcorão lembra que *“(Deus) submeteu o Sol e a Lua; cada um se move até um termo fixado”*.

Encontra-se essa frase no Capítulo 13, Versículo 2; Capítulo 31, Versículo 29; Capítulo 35, Versículo 13; Capítulo 39, Versículo 5.

Mas, além disso, a ideia do termo fixado é associada a uma ideia de lugar de destino:

- Capítulo 36, Versículo 38:

“E o sol, que segue o seu curso até um local determinado. Tal é o decreto do Onisciente, Poderosíssimo.”

Lugar fixo é a tradução da palavra *mustaqarr*. Não há dúvida de que a ideia de lugar preciso está ligada a essa palavra.

Como se apresenta a confrontação dessas afirmações com os dados estabelecidos pela ciência moderna?

O Alcorão dá ao Sol um termo evolutivo e um lugar de destino. À Lua, ele designa também um termo. É preciso, para compreendê-lo o sentido possível

dessas afirmações, lembrar os conhecimentos modernos sobre a evolução das estrelas em geral, do Sol em particular e, por via de consequência, as formações celestes que seguem necessariamente seu movimento no espaço, e das quais a Lua faz parte.

O Sol é uma estrela cuja idade é estimada em aproximadamente 4 bilhões e meio de anos pelos astrofísicos. Como para todas as estrelas, pode-se definir para ele um estágio evolutivo. O Sol está atualmente, num primeiro estágio, caracterizado pela transformação dos átomos de hidrogênio em átomos de hélio: este estágio atual deverá, teoricamente, durar ainda 5 bilhões e meio de anos, segundo cálculos efetuados que dão a esse primeiro estágio, para uma estrela do tipo do Sol, uma duração total de 10 bilhões de anos. A este estágio segue-se, como se observou para outras estrelas do mesmo tipo, um segundo período caracterizado pelo término da transformação do hidrogênio em hélio, tendo, por consequência, a dilatação das camadas extremas e o esfriamento do Sol. No estágio final, a luminosidade é consideravelmente diminuída e a densidade consideravelmente elevada: é o que se observa no tipo de estrelas às quais se deu o nome de anãs brancas.

De tudo isto o que é preciso guardar não são as datas, que não são interessantes a não ser para dar uma estimativa aproximada do fator tempo, mas o que ressalta, sobretudo, é a noção de uma evolução. Os dados modernos permitem prever que, em alguns bilhões de anos, as condições do sistema solar não serão as de nossos dias. Como para outras estrelas das quais se registraram as transformações até o estágio último, pode-se prever um fim para o Sol.

O segundo versículo citado aqui [Capítulo 36, Versículo 38] evocou o Sol, vagando para um lugar que lhe pertence.

A astronomia moderna o situa perfeitamente (e até lhe deu o nome de *Ápex solar*): o sistema solar evolui, com efeito, no espaço, em direção a um ponto situado na constelação de Hércules, na vizinhança da estrela Vega (a Lyrae), cujas coordenadas estão bem estabelecidas; o movimento tem uma velocidade que foi fixada e que é da ordem de 19 quilômetros por segundo.

Todos esses dados da astronomia mereciam ser relatados a propósito de dois versículos alcorânicos, dos quais se pode dizer que parecem concordar perfeitamente com os dados científicos modernos.

A EXPANSÃO DO UNIVERSO

A expansão do universo é o fenômeno mais grandioso descoberto pela ciência moderna. É uma noção hoje bem estabelecida; as únicas discussões versam sobre o modelo segundo o qual ele se efetua.

Sugerida a partir da teoria da relatividade geral, a expansão do universo tem um suporte físico nos exames do espectro das galáxias; o deslocamento sistemático para o vermelho de seu espectro se explicaria por uma separação das galáxias umas das outras. Assim, a extensão do universo será, sem cessar, crescente e esta expansão será tanto mais importante quanto se distancia de nós. As velocidades em que os corpos celestes se deslocaram nessa expansão contínua poderiam ir de frações de velocidade da luz a valores superiores a esta.

O Versículo seguinte do Alcorão [Capítulo 51, Versículo 47], onde Deus fala, pode ser confrontado com essas noções modernas?

“E construímos o firmamento (céu) com poder e perícia, e Nós o expandimos”

O céu, tradução da palavra samaa não é precisamente o mundo fora da Terra da qual se trata?

O que foi traduzido por «nós o alargamos» é o particípio presente do plural muusieuuna do verbo ausa'a, que significa: alargar, estender, tornar mais vasto, mais espaçoso, quando se trata de objetos.

Alguns tradutores, incapazes de compreender o sentido dessa última palavra, dão significações, que me parecem errôneas, como: “Nós somos plenos de largueza” (R. Blachère). Outros autores adivinham a significação mas não ousam se pronunciar: Hamidullah, na tradução do Alcorão, fala do alargamento do céu, do espaço, mas com um ponto de interrogação. E há, enfim, aqueles que, cercando seus comentários de opiniões científicas autorizadas, dão a significação apontada aqui. Tal é o caso dos comentários do Muntakhab, editado pelo Conselho Superior dos Negócios Islâmicos do Cairo; eles evocam, sem a menor ambiguidade, a expansão do universo.

E - A CONQUISTA DO ESPAÇO

Três versículos do Alcorão merecem, deste ponto de vista, reter toda a

nossa atenção. Um deles expressa de maneira ambígua o que caberá aos homens realizar nesse domínio, e que eles realizarão. Nos dois outros versículos, Deus evoca, em relação aos infiéis de Meca, a perplexidade que seria a deles, se pudessem elevar-se ao céu, fazendo alusão a uma hipótese de que ela não será seguida de efeito para estes últimos.

1. O primeiro versículo é o Versículo 33, do Capítulo 55:

“Ó assembleia de gênios e humanos, se sois capazes de atravessar os limites dos céus e da terra, fazei-o! Porém, não podereis fazê-lo, sem autoridade.”

A tradução dada aqui requer alguns comentários explicativos:

a) A palavra portuguesa «se» exprime, em nossa língua, uma condição que implica tanto uma eventualidade quanto uma hipótese realizável ou uma hipótese não realizável. A língua árabe é capaz de graduar a condição de maneira muito mais explícita. Há uma palavra para exprimir eventualidade (idhaa), uma outra para exprimir hipótese realizável (in) e uma terceira para introduzir hipótese não realizável (law). O versículo considerado trata de uma hipótese realizável expressa por in. O Alcorão evoca, portanto, aqui, a possibilidade material da realização concreta. Essa distinção linguística elimina de modo formal a interpretação puramente mística que alguns quiseram dar, erradamente, a esse versículo.

b) Deus se dirige aos espíritos (Jinn) e aos seres humanos (Ins) e não a figuras alegóricas, essencialmente.

c) “Passar ao oposto” é a tradução do verbo nafadha, seguido da preposição min que, segundo o dicionário de Kasimirski, significa penetrar, atravessar de ponta a ponta e sair do outro lado de um corpo (diz-se do tiro que sai pela culatra, por exemplo).

Evoca, portanto, a penetração profunda e a saída em uma outra extremidade das regiões consideradas.

d) O poder (sultan) que terão os homens de realizar esta empresa parece ser um poder emanado do Todo Poderoso (Este versículo é seguido de um convite ao reconhecimento das benfeitorias de Deus; é o assunto de todo o capítulo.).

Não é duvidoso que esse versículo indica a possibilidade que terão os homens, um dia, de efetuar o que nós chamamos, atualmente, talvez muito

impropriamente, de conquista do espaço? E preciso considerar que o texto alcorânico encara não somente a penetração através das regiões dos céus, mas também através das regiões da Terra, isto é, a exploração das profundezas.

2. Os dois outros versículos são extraídos do Capítulo 15 (Versículos 14-15). Deus fala aos infiéis de Meca, como o contexto dessa passagem do capítulo indica:

“E se abríssemos uma porta para o céu, pela qual eles ascendesse, Diriam: Nossos olhos foram ofuscados ou fomos mistificados!”

É a expressão de espanto diante de um espetáculo inesperado, diferente daquele que o homem poderia imaginar.

A frase condicional é introduzida aqui pela palavra *law*, que exprime uma hipótese, que não será jamais seguida de realização, para aqueles a quem essa passagem se refere.

Nós nos encontramos, portanto, a propósito da conquista do espaço, em presença de duas passagens do texto alcorânico do qual uma faz alusão ao que se realizará um dia graças aos poderes que Deus dará à inteligência e ao engenho humano e a outra evoca um acontecimento do qual não participarão os infiéis de Meca, donde o caráter de condição que não será realizada. Mas o acontecimento será vivido por

outros, como o primeiro versículo citado o deixe supor. Ele dá a descrição das reações humanas, diante do espetáculo inesperado que será oferecido aos viajantes do espaço, vistas perturbadas, impressão de estar enfeitado...

É exatamente assim que os astronautas viveram essa prodigiosa aventura em 1961, data do primeiro voo humano em torno da Terra. Sabe-se, com efeito, que, quando nos encontramos além da atmosfera terrestre, o céu não aparece absolutamente com sua imagem de azul, oferecida aos terrestres, que é o resultado dos fenômenos da absorção da luz solar pelas camadas da atmosfera. O observador humano, colocado no espaço além da atmosfera terrestre, vê o céu negro e a Terra lhe aparece envolvida em um halo de cor azulada, devido aos mesmos fenômenos de absorção da luminosidade pela atmosfera terrestre, ao passo que a Lua, que não tem atmosfera, aparece com suas cores próprias sobre o fundo negro do céu. É, portanto, um espetáculo inteiramente novo que se apresenta para o homem no espaço; espetáculo cujas fotografias se tornaram clássicas para os homens de nosso tempo.



Aí, também, quando confrontamos o texto alcorânico com os dados modernos, como não ficarmos impressionados com as exatidões encontradas? Exatidões as quais não podemos supor que tenham sido emanadas do pensamento de um homem que viveu há cerca de catorze séculos.

A TERRA

Como nos assuntos até aqui tratados, os versículos alcorânicos que se relacionam com a terra estão dispersos em todo o Livro. Sua classificação é difícil; esta apresentada aqui é toda Pessoal.

Para clareza da exposição, pode-se destacar, primeiramente, um certo número de versículos que, tratando sempre de vários assuntos, têm, sobretudo, uma conotação geral, constituindo-se igualmente como convites endereçados aos homens para refletir sobre a beneficência divina com a ajuda de exemplos apresentados.

Outros grupos de versículos podem ser isolados, referentes a assuntos mais particulares:

- o ciclo da água e os mares;
- o relevo terrestre;
- a atmosfera terrestre.

A - VERSÍCULOS DE CONOTAÇÃO GERAL

Ao mesmo tempo em que oferecem argumentos que devem conduzir os homens a meditar sobre as benfeitorias de Deus para suas criaturas, esses versículos contêm aqui e acolá afirmações que são interessantes para se confrontar com os dados da ciência moderna. Mas, sob esse ponto de vista, eles são, quem sabe, mais interessantes em vista do fato de que eles não expressam todos os

tipos de crenças, relativos a certos fenômenos naturais que estavam em reputação entre os homens da época da Revelação Alcorânica, crenças diversas das quais o conhecimento científico vai demonstrar mais tarde o caráter errôneo.

Esses versículos exprimem, de um lado, ideias simples, facilmente acessíveis à compreensão daqueles a quem o Alcorão se dirigiu de início por razões geográficas os habitantes de Meca e de Medina, os Beduínos da Península Arábica - e, de outro lado, reflexões de ordem geral, das quais um público mais culto, em todo os países e em todos os tempos, pode retirar ensinamentos, desde que assuma o trabalho de refletir; e isso é a marca da universalidade do Alcorão.

Nenhuma classificação desses versículos se apresenta no Alcorão; eles são apresentados aqui na ordem numérica dos capítulos.

- Capítulo 2, Versículo 22:

“Ele fez-vos da terra um leito, e do céu um teto, e envia do céu a água, com a qual faz brotar os frutos para o vosso sustento. Não atribuais rivais a Deus, conscientemente.”

- Capítulo 2, Versículo 164:

“Na criação dos céus e da terra; na alteração do dia e da noite; nos navios que singram o mar para o benefício do homem; na água que Deus envia do céu, com a qual vivifica a terra, depois de haver sido árida e onde disseminou toda a espécie animal; na mudança dos ventos; nas nuvens submetidas entre o céu e a terra, (nisto tudo) há sinais para os sensatos.”

- Capítulo 13, Versículo 3:

“Ele foi Quem dilatou a terra, na qual dispôs sólidas montanhas e rios, assim como estabeleceu dois gêneros de todos os frutos. É Ele Quem faz o dia suceder à noite. Nisso há sinais para aqueles que refletem.”

- Capítulo 15, Versículos 19-21, Deus fala:

“E dilatamos a terra, em que fixamos firmes montanhas, fazendo germinar tudo, comedidamente. E nela vos proporcionamos meios de subsistência, tanto para vós como para aqueles por cujo sustento sois responsáveis. E não existe coisa alguma cujos tesouros não estejam em Nosso poder, e não vo-la enviamos, senão proporcionalmente.”



- Capítulo 20, Versículos 53-54:

“Foi Ele Quem vos destinou a terra por leito, traçou-vos caminhos por ela, e envia água do céu, com a qual faz germinar distintos pares de plantas. Comei e apascentai o vosso gado! Em verdade, nisto há sinais para os sensatos.”

- Capítulo 27, Versículo 61:

“Ou quem fez a terra firme para se viver, dispôs em sua superfície rios, dotou-a de montanhas imóveis e pôs entre as duas massas de água uma barreira? Poderá haver outra divindade em parceria com Deus? Qual! Porém, a sua maioria é insipiente.”

Aqui Ele faz alusão à estabilidade geral da crosta terrestre. Sabemos que, nas primeiras idades da terra, sua camada superficial era instável, antes de seu esfriamento. A estabilidade da crosta terrestre não é, todavia, rigorosamente absoluta, porque há zonas onde os tremores de terra se produzem por intermitência. Quanto à barreira entre os dois mares, é uma imagem para marcar a ausência de mistura das águas dos rios e das águas do mar ao nível de certos estuários, como se verá um pouco mais adiante.

- Capítulo 67, Versículo 15:

“Ele foi Quem vos fez a terra manejável. Percorrei-a pois, por todos os seus quadrantes e desfrutai das Suas mercês; a Ele será o retorno!”

- Capítulo 79, Versículos 30-33:

“E depois disso dilatou a terra, Da qual fez brotar a água e os pastos; E fixou, firmemente, as montanhas, Para o proveito vosso e do vosso gado.”

Em muitos desses versículos, a importância da água e a consequência prática de sua presença sobre o solo da terra, a fertilidade do solo, é sublinhada. A água é, certamente, nos países desérticos, o elemento número um que condiciona a sobrevivência do homem. Mas a evocação pelo Alcorão ultrapassa esta particularidade geográfica. O caráter de planeta rico em água, único no sistema solar, segundo os melhores dados estabelecidos pelos conhecimentos modernos, é posto em relevo. Sem água, a terra seria um astro morto como a lua. O Alcorão dá à água o primeiro lugar na evocação dos fenômenos naturais da terra. O ciclo da água é aí descrito com acentuada exatidão.

B - O CICLO DA ÁGUA E DOS MARES

Quando, em nossos dias, lemos, um após outro, os versículos alcorânicos relativos ao papel das águas na vida do homem, tudo nos parece exprimir-ideias absolutamente evidentes. A razão é simples: em nossa época, todos nós conhecemos, com aproximada precisão, qual é o ciclo da água na natureza. Mas, se levamos em consideração o que eram os diversos conceitos antigos sobre esse assunto, percebemos que os dados alcorânicos não comportam elementos de conceitos místicos vigentes, em cuja elaboração a especulação filosófica tinha uma parte maior que os dados da observação. Se, de uma maneira empírica⁶⁵, conseguira-se adquirir conhecimentos práticos, úteis, em escala restrita, para melhorar a irrigação dos solos, havia, por outro lado, sobre o ciclo da água em geral, conceitos que seriam pouco aceitáveis em nossos dias.

Dessa maneira, teria sido simples imaginar que as águas subterrâneas pudessem provir da infiltração das precipitações do solo. Mas citam como uma exceção, no tempo antigo, a concepção de um certo Vitruvius que, em Roma, no século I.A.C., havia sustentado essa ideia. Assim, durante longos séculos, entre os quais se situa a época da Revelação Alcorânica, os homens tinham concepções absolutamente erradas sobre o regime das águas.

Esse seu artigo “Hidrogeologia” da Encyclopédia Universalis, dois especialistas desses problemas, G. Gastany e B. Blavoux, fazem da questão o histórico edificante que segue:

Com Thales de Milet, era, no século VII A.C., a teoria do lançamento da água oceânica, sob o efeito dos ventos, no interior dos continentes, sua queda sobre as terras e sua penetração no solo. Platão partilhava dessas ideias e pensava que o retorno ao oceano se efetuava por um grande abismo, o Tártaro. Dessa teoria, haverá numerosos adeptos até o século XVIII, com Descartes. Aristóteles supunha que o vapor d’água do solo se condensava nas cavidades resfriadas das montanhas e formava os lagos subterrâneos que alimentavam as fontes.

Ele será seguido por Sêneca (século I) e terá numerosos participantes até 1877, entre os quais Volger... A primeira concepção verdadeira sobre o ciclo d’água reaparecerá, em 1580, com Bernard Palissy, que afirma que as águas subterrâneas provêm das infiltrações das águas da chuva no solo. Essa teoria será confirmada por E. Mariotte e por P. Perrault no século XVII.

65 - Baseado na experiência; sem caráter científico.

Das concepções inexatas que circulavam durante a época de Muhammad, não encontramos eco nas passagens do Alcorão que se seguem:

- Capítulo 50, Versículos 9-11:

“E⁶⁶ enviamos do céu a água bendita, mediante a qual produzimos jardins e cereais para a colheita. E também as frondosas tamareiras, cujos cachos estão carregados de frutos em simetria, Como sustento para os servos; e fazemos reviver, com ela, (a água) uma terra árida. Assim será a ressurreição!”

- Capítulo 23, Versículos 18-19:

“E fazemos descer, proporcionalmente, água do céu e a armazenamos na terra; mas, se quiséssemos, poderíamos fazê-la desaparecer. E, mediante ela, criamos, para vós, jardins de tamareiras e videiras, dos quais obtendes abundantes frutos, de que vos alimentais.”

- Capítulo 15, Versículo 22:

“E enviamos os ventos fecundantes e, então, fazemos descer água do céu, da qual vos damos de beber e que não podeis armazenar (por muito tempo).”

Há para o último versículo duas possibilidades de interpretação. Os ventos fecundantes podem ser considerados como fecundadores das plantas por meio do transporte do pólen, mas pode também tratar-se de uma expressão imaginada, evocando por analogia o papel do vento, fazendo de uma nuvem que não dá a chuva uma nuvem liberando os aguaceiros: esse papel é frequentemente evocado, como nos versículos seguintes:

- Capítulo 35, Versículo 9:

“E Deus é Quem envia os ventos, que movem as nuvens (que produzem chuva). Nós as impulsionamos até a uma terra árida e, mediante elas, reavivamo-la, depois de haver sido inerte; assim é a ressurreição!”

Notar-se-á que, na primeira parte do Versículo, o estilo é o da narração e que, sem transição, lhe dá sequência uma declaração de Deus. Tais modificações súbitas na forma do discurso são frequentes no Alcorão.

- Capítulo 30, Versículo 48:

66 - Cada vez que “Nós” aparece nos versículos do texto alcorânico citado aqui, o pronome se aplica a Deus.

“Deus é Quem envia os ventos que agitam as nuvens, e as espalha no céu como Lhe apraz; logo as fragmenta, e observas a chuva a manar delas, e quando a envia sobre quem Lhe apraz, dentre os Seus servos, eis que se regozijam.”

- Capítulo 7, Versículo 57:

“Ele é Quem envia os ventos alvissareiros, por Sua misericórdia, portadores de densas nuvens, que impulsiona até uma comarca árida e delas faz descer a água, mediante a qual produzimos toda a classe de frutos. Do mesmo modo ressuscitamos os mortos, para que mediteis.”

- Capítulo 25, Versículos 48-49:

“Ele é Quem envia os ventos alvissareiros, mercê da Sua misericórdia; e enviamos do céu água pura, para com ela reviver uma terra árida, e com ela saciar tudo quanto temos criado: animais e humanos.”

- Capítulo 45, Versículo 5:

“E na alternância do dia e da noite, no sustento que Deus envia do céu, mediante o que vivifica a terra depois de haver sido árida, é na variação dos ventos, há sinais para os que raciocinam.”

- Capítulo 13, Versículo 17:

“Ele faz descer a água do céu, que corre pelos vales, mesuradamente; sua corrente arrasta uma espuma flutuante.”

- Capítulo 67, Versículo 30: Deus ordena ao Profeta:

“Dize-lhes (ainda): Que vos parece? Se a vossa água, ao amanhecer, tivesse sido toda absorvida (pela terra), quem faria manar água potável para vós?”

- Capítulo 39, Versículo 21:

“Não reparas, acaso, em que Deus faz descer a água do céu e a transforma, em fontes, na terra? Logo produz, com ela, plantas multicores.”

- Capítulo 36, Versículo 34:

“Nela produzimos, pomares de tamareiras e videiras, em que brotam mananciais.”

A importância das fontes e de sua alimentação pela água da chuva, que é encaminhada para elas, é considerada nos três últimos versículos. O fato merece que nos detenhamos aqui para lembrar a predominância, na Idade Média, de concepções como as de Aristóteles, para quem as fontes eram alimentadas por lagos subterrâneos.

Em seu artigo “Hidrologia” da *Encyclopedia Universalis*, M.R. Rémenieras, professor da Escola Nacional do Gênio Rural das Águas e Florestas, descreve as principais etapas da hidrologia e evoca os magníficos trabalhos antigos de irrigação, em particular no Oriente Médio, notando que o empirismo ali tinha tudo presidido, que as ideias de então procediam de concepções errôneas.

Ele prossegue: “é preciso esperar a Renascença (entre 1400 e 1600, aproximadamente), para que os conceitos puramente filosóficos cedam lugar às pesquisas fundadas sobre a observação objetiva dos fenômenos hidrológicos. Leonardo da Vinci (1452-1519) se insurgiu contra as afirmações de Aristóteles.

Em seu Discurso Admirável na Natureza das Águas e Fontes tanto Naturais como Artificiais (Paris 1570), Bernard Palissy dá uma interpretação correta do ciclo da água e, muito especialmente, da alimentação das fontes pelas chuvas”.

Não é muito exatamente esta última menção que nós encontramos no Versículo 21 do Capítulo 39, indicando o caminho da água das chuvas através das nascentes da terra?

Chuva e Granizo são objetos do Versículo 43 do Capítulo 24:

“Porventura, não reparas em como Deus impulsiona as nuvens levemente? Então as junta, e depois as acumula? Não vês a chuva manar do seio delas? E que Ele envia massas (de nuvens) de granizo, com que atinge quem Lhe apraz, livrando dele quem quer? Pouco falta para que o esplendor das centelhas lhes ofusque as vistas.”

A passagem seguinte merece um comentário (Capítulo 56, Versículos 68-70):

“Haveis reparado, acaso, na água que bebeis? Sois vós, ou somente somos Nós Quem a faz descer das nuvens? Se quiséssemos, fá-la-íamos salobra. Por que, pois, não agradeceis?”

Evocar o fato de que Deus teria podido transformar salobre uma água, que não o é naturalmente, é uma maneira de exprimir a Onipotência Divina. É uma outra maneira de lembrar essa mesma Onipotência, lançando ao homem o desafio de fazer chuva da nuvem. Mas enquanto a primeira não passa de

simples capricho, a segunda não seria mais uma na época moderna, em que a técnica permitiu desencadear artificialmente a chuva? A capacidade dos humanos em produzir essas precipitações estaria em oposição à afirmação alcorânica?

Não é o caso, porque parece que é preciso levar em consideração os limites das possibilidades do homem nesse domínio. M.A. Facy, engenheiro geral da Meteorologia Nacional escreveu, em seu artigo “Precipitações”, da Encyclopédia Universalis: “Não faremos cair a chuva de uma nuvem que não apresente as características de uma nuvem precipitante ou de uma nuvem que não tenha ainda alcançado o grau de evolução conveniente”.

O homem não pode, por consequência, senão acelerar, com o auxílio dos meios técnicos apropriados, o processo de precipitação, cujas condições naturais já estejam completas. Se fosse diferente, a seca não existiria na prática, o que não é evidentemente o caso. Ser o dono da chuva e do bom tempo continua sempre um sonho.

O homem não pode romper, à sua vontade, o ciclo estabelecido que assegura a circulação da água na natureza, ciclo que podemos resumir como se segue, segundo os ensinamentos da hidrologia moderna.

A irradiação calorífica do Sol provoca a evaporação dos oceanos e de todas as superfícies terrestres recobertas ou embebidas d’água. O vapor d’água assim despreendido se eleva na atmosfera e, por condensação, forma as nuvens. Intervém, então, a ação dos ventos para deslocar, sobre as distâncias variáveis, as nuvens assim formadas. Elas podem, ora desaparecer sem dar a chuva, ora juntar seu volume a outros para dar maiores condensações, ora se fragmentar para dar nascimento à chuva num certo estágio de evolução da nuvem. Com a chuva atingindo os mares (que formam 70% da superfície do globo terrestre), o ciclo é logo encerrado. A chuva, atingindo as terras, pode ser em parte absorvida pelos vegetais e participação seu crescimento; estes, por sua vez, pela sua transpiração, devolvem uma parte da água à atmosfera. Outra parte penetra mais ou menos no solo, de onde ela pode, dirigir-se aos oceanos pelos cursos d’água ou se infiltrar no solo para retornar à superfície pelas fontes e outras nascentes.

Se compararmos esses dados da hidrografia moderna com os que ressaltam dos numerosos versículos alcorânicos, citados nesse parágrafo, constatar-se-á a existência de uma notável concordância entre os dois.



OS MARES

Se, no que concerne ao ciclo da água na natureza em geral, os versículos alcorânicos oferecem matéria para comparação com os conhecimentos modernos, o mesmo não se dá no que concerne aos mares. Nenhuma proposição alcorânica referente a eles convida a uma confrontação com os dados científicos, propriamente ditos. De outro lado, não deixa de ser necessário acentuar que nenhuma proposição do Alcorão sobre os mares contém referências a crenças, mitos ou superstições da época.

Um certo número de versículos, referentes aos oceanos e à navegação, oferecem como assuntos de reflexão indícios da Onipotência divina, que emanam de fatos da observação comum. São eles:

- Capítulo 14, Versículo 32:

“(Deus) Submeteu, para vós, os navios que, com a Sua anuência.”

- Capítulo 16, Versículo 14:

“E foi Ele Quem submeteu, para vós, o mar para que dele comêsseis carne fresca e retirásseis certos ornamentos com que vos enfeitais. Vedes nele os navios sulcando as águas, à procura de algo de Sua graça; quiçá sejais agradecidos.”

- Capítulo 55, Versículo 24:

“E suas são as naves, que se elevam no mar, como montanhas.”

- Capítulo 36, Versículos 41-44:

“Também é um sinal, para eles, o fato de termos levado os seus concidadãos na arca carregada. E lhes criamos similares a ela, para navegarem. E, se quiséssemos, tê-los-íamos afogada, e não teriam quem ouvisse os seus gritos, nem seriam salvos, A não ser com a nossa misericórdia, como provisão, por algum tempo.”

Trata-se evidentemente aqui no navio que leva os homens sobre o mar, como a Arca levou outrora Noé e os ocupantes do navio, e lhes permitiu atingir a terra firme.

Um outro dado de observação, concernente ao mar, pode ser tirado de todos os versículos do Alcorão que lhe são consagrados, porque ele apresenta

um aspecto particular. Três versículos fazem, assim, alusão a certos caracteres dos grandes rios, quando eles desembocam nos oceanos.

E muito conhecido o fenômeno, comumente verificado, da não mistura imediata das águas salgadas nos mares e das águas doces dos grandes rios.

O Alcorão o assinala, pensa-se, a propósito da embocadura do Eufrates e do Tigre que, por sua reunião, formam, por assim dizer, um “mar” amplo de mais de 150 quilômetros, o Chat Al Arab. No fundo do golfo, a influencia das marés produz o fenômeno do refluxo da água doce no interior das terras, assegurando uma irrigação satisfatória. Para a boa compreensão do texto, é preciso saber que mar, em português, apanha o sentido geral da palavra bahr que quer dizer grande massa d’água e se aplica tanto ao oceano como aos grandes rios: Nilo, Tigre, Eufrates, por exemplo.

Os três versículos que evocam o fenômeno são os seguintes:

- Capítulo 25, Versículo 53:

“Ele foi Quem estabeleceu as duas massas de água; uma é doce e saborosa, e a outra é salgada e amarga, e estabeleceu entre elas uma linha divisória e uma barreira intransponível.”

- Capítulo 35, Versículo 12:

“Jamais se equiparão as duas águas, uma doce, agradável de ser bebida, e a outra, que é salobra e amarga; porém, tanto de uma como da outra comeis carne fresca e extrais ornamentos com que vos embelezais – e vedes nela os navios sulcando as ondas, à procura da Sua graça, para que, quiçá, Lhe agradeçais.”

- Capítulo 55, Versículos 19-20 e 22:

“Liberam os dois mares, para que se encontrassem. Entre ambos, há uma barreira, para que não seja ultrapassada. De ambos saem as pérolas e os corais.”

Além da evocação do fato principal, esses versículos mencionam os recursos tirados das águas doces e das águas salgadas: o peixe, os ornamentos indumentários: coral, pérolas. Quanto ao fenômeno da não mistura das águas fluviais no mar, na embocadura, é preciso saber que ele não é específico ao Tigre e ao Eufrates, que não são mencionados no texto, mas aos quais, pensamos, este se refere. Os cursos d’água com forte caudal, como o Mississipi ou Yang-Tsé, apresentam a mesma particularidade: a mistura das águas não se opera para eles às vezes, senão longe e em alto mar.

C - O RELEVO TERRESTRE

A constituição da terra é complexa. Podemos hoje grosseiramente imaginá-las como formada de uma camada profunda onde reinam temperaturas muito elevadas com, em particular, uma parte central - onde as rochas estão em fusão - e uma camada superficial, a crosta terrestre, sólida e fria. Esta camada é muito fina: de alguns quilômetros a algumas dezenas de quilômetros a mais, ao passo que o raio da Terra é um pouco superior a 6.000 quilômetros: quer dizer que a crosta não apresenta, em média, um centésimo do raio da esfera. E sobre esta película, se se pode dizer, que ocorreram os fenômenos geológicos. À base disto, as dobras que estão na origem das cadeias de montanhas: sua formação é chamada orogenia em geologia porque, ao aparecimento de um relevo que vai constituir uma montanha, corresponde, em profundidade, um rompimento proporcional da crosta terrestre, que lhe assegura um embasamento na camada subjacente.

A história da repartição dos mares e das terras pela superfície do globo é de aquisição recente e ainda muito incompleta, mesmo para os períodos menos atingidos que são os melhores conhecidos. É provável que o aparecimento dos oceanos, constituindo a hidrosfera, dataria de meio bilhão de anos, aproximadamente. Os continentes teriam formado uma massa única, no fim da era primária, e teriam, em seguida, se dispersado. Além disso, os continentes ou porções de continentes surgiram pelo jogo da formação de montanhas na zona oceânica (caso do continente norte-atlântico e de uma parte da Europa, por exemplo).

O que preside toda a história da formação das terras emersas é, segundo as ideias modernas, o aparecimento das cadeias de montanhas. Classifica-se toda a evolução das terras, da primária à quaternária, em função das "fases orogênicas", elas mesmas agrupadas em "ciclos" do mesmo nome, toda formação do relevo montanhoso, tendo tido suas repercussões sobre o equilíbrio entre mares e continentes. Ela fez desaparecer certas partes das terras emersas para fazer aparecer outras e modificou há centenas de milhões de anos a repartição das áreas continentais e oceânicas; as primeiras não ocupam atualmente senão três décimos da superfície do planeta.

Assim, podem ser resumidas, muito imperfeitamente e muito incompletamente, as transformações que se produziram nas precedentes centenas de milhões de anos.

No que concerne ao relevo terrestre, o Alcorão não evoca, por assim dizer, senão a formação das montanhas. Com efeito, há pouca coisa a dizer sob o ponto de vista que nos preocupa aqui, dos versículos que exprimem somente a solicitude de Deus para com os homens em relação à formação da terra, como em:

- Capítulo 71, Versículos 19-20:

“Deus vos fez a terra como um tapete, Para que a percorrêsseis por amplos caminhos.”

- Capítulo 51, Versículo 48:

“E dilatamos a terra; e que excelente Dilatador tendes em Nós!”

O tapete que foi estendido, desdobrado, é a crosta ou casca terrestre, concha solidificada sobre a qual nós podemos viver; as camadas subjacentes do globo, sendo muito quentes, fluidas, eram impróprias a todo tipo de vida.

Muito importantes são as proposições alcorânicas relativas às montanhas e as alusões à sua estabilidade, em consequência dos fenômenos de dobramento.

- Capítulo 88, Versículos 19-20:

O contexto convida os ímpios a voltar seus olhos em direção a certos fenômenos naturais, entre os quais:

“E nas montanhas, como foram fixadas? E na terra, como foi dilatada?”

Aqui se ressalta do texto, claramente, a noção de raiz no interior do solo.

Os versículos seguintes o precisam, aliás:

- Capítulo 78, Versículos 67:

“Acaso, não fizemos da terra um leito, E das montanhas, estacas?”

As estacas às quais é feita a alusão são as que servem para fixar uma tenda no solo (awtaad, plural watad).

Os geólogos modernos descrevem os dobramentos do solo, considerando a base rochosa dos relevos, e que têm dimensões variáveis, indo até um quilômetro ou menos a quinze quilômetros. Desse fenômeno de dobramento



resulta a estabilidade da crosta terrestre.

Assim, não nos admiramos ao ler em certas passagens do Alcorão algumas reflexões sobre as montanhas, tais como:

- Capítulo 79, Versículo 32:

“E fixou, firmemente, as montanhas.”

- Capítulo 31, Versículo 10:

“Fixou na terra firmes montanhas, para que não oscile convosco.”

A mesma frase é repetida no Capítulo 16, Versículo 15. A mesma ideia é expressa de maneira pouco diferente no Capítulo 21, Versículo 31:

“E produzimos firmes montanhas na terra, para que esta não oscilasse com eles.”

Esses versículos exprimem que a maneira pela qual são dispostas as montanhas é favorável à estabilidade, o que está perfeitamente de acordo com os dados da geologia.

D - A ATMOSFERA TERRESTRE

Em inúmeros aspectos, concernentes mais precisamente ao céu e que foram examinado, nos capítulos procedentes, o Alcorão contém algumas passagens relativas aos fenômenos que se produzem na atmosfera. Quanto à sua confrontação com os dados da ciência moderna, notar-se-á somente que, aqui como outra parte, há ausência de toda contradição com os conhecimentos científicos que possuímos atualmente dos fenômenos evocados.

A ALTITUDE

É, a bem da verdade, uma reflexão bem banal sobre a dificuldade experimentada em altitude, cada vez mais premente à medida que nos elevamos e que é expressa no Versículo 125, do Capítulo 6:

“A quem Deus quer iluminar, dilata-lhe o peito para o Islam; a quem quer desviar (por tal merecer), oprime-lhe o peito, como aquele que se eleva na atmosfera. Assim, Deus cobre de abominação aqueles que se negam a crer.”

Alguns pretenderam que a noção da dificuldade em altitude era desconhecida dos árabes no tempo de Muhammad. Parece, no entanto, que não é bem assim: a existência, na Península Arábica, de altos cumes com mais de 3500m, torna pouco plausível a ignorância da dificuldade respiratória quando se sobe [A cidade de Sanaa, capital do Iêmen, que era habitada no tempo de Muhammad, está situada a uma altitude aproximada de 2.400m.] Há também comentadores que quiseram ver aí um anúncio da conquista do espaço, o que, parece, deve ser categoricamente rejeitado, para essa passagem pelo menos.

A ELETRICIDADE DA ATMOSFERA

A eletricidade atmosférica - e suas consequências: o raio, o granizo – dá lugar às menções seguintes:

- Capítulo 13, Versículos 12-13:

“Ele é Quem mostra o relâmpago como temor e esperança, e faz surgir as nuvens saturadas de chuva. O trovão celebra os Seus louvores e o mesmo fazem os anjos, por temor a Ele, o Qual lança as centelhas, fulminando, assim, quem Lhe apraz enquanto disputam sobre Deus, apesar de Ele ser poderosamente Inexorável.”

- Capítulo 24, Versículo 43 (já citado neste capítulo):

“Porventura, não reparas em como Deus impulsiona as nuvens levemente? Então as junta, e depois as acumula? Não vês a chuva manar do seio delas? E que Ele envia massas (de nuvens) de granizo, com que atinge quem Lhe apraz, livrando dele quem quer? Pouco falta para que o resplendor das centelhas lhes ofusque as vistas.”

Há nesses dois versículos a expressão de uma correlação manifesta entre a formação de nuvens pesadas ou de granizo e a produção do raio: a primeira, objeto de esperança pelo benefício que ela representa; a segunda, objeto de temor, sua queda está submissa à determinação do Todo-Poderoso. A ligação entre os dois fenômenos está conforme o conhecimento que se tem, em nossos dias, da eletricidade atmosférica.



A SOMBRA

O fenômeno, de explicação banal em nossa época, da sombra e seu deslocamento, é objeto de reflexões tais como as seguintes:

- Capítulo 16, Versículo 48:

“Não reparam, acaso, em tudo quanto Deus tem criado, entre as coisas inanimadas, cujas sombras se projetam ora para a direita ora para esquerda, prostrando-se ante Ele humildemente?”

- Capítulo 25, Versículos 45 e 46:

“Não tens reparado em como o teu Senhor projeta a sombra? Se Ele quisesse, já-la-ia estável! Entretanto, fizemos do sol o seu regente. Logo a recolhemos até Nós, paulatinamente.”

Além do que se refere à humilhação perante Deus de toda coisa criada, inclusive sua sombra, e da retomada por Deus, como lhe apraz, de toda a manifestação de Seu poder, o texto alcorânico faz alusão às relações da sombra com o Sol. É preciso lembrar, a esse propósito, que se acreditava, na época do Muhammad, que o deslocamento da sombra era condicionado pelo deslocamento do Sol de leste para oeste. A aplicação era o quadrante solar para medir o tempo entre o nascer e o pôr do Sol. Aqui, o Alcorão fala do fenômeno sem mencionar sua aplicação corrente na época de sua Revelação: essa explicação foi muito acatada pelos homens durante muitos séculos, depois da época de Muhammad. Mas, afinal, ela teria sido reconhecida como inexata. Assim, o Alcorão fala somente do papel indicador da sombra que o Sol lança. Constatase aqui a ausência de toda discordância entre a maneira pela qual o Alcorão considera a sombra e o que sabe do fenômeno na época moderna.

REINOS VEGETAL E ANIMAL

Foram reunidos neste capítulo numerosos versículos evocando a origem da vida, alguns aspectos do reino vegetal e assuntos gerais ou particulares relativos ao reino animal. O agrupamento, numa classificação racional de versículos,

dispersos em todo o Livro, parece susceptível de dar uma ideia de conjunto dos dados alcorânicos sobre todas essas questões.

Para os assuntos deste capítulo, como para os do capítulo seguinte, o exame do texto alcorânico é, às vezes, particularmente delicado, em razão de certas dificuldades inerentes ao vocabulário. Essas dificuldades não são superadas, senão depois de se considerar os dados científicos relativos ao assunto tratado. É mui especialmente no que concerne aos seres vivos - vegetais, animais e homem -, que a confrontação com os ensinamentos da ciência se demonstra indispensável para encontrar um sentido para certas asserções alcorânicas nesses domínios.

Compreende-se desde logo que numerosas traduções dessas passagens do Alcorão, feitas por literatos, sejam julgadas inexatas por um cientista. Dá-se o mesmo com os comentários, quando seus autores não possuem os conhecimentos científicos indispensáveis para a compreensão do texto.

A - A ORIGEM DA VIDA

A questão, em todos os tempos, preocupou o homem em relação a si mesmo e em relação aos seres vivos que o rodeiam. Examinar-se-á aqui a questão, sob o ponto de vista geral. O caso do homem, cuja aparição na terra e sua reprodução são objetos de considerações muito importantes, será tratado no capítulo seguinte.

Examinando a origem da vida num plano muito geral, o Alcorão a evoca, com uma concisão externa, em um versículo que concerne igualmente ao processo, já citado e comentado, da formação do universo.

- Capítulo 21, Versículo 30:

“Não veem, acaso, os incrédulos, que os céus e a terra eram uma só massa, que desagregamos, e que criamos todos os seres vivos da água? Não creem ainda?”

A noção de procedência não apresenta dúvidas. A frase pode também significar que toda coisa viva foi feita com a água, elemento essencial, ou que toda coisa viva tem por origem a água. Os dois sentidos possíveis estão rigorosamente conforme os dados científicos: considera-se precisamente que a vida



tem uma origem aquática e que a água é o primeiro constituinte de toda célula viva. Sem água, nenhuma vida é possível. Discute-se sobre a possibilidade de vida em um planeta e logo se coloca a questão: teria ele, para tanto, água em quantidade suficiente?

Os dados modernos permitem pensar que os seres vivos mais antigos deveriam pertencer ao reino vegetal: encontraram algas da época pré-cambriana, quer dizer, das terras mais antigas que se conhecem. Os elementos do reino animal devem ter aparecido mais tarde: eles vieram também dos oceanos.

O que é traduzido aqui por água é a palavra *maa*, que designa tanto a água do céu, como a água dos oceanos, ou um líquido qualquer. No primeiro sentido, a água é um elemento necessário a toda vida vegetal:

- Capítulo 20, Versículo 53:

“Foi Ele Quem vos destinou a terra por leito, traçou-vos caminhos por ela, e envia água do céu, com a qual faz germinar distintos pares de plantas.”

Primeira citação de pares entre vegetais, noção à qual voltaremos.

Num segundo sentido, no de líquido sem nenhuma precisão, o termo é empregado sob sua forma indeterminada, para designar o que está na base da formação de todo animal.

- Capítulo 24, Versículo 45:

“E Deus criou da água todos os animais.”

Veremos mais adiante que a palavra se aplica também ao líquido seminal (Segregado pelas glândulas destinadas à reprodução, ela contém os espermatozoides.). Assim, tratando da origem da vida em geral, do elemento que faz nascer as plantas do solo ou do germe do animal, todas as proposições, do Alcorão sobre a origem da vida estão rigorosamente conforme os dados científicos modernos. Nenhum dos mitos que pululavam naquela época sobre a origem da vida tem lugar no texto do Alcorão.

B - O REINO VEGETAL

Não podem ser citadas aqui, na totalidade, as numerosas passagens do Alcorão onde a benfeitoria divina é evocada a propósito do caráter benéfico da

chuva, que faz crescer a vegetação. Escolhamos três versículos sobre esse tema:

- Capítulo 16, Versículos 10-11:

“Ele é Quem envia a água do céu, da qual bebeis, e mediante a qual brotam arbustos com que alimentais o gado. E com ela faz germinar a plantação, a oliveira, a tamareira, a videira, bem como toda a sorte de frutos. Nisto há um sinal para os que refletem.”

- Capítulo 6, Versículo 99:

“É Ele Quem envia a água do céu. Com ela, fizemos germinar todas as classes de plantas, das quais produzimos verdes caules e, destes, grãos espigados, bem como as tamareiras, de cujos talos pendem cachos ao alcance da mão; as videiras, as oliveiras e as romãzeiras, semelhantes (em espécie) e diferentes (em variedade). Reparai em seu fruto, quando frutificam, e em sua madureza. Nisto há sinais para os fiéis.”

- Capítulo 50, Versículos 9-11:

“E enviamos do céu a água bendita, mediante a qual produzimos jardins e cereais para a colheita. E também as frondosas tamareiras, cujos cachos estão carregados de frutos em simetria, Como sustento para os servos; e fazemos reviver, com ela, (a água) uma terra árida. Assim será a ressurreição!”

A essas considerações de ordem geral, o Alcorão acrescenta outras, versando sobre aspectos mais restritos.

O Equilíbrio Reinante no Reino Vegetal

- Capítulo 15, Versículo 19:

“E dilatamos a terra, em que fixamos firmes montanhas, fazendo germinar tudo, comedidamente.”

A Diferenciação dos Alimentos

- Capítulo 13, Versículo 4:

“E na terra há regiões fronteiriças (de diversas características); há plantações, videiras, sementeiras e tamareiras, semelhantes (em espécie) e diferentes (em variedade); são regadas pela mesma água e distinguimos umas das outras no comer. Nisto há sinais para os sensatos.”

É interessante notar a existência desses versículos para pôr em destaque a sobriedade dos termos empregados e a ausência de toda menção, que pudessem traduzir mais as crenças da época que as verdades fundamentais. Mas, são, sobretudo, as proposições alcorânicas, relativas à reprodução no reino vegetal, que prendem a atenção.

Reprodução dos Vegetais

É preciso lembrar que a reprodução no reino vegetal se efetua de duas maneiras: sexual e assexualmente. Para bem dizer, só a primeira merece o nome de reprodução, porque ela define o processo biológico, tendo, por fim, o aparecimento de um novo indivíduo, idêntico aquele que lhe deu o nascimento.

A reprodução assexual é uma simples multiplicação, porque ela resulta da fragmentação de um organismo que, separado da própria planta, vai adquirir um desenvolvimento, tornando-o semelhante àquele do qual se originou. Guilliermond e Mangenot o consideram como “um caso particular do crescimento”. Um outro exemplo muito simples é fornecido por tanchões: um ramo cortado da planta, colocado no solo convenientemente irrigado se regenera pelo desenvolvimento das raízes novas. Algumas plantas têm órgãos especializados para isso, outras soltam esporos que se comportam, se é que se possa dizer, como grãos [que, convém lembrar, são o resultado de um processo de reprodução sexual].

A reprodução sexual dos vegetais se opera por acasalamento de elementos fêmeas, pertencentes a formações geradoras reunidas na mesma planta ou separadas. Somente ela é considerada no Alcorão.

- Capítulo 20, Versículo 53:

“Foi Ele Quem vos destinou a terra por leito, traçou-vos caminhos por ela, e envia água do céu, com a qual faz germinar distintos pares de plantas.”

Elemento de acasalamento é a tradução da palavra *zawj* (plural *azwaaj*), cujo sentido primitivo é “aquele que, com mais um outro, forma o par”; a palavra se aplica tanto aos esposos como aos sapatos.

- Capítulo 22, Versículo 5:

“E observai que a terra é árida; não obstante, quando (Nós) fazemos descer a água sobre

ela, move-se e se impregna de fertilidade, fazendo brotar todas as classes de pares de viçosos (frutos)."

- Capítulo 31, Versículo 10:

"E enviamos a água do céu, com que fazemos brotar toda a nobre espécie de casais."

- Capítulo 13, Versículo 3:

"Assim como estabeleceu dois gêneros de todos os frutos."

Sabe-se que o fruto é o termo do processo de reprodução dos vegetais superiores que têm a organização mais elaborada, mais complexa. O estágio que precede o fruto é o da flor, com seus órgãos masculinos (estames) e feminino (óvulos). Estes últimos, após a colocação do pólen, são frutos, que, depois da maturação, liberam as sementes. Todo fruto inclui, portanto, a existência de órgãos, masculinos e femininos. É o que esse versículo alcorânico quer dizer.

É preciso notar, entretanto, que, em algumas espécies, os frutos pode provir não fecundadas (frutos partenocárpicos) como a banana, certos tipos de abacaxis, de figo, de laranja e de vinhas. Elas, no entanto, provêm de vegetais sexuados.

A conclusão da- reprodução se faz pelo processo de germinação do grão, depois da abertura de seu envelope exterior (que pode ser condensado em um caroço). Esta abertura permite a saída de raízes, que vão sugar, no solo, o que é necessário à planta de vida incipiente - o grão -, para que ela se desenvolva e dê um novo indivíduo.

Um versículo alcorânico faz alusão a esta germinação:

- Capítulo 6, Versículo 95:

"Deus é o Germinador das plantas graníferas e das nucleadas! Ele faz surgir o vivo do morto e extrai o morto do vivo. Isto é Deus! Como, pois, vos desviáveis?"

O Alcorão que, com frequência repetiu a existência desses elementos aos pares no reino vegetal, inscreveu essa noção de casal no quadro mais geral, aos limites não fixados:

- Capítulo 36, Versículo 36:



“Glorificado seja Quem criou pares de todas as espécies, tanto naquilo que a terra produz como no que eles mesmos geram, e ainda mais o que ignoram.”

Podemos levantar múltiplas hipóteses sobre a significação dessas coisas que os homens não conheciam na época de Muhammad e das quais descobrimos, em nossos dias, estruturas e funcionamento acoplados na ordem do infinitamente pequeno, como na do infinitamente grande, tanto no mundo vivente, como no mundo não vivente. O essencial é examinar as noções claramente expressas e constatar, mais uma vez, que aí não encontramos discordâncias com a ciência da atualidade.

C - O REINO ANIMAL

Muitas questões relativas ao reino animal são objeto, no Alcorão de considerações que exigem que se proceda a uma confrontação com os conhecimentos científicos modernos sobre esses pontos particulares. Mas, aqui ainda, dar-se-ia uma visão incompleta do que o Alcorão contém a esse respeito, se não relatamos uma passagem, como a que vem em seguida, em que a criação de certos elementos do reino animal é lembrada, com o fim de levar os homens a refletir sobre as benfeitorias divinas a seu respeito. Esta passagem é citada essencialmente para dar um exemplo da maneira pela qual o Alcorão evoca essa harmoniosa adaptação da criação às necessidades dos homens, em particular no caso dos rurais, porque ela não oferece matéria a um exame de outra ordem.

Capítulo 16, Versículos 5-8:

“E criou o gado, do qual obtendes vestimentas, alimento e outros benefícios. E tendes nele encanto, quer quando o conduzis ao apriscos, quer quando, pela manhã, os levais para o pasto. Ainda leva as vossas cargas até as cidades, às quais jamais chegaríeis, senão à custa de grande esforço. Sabei que o vosso Senhor é Compassivo, Misericordiosíssimo. E (criou) o cavalo, o mulo e o asno para serem cavalgados e para o vosso deleite, e cria coisas mais, que ignorais.”

Ao lado dessas considerações de ordem geral, o Alcorão expõe alguns dados sobre assuntos bem diversos:

- reprodução no reino animal;

- menção da existência de comunidades animais;
- reflexões sobre as abelhas, a aranha, os pássaros;
- enunciado sobre a proveniência do leite animal.

1. Reprodução no Reino Animal

Ela é muito sumariamente evocada nos Versículos 45-46 do Capítulo 53:

“E que Ele criou (tudo) em pares: o masculino e o feminino, De uma gosta de esperma, quando alojada (em seu lugar).”

Elemento de par é a mesma expressão que encontramos nos versículos que tinham tratado da reprodução vegetal, os sexos são assim designados.

O pormenor notavelmente acentuado está na precisão dada sobre a pequena quantidade necessária para a reprodução. A mesma palavra que designa o esperma, sendo empregada para o homem, está no capítulo seguinte em que um comentário será dado sobre o interesse dessa observação.

2. A Existência de Comunidades Animais

- Capítulo 6, Versículo 38:

“Não existem seres alguns que andem sobre a terra, nem aves que voem, que não constituam nações semelhantes a vós. Nada omitimos no Livro; então, serão congregados ante seu Senhor.”

Vários pontos deste versículo devem ser comentados. Primeiro, o destino dos animais’ depois de sua morte, parece bem ser evocado: O Islam não tem sobre esse ponto, aparentemente nenhuma doutrina. Em seguida, a predestinação geral (Vimos, na introdução da terceira parte deste livro, o que, para o caso do homem, seria necessário para pensar sobre a predestinação.), que parece ser tratada aí, poderia se conceber como predestinação absoluta ou como predestinação relativa limitada a estruturas e a uma organização funcional, condicionando um modo de comportamento: o animal reage a impulsos exteriores diversos em função de um condicionamento particular.



Segundo Blachère, um comentador antigo como Razi pensava que esse versículo não considerava senão os atos instintivo pelos quais os animais rendem homenagem a Deus.

O Sheikh Boubakeur Hamza, nos comentários de sua tradução do Alcorão, fala do instinto que impele, segundo a sabedoria divina, todos os seres a se unir para sua reprodução e a se organizar em comunidades que exigem, para serem viáveis, que o trabalho de cada membro sirva a todo grupo.

Esses comportamentos animais foram minuciosamente estudados nestes últimos decênios e chegou-se a pôr em evidência verdadeiras comunidades animais. Certamente, o exame do resultado do trabalho de uma coletividade pode, já faz muito tempo, fazer admitir a necessidade de uma organização comunitária.

Mas não foi senão em um período recente, que foram descobertos os mecanismos que presidem a tais organizações entre certas espécies. O caso melhor estudado, e o mais conhecido, é sem dúvida o das abelhas, a cujo comportamento o nome de Von Frisch está ligado. Von Frisch, Larenz e Tinbergen receberam, a esse título, o prêmio Nobel em 1973.

3. Reflexões Concernentes às Abelhas, às Aranhas e aos Pássaros

Quando especialistas do sistema nervoso querem dar frisantes exemplos da prodigiosa organização que rege o comportamento animal, os animais, talvez mais comumente citados são as abelhas, as aranhas e os pássaros (sobretudo os migradores). Em todo caso, podemos afirmar que esses três grupos constituem belíssimos modelos de uma alta organização.

Que o texto do Alcorão faça menção a essa triade exemplar, no mundo animal, responde perfeitamente ao caráter excepcionalmente interessante do ponto de vista científico de cada um dos animais citados aqui.

A ABELHA

É ela que, no Alcorão, é objeto do mais longo comentário:

- Capítulo 16, Versículos 68-69:

“E teu Senhor inspirou as abelhas, (dizendo): Construí as vossas colmeias nas montanhas, nas árvores e nas habitações (dos homens). Alimentai-vos de toda a classe de frutos e segui, humildemente, pelas sendas traçadas por vosso Senhor! Sai do seu abdômen um líquido de variadas cores que constitui cura para os humanos. Nisto há sinal para os que refletem.”⁶⁷

É déficit saber o que significa exatamente a ordem de seguir humildemente os caminhos do Senhor, a não ser de um ponto de vista geral. Tudo o que podemos dizer, em função do conhecimento que se tem do estudo de seu comportamento, é que aqui - como em cada um dos três casos de animais mencionados a título exemplar no Alcorão -, uma extraordinária organização nervosa é o suporte do comportamento. Sabe-se que, por sua dança, as abelhas têm um meio de comunicação entre si; elas são capazes de dar a conhecer, assim, aos congêneres, em que direção e a que distância se encontram as flores a despojar. A famosa experiência de Von Frisch demonstrou a significação dos movimentos do inseto, destinados à transmissão da informação entre abelhas obreiras.

A ARANHA

Faz-se menção à aranha no Alcorão para acentuar a fragilidade de sua morada, a mais tênue de todas. É um refúgio tão precário, diz o texto alcorânico, como aquele a que se dão os homens ao escolher senhores além de Deus.

- Capítulo 29, Versículo 41:

“O exemplo daqueles que adotam protetores, em vez de Deus, é igual ao da aranha, que constrói a sua própria casa. Por certo que a mais fraca das casas é a teia de aranha. Se o soubessem!”

67 - O último verso é o único do Alcorão, seja dito, de passagem, que menciona uma possibilidade de um remédio para os homens. O mel pode, com efeito, ter sua utilidade em certas infecções. Em nenhuma parte, aliás, o Alcorão faz alusão a qualquer arte de curar que seja, contrariamente a tudo o que dissemos.

A teia de aranha, com efeito, é constituída de fios de seda segregados pelas glândulas que o animal possui e cujo calibre é ínfimo. Sua tenuidade é inimitável pelo homem. Os naturalistas se interrogam sobre o extraordinário piano de trabalho registrado pelas células nervosas do animal e que lhe permitem elaborar uma teia cuja geometria é perfeita; mas, disso, o Alcorão não fala.

OS PÁSSAROS

Os pássaros são objetos de frequentes menções no Alcorão, onde eles intervêm em episódios da vida de Abraão, de David, de Salomão e de Jesus. Essas menções não têm relação com o assunto tratado aqui.

Constatamos mais acima o versículo que concernia à existência de comunidades de animais terrestres e de pássaros:

- Capítulo 6, Versículo 38:

“Não existem seres alguns que andem sobre a terra, nem aves que voem, que não constituam nações semelhantes a vós.”

Dois outros versículos põem em relevo a estrita submissão dos pássaros aos poderes de Deus:

Capítulo 16, Versículo 79:

“Não reparam, acaso, nos pássaros dóceis, que podem voar através do espaço? Ninguém senão Deus é capaz de sustentá-los ali! Nisto há sinal para os fiéis.”

Capítulo 67, Versículo 19:

“Não reparam, acaso, nos pássaros que pairam sobre eles, protraindo e recolhendo as suas asas? Ninguém os mantém no espaço, senão o Clemente, porque é Onividente.”

A tradução de uma palavra de cada um desses versículos é delicada. A que foi dada aqui exprime a ideia que Deus mantém em seu Poder os pássaros. O verbo árabe de que se trata é, *amsaka*, cujo sentido primitivo é “pôr a mão sobre, apanhar, ter, reter alguém”.

Podemos perfeitamente cotejar esses versículos, que põem em destaque a dependência particularmente estreita do comportamento do pássaro em relação à ordem divina com os dados modernos, que mostram o ponto de perfeição atingido por algumas espécies de pássaros, quanto à programação de seus deslocamentos. É exatamente a existência, de um programa de migração, inscrito no código genético do animal, que pode informar os trajetos complicados e muito longos que os pássaros muito jovens, sem experiência anterior, sem nenhum guia, sejam capazes de cobrir para voltar, em data certa, ao ponto de partida. No seu livro, *O Poder e a Fragilidade* (Flammarion, 1972, Paris.), o professor Hamburger cita, a título de exemplo, o caso célebre do “mutton-bird”, do Oceano Pacífico, cuja revoada de 25.000 quilômetros é toda feita na forma do número 8 (Ele efetua esse percurso em seis meses, para voltar ao seu ponto de partida, com um atraso máximo de uma semana, sem ajuda de um guia.). Admite-se que as diretivas muito complexas para uma tal viagem estejam inscritas, necessariamente, nas células nervosas do pássaro. Elas foram certamente programadas. Quem é programador?

4. Proveniência dos Constituintes do Leite Animal

A proveniência do leite animal é definida pelo Alcorão (Capítulo 16, Versículo 66) em rigorosa conformidade com os dados do conhecimento moderno. A maneira de traduzir e interpretar esse versículo é toda pessoal, pois as traduções, mesmo modernas, lhe dão habitualmente uma significação que não é muito aceitável, na minha opinião. Eis dois exemplos:

Tradução de R. Blachère:

“Na verdade, tendes no gado um ensinamento. Nós vos damos a beber um leite puro, que vem de suas entranhas, delicioso para os que bebem, dentre os alimentos digeridos e do sangue.” (G. P. Maisonneuve et Larose, 1966, Paris.)

Tradução do Professor Hamidullah:

“Certamente que sim, nos vossos animais há sobre o que refletir. Daquilo que está em seus ventres, entre o excremento e o sangue. Nós vos damos a beber um leite puro, de leve digestão para quem o bebe.” (Clube Francês do Livro, 1971.)

Todo fisiologista a quem se apresentava esses textos responde que eles eram obscuros, porque aí não aparece muita concordância com as noções mo-

dernas, mesmo as mais elementares. Essas linhas são, no entanto, obra de eminentíssimos arabistas. Mas, sabe-se muito bem que um tradutor, por experiente que seja, é susceptível de cometer um erro na tradução de enunciados científicos, se ele não é especializado na disciplina da qual se trata.

A tradução-que me parece viável é a seguinte:

“Em verdade, há para vós, em vossos rebanhos, um ensinamento: Nós vos damos de beber do que se encontra no interior de seus corpos (e que) provém da conjunção entre o conteúdo do intestino e o sangue, um leite puro, fácil de ser tomado por aqueles que o bebem”.

Esta interpretação está muito próxima daquela que dá, na sua edição de 1973, o Muntakhab, editado pelo Conselho Supremo dos Negócios Islâmicos do Cairo, e que se apoia sobre os dados da fisiologia moderna.

Do ponto de vista do vocabulário, a tradução proposta é justificada assim:

Traduzi “no interior de seus corpos” e não, como R. Blachère ou o professor Hamidullah, “em seus ventres”, porque a palavra batn quer dizer tanto “meio, interior de uma coisa”, como “ventre”. Essa palavra não tem aqui um sentido anatômico preciso. “No interior do corpo” me parece enquadrada perfeitamente com o contexto.

A noção de “proveniência” dos constituintes do leite é expressa pela palavra min e a de “conjunção” por bayni; esta última significa somente “no meio de” ou “entre”, como nas duas outras traduções citadas, mas serve também para exprimir que se colocam em presença duas coisas ou duas pessoas.

Do ponto de vista científico, é preciso fazer apelo para perceber o sentido desse versículo.

As substâncias essenciais, que asseguram a nutrição do organismo em geral, provêm de transformações químicas que se operam ao longo do tubo digestivo. Essas substâncias provêm de elementos presentes no conteúdo do intestino. Quando no intestino, elas chegam a um estágio apropriado de transformação química e passam através de sua parede para a circulação geral. Essa passagem se faz de duas maneiras: quer diretamente pelo que chamamos de vasos linfáticos, quer indiretamente pela via circulatória que as conduz antes ao

fígado onde elas passam por modificações; dali elas emergem para reencontrar, enfim, a circulação geral. Dessa maneira, tudo transita finalmente pela circulação sanguínea.

As constituintes do leite são segregadas pelas glândulas mamárias. Estas se nutrem, se pode dizer, dos produtos da digestão dos alimentos que lhe são levados pelo sangue circulante. O sangue faz o papel de coletor e de transportador de materiais extraídos dos alimentos, para levar a nutrição às glândulas mamárias produtoras de leite, como a não importa qual outro órgão.

Aqui, tudo procede a partir de uma colocação do conteúdo intestinal e do sangue ao nível mesmo da parede intestinal. Esta noção exata decorre das conquistas da química e da filosofia da digestão. Ela era rigorosamente desconhecida no tempo do Profeta Muhammad: seu conhecimento remonta ao período moderno.

Quanto à descoberta da circulação do sangue, a obra de Harvey se situa dez séculos aproximadamente após a Revelação Alcorânica.

Eu penso que a existência, no Alcorão, de versículos que fazem alusão a essas noções não pode ter explicação humana, em razão da época em que elas foram formuladas.

REPRODUÇÃO HUMANA

A reprodução é um assunto sobre o qual toda obra humana antiga, a partir do momento em que ela é tratada, quando muito superficialmente, emite infalivelmente concepções errôneas. Na Idade Média - e mesmo num período que não é tão recuado -, todo tipo de mitos e superstições envolviam a reprodução. Nem poderia ser diferente, pois que, para compreender esses mecanismos complexos, foi preciso que o homem conhecesse a anatomia, descobrisse o microscópio e que nascessem as ciências chamadas fundamentais, das quais se nutrem a fisiologia, a embriologia, a obstetria etc.

Para o Alcorão, é tudo diferente. O Livro evoca em numerosos lugares

mecanismos precisos e menciona as fases bem definidas da reprodução, sem oferecer à leitura o menor enunciado maculado pela inexatidão. Tudo aí é expresso, em termos simples, facilmente acessíveis à compreensão dos homens e rigorosamente de acordo com o que será descoberto muito mais tarde.

Evocada em várias dezenas de versículos alcorânicos, sem nenhuma ordenação aparente, a reprodução humana é exposta com a ajuda de enunciados, versando cada um sobre ou vários pontos particulares. Deve-se reagrupá-los para se fazer uma ideia do conjunto. Aqui, como para outros assuntos já tratados, o seu comentário será facilitado.

RECOLOCAÇÃO DE CERTAS NOÇÕES

A revisão de algumas noções, que eram ignoradas na época da Revelação Alcorânica e nos séculos posteriores, é indispensável.

A reprodução humana é assegurada por uma série de processos, comuns aos mamíferos, no início dos quais existe a fecundação, na trompa, de um óvulo que se destaca do ovário no meio do ciclo menstrual.

O agente fecundante é o espermatozoide, porque uma única célula germinal é suficiente: é preciso, portanto, para assegurar a fecundação, uma quantidade ínfima desse líquido espermático, que contém os espermatozoides em número considerável (de dezenas de milhões para uma ejaculação).

O líquido é reproduzido pelos testículos e momentaneamente estocado num sistema de reservatórios e canais que se ligam finalmente às vias urinárias; as glândulas anexas, dispostas ao longo dessas últimas, ajuntam ao espermatozoide uma secreção suplementar, mas sem elementos fecundantes.

É em um ponto preciso do aparelho genital feminino que se produz o nidamento do ovo assim fecundado: ele desce através das trompas no útero e ali se aninha ao nível do corpo do útero, onde não tarda a se agarrar literalmente, inserindo-se em sua espessura, na mucosa e no músculo, depois da formação da placenta e com a ajuda dela. Se a fixação do ovo fecundado tem lugar, por exemplo, na trompa, em vez de se produzir no útero, a gravidez será interrompida.

O embrião, desde que começa a ser observável a olho nu, se apresenta sob o aspecto de uma pequena massa de carne, no seio da qual a aparência de um ser humano é inicialmente indiscernível. Ele se desenvolve progressivamente por estágios sucessivos, hoje em dia bem conhecidos, o que vai dar ossatura do corpo humano: o sistema ósseo, com ao redor de si, os músculos, o sistema nervoso, o sistema circulatório, as vísceras etc.

São essas noções que vão servir de termos de comparação com o que podemos ler, no Alcorão, sobre a reprodução.

A REPRODUÇÃO HUMANA NO ALCORÃO

Fazer-se uma ideia do conteúdo alcorânico sobre esse assunto não é coisa fácil. Uma primeira dificuldade vem da dispersão, por todo Livro, dos enunciados que lhe concernem, como assinalamos; mas não se trata de uma complicação capital. O que é muito mais susceptível de desorientar o investigador é, ainda aqui, um problema de vocabulário.

Com efeito, são sempre difundidos em nossa época traduções e comentários de algumas passagens, que podem dar aos cientistas que os leem uma ideia completamente falsa da Revelação Alcorânica sobre o assunto em questão. É assim que a maior parte das traduções evocam a formação do homem a partir de um “coágulo de sangue”, “de aderência”; tai enunciado é, para um cientista especializado nesse domínio, rigorosamente inadmissível. Jamais o homem teria uma tal origem. Veremos, no parágrafo que trata do nidamento do ovo no útero materno, as razões pelas quais distinguidos arabistas, sem cultura científica, são levados a cometer tais erros.

Uma tal constatação deixa supor como vai ser importante a associação dos conhecimentos concernentes à língua e aos conhecimentos científicos, para que se dê a perceber o sentido dos enunciados alcorânicos sobre a reprodução.

O Alcorão ressalta, em primeiro lugar, as transformações sucessivas que o embrião sofre, até o fim, no útero materno.

- Capítulo 82, Versículos 6-8:

“Ó humano, o que te fez negligente em relação ao teu Senhor, o Munificentíssimo, Que te criou, te formou, te aperfeiçoou, E te modelou, na forma que Lhe aprouve?”

- Capítulo 71, Versículo 14:



“Sendo que Ele vos criou gradativamente?”

Ao lado dessas considerações bem gerais, o texto alcorânico chama a atenção sobre diversos pontos concernentes à reprodução, que parecem poder se classificados assim:

- 1 - A fecundação se opera graças a um bem pequeno volume de líquido;
- 2 - A natureza do líquido fecundante;
- 3 - O nidamento do ovo fecundado;
- 4 - A evolução do embrião.

1-A Fecundação se opera graças a um bem pequeno volume de líquido

Onze vezes o Alcorão volta a essa noção, empregando a expressão que encontramos em:

- Capítulo 16, Versículo 4:

“Criou o homem de uma gota de sêmen, e o mesmo passou a ser um declarado opositor.”

Somos obrigados a traduzir por gota⁶⁸ (de esperma) a palavra árabe *nutfat*, por não existir em português o vocábulo rigorosamente apropriado. É preciso dizer que esta palavra vem de um verbo que significa escorrer, destilar; ele serve para indicar o que pode restar em um recipiente, uma vez que o esvaziamos. Ele indica, portanto, exatamente uma pequena quantidade de líquido, de onde o sentido de gota d'água e, aqui, gota de esperma, porque a palavra é associada num outro versículo à palavra esperma.

- Capítulo 75, Versículo 37:

“Não foi a sua origem uma gota de esperma ejaculada?”

Um outro versículo indica que a gota em questão é posta em um lugar de morada fixa (*qaraar*), que, com toda evidência, designa o aparelho genital.

Capítulo 23, Versículo 13. Deus fala:

68 - Em francês, foi traduzido *goutte*.

“Em seguida, fizemo-lo uma gota de esperma, que inserimos em um lugar seguro.”

E preciso acrescentar que o qualificativo que, no texto, se relaciona a essa moda fixa *makiyn* não é absolutamente traduzível, me parece, em português. Ele exprime ideia de lugar distinto, elevado, estabelecido solidamente. Qualquer que seja, trata-se do lugar de crescimento do homem no organismo materno. Mas o que importa, sobretudo, é acentuar essa noção de uma pequena quantidade de líquido, necessário à fecundidade, rigorosamente de acordo com o que se conhece em nossa época.

2 - A Natureza do Líquido Fecundante

O Alcorão menciona esse líquido, que assegura a fecundação com os qualificativos interessantes de examinar.

a) “Esperma”, como acaba de se precisar [Capítulo 75, Versículo 37].

b) “Líquido emitido”: “[O homem] foi formado de um líquido emitido” [Capítulo 86, Versículo 6].

c) “Um líquido vil” [Capítulo 32, Versículo 8 e Capítulo 77, Versículo 20].

O qualificativo vil (*mahiyn*) pode ser interpretado, parece, não sob o ponto de vista da qualidade do próprio líquido, mas, antes, em função do fato de que ele é emitido pela terminação do aparelho urinário, servindo do conduto que dá saída à urina.

d) As “misturas” ou “o que é misturado” (*amchaaj*): “Em verdade, criamos o homem, de esperma misturado, para prova-lo, e o dotamos de ouvidos e vistas.” [Capítulo 76, Versículo 2].

Muitos comentadores, como professor Hamidullah, viram nessas misturas o elemento masculino e o elemento feminino. Deu-se o mesmo com os autores antigos que não poderiam ter a menor ideia da fisiologia da fecundação e, particularmente, do que são essas condições biológicas do lado da mulher; eles consideravam que a palavra evocava simplesmente a reunião de dois elementos.

Mas os comentários modernos, como o de Muntakhab, editado pelo Conselho Supremo dos Negócios Islâmicos do Cairo, retificam essa maneira de ver, e discernem aí que a gota de esperma é “dotada de vários elementos”. O comentário de Muntakhab não dá detalhes mas, a meu ver, sua observação é muito judiciosa.



Quais são, portanto, os elementos diversos do esperma?

O líquido espermático é formado de secreções diversas, provenientes das glândulas seguintes:

a) os testículos (a secreção da glândula genital masculina contém os espermatozoides, células alongadas providas de um longo flagelo e imersas num líquido (seroso);

b) as vesículas seminais: órgãos, reservatórios de espermatozoides, dispostos perto da próstata, têm também uma secreção própria, sem elementos fecundantes;

c) a próstata ela segrega um líquido, dando ao esperma seu aspecto cremoso e seu odor particular;

d) as glândulas anexas das vias urinárias: as glândulas de Cooper ou de Méry são segregadoras de um líquido condutor, as glândulas de Litré segregam o mucus.

Essas são as fontes dessas «misturas», das quais o Alcorão parece tanto falar.

Porém, há ainda mais. Se o Alcorão fala de um líquido fecundante formado de diversos elementos, ele nos adverte sobre o fato de que a descendência do homem será assegurada por qualquer coisa que pode ser extraída desse líquido. É o sentido do Versículo 8 do Capítulo 32:

“Então, formou-lhe uma prole da essência de sêmen sutil.”

A palavra árabe traduzida aqui por quinta essência (sulaatat) designa um objeto extraído, saído de outro, a melhor parte de uma coisa. Que se o traduza de uma maneira ou de outra, trata-se da parte de um todo.

O que produz a fecundação do óvulo e assegura a reprodução é uma célula de forma muito alongada, de dimensão calculada, em uma escala de 1/10.000 de milímetro. Um só elemento entre várias dezenas de milhões, emitidos pelo homem em condições normais⁶⁹, conseguirá penetrar no óvulo; um número considerável ficará, no caminho e não conseguirá percorrer o trajeto, que, da vagina, conduz ao óvulo através da cavidade do útero e da trompa. Será,

69 - Podemos avaliar que um centímetro cúbico de esperma contém 25 milhões de espermatozoides, nas condições normais de uma ejaculação de alguns centímetros cúbicos.

portanto, uma ínfima parte extraída dum líquido, de formação muito complexa, que manifestará sua atividade.

Como, por consequência, não se admirar com a concordância entre o texto alcorânico e o conhecimento científico, quo temos em nossa época, desses fenômenos?

3 - O Nidamento do Ovo no Aparelho Feminino

O ovo, uma vez fecundado na trompa, desce para se aninhar no interior da cavidade uterina: é o que se chama nidamento do ovo. O Alcorão denomina útero, onde o ovo fecundado se localiza:

“Nós⁷⁰ vos criamos... de algo que se espera”

A fixação do ovo no útero é realizada pelo desenvolvimento de vilosidades [Saliência delgada do cório, através da qual passa a nutrição do embrião], verdadeiros prolongamentos do ovo que vão, como as raízes no solo, sugar, na espessura do órgão, o que é necessário ao desenvolvimento do ovo. Essas formações agarram literalmente o ovo ao útero. Seu conhecimento data dos tempos modernos.

Essa ação de agarrar é mencionada cinco vezes no Alcorão.

- Primeiramente dos dois primeiros versículos do capítulo 96:

“Lê, em nome do teu Senhor Que criou; Criou o homem de algo que se agarra.”

“Qualquer coisa que se agarra” é a tradução da palavra ‘alaq. É o seu sentido primitivo. Um sentido derivado deste, “posta de sangue”, que figura comumente nas traduções, é uma inexatidão, contra a qual convém se precaver, o homem jamais passou por um estágio de posta de sangue. E o mesmo ocorre com outra tradução dada: “aderência”, que é também um termo improprio. O sentido primitivo [..qualquer coisa que se agarra”), responde perfeitamente à realidade hoje bem estabelecida.

Essa noção é lembrada em quatro versículos, evocando as transformações sucessivas desde o estágio de gota do esperma até o fim.

70 - É Deus quem fala



- Capítulo 22, Versículo 5:

“(Nós) vos criamos... de algo que se agarra”.

- Capítulo 23, Versículo 14:

“Então, convertemos a gota de esperma em algo que se agarra.”

- Capítulo 40, Versículo 67:

“Ele foi Quem vos criou do pó, depois do sêmen, depois de algo que se agarra.”

- Capítulo 75, Versículos 37-38:

“Não foi a sua origem uma gota de esperma ejaculada Não foi a sua origem uma gota de esperma ejaculada?”

O órgão onde se desenvolve a gravidez é qualificado no Alcorão, como já vimos, por uma palavra sempre empregada em árabe para designar o útero. Ele recebe, em certos capítulos, o nome de “morada fixa” (Capítulo 23, Versículo 13, que foi citado anteriormente, e o Capítulo 77 , Versículo 21⁷¹).

4. A Evolução do Embrião no Interior do Útero

Tal como é descrita pelo Alcorão, ela responde perfeitamente ao que sabemos hoje em dia de algumas etapas do desenvolvimento do embrião e ela não contém nenhum enunciado que a ciência moderna poderia criticar.

Após “o que se agarra”, expressão à qual vimos até que ponto está bem fundamentada, o embrião, diz o Alcorão, passa pelo estágio de carne (como a carne amorfa) e depois aparece o tecido ósseo que é recoberto de carne (definida por uma palavra diferente da precedente e que significa carne fresca).

71 - Em um outro versículo (Capítulo 6, Versículo 98), trata-se, para o homem, de um lugar de morada fixa, expressa por um termo muito vizinho do precedente e que parece bem designar igualmente o útero materno. Pessoalmente, penso que esse é o sentido do versículo, mas sua interpretação detalhada implicaria excessivo desenvolvimento, que não tem lugar neste estudo. De interpretação extremamente delicada, é também o versículo seguinte: “(Deus) Configura-vos paulatinamente no ventre de vossas mães, entre três trevas.” (zulumaat). (Surat 39:6) Interpretações modems do Alcorão veem aí os três planos anatômicos que protegem a criança em gestação: a parede do abdome, o útero mesmo, os envoltórios do feto (placenta, membrana e líquido amniótico). Eu me permito citar esse versículo para ser completo: A interpretação dada aqui não me parece discutível anatomicamente, mas será exatamente o que o texto alcorânico queria dizer?

- Capítulo 23, Versículo 14:

“Então, convertemos a gota de esperma em algo que se agarra, transformamos o coágulo em feto e convertemos o feto em ossos; depois, revestimos os ossos de carne; então, o desenvolvemos em outra criatura. Bendito seja Deus, Criador por excelência.”

O feto foi traduzido da palavra mudghat; a carne (como a da carne fresca), foi traduzida da palavra lahm. Esta distinção merece ser destacada: O embrião é inicialmente uma pequena massa que, a olho nu, em certo estágio de desenvolvimento, tem a aparência de carne amorfa. O sistema ósseo se desenvolve no seio dessa massa no que chamamos de mesênquima. Os ossos formados são revestidos por massas musculares: é a elas que se aplica a palavra lahm.

Sabemos que, no curso desse desenvolvimento embrionário, algumas partes aparecem bastante desproporcionadas com o que será mais tarde o indivíduo e outras restam proporcionadas.

Não é o sentido que tem a palavra mukhallaq, que significa “formado com proporções”, que é empregado no Versículo 5 do Capítulo 22 para evocar esse fenômeno?

“(Nós) vos criamos... algo que se agarra e, finalmente, em feto, com forma ou amorfo...”

O Alcorão evoca também o aparecimento dos sentidos e das vísceras:

- Capítulo 32, Versículo 9:

“Dotou a todos vós da audição, da visão e das vísceras.”

Ele faz alusão à formação do sexo:

- Capítulo 53, Versículos 45-46:

“E que Ele criou (tudo) em pares: o masculino e o feminino, De uma gosta de esperma, quando alojada (em seu lugar).”

A formação do sexo é também evocada no Capítulo 35, Versículo 11 e Capítulo 75, Versículo 39.

Todos esses enunciados alcorânicos devem ser, como vimos, comparados às noções estabelecidas na época moderna: sua concordância com elas é evidente.



Mas é, igualmente, extremamente importante confrontá-los com as crenças gerais sobre esse assunto, que eram comuns no período da Revelação Alcorânica, para se compreender até que ponto os homens daquele tempo estavam longe de ter noções semelhantes sobre esses problemas.

Ninguém duvida que eles não saberiam, então, interpretar essa Revelação como nós a compreendemos em nossos dias, visto que os dados do conhecimento moderno hoje não ajudam nisso. É, com efeito, somente no decorrer do século XIX que se terá sobre questões, uma visão um pouco mais clara.

Durante toda a Idade Média, mitos e especulações sem fundamento estavam na origem das doutrinas mais variadas: elas foram ainda acatacas por muitos séculos depois. Sabemos que a etapa fundamental da história da embriologia foi a afirmação, por Harvey, em 1651, de que “tudo que vive vem inicialmente de um ovo” e que o embrião se forma progressivamente parte, após parte. Naquela época - em

que a ciência nascente tinha, no entanto, grandemente se beneficiado, para o assunto que nos interessa, com a invenção recente do microscópio -, sê discutia, ainda, sobre os papéis respectivos do ovo e do espermatozoide. O grande naturalista Buffon era do clã dos ovistas, em cujo nível Bonnet sustentava a teoria do encaixe dos germes: o ovário de Eva, mãe da espécie humana, teria contido os germes de todos os seres humanos, encaixados uns nos outros. Esta hipótese era de certo modo aprovada no século XVIII.

Há mais de um milênio antes dessa época, em que as doutrinas fantásticas estavam ainda em vigor, os homens já tinham conhecimento do Alcorão. Seus enunciados sobre a reprodução humana exprimiam, em termos simples, verdades primárias, que os homens levaram tantos séculos para descobrir.

ALCORÃO E A EDUCAÇÃO SEXUAL

É crença de nossa época terem sido feitas muitas descobertas, em todos os domínios. Ela considera que inovou em matéria de educação sexual e pensa que a abertura dos jovens ao conhecimento dos problemas da vida é uma aquisição do mundo moderno e que os séculos passados foram marcados, sobre esse assunto, por um obscurantismo intencional sobre o qual muito dizem que

as religiões - sem precisar - são responsáveis.

Ora, tudo que acaba de ser exposto aqui, constitui a prova de que há aproximadamente catorze séculos, as questões teóricas, se se pode dizer, concernentes à reprodução humana, foram trazidas ao conhecimento dos homens, na medida em que se podia fazê-lo, levando-se em conta o fato de que não se possuíam dados anatômicos e fisiológicos, permitindo amplos desenvolvimentos, e que era necessário, para ser compreendido, empregar uma linguagem simples e apropriada à capacidade de compreensão dos ouvintes da Predicação.

Os aspectos práticos não foram tampouco silenciados. Encontramos no Alcorão uma infinidade de detalhes sobre a vida prática em geral, sobre o comportamento que devem ter os homens em múltiplas circunstâncias de sua existência. A vida sexual não foi excluída.

Dois versículos do Alcorão concernem à relação sexual propriamente dita. Ela é evocada em termos que aliam o desejo do impulso com a necessária decência. Quando nos reportamos às traduções e aos comentários explicativos que foram feitos, nos espantamos com suas divergências. Durante muito tempo hesitei sobre a tradução desses versículos. Eu devo a que eu proponho ao Dr. A. H. Giraud, antigo professor da Faculdade de Medicina de Beirute.

- Capítulo 86, Versículos 6-7:

“Foi criado de uma gota ejaculada, Que emana da conjunção das regiões sexuais do homem e da mulher.”

A região sexual do homem é designada no texto alcorânico pela palavra *sulb* (singular). A região sexual da mulher é designada pelo Alcorão pela palavra *taraaib* (plural).

Esta é a tradução que parece mais satisfatória. Ela difere daquela dada, em geral, pelos tradutores franceses ou ingleses como: “(O homem) foi criado de um líquido derramado que sai da espinha dorsal e dos ossos do peito”. Isto parece mais uma variante interpretativa que uma tradução e, além disso, é pouco compreensível.

O comportamento dos homens em suas relações íntimas com suas mulheres em circunstâncias diversas é explicitado.

É, em primeiro lugar, a orientação para o período das regras que é dada nos Versículos 222-223 do Capítulo 2: Deus dá esta prescrição ao Profeta:



“Consultar-te-ão acerca da menstruação; dize-lhes: É uma impureza. Abstende-vos, pois, das mulheres durante a menstruação e não vos acerqueis delas até que se purifiquem; quando estiverem purificadas, aproximai-vos então delas, como Deus vos tem disposto, porque Ele estima os que arrependem e cuidam da purificação. Vossas mulheres são vossas sementeiras. Desfrutai, pois, da vossa sementeira, como vos apraz; porém, praticai boas obras antecipadamente.”

O início dessa passagem tem uma significação muito clara: e interdição das relações sexuais com uma mulher menstruada é formal. A segunda parte evoca o trabalho que, para o sementeiro, precede ao depósito da semente que vai germinar uma planta nova. A advertência dominante está, portanto, posta indiretamente pela imagem sobre a importância de se ter em mente: o objetivo final da relação sexual é a procriação. A tradução da última frase é aquela de R. Blachère: esta frase contém uma prescrição que parece se referir aos preparativos da relação sexual.

As orientações dadas aqui são de ordem muito geral. Colocou-se, a propósito desses versículos, o problema da anticoncepção: aqui, como em nenhum outro lugar, o Alcorão não fez alusão ao assunto.

O aborto não é muito evocado, mas as numerosas passagens citadas mais acima sobre as transformações sucessivas do embrião são suficientemente claras para que o homem seja considerado como formado a partir do estágio caracterizado pela existência de “qualquer coisa que se agarra”. Nessas condições, o respeito absoluto da pessoa humana, tão frequentemente difundida no Alcorão, envolve a condenação radical do aborto. Essa tomada de posição é, aliás, a mesma de todas as religiões monoteístas de nossa época.

As relações sexuais são permitidas durante o período noturno do jejum do mês do Ramadã. O Versículo que se refere ao Ramadã é o seguinte:

- Capítulo 2, Versículo 187:

“Está-vos permitido, nas noites de jejum, acercar-vos de vossas mulheres, porque elas são vossas vestimentas e vós o sois delas. Deus sabe o que vós fazíeis secretamente; porém, absorveu-vos e vos indultou. Acercai-vos agora delas e desfrutai do que Deus vos prescreveu.”

Ao contrário, nenhuma exceção é considerada para os peregrinos de

Meca durante os dias solenes da Peregrinação.

- Capítulo 2, Versículo 197:

“A peregrinação realiza em meses determinados. Quem a empreender, deverá abster-se das relações sexuais, da perversidade e da discussão.”

A interdição é, portanto, formal, como são formais durante esse mesmo período outras interdições tais como a caça, as disputas etc.

A menstruação é também evocada no Alcorão a propósito do divórcio. O Livro se exprime assim:

- Capítulo 65, Versículo 4:

“Quanto àquelas, das vossas mulheres, que tiverem chegado à menopausa, se tiverdes dúvida quanto a isso, o seu período prescrito será de três meses; o mesmo se diga, com respeito àquelas que ainda não tiverem chegado a tal condição; e, quanto às grávidas, o seu período estará terminado quando derem à luz.”

O período de espera de que se trata aqui, é aquele que ocorre entre o anúncio do divórcio e o momento quando se torna efetivo. As mulheres das quais se diz: “elas já não esperam estar regradas”, são aquelas que chegaram à menopausa. Para elas, um tempo de observação de três meses é, no entanto, previsto. Passado esse prazo, as mulheres divorciadas menopausadas podem então se casar de novo.

Para as mulheres que não tiveram ainda as regras, é preciso aguardar o tempo de uma gravidez. Para as mulheres grávidas, o divórcio não pode se efetuar a não ser no fim da gravidez.

Toda essa legislação está perfeitamente em harmonia com os dados fisiológicos. Aliás, podemos encontrar no Alcorão, nos textos que regem a viuvez, as mesmas judiciosas disposições legais.

Assim, para os enunciados teóricos concernentes à reprodução, como para as direções práticas formuladas a propósito da vida sexual do casal, notamos que nenhuma das formulações que foram consignadas aqui está em oposição aos dados dos conhecimentos modernos, nem com tudo o que pode logicamente delas decorrer.



NARRAÇÕES ALCORÂNICAS E NARRAÇÕES BÍBLICAS

RESUMO GERAL

Encontramos no Alcorão um número importante de assuntos já expostos na Bíblia. São, sobretudo, as narrações concernentes aos profetas Noé, Abraão, José, Elias, Jonas, Jacó, Moisés e aos reis de Israel: Saul, Davi, Salomão; para não mencionarmos senão, as principais narrações comuns, excetuando o que não passa de citação. São, como veremos, mais especificamente, narrações sobre os grandes acontecimentos, na marcha do quais o sobrenatural fez intervenção: por exemplo, a criação dos céus e da terra, criação do homem, o dilúvio, o Êxodo de Moisés. É, enfim, tudo o quanto se refere a Jesus, à sua mãe Maria, no que concerne ao Novo Testamento.

Que reflexões esses assuntos tratados pelas duas Escrituras podem sugerir, em função dos conhecimentos modernos, que podemos ter além aos textos sagrados?

PARALELO ALCORÃO - EVANGELHO E CONHECIMENTO MODERNO

No que concerne a um paralelo entre o Alcorão e o Evangelho, é preciso observar, antes, que nenhum dos assuntos dos Evangelhos que provocaram críticas sob o ponto de vista da ciência – e sobre os quais fizemos menção na segunda parte desta obra – encontram-se citados no Alcorão.

Jesus é objeto, no Alcorão, de referências múltiplas. por exemplo: A Anunciação da Natividade de Maria a seu pai, a Anunciação da Natividade milagrosa de Jesus a Maria, a natureza de Jesus, Profeta na primeira categoria de todos, sua qualidade de Messias, a Revelação que ele dirigiu aos homens, confirmando e modificando a Tora, sua predicação, seus discípulos, os apóstolos, os milagres, sua ascensão finalmente ao lado de Deus, seu papel no julgamento final etc.

O capítulo 3 do Alcorão e o Capítulo 19 (que traz o nome de Maria), consagram longas passagens à família de Jesus. Elas narram a natividade de sua

mãe, Maria, sua juventude, o anúncio a Maria de sua maternidade miraculosa. Jesus é sempre chamado “Filho de Maria”. Sua ascendência é dada essencialmente em relação à sua mãe, o que é perfeitamente lógico, pois Jesus não teve um pai biológico. O Alcorão se separa aqui dos Evangelhos de Mateus e de Lucas que, como expusemos, deram a Jesus genealogias masculinas, aliás, diferentes, por sua genealogia materna, Jesus é colocado pelo Alcorão na linha de Noé, Abraão, o pai de Maria (‘Imran, no Alcorão)

- Capítulo 3, Versículos 33 e 34:

“Sem dúvida que Deus preferiu Adão, Noé, a família de Abraão e a de ‘Imran, aos seus contemporâneos, Famílias descendentes umas das outras.”

Assim, Jesus descende de Noé e de Abraão por sua mãe, Maria, e do pai dela, ‘Imran. Os erros nominais dos Evangelhos concernentes à ascendência de Jesus, as impossibilidades de ordem genealógica do Antigo Testamento no que concerne à ascendência de Abraão, que se examinou na primeira e na segunda parte, não se encontram no Alcorão.

Uma vez mais, a objetividade obriga a assimilar o fato porque, uma vez mais, ele toma toda a sua importância diante das afirmações sem fundamentos daqueles que pretendem que Muhammad, autor do Alcorão, teria grandemente copiado a Bíblia. Perguntemos então o quê ou qual argumento teria podido dissuadi-lo de copia-la, a propósito da ascendência de Jesus, e de inserir aqui no Alcorão o corretivo que põe seu texto acima de toda crítica, suscitada pelos conhecimentos modernos, enquanto, em oposição, os textos evangélicos e os textos do Antigo Testamento são, sob esse ponto de vista, rigorosamente inaceitáveis.

PARALELO ALCORÃO - ANTIGO TESTAMENTO E CONHECIMENTOS MODERNOS

Para o Antigo Testamento, alguns aspectos desse paralelo já foram tratados. Assim é que a criação do mundo, segundo a Bíblia, foi objeto de um estudo crítico, na parte desta obra consagrada ao Antigo Testamento. O mesmo assunto foi examinado na versão dada pela Revelação Alcorânica. As comparações foram feitas. Não há porque voltar a esse assunto.



Os conhecimentos históricos são, ao que parece, muito frágeis e os dados da arqueologia muito reduzidos, para que esses paralelos sejam feitos à luz dos conhecimentos modernos sobre problemas pertinentes aos reis de Israel, assunto das narrações comuns ao Alcorão e à Bíblia.

Em relação aos Profetas, é na medida em que os acontecimentos relatados tiveram (ou não tiveram) uma tradução histórica, que deixaram (ou não deixaram) traços que chegaram até nós, que podemos ou não abordar esses problemas com os dados modernos.

Dois assuntos que foram objeto de narrações comuns ao Alcorão e à Bíblia são susceptíveis de prender nossa atenção e de serem examinadas à luz dos conhecimentos de nosso tempo. São eles:

- O Dilúvio;

- O Êxodo de Moisés.

- O primeiro, porque não deixou na história das civilizações as marcas que o relato bíblico endossaria, ao passo que dados modernos suscitam críticas perante a narração alcorânica.

- O segundo, porque a narração alcorânica e a narração bíblica parecem, em grandes linhas, completarem-se uma à outra e que os dados modernos parecem fornecer a ambas um suporte histórico considerável.

O DILÚVIO RESUMO DA NARRAÇÃO BÍBLICA E DAS CRÍTICAS QUE ELA SUSCITA

O exame da narração do dilúvio, segundo o Antigo Testamento, na primeira parte do livro, conduziu às seguintes constatações:

Não há um relato do dilúvio na Bíblia, mas dois relatos que foram redigidos em épocas diferentes:

- A narração Yahvista, datando do século IX A.C.;

- A narração, dita Sacerdotal, datando do século VI A.C., e assim chamada porque ela foi obra dos sacerdotes da época.

Essas duas narrações não são justapostas, mas intrincadas; os elementos de uma, se intercalando entre os elementos de outra, com alternância dos parágrafos pertencentes a uma fonte, e dos pertencentes à outra fonte. Os comentários da tradução do Gênesis por R.P. de Vaux, professor da Escola Bíblica de Jerusalém, mostram perfeitamente esta repartição dos parágrafos entre as duas fontes: a narração começa e acaba por um parágrafo Yahvista. Dez parágrafos Yahvistas existem no total; entre cada um deles, é intercalado um parágrafo Sacerdotal (isto é, nove parágrafos Sacerdotais ao todo). Este mosaico de textos não apresenta coerência, a não ser sob o aspecto da sucessão dos episódios, porque há, entre as duas fontes, contradições flagrantes. São, escritas por R.P. de Vaux, “duas histórias do Dilúvio, onde o cataclismo é produzido por agentes diferentes e com uma duração diferente, onde Noé embarca na Arca um número diferente de animais”.

Em seu conjunto, a narração do Dilúvio é inaceitável, por duas razões, à luz dos conhecimentos modernos:

a) O Antigo Testamento lhe dá, o caráter de um cataclismo universal;

b) Enquanto que os parágrafos da fonte Yahvista não lhe dão a data, a narração Sacerdotal o situa, no tempo, a uma época em que um cataclismo dessa ordem não poderia se produzir.

A narração Sacerdotal acentua que o dilúvio teve lugar quando Noé tinha 600 anos. Ora, sabemos que, de acordo com as genealogias do Capítulo 5 do Gênesis (de fonte Sacerdotal, elas também, e que foram consignadas na primeira parte do livro), Noé teria nascido 1056 anos depois de Adão. Em consequência, o Dilúvio teria tido lugar 1656 anos depois da criação de Adão. Por outro lado, o quadro da genealogia de Abraão dada pelo Gênesis (II:10-32), segundo a mesma fonte, permite avaliar que Abraão viveu 292 anos depois do Dilúvio.

Como sabemos que Abraão viveu aproximadamente em 1850 A.C., o Dilúvio se situaria, portanto, segundo a Bíblia, no século XXII ou XXI A.C. Este cálculo está rigorosamente conforme as indicações das Bíblias antigas, nas quais essas precisões cronológicas figuravam em destaque no texto bíblico, em um período em que a ausência de conhecimentos humanos sobre esse assunto fazia com que os dados cronológicos bíblicos fossem, na falta de argumentos

contrários, aceitos sem discussão por seus leitores⁷².

Como se poderia atualmente conceber que um cataclismo universal tivesse destruído a vida sobre toda a superfície da terra (com exceção dos passageiros da Arca) no século XXII ou XXI A.C.? Por essa época, tinham já florescido, em diversos pontos da Terra, civilizações, cujos vestígios passaram à posteridade. Para o Egito, por exemplo, é o período intermediário que segue o fim do Antigo Império e o começo do Médio Império. Levando-se em conta o que sabemos da história dessa época, seria ridículo sustentar que toda civilização foi então destruída pelo Dilúvio.

Assim, do ponto de vista histórico, podemos afirmar que a narração do Dilúvio, tal como a Bíblia a apresenta, está em contradição evidente com os conhecimentos modernos. A existência das duas narrações é a prova formal da manipulação das Escrituras pelos homens.

A NARRAÇÃO ALCORÂNICA DO DILÚVIO

O Alcorão não oferece uma narração contínua sobre o Dilúvio. Numerosos capítulos falam da punição infligida ao povo de Noé. O relato mais completo está no Capítulo 11, Versículos 25-49. O Capítulo 71, que leva o nome de Noé, evocou principalmente a pregação de Noé, como o fazem os Versículos 105-115 do Capítulo 26. Mas, antes de considerar o desenvolvimento dos acontecimentos propriamente dito, é preciso situar o Dilúvio tal como o relata o Alcorão a respeito do contexto geral das punições infligidas por Deus às coletividades culpadas de terem afrontado, gravemente, Suas recomendações.

Enquanto a Bíblia estabelece um Dilúvio universal para punir toda a humanidade ímpia, o Alcorão menciona, ao contrário, diversas punições infligidas a coletividades bem definidas.

- Os Versículos 35-39 do Capítulo 25 informam:

72 - Depois que possuímos certas noções sobre a cronologia dos termos antigos e que essas fantasias cronológicas dos autores Sacerdotais do Antigo Testamento não são mais aceitas, apressou-se em suprimi-las das Bíblias, mas os comentadores modernos dessas genealogias – que as conservaram – não chamam a atenção dos leitores dos livros de divulgação sobre os erros que elas contêm.

“Havíamos concedido o Livro a Moisés e, como ele, designamos como vizir seu irmão, Aarão. E lhe dissemos: Ide ao povo que desmentiu os Nossos Sinais. E os destruímos completamente. E afogamos o povo de Noé quando desmentiu os mensageiros, e fizemos dele um sinal para os humanos; e destinamos um doloroso castigo aos iníquos. E (exterminamos) os povos de ‘Ad, de Thamud, e os habitantes de Arras e, entre eles, muitas gerações. A cada qual narramos parábolas e exemplificamos, e a cada um aniquilamos por completo, devido (aos seus pecados).”

O Capítulo 7, Versículos 59-93, contém uma relação das punições que feriram o povo de Noé, os ‘Aditas, os Thamuditas, Sodoma, Madiã, isoladamente.

Assim, o Alcorão apresenta o cataclismo do Dilúvio como uma punição reservada especificamente ao povo de Noé: isto constitui a primeira diferença fundamental entre as duas narrações.

A segunda diferença essencial é que o Alcorão, contrariamente à Bíblia, não situa o Dilúvio no tempo e não dá nenhuma indicação da duração do cataclismo.

As causas da inundação são mais ou menos as mesmas nas duas narrações. A narração Sacerdotal da Bíblia (Gênesis, 7: 11) cita duas delas que são conjugadas: “Naquele dia jorraram as fontes do grande abismo e as eclusas do céu se abriram”. O Alcorão fixa, nos versículos 11-12 do capítulo 54:

“Então abrimos as portas do céu, com água torrencial (que fizemos descer). E fizemos brotar fontes da terra, e ambas as águas se encontraram na medida predestinada.”

O Alcorão é muito explícito sobre o conteúdo da Arca. A ordem foi dada por Deus a Noé e executada fielmente, colocando a bordo o que ia sobreviver do cataclismo:

“Até que, quando se cumpriu o Nosso desígnio e jorraram as fontes (da terra), dissemos (a Noé): Embarca nela (a arca) um casal de cada espécie, juntamente com a tua família, exceto aquele sobre quem tenha sido pronunciada a sentença, e embarca os que creram. Mas não creram com ele, senão poucos.”

O excluído da família é um filho maldito de Noé, a respeito do qual os Versículos 45-46 desse mesmo capítulo, nos esclarecem que os rogos de Noé, feitos a Deus, não poderiam modificar a decisão. O Alcorão menciona, a bordo da Arca, além da família amputada de seu filho maldito, outros passageiros, pouco numerosos, que haviam acreditado em Deus.

A Bíblia não cita esses últimos, entre os ocupantes da Arca. Ela apresenta, com efeito, três versões do conteúdo da Arca:

- segundo a narração Sacerdotal: Noé, sua própria família, sem exceção, e um casal de cada espécie;

- segundo a narração Yahvista, é feita distinção entre, de um lado, animais puros e pássaros e, de outro lado, animais impuros (dos primeiros, a Arca colheu sete⁷³ de cada espécie, machos e fêmeas; dos segundos, um casal somente);

- segundo um versículo Yahvista modificado (Gênesis 7:8), um casal de cada espécie, puro ou impuro.

A narração da inundação propriamente dita contida no Capítulo 11, Versículos 25-49 e no Capítulo 23, Versículos 23-30 e a narração bíblica não apresentam diferenças particularmente significativas.

O lugar onde a Arca encalha é, para a Bíblia, os montes do Ararat (Gênesis 8:4); para o Alcorão, o "Joudi" (Capítulo 11, Versículo 44). Essa montanha seria o ponto culminante dos montes do Ararat na Armênia, mas ninguém prova que os homens não procederam a troca de nomes para igualar as duas narrações. R. Biachère afirma. Segundo esse autor, haveria uma montanha com o nome "Joudi", na Arábia. A concordância dos nomes pode ser artificial.

Em definitivo, existem divergências importantes entre as narrações alcorânicas e nas narrações bíblicas. Algumas escapam a qualquer exame crítico por falta de dados objetivos. Mas quando se trata de verificar os enunciados das Escrituras com a ajuda de dados certos, a incompatibilidade da narração bíblica - na apresentação do Dilúvio no tempo e sua extensão -, com as aquisições do conhecimento moderno posta nitidamente em evidência. Ao contrário, a narração Alcorânica se verifica isenta de todo elemento que suscite a crítica objetiva. Entre a época da narração bíblica e a narração alcorânica, os homens teriam adquirido as informações que poderiam lançar alguma luz sobre tal acontecimento? Seguramente não, porque, do Antigo Testamento ao Alcorão, a única documentação em posse dos homens sobre essa história antiga era precisamente a Bíblia. Se fatores humanos não podem explicar as modificações nas narrações, operadas visando à concordância com os conhecimentos modernos, é preciso aceitar uma outra explicação: uma Revelação posterior àquela contida na Bíblia.

73 - Sete não significava, como frequentemente nessa época nas línguas semíticas, uma multidão.

O ÊXODO DE MOISÉS

Com o êxodo de Moisés e seu grupo fora do Egito, primeira etapa de sua instalação em Canaã, aborda-se um acontecimento de capital importância; um acontecimento histórico, verídico, inserido num contexto conhecido, a despeito de alegações que encontramos aqui e ali e que tentam conferir-lhe apenas um caráter legendário.

No Antigo Testamento, o Êxodo forma, com a narração da marcha no deserto após a saída do Egito e aquela da aliança que Deus concluiu no Monte Sinai, o segundo livro do Pentateuco ou Tora. O Alcorão lhe dá, naturalmente, também um lugar muito grande: a narração das relações de Moisés e de seu irmão Aarão com o Faraó, e mesmo a da saída do Egito, são encontradas em mais de dez capítulos, com longas narrações, como nos Capítulos 7, 10, 20 e 26, ou então em narrações mais condensadas ou mesmo de simples referência. O nome do Faraó, personagem central do lado egípcio, é repetido setenta e quatro vezes no Alcorão e em vinte e sete capítulos, salvo engano.

O estudo das duas narrações, alcorânica e bíblica, apresenta aqui um interesse particular, porque, à diferença do que vimos para o Dilúvio, por exemplo, as duas narrações são aqui superpostas, no que é essencial. Há, seguramente, algumas divergências, mas a narração bíblica tem um valor histórico considerável, como veremos, pois que ela esclarece a identificação do Faraó, ou melhor, dos dois faraós concernentes e o Alcorão pode, nesta hipótese, como ponto de partida bíblico, trazer uma informação complementar. A essas duas fontes escriturárias acrescentam-se os dados modernos da egiptologia, e é assim que, confrontando o Alcorão, a Bíblia e os conhecimentos de nosso tempo, chega-se a situar o episódio das Escrituras Santas num contexto histórico.

O EXODO SEGUNDO A BÍBLIA

A narração bíblica começa por lembrar a entrada no Egito dos judeus que, com Jacó, ali reencontraram José. Depois, “um novo rei sobe ao poder no Egito, que não tinha conhecido José” (Êxodo, I: 8). E o período da opressão, o faraó impondo aos judeus a construção de cidades às quais a Bíblia dá os nomes

de Pitom e de Ramsés. Para evitar uma expansão demográfica entre os Hebreus, o faraó determina jogar no rio toda criança recém-nascida do sexo masculino. Moisés será, entretanto, conservado três meses depois de seu nascimento por sua mãe, mas ela deve finalmente ter se resolvido a deixá-lo em uma cesta de junco à borda do rio. A filha do faraó ali o descobre, o recolhe e o deixa para que o amamente, precisamente, na casa sua própria mãe, porque a irmã de Moisés, que ficara feliz por ver que recolheram o bebê, fingiu não o conhecer e recomendou à princesa uma ama, que não ela outra senão mãe da criança. Ele é tratado como filho do faraó e o nome de Moisés lhe é dado.

Moisés, ainda jovem, parte para o país de Madiã, onde se casa e permanece muito tempo. Detalhe importante: “No decorrer desse longo período, o rei do Egito morreu”, lê-se no livro Êxodo [2:23].

Deus ordena a Moisés ir procurar o faraó e fazer sair seus irmãos do Egito (a narração desta ordem é feita no relato do episódio da sarça ardente). Aarão, irmão Moises o ajudará nessa tarefa. É porque, de retorno ao Egito, Moisés se encontra com seu irmão junto ao faraó, que é o sucessor daquele sob o reino do qual ele havia nascido, há muito tempo.

O faraó recusa aos judeus do grupo de Moisés a deixar o Egito. Deus se manifesta de novo a Moises e lhe ordena renovar ao faraó o mesmo pedido. Moisés tem então oitenta anos, segundo a Bíblia. Ele demonstra ao faraó, por magia, que tem poderes sobrenaturais. Isto não é suficiente: Deus envia então sobre o Egito as pragas bem conhecidas: as águas dos rios se transformaram em sangue, a invasão de sapos, mosquitos, gafanhotos, a morte dos rebanhos, o aparecimento de tumores sob a pele dos homens e dos animais, a chuva de pedras, as trevas, a morte dos primogênitos; mas o faraó continua a não permitir a saída dos hebreus.

Eles escapam então da cidade de Ramsés, em número de 600.000 homens⁷⁴, “sem contar suas famílias” (Êxodo 12:37).

É então que o “faraó fez atrelar seu carro e conduziu seu exército. Ele tomou seiscentos de seus melhores carros e todos os carros do Egito, com oficiais sobre todos eles... O rei do Egito se lançou em perseguição aos israelitas, que saíram de braço erguido” (Êxodo, 14 6 e 8). Os egípcios alcançaram o grupo de Moisés junto ao mar. Moisés levanta seu bastão, o mar se abriu diante dele, seus homens por ali passaram com os pés secos. “E os egípcios seguiram-nos e entraram atrás deles com todos os cavalos do faraó, os seus carros e os seus

74 - Veremos mais adiante que a cifra foi manifestadamente aumentada.

cavaleiros, até o meio do mar” (Êxodo 14:23). “As águas retornaram e recobriram os carros e os cavaleiros de todo o exército do faraó, que havia penetrado atrás deles no mar. Não restou um só” (Êxodo 14 28 e29).

O texto do Livro do Êxodo é perfeitamente claro: o faraó se encontrava à frente dos perseguidores. Ele morre, visto que o Livro do Êxodo acentua “Não restou um só”. A Bíblia retoma, aliás, esse detalhe nos Salmos de Davi: Salmo 106, Versículo 11 e Salmo 136, Versículos 13-15, que são uma ação de graça “a Aquele que cortou em dois o Mar Vermelho, que fez passar Israel ao meio e precipitou faraó e seu exército no Mar Vermelho”. Não há dúvida, portanto, que, segundo a narração bíblica, o faraó do Êxodo morreu no mar. A Bíblia não diz uma palavra sobre o que aconteceu com o seu corpo.

O EXODO SEGUNDO O ALCORÃO

Nas grandes linhas, a narração alcorânica do Êxodo é análoga à narração bíblica. É preciso reconstitui-la, porque ela é feita de elementos dispersos em numerosas passagens do Livro.

Não mais que a Bíblia, o Alcorão não menciona um nome de personagem, que permita identificar qual era o faraó reinante, no momento do Êxodo. Tudo o que sabemos, é que uma das personagens do Conselho se chamava “Hamã”; ele é citado seis vezes no Alcorão (Capítulo 28, Versículos 6,8 e 38; Capítulo 29, Versículo 39; Capítulo 40, Versículos 24 e 36).

O faraó é opressor dos judeus:

- Capítulo 14, Versículo 6:

“Recordai-vos de quando Moisés disse ao seu povo: Lembrai as graças de Deus para convosco ao libertar-vos do povo do Faraó, que vos infligia o pior castigo, sacrificando os vossos filhos e deixando com vida as vossas mulheres. E nisso tivestes uma grande prova do vosso Senhor!”

A opressão d relembrada, nos mesmos termos, no Versículo 141 do Capítulo 7. Mas o Alcorão não menciona, como o faz a Bíblia, os nomes das cidades construídas pelos judeus, submetidos ao trabalho forçado.



O episódio de Moisés depositado à beira do rio é contado no Capítulo 20, versículos 39-40 e no capítulo 28, Versículos 7-13. Na narração alcorânica, Moisés é recolhido pela família do faraó. Lemos com efeito, nos Versículos 8-9 do Capítulo 28:

“A família do Faraó recolheu-o, para que viesse a ser, para os seus membros, um adversário e uma aflição; isso porque o Faraó, Haman e seus exércitos eram pecadores. E a mulher do Faraó disse: Será meu consolo e teu. Não o mates! Talvez nos seja útil, ou o adoremos como filho. E eles de nada se aperceberam.”

A tradição muçulmana pretende que a mulher do faraó, que tomou Moisés a seus cuidados, seja Asiya. Para o Alcorão, não foi a mulher do Faraó que o recolheu, mas “suas gentes” (Alu), isto é, os habitantes da casa.

A mocidade de Moisés, sua morada no país de Madiã, seu casamento, são relatados no Capítulo 28, Versículos 13-28.

O episódio da sarça ardente é notadamente reencontrado na primeira parte do Capítulo 20 e nos Versículos 30-35 do Capítulo 28.

O Alcorão não menciona as dez pragas enviadas ao Egito, a título de castigo divino, como a Bíblia os descreve longamente, mas evocada muito sucintamente cinco pragas (Capítulo 7, Versículo 133): a inundação, os gafanhotos, os piolhos, as rãs e o sangue.

A fuga do Egito é contada no Alcorão, sem as precisões geográficas dadas na narração bíblica e sem as citações numéricas pouco acreditáveis dessa narração. Não se concebe como 600.000 homens e suas famílias teriam podido, como pretende a Bíblia, fazer uma longa permanência no deserto.

A morte do faraó em perseguição aos Hebreus é assim evocada:

“O Faraó os perseguiu com os soldados; porém, a água os tragou a todos!”, lê-se no versículo 78 do Capítulo 20. Os judeus escaparam. O faraó morreu, mas seu corpo foi encontrado: detalhe muito importante que a narração bíblica não menciona.

- Capítulo 10, Versículos 90-92. Deus fala:

“E fizemos atravessar o mar os israelitas; porém o Faraó e seu exército perseguiram-no iníqua e hostilmente até que, estando a ponto de afogar-se, o Faraó disse: Creio agora que não há mais divindade além de Deus em que creem os israelitas, e sou um dos submissos! (E

foi-lhe dito): Agora crês, ao passo que antes te havias rebelado e eras um dos corruptores! Porém, hoje salvamos apenas o teu corpo, para que sirvas de exemplo à tua posteridade. Em verdade, há muitos humanos que estão negligenciando os Nossos versículos.”

Esta passagem evoca dois pontos:

a) O espírito de furor e de hostilidade, de que se trata, se entende em relação às tentativas de persuasão feitas por Moisés diante do faraó.

b) A salvação do faraó se aplica a seu cadáver porque está bem claro, no Versículo 98 do Capítulo 11, que o faraó e os seus foram condenados:

“Ele encabeçará o seu povo, no Dia da Ressurreição, e os fará entrar no fogo infernal. Que infeliz entrada a sua!”

Assim, pelos fatos que são susceptíveis de serem confrontados com os dados históricos, geográficos ou arqueológicos, é preciso notar que a narração alcorânica difere da narração bíblica nos seguintes pontos:

- a ausência, no Alcorão, de citações de nomes, de lugares, tanto para as cidades construídas pelos Hebreus do grupo de Moisés, como para o itinerário do Êxodo;

- a ausência, no Alcorão, de menção da morte do faraó, quando Moisés habitava Madiã;

- a ausência, no Alcorão, de dados sobre a idade de Moisés, quando ele se dirigiu ao faraó;

- a ausência, no Alcorão, de precisões numéricas sobre o grupo de Moisés, manifestamente aumentada, na Bíblia, a dimensões inverossímeis (600.000 homens e suas famílias teriam formado um grupo de mais de dois milhões de habitantes);

- a ausência de menção, na Bíblia, da recuperação do corpo do faraó depois de sua morte.

Os pontos comuns das duas narrações, que são destacáveis para o que nos interessa aqui são:

- a confirmação pelo Alcorão da opressão pelo faraó aos judeus do grupo de Moisés;



- a ausência nas duas narrações de menção do nome do rei do Egito;
- a confirmação, pelo Alcorão, da morte do faraó por ocasião da saída do Egito.

CONFRONTAÇÃO DOS DADOS DAS ESCRITURAS COM OS CONHECIMENTOS MODERNOS

As narrações alcorânicas e bíblicas relativas à permanência dos filhos de Israel no Egito e à sua saída do país apresentam aspectos que podem ser objeto de confrontação com os conhecimentos modernos. A bem da verdade, de uma maneira muito desigual, pois que alguns aspectos levantam inúmeros problemas, enquanto outros não oferecem muita matéria à discussão.

1 - O exame de certos pormenores da narração - Os Hebreus no Egito

Parece que se pode perfeitamente dizer, sem risco de muito engano, que conforme está escrito na Bíblia (Gênesis, 15: 13 e Êxodo 12:40) - os hebreus ficaram morando no Egito durante 400 ou 430 anos. Não importa qual seja essa discordância entre o Gênesis e o Êxodo, o que aliás é pouco importante, sua permanência começou com a instalação, muito depois de Abraão, de José, filho de Jacó e de seus irmãos no Egito. Tirando a Bíblia, que dá as informações que eu acabo de citar, e o Alcorão, que menciona esta instalação sem dar a menor indicação cronológica, não possuímos, por assim dizer, nenhum outro documento susceptível de nos esclarecer sobre esse ponto.

Pensa-se atualmente, de P. Montet a Daniel Robs, que, segundo toda a probabilidade, é com o movimento dos Hicsos em direção ao Egito no século XVII A.C., que coincide essa chegada de Jose e dos seus e que em Avaris, no Delta, do Nilo estaria um soberano Hicsos, que teria dado bom acolhimento a José e a seus irmãos.

Esta afirmativa está, certamente, em contradição aparente com o que nos indica o primeiro Livro dos Reis da Bíblia (6:1) que situa a saída do Egito 480 anos antes da construção do templo de Salomão (aproximadamente 971 A.C.).

Esta estimativa situaria, portanto, o Êxodo aproximadamente em 1450 A.C. e, por consequência, a entrada em 1850-1880. Ora, é precisamente a época em que teria vivido Abraão, de quem 250 anos aproximados deveriam, segundo outros dados bíblicos, separá-lo de José. Essa passagem do primeiro Livro dos Reis da Bíblia é, portanto, cronologicamente inaceitável⁷⁵. Veremos que a teoria sustentada aqui não poderá ter contra ela senão esta objeção tirada desse livro, mas a inexactidão manifesta desses dados cronológicos retira todo o valor dessa objeção.

O que os hebreus deixaram como traços de sua permanência no Egito é muito vago, postos à parte os dados das Escrituras Santas. Há, entretanto, alguns documentos hieroglíficos mencionando a existência, no Egito, de trabalhadores chamados os Apiru ou Hapiru ou Habiru, que foram identificados, errônea ou razoavelmente, aos hebreus. Designavam-se sob esse termo os operários das construções agrícolas, os vindimadores (colhedores de uvas) etc. De onde vieram eles? É muito difícil dizer. Como o escreveu R.P. de Vaux, «eles não são membros da população local, eles não se identificam em nenhuma classe da sociedade, eles todos não têm a mesma ocupação ou o mesmo estatuto».

Sob Tutmés III, um papiro cita-os como «gente de estrebaria». Sabe-se que Amenophis II, no século XV A.C., conduziu 3.600 deles a título de prisioneiros procedentes de Canaã, porque eles constituíam, escreve R.P. de Vaux, uma fração notável da população da Síria-Palestina. Lá por 1.300 A.C., sob Sethi I, esses mesmos Apiru fomentavam em Canaã distúrbios na região de Beth-Shean. Sob Ramsés II, eles são empregados como canteiros ou no transporte de estacas para as obras do faraó (grande pilone de Ramses Miamõ). Sabe-se pela Bíblia que os Hebreus vão, sob Ramses II, construir a capital do norte, a cidade de Ramsés. Nos escritos egípcios, far-se-á ainda menção a esses Apiru no século XII e, pela última vez, sob Ramsés III.

Mas os Apiru não são mencionados a não ser no Egito. O termo poderia, portanto, se aplicar só aos Hebreus? Pode ser que haja aqui lugar para lembrar que a palavra poderia designar, inicialmente, os trabalhadores forçados, sem considerar sua origem, e que, em seguida, o termo serviu como qualificativo profissional. Não estaríamos autorizados a fazer uma aproximação com os sentidos diversos com que, em francês, a palavra “suisse”, designa perfeitamente um habitante da Suíça, um soldado suíço da monarquia francesa, um guarda do Vaticano ou um zelador da Igreja cristã?

75 - Voltaremos mais adiante sobre o que é preciso pensar, com R.P. de Vaux, sobre essa referência ao 1º Livro dos Reis.



De qualquer modo, sob Ramsés II, os Hebreus (segundo a Bíblia), os Apiru (segundo os textos hieroglíficos) participam dos grandes trabalhos ordenados pelo faraó, e, podemos dizer, dos trabalhos forçados dos Judeus: as cidades de Ramsés e de Piton, citadas no Livro do Êxodo, são situadas na parte oriental do delta no Nilo. Tanis e Qantir atuais, a 25 quilômetros aproximados uma da outra, correspondem essas antigas cidades. Lá estava a capital do Norte, construída por Ramsés II. Ramsés II é o faraó da opressão.

E nesse contexto que vai nascer Moisés. Nós vimos mais acima as circunstâncias que cercam a sua salvação das águas do rio. Seu nome é egípcio. P. Montet o demonstrou cabalmente no seu livro *O Egito e a Bíblia* (*L'Egypte et la Bible*. Delechaur and Niestlé. Neufchatel, 1959.). Mesw ou Mesy são, no rol do dicionário, nomes de pessoas, na língua dos hieróglifos de Ranke. Musay é a sua transliteração no Alcorão.

AS PRAGAS DO EGITO

A Bíblia faz menção, sob esse título, a dez castigos infligidos por Deus e dá sobre cada uma dessas “pragas” muitos detalhes. Muitos têm um aspecto e uma dimensão sobrenatural. O Alcorão enumera cinco pragas que são, na maior parte. O exagero de fenômenos naturais: inundações, gafanhotos, piolhos, rãs e sangue.

As outras pragas (mosquitos, moscas, úlceras da pele, granizo, trevas, morte do primogênito nascido e do gado) descritas pela Bíblia revelam origens diversas como foi o caso da narração do Dilúvio, constituído por uma justaposição de elementos de origens múltiplas.

O ITINERÁRIO DO ÊXODO

Nenhum itinerário é fornecido pelo Alcorão, enquanto a Bíblia o menciona com muita precisão. R. P. de Vaux e P. Montet, por sua vez, retomaram-lhe o estudo. O ponto de partida seria a região de Tanis-Qantir, mas, para o resto

do itinerário, não encontramos, em nenhuma parte, indícios que possam confirmar a narração bíblica e não saberemos dizer em que direção o mar se abriu para deixar passar o grupo de Moisés.

O MILAGRE DO MAR

Imaginou-se um maremoto que teria decorrido de injunções astronômicas ou de causas sísmicas relacionadas a uma longínqua erupção vulcânica. Os Hebreus teriam se aproveitado da vazante do mar e os Egípcios, lançados em sua perseguição, teriam sido aniquilados pelo retorno das águas; tudo isto não é senão pura hipótese.

2 - Situação do Êxodo na cronologia faraônica

Podemos muito mais validamente chegar a dados positivos, no que concerne à situação do Êxodo no tempo.

Considerou-se durante muito tempo que Mineptah, sucessor de Ramses II era o faraó do Êxodo de Moisés. Maspero, o celebre egiptólogo do começo do século, escreveu, em 1900, no seu Guia do Visitante do Museu do Cairo, que Mineptah “seria, segundo uma tradição, de origem alexandrina, o faraó do Êxodo, aquele que, dizem, teria morrido no Mar Vermelho”? Eu não consegui encontrar os documentos sobre os quais Maspero teria fundamentado sua asserção, mas a seriedade do autor impõe que se atribua maior valor ao que ele afumou.

P. Montet à parte, é muito raro encontrar egiptólogos ou especialistas da exegese bíblica moderna que procuram argumentos a favor ou contra essa hipótese.

Muito ao contrário, assistiu-se, nos últimos decênios, a uma eclosão de hipóteses diferentes umas das outras e que, parece, foram emitidas a não ser com o propósito de satisfazer a uma concordância com pormenores da narração das Escrituras, sem que seus autores se preocupassem com outros aspectos dela. Assim, vemos surgir uma ou outra hipótese, que parecem concordar com

um aspecto de uma narração, sem que seu autor tenha tido o cuidado de confrontá-la com todos os outros dados das Escrituras (não somente, por consequência, com a Bíblia) e, ao mesmo tempo, com todos os dados fornecidos pela História, pela Arqueologia etc.

Uma das hipóteses mais curiosas que vieram à luz é aquela de J. de Miceli (1960), que pretende ter chegado a fixar o Êxodo num dia certo, isto é, o dia 9 de abril de 1495 A.C., e isso exclusivamente mediante cálculos sobre calendários. Tutmés II, reinante então no Egito, seria determinado por esse autor como sendo o faraó do Êxodo. Visto que se constataram na múmia de Tutmés II, lesões cutâneas que esse autor qualifica - não sabemos bem porque - de lepra, e que uma das pragas do Egito descritas na Bíblia consiste em fístulas cutâneas, eis a hipótese confirmada. Esta chocante elaboração não presta nenhuma atenção a outros fatos da narração bíblica, em particular à menção da cidade de Ramsés pela Bíblia, o que torna caduca qualquer hipótese sobre a fixação da data do Êxodo antes que um «Ramsés» tenha reinado.

Quanto às lesões cutâneas de Tutmés II, não há possibilidade de se propor um argumento a favor da designação desse rei do Egito como o faraó do Êxodo, pois seu filho Tutmés III e seu neto Amenophis II apresentam, eles também, borbulhas cutâneas⁷⁶, para as quais certos autores levantaram a hipótese de uma doença familiar. A hipótese de Tutmés II não é, pois, defensável.

O mesmo se dá com aquela levantada por Daniel Rops no seu livro *O Povo da Bíblia*⁷⁷, atribuindo a Amenophis II o papel de faraó do Êxodo. Ela não parece mais fundamentada do que a precedente. Sob o pretexto de que seu pai Tutmés III era muito nacionalista, Daniel Rops proclama Amenophis II perseguidor dos Hebreus e a sogra deste último, a celebre rainha Hatshepsout, passa, não sabemos por que, por aquela que recolheu Moisés.

É sobre uma base mais sólida, que R.P. de Vaux faz repousar sua hipótese sobre Ramsés II, que estudou no livro *História Antiga de Israel*⁷⁸, porque, se ela não concorda com todos os pontos da narração bíblica, tem, pelo menos, o mérito de antecipar um dado importante: a construção, sob Ramsés II, das cidades de Ramsés e de Piton citadas no texto bíblico. Não se poderia, portanto, considerar que o Êxodo possa ser anterior ao advento de Ramsés II, advento que se situa, segundo a cronologia de Drioton e Vaudier, no ano 1.301 A.C. e,

76 - Essas lesões são perfeitamente visíveis nas múmias dos faraós no Museu Egípcio do Cairo.

77 - Desclée de Brouwet. 1970, Paris.

78 - J. Gabalda e Cie, 1971, Paris.

segundo a de Rowton, em 1290 A.C. As duas outras hipóteses evocadas acima são inaceitáveis, devido a esse imperativo: Ramsés II é o faraó da opressão de que fala a Bíblia.

Para R.P. de Vaux, seria na primeira metade ou lá por meados do reinado de Ramsés II que o Êxodo teria acontecido. A fixação da data por R.P. de Vaux é absolutamente imprecisa: o autor sugere esse período, a fim de dar tempo, se se pode dizer, para o grupo de Moisés, de se instalar em Canã e ao sucessor de Ramsés II, o faraó Mineptah, que devia levar a ordem às fronteiras por ocasião da morte de seu pai e expulsar os filhos de Israel, como atesta uma estela do ano V do seu reinado.

Dois argumentos podem ser opostos a esta hipótese:

a) A Bíblia indica, no Êxodo (2:23), que o rei do Egito morreu durante a permanência de Moisés no país de Madiã. Esse rei do Egito é descrito no livro do Êxodo como aquele que, por trabalho forçado, fez construir pelos Hebreus a: cidades de Ramsés e de Piton; é Ramsés II. O Êxodo não pode ter acontecido a não ser sob o sucessor deste último. Mas R.P. de Vaux nos diz duvidar da narração bíblica do Versículo 23 do Capítulo 2 do Livro do Êxodo.

b) O que causa maior perplexidade é que o Diretor da Escola Bíblica de Jerusalém, R.P. de Vaux, nem sequer menciona, na exposição de sua teoria do Êxodo, duas passagens essenciais da Bíblia: as duas atestam que o faraó morreu na perseguição aos retirantes, detalhe que torna incompatível a ocorrência do Êxodo em outro momento a não ser no fim do seu-reinado.

Com efeito, não é duvidoso, é preciso repetir, que o faraó ali perdeu sua vida. Os Capítulos 13-14 do Livro do Êxodo são formais sobre esse ponto: “O Faraó fez atrelar seu carro e dirigiu seu exército. . .” (14:6). “O rei do Egito se lançou em perseguição aos Israelitas, que estavam sob alta proteção” (14:8). “As águas refluíram e cobriram os carros e os cavaleiros de todo o exército do faraó, que tinha penetrado atrás deles no mar. Não restou um sequer” (14:28-29). Além disso, o Salmo 136 de Davi confirma a morte do faraó, invocando Yahveh “que precipitou o faraó com seu exército no mar dos caniços” (136:15).

Assim, durante a vida de Moises, um faraó morreu quando ele estava no país de Madiã, um outro morreu durante o Êxodo. Não há um faraó de Moisés, há dois: o da opressão e o da fuga do Egito. A hipótese única de Ramsés II de R.P. de Vaux não é satisfatória, pois ela não explica tudo. As considerações que vêm a seguir terão os argumentos suplementares a seu favor.

3 - Ramsés II, faraó da opressão - Mineptah, Faraó do Êxodo.

P. Montet retomou muito oportunamente a tradição inicial alexandrina⁷⁹, mencionada por Maspero, que se encontra muito mais tarde na tradição islâmica, assim como na tradição cristã clássica⁸⁰. Exposta no livro *O Egito e a Bíblia*⁸¹, essa teoria é reforçada por seus argumentos complementares particularmente pelas contribuições da narração alcorânica, à qual o célebre arqueólogo não fazia nenhuma alusão. Antes de examiná-los, voltemos à Bíblia.

O Livro do Êxodo contém a menção à palavra “Ramsés” e, na Bíblia, o nome de uma das duas cidades citadas, como tendo sido construídas pelo trabalho forçado dos Hebreus.

Sabemos hoje que essas duas cidades pertenciam à região do Tanis-Qantir, na parte oriental do delta do Nilo, lá onde Ramsés II fez construir sua capital do Norte. Certamente havia nessa região outras construções antes de Ramsés II, mas competia a ele ter feito dali um lugar importante. As escavações realizadas nesses últimos decênios, trazem-lhe a prova formal: na sua construção, ele fez trabalhar os Hebreus subjugados.

Ler a palavra “Ramsés” na Bíblia não fere o espírito de nossos dias: a palavra tornou-se comum depois que Champollion - há um século e meio - descobriu a chave dos hieróglifos, precisamente estudando os caracteres essenciais que o exprimam. Estamos, portanto, atualmente, habituados a lê-los e pronuncia-los, sabendo o que eles significam. Mas é preciso ter em mente que o sentido dos hieróglifos foi perdido, aproximadamente, no século III da era cristã e que o nome de Ramsés não tinha sido conservado, a não ser na Bíblia e em alguns livros gregos e latinos que lhe deformaram, mais ou menos, o nome: é assim que Tácito, nos seus Anais, fala de Rhamsis. A Bíblia conservou-lhe exatamente o nome: ela o cita quatro vezes no Pentateuco ou Tora (Gênesis 47:11; Êxodo 1:11 e 12:37; Números 33:3 e 33:5).

79 - Não há dúvida de que, na época dos Ptolomeus, possuíam-se em Alexandria, antes das destruições da conquista romana, os documentos históricos sobre a antiguidade que hoje fazem cruel falta.

80 - Nas Histórias Santas do início do século XX, como na do Abbé H. Lesetre, destinadas ao ensino religioso, o Êxodo é mencionado como ocorrido enquanto Mineptú reinava no Egito.

81 - Delachaux e Niestlé, Neuchatel, 1959.

Em hebreu, a Bíblia registra a palavra Ramsés de duas formas: Râ (e) mss ou Râeâmss⁸². Na edição grega da Bíblia, chamada a Septuaginta, é Râmessê. A Bíblia latina (Vulgata) registra Ramesses. Na edição da Bíblia Clementina em francês (1ª edição, 1621), a palavra é escrita do mesmo modo: Ramesses; essa edição francesa circulava ainda por ocasião dos trabalhos de Champollion. No seu Elementos do Sistema Hieróglifo dos Antigos Egípcios (24 edição, 1828, p.276), Champollion fala da ortografia bíblica da Palavra.

Assim a Bíblia havia maravilhosamente conservado o nome de Ramsés nas versões em hebreu, em grego e em latim⁸³.

Os dados acima permitem portanto, só por eles, estabelecer que:

a) O Êxodo não poderia ser concebido antes da Ascensão ao poder, no Egito, de Ramsés;

b) Moisés nasceu sob o reino do construtor das cidades de Ramsés e de Piton; quer dizer, sob Ramsés II;

c) Quando Moisés estava no país de Madiã, o faraó reinante, isto é, Ramsés II, morreu. A continuação da história de Moisés se situa sob o reinado do seu sucessor, quer dizer, de Mineptah.

Além disso, a Bíblia traz um outro elemento de extrema importância para situar o Êxodo na cronologia faraônica: é o registro de que Moisés tinha 80 anos quando empreendeu, sob a ordem de Deus, tentar obter do faraó a libertação de seus irmãos: “Moisés tinha idade de 80 ano e Aarão 83, quando eles falaram ao faraó” (Êxodo 7:7). Ora, a Bíblia nos ensina em outra parte (Êxodo 2:23) que o faraó sob cujo reino Moisés nasceu, morreu quando Moisés estava no país de Madiã, embora a narração bíblica continue sem mencionar nenhuma mudança no nome do soberano. Essas duas passagens da Bíblia implicam que a soma da duração do reino dos dois faraós, sob os quais Moisés viveu no Egito, deve ser de, no mínimo, 80 anos.

Ora, sabemos que Ramsés II reinou 67 anos (isto é, de 1301 a 1235, segundo a cronologia de Drioton e Vaudier, ou de 1290 a 1224 segundo a de Rowton).

82 - A letra “e”, representado o ‘ayin hebreu.

83 - É curioso, aliás, constatar, nas velhas Bíblias, que os comentadores não compreendiam rigorosamente nada do sentido da palavra. Por ex.: na edição francesa de 1621. na Bíblia Clementina, dão essa interpretação da palavra Ramesses, o que constitui uma ridícula tolice: «Esplendor da Vermina».

Para Mineptah, seu sucessor, os egiptólogos não podem fornecer a duração precisa do reinado. mas ele foi, pelo menos, de dez anos, pois o décimo ano de seu reinado é atestado por documento, como o assinala R. P. de Vaux. Manethon lhe dá vinte anos de reinado. Drioton e Vaudier dão, para Mineptah, duas possibilidades: ou um reinado de dez anos, de 1234 a 1224, ou, conforme Rowton, um reinado de vinte anos de 1224 a 1204. Os egiptólogos não sabem precisamente como foi o fim do reinado de Mineptah: tudo que se sabe é que, depois dele, o Egito atravessou uma crise interna extremamente grave, durante cerca de um quarto de século.

Mesmo que as cronologias dos reinados sejam imprecisas, não há durante o Novo Império, outros períodos reinados sucessivos tenham podido atingir ou ultrapassar 80 anos, como o período Ramsés II - Mineptah. Os dados da Bíblia relativos à idade de Moisés, quando ele empreende a libertação de seus irmãos, não pode, portanto, estar inserida senão na sucessão dos reinados de Ramsés II e de Mineptah. Tudo permite pensar, portanto, que Moisés nasceu no início do reinado de Ramsés II e se encontrava ainda em Madiã, quando esse último morreu após 67 anos de reinado e foi, em seguida, junto a Mineptah, filho e sucessor de Ramsés II, o advogado dos Hebreus do Egito. Esse episódio pode ter ocorrido na segunda metade do reinado de Mineptah, se ele reinou vinte anos, fato perfeitamente possível e como pensa Rowton. Moisés; dirigiu a saída do Egito no fim do reinado de Mineptah, em todo caso, pois o faraó perdeu sua vida perseguindo os Hebreus, retirando-se ao país como o indicam o Alcorão e a Bíblia.

Este esquema concorda perfeitamente com o que as Escrituras relatam sobre a primeira infância de Moisés e de seu acolhimento pela família do faraó. Sabe-se, com efeito, que Ramsés II tinha uma idade avançada no momento de sua morte. Fala-se de 90 ou cem anos. Nessa hipótese, ele poderia ter 23 a 33 anos, no início de seu reinado, que foi de 67 anos. Nessa idade, ele poderia estar casado e não há contradição com a descoberta, por um “membro da casa do faraó”, segundo o Alcorão, de Moisés recém-nascido, à margem do Nilo e a intervenção da mulher do faraó junto àquela pessoa, pedindo-lhe para o conservar vivo. A Bíblia pretende que é uma filha do faraó que a teria encontrado. Ramsés II, considerando-se a sua idade no início de seu reinado, poderia perfeitamente ter tido uma filha que teria sido capaz de descobrir a criança abandonada. Narração alcorânica e a narração bíblica não se contradiz e, portanto, absolutamente, sobre essa questão.

A hipótese formulada aqui será de maneira absoluta de acordo com o Alcorão. Ela não será, ao contrário, em contradição, a não ser com uma só

passagem da Bíblia, que é, como vimos, no primeiro Versículo do Capítulo 6 do primeiro livro dos Reis (que, é preciso sublinhar, não faz parte da Tora). Essa passagem é muito discutida e R.P. de Vaux rejeita o dado cronológico desse livro do Antigo Testamento, situando no tempo a saída do Egito em relação à construção do templo de Salomão. Esse dado, que não merece crédito, impede que se lhe atribua o valor de um argumento decisivo contra a teoria desenvolvida aqui.

O PROBLEMA DA ESTELA DO ANO 5 DE MINEPTAH

Acreditou-se poder encontrar no texto da famosa estela do ano 5, de Mineptah, uma objeção à tese exposta sobre a saída do Egito como constituindo o último ato do reinado desse faraó.

Essa estela oferece um interesse extraordinário, pois constitui o último documento hieroglífico conhecido onde a palavra “Israel” é mencionada⁸⁴. A estela, que data da primeira parte do reino de Mineptah, foi descoberta em Tebas no templo funerário do faraó. Ela menciona uma série de vitórias que ele obteve sobre os vizinhos do Egito e, em particular, no fim do documento, uma vitória sobre “Israel arrasada e que não tem sementes...”

Sustentou-se, a partir desse dado, que a existência da palavra “Israel” implicava que os judeus deveriam estar instalados em Canaã, no ano 5 de Mineptah, e que, por conseguinte, a saída dos hebreus do Egito já havia acontecido naquele momento.

Essa objeção não parece aceitável, pois ela implica que não poderia ter havido judeus em Canaã, enquanto os Hebreus estavam no Egito, o que é insustentável. Todavia, partidário da tese Ramsés II, R.P. de Vaux escreveu no seu livro História Antiga de Israel, a propósito da instalação em Canaã: “Para o Sul, a data da instalação, na região de Cades, de grupos aparentados aos Israelitas é indeterminada e anterior ao Êxodo”. Ele encara, portanto, a probabilidade da instalação de alguns grupos saídos do Egito em um outro momento e não naquele da saída do grupo de Moisés. Os Apiru ou Habiru, que alguns identificam com os israelitas, já estavam na Síria-Palestina muito antes de Ramsés II, portanto, bem

84 - A palavra é seguida de um determinativo que não deixa dúvida sobre a designação, por esse vocabulário, de uma coletividade humana.

antes do êxodo: Amenophis II, sabe-se por um documento, trouxe prisioneiro um grupo de 36.000 que ele empregou como trabalhadores forçados no Egito? São eles situados também em Canaã sob Sethi I, onde fomentam conflitos na região de Beth-Shean: P. Montet lembra disso em seu livro *O Egito e a Bíblia*. Seria, portanto, muito plausível que Mineptah fosse implacável contra esses elementos em suas fronteiras, enquanto que, no interior do país, se encontravam sempre aqueles que, mais tarde, se agrupariam em torno de Moisés para deixar o país. A existência da estela do ano 5 de Mineptah não contraria, portanto, de modo algum, a hipótese feita aqui.

Aliás, o aparecimento na história do povo judeu da palavra «Israel» não está absolutamente ligada à instalação em Canaã do grupo de Moisés. A origem da palavra é a seguinte:

Segundo o Gênesis [32:29], Israel é o segundo nome que recebe Jacó, filho de Isaac e neto de Abraão. Seu sentido, segundo só comentadores da Tradução Ecumênica da Bíblia – Antigo Testamento (1975), é provavelmente «que Deus se mostra forte». Depois de ter sido aplicado a um homem, nada de surpreendente que venha a qualificar em seguida, em memória de um grande ancestral, uma coletividade.

O nome de Israel surgiu, portanto, muito anterior a Moisés; quer dizer, várias centenas de anos antes dele. Vê-lo citado numa estela datando do reinado do faraó Mineptah não deve causar espanto. Esta citação não constitui de nenhuma maneira um argumento a favor de uma data do Êxodo de Moisés, antes do ano 5 do faraó Mineptah.

Com efeito, ao mencionar uma coletividade que ela denomina «Israel», a estela de Mineptah não pode fazer alusão a uma coletividade política estabelecida, porque a inscrição data do fim do século XIII A.C. e o reinado de Israel não será formado a não ser no século X A.C. Ela evoca necessariamente um conjunto humano mais modesto⁸⁵.

Sabemos em nossos dias que um longo período de formação de 8 ou 9 séculos precedeu a entrada de Israel na História. Esse período foi marcado pela instalação de numerosos grupos seminômades, os Amorites e os Arameus, e pelo aparecimento, no seio de suas comunidades, de Patriarcas entre os quais

85 - Como faz notar R.P.B. Couroyer, professor da Escola Bíblica de Jerusalém, em seus comentários da criação do Livro do Êxodo (Ed. do Cerf, 1968, p.12), “o nome de “Israel” ali é acompanhado do determinativo “povo” em lugar do determinativo “país”, como os outros nomes próprios da estela”.

são encontrados Abraão e Jacó-Israel. O segundo nome deste último patriarca serviu para designar o grupo inicial, núcleo o de uma futura entidade política que aparecerá bem depois do reinado de Mineptah, pois o reino de Israel durará de 930 a721 A.C.

4 - A evolução pelas Escrituras santas da morte do Faraó.

A morte do Faraó, por ocasião do Êxodo, constitui um ponto muito importante nas narrações alcorânica e bíblica. Ela ressalta dos textos com a maior evidência. No que pertence à Bíblia, ela é evocada não somente no pentateuco ou Tora, mas, também, nos Salmos de Davi: as referências foram dadas mais acima.

É extremamente singular que os autores cristãos passem-na em silêncio. É assim que RP. de Vaux sustenta a tese, segundo a qual a saída do Egito teria tido lugar na primeira parte ou no meio do reinado de Ramsés II, sem levar em conta que o faraó morreu na ação, o que, sob todas as hipóteses, não permite situar o acontecimento senão no fim do reinado. Na sua *Historia Antiga de Israel*, o Diretor da Escola Bíblica de Jerusalém não parece se preocupar com qualquer tipo de contradição entre a tese que ele defende e os dados dos livros da Bíblia.

P. Montet, em seu livro *O Egito e a Bíblia*, situa o Êxodo sob o reino de Mineptah, mas não diz uma palavra sobre a morte do faraó que comandou a perseguição dos retirantes.

Essa chocante atitude contrasta com a dos judeus. O Salmo de Davi nº 136, em seu Versículo 15, dá graças a Deus que “precipitou o faraó e seu exército no mar Vermelho”; isto é sempre recitado na sua liturgia. Eles conhecem a concordância entre esses versículos e a frase do Êxodo (14:28-29): “As águas refluíram, cobriram os carros e os cavaleiros de todo o exército do faraó, que havia penetrado atrás deles no mar: não restou um sequer». Para eles, não há menor dúvida de que o faraó foi exterminado com suas tropas. Esses mesmos textos existem também em Bíblias cristãs.

Os comentadores cristãos eliminam, de maneira deliberada e contra a evidência, a morte do faraó. Mas, além disso, há alguns que lembram a menção que sobre o fato se faz no Alcorão, incitando seus leitores a fazerem singulares

aproximações. Assim é que se pode ler, na tradução da Bíblia de Jerusalém⁸⁶, o seguinte comentário de R.P. Couroyer, professor da referida Escola, sobre a morte do faraó:

“O Alcorão [10:90-92] ali faz alusão e, segundo as tradições populares, o faraó submerso com seu exército [o que o texto sagrado⁸⁷ não diz] é alojado no fundo do mar e reina sobre os homens marinhos: as focas”.

O leitor não informado do conteúdo do Alcorão estabelece, é óbvio, uma relação entre uma afirmação alcorânica contrária - para o comentador - ao texto bíblico, e a lenda ridícula emergente supostamente de tradições populares, mencionadas no comentário depois da referência ao Alcorão.

A realidade do enunciado alcorânico a esse respeito não tem nada a ver com o que sugere esse autor: os Versículos 90-92 do Capítulo 10 do Alcorão informam, de fato, que os filhos de Israel passaram o mar, enquanto que o faraó e suas tropas os perseguiam, e que então, no momento de ser submerso, o faraó exclamou:

“Creio agora que não há mais divindade além de Deus em que creem os israelitas, e sou um dos submissos. (E foi-lhe dito): Agora crês, ao passo que antes te havias rebelado e eras um dos corruptores! Porém, hoje salvamos apenas o teu corpo, para que sirvas de exemplo à tua posteridade.”

É tudo o que contém esse capítulo a propósito da morte do faraó. Aqui, como em outras partes do Alcorão, não se encontram fantasmagorias como as colocadas pelo comentador bíblico. O texto alcorânico registra simplesmente, de modo bem claro, que o corpo do faraó será salvo: Este é o dado capital.

Da época em que o Alcorão foi comunicado aos homens pelo Profeta, até a era moderna, suspeitou-se, mais ou menos, de que todos os faraós implicados no Êxodo se encontravam nas tumbas da Necrópole de Tebas, do outro lado do Nilo, em face de Luxor. Ora, nesse interim, ignorara-se tudo sobre a realidade e não foi senão no final do Século XIX, que ali eles foram descobertos. Como está dito no Alcorão, o corpo do faraó do Êxodo foi preservado perfeitamente: não importa qual seja esse faraó, em nossos dias ele está na Sala das Múmias reais do Museu Egípcio do Cairo, acessível à contemplação dos visitantes. A realidade é, pois, muito diferente da risível lenda falsamente ligada ao Alcorão por R. P. Couroyer.

86 - 1968, p. 73, Les Editions du Cerf, Paris.

87 - Não há dúvida de que, para o autor do comentário, trata-se aqui da Bíblia.

5 - A Múmia do Faraó Mineptah.

O corpo mumificado de Mineptah, filho de Ramsés II, o qual tudo permite pensar que é o faraó do Êxodo, foi descoberto em 1898 por Loret, em Tebas, no Vale dos Reis. Ela foi de lá transportada ao Cairo, onde Elliot Smith retirou-se seus envoltórios em 8 de julho de 1907. Ele dá, em seu livro *As Múmias Reais* (1912) o protocolo dessa operação e do exame do corpo. O estado de conservação da múmia era, na época, satisfatório apesar da decomposição-em vários lugares. Desde essa data, a múmia está exposta aos visitantes no Museu do Cairo, cabeça e pescoço descobertos, o resto do corpo dissimulado sob uma espécie de tecidos, de modo que, até os últimos meses, o museu não possuía fotografias gerais tiradas do corpo da múmia, senão aquelas tiradas por E. Smith em 1912.

Em julho de 1975, as altas autoridades egípcias quiseram por bem me permitir examinar as partes do corpo do faraó, até então recobertas, e tirar fotografias. Quando se compara o estado atual ao estado da múmia há mais de 60 anos, torna-se evidente que nela se produziram danificações e que alguns fragmentos tinham desaparecido. Os tecidos mumificados tinham sofrido muito, de certo modo pelas mãos dos homens, ou então, se se pode assim dizer, pela ação do tempo.

Esta danificação natural é perfeitamente explicada pela modificação das condições de conservação, desde que os homens descobriram a múmia no fim do século XIX na tumba da Necrópole de Tebas, onde ela repousou durante mais de três mil anos. Atualmente exposta sob uma simples proteção de vidro que não a separa hermeticamente do exterior e não impede a poluição de microrganismos, sujeita a mudanças de temperatura e não protegida do alcance da umidade, a múmia está longe de se encontrar nas condições que lhe permitiram atravessar aproximadamente três milênios ao abrigo de todas essas causas de deterioração. Ela perdeu a proteção de seus envoltórios e a vantagem da permanência em meio fechado num túmulo onde a temperatura era mais constante e o ar menos úmido, o que não se dá no Cairo em certos períodos do ano. Certamente, ela teve de sofrer, mesmo na necrópole, segundo toda verossimilhança muito antiga, a visita de ladrões de túmulos ou de roedores que causaram certos estragos, mas as condições eram relativamente - parece - mais favoráveis que hoje para resistir à prova do tempo.

Durante esse exame da múmia em julho de 1975, investigações particulares foram empreendidas por minha iniciativa. Um excelente estudo radiografado foi efetuado pelos doutores El Meligy e Ramsiys, enquanto o doutor Mustafá

Manialawiy efetuou, por uma perda de substância ao nível da parede do tórax, o exame do interior da caixa torácica e do abdômen, realizando a primeira endoscopia aplicada a uma múmia. Pode-se, assim, ver e fotografar certos pormenores muito importantes do interior do corpo, com o exame ao microscópio de alguns pequenos fragmentos, caídos espontaneamente do corpo da múmia, exame que será efetuado em Paris pelo professor Mignot e pelo doutor Durigon, sendo completado um estudo médico-legal geral efetuado com o professor Ceccaldi. As conclusões não podem - para grande pesar meu - ser tiradas no momento em que se conclui a redação desta obra.

O que pode, imediatamente, ser retirado desse estudo é a constatação de lesões ósseas múltiplas com perdas importantes de substância - o que em parte teria sido mortal - sem que seja ainda possível afirmar se algumas ocorreram antes ou depois da morte do faraó. Este deve ter, mais possivelmente, morrido por afogamento, conforme as narrações das Escrituras, ou devido a traumatismos muito violentos que procederam sua submersão no mar, ou então, simultaneamente, devido a ambas as causas.

A associação de todas essas lesões à deteriorização, cujas causas foram evocadas, torna problemática para o futuro a boa conservação do corpo mumificado do faraó, se medidas de salvaguarda e de restauração não forem tomadas imediatamente. Essas medidas deveriam evitar que o único testemunho material restante ainda em nossos dias da morte do faraó do Êxodo e da salvação de seu corpo determinada por Deus, desapareça num prazo mais ou menos fixo.

É sempre desejável que o homem se aplique em preservar os testemunhos de sua história, mas aqui se trata de qualquer coisa a mais: é a materialização num corpo mumificado daquele que conheceu Moisés, resistiu a suas súplicas, perseguiu-o em sua fuga e ali deixou sua vida, sendo, seus despojos, salvos da destruição pela vontade de Deus, tornando-se uma advertência para os homens, como está escrito no Alcorão⁸⁸.

Que ilustração magnífica dos versículos alcorânicos referentes ao corpo do faraó é oferecida, na Sala das Múmias Reais do Museu Egípcio do Cairo, para quem pesquisa nos dados das descobertas modernas, as provas da veracidade das Escrituras Santas!

88 - A Múmia de Ramsés II, outra testemunha da história de Moisés, foi objeto de um estudo comparado com a múmia de Mineptah; foram recomendadas para ela idênticas medidas de preservação. Comuniquei os resultados desses estudos médicos, realizados no Cairo em 1975, a diversas sociedades de sábios franceses, entre os quais a Academia Nacional de Medicina, na primeira parte do ano de 1976. O conhecimento desses resultados levou as autoridades egípcias a confiar a múmia de Ramsés II à França. Assim foi, que ela chegou em Paris aos 26 de setembro de 1976 para ali passar por um tratamento.

Alcorão, Hadiths e Ciência Moderna

O Alcorão não constitui a única fonte da doutrina e da legislação do Islam. Com efeito, mesmo durante a vida de Muhammad e depois de sua morte, um complemento legislativo foi pesquisado no estudo dos atos e das palavras do profeta.

Essas informações ressaltam da tradição oral. Aqueles que tomaram a iniciativa de reuni-las em textos dedicaram-se a levantamentos muito delicados, pois que se tratava de escrever após os acontecimentos uma narração deles. Mas o cuidado da exatidão, que eles podiam ter em sua árdua tarefa de coleta das informações, é ilustrado pelo fato de que, para cada episódio da vida do Profeta e para cada um de seus preceitos, são mencionados nas coletâneas, honestamente, os nomes daqueles que relataram a narração, remontando até quem, no seio da família ou entre os companheiros de Muhammad, recolheu a primeira informação.

Uma multiplicidade de narrações, atos e discursos do Profeta veio assim à luz sob o nome de Hadiths. Seu sentido exato é “conceito” mas o uso fez com que o termo englobe igualmente a narração dos atos.

As primeiras coletâneas foram publicadas nos decênios que decorreram após a morte de Muhammad. As que surgiram, no primeiro século depois dele, são relativamente restritas ao ponto de vista do alcance dos fatos relatados. Foi preciso esperar um pouco mais de dois séculos após a morte do Profeta, para que aparecessem as compilações mais importantes. Frisemos, por consequência, que não são as obras mais próximas do tempo de Muhammad que parecem dai as informações mais completas. São as compilações de Al Bukhari e de Muslim, datando de mais de duas centenas de anos depois de Muhammad, que dão a documentação mais vasta e mais verídica, sendo a obra do primeiro autor citado geralmente considerada como a mais autêntica depois do Alcorão. Houdas e Marçaii deram entre 1903 e 1914 uma tradução francesa sob o título As Tradições Islâmicas. Nestes últimos anos, uma publicação foi feita em árabe, com tradução inglesa, pelo doutor Muhammad Mushin Khan, da Universidade Islâmica de Medina. Os Hadiths são, portanto, acessíveis a quem não conhece a língua árabe. Mas é preciso ser extremamente cauteloso sobre o valor de certas traduções efetuadas pró-ocidentais, inclusive, nesse caso, a tradução francesa, porque pode-se nelas constatar certas inexatidões e inverdades decorrentes mais das interpretações do que das verdadeiras traduções; às vezes elas alteram

consideravelmente o sentido real do Hadith, a ponto de fazê-lo expressar o que ele não significa.

Do ponto de vista de sua origem, pode-se legitimamente comparar as compilações de Hadiths aos Evangelhos. Uns e outros têm como caráter comum haverem sido redigidos por autores, que não foram testemunhas oculares dos fatos que narraram, e de terem vindo à luz algum tempo após os acontecimentos que eles relatam. Como os Evangelhos, as compilações dos Hadiths não foram todas aceitas como autênticas. Somente, um pequeno número merece a quase unanimidade dos especialistas da tradição muçulmana e, numa mesma compilação, podemos encontrar, ao lado dos Hadiths admitidos como autênticos, os Hadiths duvidosos ou os Hadiths formalmente rejeitáveis.

Diferentes dos Evangelhos canônicos que não foram contestados, as compilações do Hadiths, mesmo aqueles considerados como particularmente dignos de serem olhados como autênticos, são objeto - e isso muito cedo na história do Islam - de uma crítica aprofundada por parte dos mestres do pensamento islâmico, ao passo que o livro-base, o Alcorão, permanecia o livro de referência, que não podia ser discutido.

Pareceu-me interessante, pesquisar nessa literatura dos Hadiths como, fora da Revelação escrita, a Muhammad atribui-se ter falado de assuntos que os progressos científicos revelaram, nos séculos que lhe são posteriores. Eu me limitei, estritamente, nessa pesquisa, aos textos dos Hadiths que consideramos, geralmente, como os mais autênticos, como os de Al Bukhari, tendo sempre em mente a noção de que, redigidos por homens segundo os dados da tradição oral, eles podiam relatar mais ou menos exatamente alguns fatos, em vista dos erros daqueles que transmitem individualmente a narração. Estes se separam dos outros, Hadiths, cuja transmissão é obra de uma maioria e cuja autenticidade é formal⁸⁹.

Eu aproximo as constatações feitas ao longo do exame dos Hadiths daquelas anteriormente expostas, concernentes ao Alcorão e à Ciência Moderna. O resultado dessa comparação é muito eloquente. A diferença é, com efeito, frisante entre a exatidão dos dados alcorânicos, confrontados com os da ciência moderna, e o caráter eminentemente criticável de algumas afirmações dos Hadiths sobre os assuntos, que ressaltam essencialmente do domínio científico, os únicos que são objeto deste estudo.

89 - Os especialistas muçulmanos qualificam os primeiros de Znniyy e, os segundos, de Qa Teiy.

Os Hadiths, que têm por objeto a interpretação de alguns versículos alcorânicos, provocam às vezes comentários que não podem absolutamente ser aceitos em nossos dias.

De um versículo (Cap. 36, Vers. 38) que menciona que o sol se dirige para um “lugar determinado”, e cuja significação vimos mais acima, um Hadith dá esta interpretação: “No pôr do sol, o astro vem se prosternar sob o trono de Deus; “ele pede permissão para retomar seu curso, se prosterna de novo; finalmente retoma para lá de onde ele veio e se levanta de novo a leste. O texto original (Livro do Começo da Criação, Título 54, Cap.4, n° 421) é obscuro e dificilmente traduzível. De qualquer maneira, essa passagem contém uma alegoria que implica a noção de um percurso do sol em relação à terra: a ciência mostrou a realidade do contrário. Esse Hadith se apresenta com uma autenticidade mais do que duvidosa (Zanniyy).

Uma outra passagem desse mesmo Livro (Livro do Começo da Criação, Título 54. Cap. 6, n° 430), avalia mui bizarramente, no tempo, as fases iniciais do desenvolvimento do embrião: uma fase de quarenta dias de reunião dos elementos constitutivos do ser humano, uma fase de mesma duração em que o embrião é representado por qualquer coisa que se agarra, uma terceira de mesma duração em que o embrião é representado pela carne amorfa. Em seguida, depois da intervenção dos anjos para definir o que será o futuro desse ser, uma alma é insuflada. A descrição do desenvolvimento embrionário não é conforme os dados modernos.

Enquanto o Alcorão - à parte uma só observação (cap. 16, vers. 69) sobre a possibilidade de encontrar no mel o agente terapêutico (sem aliás nenhuma espécie de indicação) - não dá sobre a arte de curar, rigorosamente nenhuma orientação prática, os Hadiths reservam um grande espaço a tais assuntos. Existe toda uma parte da compilação de Al Bukhari (Título 76) consagrada à medicina. Ocupa, na tradução de Houdas e Marçais, as páginas 62-91 do volume 4 e, no livro do doutor Muhammad Mushin Khan, com a tradução inglesa, as páginas 395-452 do volume 7. Estas páginas contêm, fora de dúvida, certos Hadiths não autênticos (Zanniyy), mas o conjunto interessa porque fornece um apanhado sobre as opiniões, que na época se poderia ter sobre os diversos assuntos medicinais. A eles poder-se-iam juntar alguns Hadiths referentes à medicina, inseridos em outras partes da compilação de Al Bukhari.

E assim que ali se descobrem considerações sobre os malefícios, o mau-olhado, o enfeitamento e a possibilidade de exorcizar, assim como uma certa restrição é formulada contra o uso remunerado do Alcorão para esse fim. Um

Hadith acentua que certas tâmaras podem proteger contra os efeitos da magia e a que a magia pode ser utilizada contra as picadas venenosas.

Entretanto, não é de causar admiração, constatar que uma época em que as possibilidades da técnica e da farmacopeia eram reduzidas, se tenha recomendado recorrer à prática simples ou a medicamentações naturais, tais como a sangria, as ventosas escarificadas, a cauterização, a depilação contra os piolhos, utilização do leite do camelo, de certos grãos como a nigela, de certas plantas como o costus indiano, assim como cinza de cabelo (por suas virtudes hemostáticas); era preciso, em circunstâncias críticas, utilizar todos os meios de que se podia dispor e que podiam ser, realmente, eficazes. Mas não parece - a priori - excelente recomendar beber urina de camelo.

Admite-se, dificilmente, em nossos dias, certas explicações sobre alguns assuntos concernentes à patologia. Entre elas destacuemos, as seguintes:

- a origem da febre: quatro testemunhos autênticos afirmam a afirmação segundo a qual «a febre provém do braseiro do inferno» (Livro da Medicina, Cap.28);

- a existência de um remédio para todas as doenças: “Deus fez provir uma doença sem ter feito ao mesmo tempo, provir um remédio (Livro da Medicina, Cap. 1). A ilustração dessa concepção é dada pelo Hadith da mosca (Livro da Medicina, cap. 58 e o Livro do Começo da Criação, Tít. 54, Caps. 15-16): “se uma mosca cai num recipiente, é preciso ali afundá-la inteiramente, porque uma de suas asas contém o veneno e a outra o seu antídoto; {a mosca} traz primeiro o veneno e a seguir o remédio”.

- o aborto provocado pela visão de certa serpente (que também cega): menção feita no Livro do Começo da Criação, Caps. 13-14;

- as perdas de sangue fora das regras. O Livro das Menstruações, Tít. 6, contém, dois Hadiths sobre a origem das perdas de sangue fora das regras (Caps. 21 e 28). Eles fazem referência a dois casos de mulheres: na explicação do primeiro caso, sem nenhum pormenor sobre os sintomas, está afirmado que a perda de sangue decorre de um vaso sanguíneo (eirq); no outro caso, trata-se de uma mulher apresentando perda de sangue fora das regras durante sete anos: aqui também a mesma origem vascular é afirmada. Poder-se-ia perfeitamente levantar hipóteses sobre a causa real dos incômodos, mas é com dificuldade que imaginamos sobre que argumento se poderia naquela época apoiar tal diagnóstico; não obstante, teria podido ser exato;

- a ausência de contaminação das doenças. A compilação dos Hadiths de

Al Bukhari a menciona em vários lugares (Caps. 19, 25, 30, 31, 53 e 54, do Livro da Medicina, Tit. 76) a propósito de casos particulares, tais como a lepra, a peste, a cólera, a sarna do camelo ou ainda sob o ponto de vista geral. Mas, essas considerações acarretam afirmações contraditórias: com efeito, recomenda-se não ir lá onde há a peste e expulsar os leprosos.

Em consequência, pode-se concluir pela existência de certos Hadiths cientificamente inadmissíveis, mas deixando de lado a dúvida sobre sua autenticidade, o interesse de sua menção reside somente na comparação que eles suscitam com os enunciados científicos do Alcorão, os quais não contêm nenhuma afirmação inexata. Esta constatação parece ter uma importância considerável.

É preciso, com efeito, lembrar-se que, por ocasião da morte do Profeta, os ensinamentos recebidos dele se dividiam em dois grupos:

- de um lado, um número importante de fiéis conheciam de cor o Alcorão, que eles tinham, como o Profeta, recitado muitas e muitas vezes; aliás, já existiam transcrições do texto alcorânico, efetuadas durante a vida do Profeta, e isso mesmo antes da Hégira (Hégira se situa em 622, isto é dez anos antes da morte de Muhammad.);

- do outro lado, os membros mais próximos de seus companheiros e os fiéis, que tinham sido testemunhas de seus atos e de suas palavras, conservaram-nos em sua lembrança e sobre eles se apoiaram, além do Alcorão, para definir uma doutrina e uma legislação nascentes.

Nos anos que vão seguir a morte do Profeta, os textos vão ser elaborados, relatando os dois grupos de ensinamentos que ele tinha deixado. As primeiras compilações de Hadiths virão à luz uma quarentena de anos depois da Hégira, mas já se tinha efetuado, anteriormente, uma primeira coleção dos textos alcorânicos sob os califas Abu Bakr e, sobretudo, Uthman, tendo este último publicado um texto definitivo durante seu califado, quer dizer, entre os 12 e os 24 anos que decorreram após a morte de Muhammad.

O importante a sublinhar é, a dissemelhança entre essas duas categorias de textos, simultaneamente sob o ponto de vista literário e sob o ponto de vista do conteúdo. Com efeito, toda comparação entre o estilo do Alcorão e o estilo dos Hadiths será impossível. Além disso, se compararmos o conteúdo dos dois textos e os confrontarmos com os dados da ciência moderna, ficamos impressionados pelas oposições, cuja existência pretendo ter conseguido demonstrar, entre:

- de um lado, as afirmações em aparências muitas vezes banais e do Alcorão mas que, examinadas à luz dos conhecimentos modernos, encerram dados que a ciência objetivará mais tarde;

- do outro lado, alguns enunciados de Hadiths, que parecem absolutamente conforme o espírito de seu tempo, mas que contêm afirmações julgadas hoje cientificamente inaceitáveis. Essas afirmações se insinuaram num conjunto de enunciados da doutrina e da legislação do Islam, sobre os quais se está de acordo em reconhecer a autenticidade considerando-os fora de discussão.

E preciso saber, enfim, que a própria atitude de Muhammad foi bem diferente perante o Alcorão e perante os seus propósitos pessoais. O Alcorão, que constituía sua predicação, era proclamado por ele Revelação Divina. O Profeta ordenou-lhe as partes durante um período de aproximadamente vinte anos com o maior cuidado, como vimos. O Alcorão representava o que deveria ser escrito durante a sua vida e aprendido de cor para fazer parte da liturgia das preces. Para os Hadiths, que são apresentados como fornecedores, em princípio, de suas reflexões pessoais e de seus atos, ele deixou aos outros o cuidado de neles se inspirar para sua conduta e publicá-los como os entendessem. Ele não deu nenhuma diretriz a esse respeito.

Uma vez que apenas um número restrito desses Hadiths pode ser considerado como expressando, com certeza, o pensamento do Profeta, os outros expressam o que poderiam crer os homens de seu tempo, em particular sobre os assuntos científicos evocados aqui. Comparando-os ao texto alcorânico, mede-se tudo que separa este último desses Hadiths inautênticos ou duvidosos. Esta comparação traz à luz, de sobejo, a diferença surpreendente entre esses escritos de circunstância, repletos de enunciados errôneos de ordem científica, e o Alcorão, Livro do Revelação escrita, isento de qualquer inexatidão desta ordem⁹⁰.

90 - A verdade dos Hadiths, sob o ponto de vista religioso, não está absolutamente em causa. Mas, quando estes tratam de questões profanas, não há diferença a estabelecer entre o Profeta e os outros humanos. Um Hadith relata a seguinte declaração do Profeta Muhammad; “Quando eu vos dirijo alguns mandamentos em relação à Religião, obedecéis, e se eu vos prescrevo qualquer coisa que decorra de minha opinião pessoal, lembrai-vos que eu sou um ser humano”. Al Sataksi em seus “princípios” (Al Usuul) transmitiu esta tomada de posição nestes termos: “Quando eu vos participo qualquer coisa relativa à vossa Religião, agi em conformidade com minha declaração, e quando se trata de coisas concernentes a este mundo, então sois os melhores conhecedores de vossos próprios negócios terrestre!”

CONCLUSÕES GERAIS

Ao término deste estudo, parece com evidência que a opinião mantida em nossos países sobre os textos das Escrituras Santas, que hoje possuímos, não corresponde muito à realidade. Vimos em que condições, em que época e de que maneira os elementos que constituíram o Antigo Testamento, os Evangelhos e o Alcorão foram compilados e transcritos; tendo as circunstâncias, que precederam ao nascimento das Escrituras das três Revelações, diferido enormemente para cada uma delas consequências extremamente importantes resultaram disso, no que pertence à autenticidade dos textos e em alguns aspectos de seu conteúdo.

O Antigo Testamento representa uma soma de obras literárias, produzidas ao longo de nove séculos aproximadamente. Ele forma um mosaico extremamente disparatado, cujos elementos foram ao longo das idades modificados pelos homens, peças que vieram juntar-se àquelas já existentes, de forma que, em nossos dias, identificar as proveniências é, às vezes, muito difícil.

Os Evangelhos tiveram por fim, dar a conhecer aos homens, mediante a narração dos atos e das palavras de Jesus, o ensinamento que Ele lhes queria deixar, então, para cumprimento de sua missão terrestre. O mal é que eles não tiveram testemunhas oculares dos fatos que eles relatam. São simplesmente a expressão, por seus porta-vozes, do que as diversas comunidades judeu-cristãs conservaram de informações sobre a vida pública de Jesus, sob forma de tradições orais ou escritas, hoje desaparecidas, que foram intermediárias entre a tradição oral e os textos definitivos.

É sob essa luz que devemos olhar atualmente as Escrituras judeu-cristãs e se quisermos ser objetivos - é preciso abandonar as concepções exegéticas clássicas.

A multiplicidade das fontes tem como resultante inevitável as contradições e as oposições, das quais apresentamos muitos exemplos. Os autores dos Evangelhos tiveram, a respeito de Jesus, as mesmas tendências para enaltecer certos fatos, como os autores da literatura épica da Idade Média francesa com as canções de gesta, resultando que os acontecimentos são apresentados com um destaque particular, em cada um dos narradores, e a autenticidade dos fatos relatados se revela, em muitos casos, extremamente duvidosa. Nessas condições, alguns enunciados das Escrituras judeu-cristãs, que podem ter alguma relação



com os conhecimentos modernos, devem sempre ser examinados com a reserva que se impõe pelo aspecto discutível de sua autenticidade.

Contradições, incertezas, oposições com os dados da ciência moderna se explicam perfeitamente em função de tudo o que precede. Mas, a perplexidade dos cristãos é grande, quando percebem o quanto foi profundo e continuo o esforço empreendido até agora por muitos comentadores oficiais para camuflar, sob hábeis acrobacias dialéticas, centradas num lirismo apologético, o que vem à tona pelos modernos estudos. Damos, a propósito notadamente das genealogias de Jesus, dos Evangelhos de Mateus e de Lucas, contraditórios e cientificamente inaceitáveis, os exemplos perfeitamente indicados desse estado de espírito. O Evangelho de João chamou, particularmente, a atenção por suas divergências muito importantes com os três outros Evangelhos e, especialmente, a respeito da lacuna em geral mal conhecida referente à instituição da Eucaristia.

A Revelação Alcorânica tem uma história fundamentalmente diferente das duas primeiras. Estruturando-se no decorrer de uns vinte anos, sempre comunicada ao Profeta pelo Arcanjo Gabriel, foi aprendida de cor pelos fiéis e, ao mesmo tempo, fixada por escrito ainda em vida de Muhammad. As últimas recensões do Alcorão, que serão feitas depois de 12 a 24 anos da morte do Profeta, sob o califado de Uthman, foram beneficiadas pelo controle exercido por aqueles que já sabiam o texto de cor, tendo-o recebido no exato tempo da Revelação, e o recitado constantemente em seguida. E sabemos que o texto foi, a partir daí, conservado de maneira rigorosa. O Alcorão não coloca o problema da autenticidade.

Tomando em seguida as duas Revelações que a haviam precedido, a Revelação Alcorânica é não somente isenta das contradições dos relatos dos Evangelhos, que trazem as diversas marcas de injunções humanas, mas ela também oferece a quem empreende o seu exame, objetivamente, à luz da ciência, o caráter que lhe é próprio duma concordância perfeita com os dados científicos modernos. De mais a mais, descobrem-se nelas, como foi demonstrado, enunciados de ordem científica, dos quais é inconcebível que um homem na época de Muhammad tivesse podido ser o autor. Assim os conhecimentos científicos modernos permitem compreender certos versículos alcorânicos, até o presente não interpretáveis.

A comparação de diversas narrações da Bíblia com as narrações sobre os mesmos temas do Alcorão revela diferenças fundamentais entre as afirmações bíblicas cientificamente inaceitáveis e os enunciados alcorânicos em perfeita concordância com os dados modernos: como vimos, para a Criação e para o

Dilúvio, por exemplo. Enquanto que, para a história do Êxodo de Moisés, encontrava-se no texto alcorânico um complemento precioso à narração bíblica, harmonizando-se o conjunto mui felizmente com os dados da Arqueologia para situar no tempo a época de Moisés, já as diferenças muito importantes entre o Alcorão e a Bíblia para outros assuntos se inscreviam, ao encontro de tudo o que se pôde sustentar - sem o mínimo de provas - sobre uma pretendida cópia da Bíblia por Muhammad para elaborar o texto do Alcorão.

Enfim, o exame comparativo, de um lado das afirmações pertinentes à ciência, reencontradas nas compilações de Hadiths, conceitos atribuídos a Muhammad, no mais das vezes de autenticidade duvidosa - refletindo não obstante as crenças da época - e de outro lado dos dados alcorânicos da mesma ordem, põe em evidência a dissemelhança que permite descartar uma comunidade de origem.

Não se pode conceber que muitos enunciados alcorânicos, que têm um aspecto científico, foram obra de um homem em vista do estado dos conhecimentos na época de Muhammad. Assim, é perfeitamente legítimo não apenas considerar o Alcorão como a expressão duma Revelação, mas, também, dar à Revelação Alcorânica um lugar absolutamente à parte, em razão do aval de autenticidade a que ela oferece, e da presença de enunciados científicos que, examinados em nossa época, se apresentam como um desafio à explicação humana.

